

**UFRRJ**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**DISSERTAÇÃO**

**O TRABALHO EM TEMPOS DE CALAMIDADE:  
A INSPETORIA DE OBRAS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO  
DO CEARÁ  
(1915 e 1932)**

**Leda Agnes Simões de Melo**

**2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**O TRABALHO EM TEMPOS DE CALAMIDADE:  
A INSPETORIA DE OBRAS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO  
DO CEARÁ  
(1915 e 1932)**

**LEDA AGNES SIMÕES DE MELO**

Sob a orientação da professora  
**Susana Cesco**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de **Mestre**  
**em Ciências**, no Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ,  
Março de 2015.**

331.110918131 Melo, Leda Agnes Simões de.  
M528t O trabalho em tempos de calamidade: a Inspetoria de  
T Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932) /  
Leda Agnes Simões de Melo, 2015.  
142f.

Orientador: Susana Cesco.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e  
Sociais.  
Bibliografia: f. 128-142.

1. Seca - Teses. 2. Inspetoria de Obras – Teses. 3.  
Campos de concentração (Ceará) – Teses. 4 Trabalho –  
Teses. I. Cesco, Susana. II. Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.  
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**LEDA AGNES SIMÕES DE MELO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. SUSANA CESCO – Orientadora - CPDA/UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. – MARÍA VERÓNICA SECRETO DE FERRERAS- Arguidor ICHF/ UFF

---

Prof. Dr. HECTOR ALBERTO ALIMONDA – Arguidor- CPDA/UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> – ELI DE FÁTIMA NAPOLEÃO– Suplente- CPDA/UFRRJ

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.

**Ferreira Gullar, *Uma luz do Chão*, 1978.**

*Este trabalho é dedicado ao meu eterno amor, minha mãe,  
nordestina, pernambucana, migrante e desbravadora da vida, a  
quem a dor da saudade nunca cessará.*

## AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de trajetória para que este trabalho pudesse ser concluído algumas pessoas foram fundamentais, fosse por uma palavra amiga, um gesto, um incentivo, um carinho, ou uma lembrança, todos de uma maneira ou de outra, longe ou perto, contribuíram para que eu chegassem até aqui.

Primeiramente, meu agradecimento maior vai sempre e eternamente a minha doce mainha Maria das Graças Simões, que não está mais aqui presente, mas seus ensinamentos, amor, carinho, dedicação, paciência, tomam conta da minha vida e da minha memória todos os dias, ao acordar e ao dormir. Suas imensas leituras noturnas ao chegar do trabalho ao pé de minha cama, suas historinhas antes de eu dormir, sua intelectualidade e inteligência formaram as minhas inúmeras escolhas na vida, sejam elas profissionais e mais ainda pessoais, amor e saudade definem, mainha, meu eterno muito obrigada por ter sido a melhor mãe desse mundo.

Ao meu irmão André Simões, querido, companheiro, parceiro, meu amor, que me incentiva dia a dia, e é meu ombro amigo em todos os momentos da minha vida, meu eterno muito obrigada por estar comigo a qualquer hora, em qualquer lugar.

À minha família Simões, nordestina, pernambucana, exemplo de amor a terra, que me faz ter orgulho de minhas origens, mesmo distante eu dedico meu eterno amor, carinho e agradecimentos.

À minha família carioca/niteroiense Siqueira Moraes que me acolheu há mais ou menos cinco anos, meus eternos agradecimentos por tudo, pelo apoio, paciência, carinho e afeto, sem eles não chegaria até aqui, mais uma vez muito obrigada.

Ao meu amor, namorado, amigo, parceiro, Alvaro Siguiné, por ler essa dissertação inúmeras vezes na tentativa de entendê-la, compreendê-la, e achar uma lógica, talvez, Física/Matemática/Experimental em tudo isso, meu eterno amor e agradecimentos pela paciência nos dias de renúncia e nas madrugadas da vida.

Aos meus amigos queridos, são tantos que não cabe aqui nomeá-los, deixo também meu muito obrigado. São amigos do cotidiano, da vida, amigos de fé, Botânicos, F.A, Surias, amigos da UFF, do Museu da Pessoa, e em especial a melhor turma que pude estudar nessa trajetória acadêmica, minha turma querida do CPDA meu muito e eterno obrigado e minha gratidão por estarem comigo em todos os momentos e por acreditarem em mim e me fazerem, também, chegar até aqui. Em particular, meus agradecimentos vão para meu amigo e antropólogo de formação Harysson Machado por

ter lido, em diversos momentos, meus artigos e meus textos que deram fruto a esta dissertação; e para minha amiga, jornalista e professora do curso de Comunicação Social do Centro Universitário Anhaguera Agnes Sabino Magalhães que, além da amizade atenciosa, corrigiu essa dissertação em suas muitas sintaxes, vírgulas, sujeitos e predicados, falhas e erros e que mesmo cansada e ocupada na correria de sua vida profissional dedicou seu tempo para isso, meus agradecimentos por ser minha corretora e amiga de bons longos anos.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Susana Cesco, que desde o início acreditou fielmente nesta pesquisa, e principalmente acreditou em mim, meu muito obrigada pela paciência e parceria fiel, pelos e-mails respondidos, fossem eles em pleno desespero acadêmico ou mesmo e-mails norteadores e esclarecedores. Muito obrigada Susana, mesmo “distante” em seus numerosos trabalhos nunca deixou de ser uma orientadora presente e dedicada, um exemplo de profissional, competente e responsável, ficam minha admiração e alegria por tê-la conhecido.

Aos professores Hector Alimonda e Verônica Secreto, por terem aceitado ser banca na defesa deste trabalho e por estarem comigo ao longo de minha trajetória acadêmica, sendo sempre atenciosos e prontamente dispostos a me ajudar, meus sinceros agradecimentos.

A todo corpo docente do CPDA que de uma maneira ou de outra fazem parte da finalização deste trabalho, meus agradecimentos e carinho. A todo o CPDA, desde seus funcionários e secretários, que como uma casa acolhe todos os seus alunos, meus agradecimentos. Em especial, meus agradecimentos vão aos professores Luiz Flávio de Carvalho Costa e Eli de Fátima Napoleão, por terem prontamente participado desses dois anos de meu Mestrado com suas indicações de leituras, comentários e conselhos para que este trabalho conseguisse ser finalizado, meu muito obrigada pelo profissionalismo e atenção. E um agradecimento carinhoso a Prof<sup>a</sup> Regina Bruno que de forma afetuosa mostrou a mim e a toda turma do Mestrado CPDA 2013 a beleza da profissão docente e das ricas teorias sociológicas, obrigada.

A CAPES, meus agradecimentos pela bolsa de apoio financeiro, fundamental para que este trabalho fosse posto em prática, possibilitando sua tessitura nesses dois anos.

Por fim, poderia nomear aqui algumas pessoas tão queridas que fizeram parte do meu trabalho de campo no Ceará em novembro de 2014, e que me ajudaram com estima e afeto nas minhas pesquisas, são elas: seu J e seu Paulo, do Arquivo Público do

Estado do Ceará. Do Instituto do Ceará, o funcionário Diego que me acolheu com enorme solicitude. Do sertão de Senador Pompeu, todas as pessoas da 32ª Caminhada da Seca e em especial meu amigo pequeno Edson, e minha parceira e amiga que não me abandonou um segundo, desde as 4 horas de ônibus a Senador Pompeu até a hora de meu embarque no ônibus de volta, me levando para conhecer o campo de concentração e a barragem do Patú, tudo isso com tanto carinho e estima, ficará a saudade e meus agradecimentos a Aurineide Vidal. E minha admiração vai em especial a Valdecy Alves que luta pela memória dos mortos da seca de 1932 e pelo de povo de Senador Pompeu.

Ao meu povo nordestino, sempre tão carinhoso e acolhedor, um enorme carinho fica eternamente guardado todas as vezes que vou aquele lugar. Aos sertanejos que lutam dia a dia, sol a sol, mesmo com o descaso do poder pública, da falta de água que é, tantas vezes, utilizada como barganha política e desvio de verbas, do esquecimento que se é tentado relegá-los séculos e séculos meu eterno agradecimento, admiração e meus estudos para que de alguma forma eu possa contribuir para que nunca sejam esquecidos.



*(...) eu venho de lá dos sertões onde a saudade  
se perdeu, naquela estrada empoeirada que  
doeu feito uma flor que resistiu assim sou eu.  
Flávia Wenceslau, 2014*

## RESUMO

MELO, Leda Agnes Simões de. **O trabalho em tempos de calamidade: a Inspetoria de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

Para controlar os problemas que as secas traziam para o Nordeste criou-se, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que em 1920 tornou-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFCOS), tendo como política básica a construção de açudes e estradas de ferro, não só para amenizar as secas, mas para ocupar os braços ‘ociosos’ dos sertanejos com trabalho árduo, evitando as aglomerações nas cidades. No Ceará a Inspetoria também agiu dessa forma. Duas secas foram emblemáticas no Ceará: a de 1915 e a de 1932, porque as Inspetorias, para isolarem o sertanejo, criaram campos de concentração. O primeiro, de 1915, chamado de *campo* do Alagadiço e os outros sete *campos* criados em 1932. O argumento era concentrar os sertanejos para que fossem enviados para as obras públicas onde teriam trabalho e alimentação. O discurso era sempre em nome do progresso e da modernidade. Nesta perspectiva, a proposta deste trabalho é estudar a atuação das Inspetorias no controle dos sertanejos através do trabalho nas obras públicas de combate as secas, em 1915 e em 1932, para entender o estabelecimento desses campos de concentração. Por meio desta análise, pretende-se compreender os diversos discursos dos intelectuais que estiveram à frente das Inspetorias e que acabaram por estigmatizar a ideia de sertão e de quem eram próprios sertanejos nessas respectivas secas, discursos tais que legitimaram a criação dos campos de concentração do Ceará. Com isso, leva-se em consideração também que há uma relação do sertanejo com a natureza que o faz permanecer no Ceará e não migrar para outras regiões do Brasil, mesmo com a seca. Quem não migrava tinha como ‘opção’ se deslocar para os campos de concentração. A relação simbólica, que permeia o sertanejo e o sertão, deve ser entendida para além das visões simplistas que reduzem os sertões nordestinos a seca e atraso, em detrimento do litoral moderno e avançado. Analisar essas diversas nuances é traçar um panorama mais amplo sobre os sertões nordestinos, que ao longo da história estiveram arraigados em discursos que acabaram por minimizar as relações e a complexidade do próprio semiárido, muitas vezes para manter o *status quo* de uma elite agrária latifundiária que pretendia conservar o sertanejo em sua eterna dependência.

**Palavras-chave:** seca; Inspetoria de Obras; campos de concentração no Ceará; modernização; moral do trabalho; Brasil República.

## ABSTRACT

MELO, Leda Agnes Simões de. **Labor in times of calamity: the Inspectorate of Works in Ceara's concentration camps (1915 and 1932).** Dissertation (Social Sciences in Development, Agriculture and Society Master's Degree). Human and Social Sciences Institute, Rio de Janeiro Rural Federal University, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

In order to control the problems brought by the drought occurrences in Nordeste, the Inspectorate of Works Against Droughts (IWAD) was created in 1909, which, in 1920, became the Federal Inspectorate of Work Against Droughts (FIWAD) holding, as basic politics, the construction of creeks and railroads, not only to soften the droughts effects themselves, but also to occupy the country people's "lazy" arms with hard work, thereby avoiding agglomeration in the cities nearby. In Ceara, the Inspectorate worked this way also. Two specific droughts have been emblematic in Ceara: the ones in 1915 and 1932 respectively, because both Inspectorates, aiming to isolate the country people, created concentration camps. The first one was called Alagadiço's concentration camp. Seven others were created in 1932. The argument was to concentrate country people so they could be sent toward public Works, where they would have Jobs and food. The speech was always in the name of progress and modernity. In this perspective, this dissertation's proposal is to study the Inspectorates' actions to control country people through the labor in the public works to fight the droughts, in 1915 and 1932, in order to understand these concentration camps settlement. Through this analysis, we intend to comprehend the variety of speeches sustained by intellectual in charge of the Inspectorates which ended up stigmatizing country sides in general and who exactly were the country side people affected by the droughts. Those speeches legitimized concentration camps's genesis in Ceara. This way, we also take into account the relationship between country people and country side's nature which makes the first remain in the country side instead of migrating towards other regions of Brazil, even with the droughts. Those who did not migrate outside had the "option" to deslocate into the concentration camps. The symbiotic relation that permeates both country side and country people has to be understood beyond simplistic point views which diminishes Nordestes' country sides to drought occurrences and behind-time áreas in comparison to a modern and advanced seacost. To analyze those several shades means to draw a bigger picture about country sides in Nordeste, which, throughout History, have been immersed in speeches that contributed in minimizing relationships and the complexity of the semiarid itself, many times to maintain an agrarian, landowning elite's status quo whose intentions were to keep country people under their everlasting dependence.

**Keywords:** drought, Inspectorate of Works, Ceara's concentration camps, Modernization, Speech, Labor morality.

## **LISTA DE TABELAS:**

<b>Tabela 1.1-</b> Índice do pluviômetro do “Museu Rocha” em Fortaleza	48
<b>Tabela 1.2-</b> Índices de chuva e dias de chuva de 1900 a 1915	49
<b>Tabela 1.3-</b> Índices de chuva dos anos de 1932 a 1934	52
<b>Tabela 1.4 –</b> Anos de seca e duração das principais secas do Ceará	54

## **LISTA DE MAPAS E IMAGENS:**

### **Mapas:**

<b>Mapa 1-</b> Expansão da malha ferroviária em todo o território brasileiro	30
<b>Mapa 2-</b> Mapas ferroviários. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1927	34
<b>Mapa 3-</b> Mapa da Rede de Viação Cearense	36
<b>Mapa 4-</b> Região Nordeste e Semiárido	38
<b>Mapa 5-</b> Mapa das fronteiras do estado do Ceará	46
<b>Mapa 6-</b> Mapa dos sete campos de concentração do Ceará de 1932	92

### **Imagens:**

<b>Figura 1-</b> O retrato da seca pelo Correio da Manhã	55
<b>Figura 2 -</b> Cartão da seca de 1877 a 1879	56
<b>Figura 3 -</b> Cartão da seca de 1877 a 1879	56
<b>Figura 4-</b> O flagelo retratado pelo Correio da Manhã	57
<b>Figura 5 -</b> O cearense seringueiro retratado pelo Correio da Manhã	59
<b>Figura 6-</b> Ofício do abarracamento da 8º turma no Ceará	88
<b>Figura 7-</b> Boletim de serviços executados nos campos de concentração de flagelados de maio a agosto de 1932	96
<b>Figura 8 -</b> A Igreja e os pobres na Bahia retratados pelo Correio da Manhã	98
<b>Figura 9 -</b> Retirantes na Paraíba retratados pelo Correio da Manhã	99
<b>Figura 10-</b> Fundação do açude de Patú, Senador Pompeu	99

<b>Figura 11-</b> Ruínas Casarão da Inspetoria de Obras no ano de 1919. Utilizado em 1932 como campo de concentração	101
<b>Figura 12-</b> Ruínas do Casarão do terminal ferroviário de 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração e para continuação das obras do açude do Patú	101
<b>Figura 13-</b> Ruínas da casa de eletricidade em 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú	102
<b>Figura 14-</b> Ruínas da casa de pólvora em 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú	102
<b>Figura 15-</b> Ruínas da casa dos engenheiros de 1919. Utilizado em 1932 como Estrutura para o campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú	103
<b>Figura 16-</b> Barragem do açude do Patú em Senador Pompeu	122
<b>Figura 17-</b> Foto do início da procissão, às 5 horas da manhã em frente à Igreja Matriz de Senador Pompeu	122
<b>Figura 18-</b> Os pés descalços que simbolizam as retiradas dos sertanejos a pé pelos sertões	123
<b>Figura 19-</b> A água derramada sobre as covas que simbolizam a sede dos que morreram, para que não se repita mais	123
<b>Figura 20-</b> O pão depositado na capela do cemitério simbolizando a fome dos sertanejos da seca de 1932	124
<b>Figura 21-</b> As velas acendidas embaixo, para que os pedidos sejam alcançados	124
<b>Figura 22-</b> A caminhada da seca	127

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	6
<b>Capítulo 1 - Contextualizando a República de Wenceslau Braz e Getúlio Vargas (1915 e 1932)</b>	17
1.1-Wenceslau Braz, a Primeira Guerra Mundial e a crise interna brasileira	17
1.2-Getúlio Vargas, “governo forte/povo disciplinado”	21
1.3-Entrando na história do Ministério da Viação e Obras Públicas: as ferrovias e o Ceará	28
<b>Capítulo 2 - O Ceará e a seca</b>	38
2.1-Um balanço sobre os sertões nordestinos e o caso do Ceará	38
2.2-O fenômeno da seca no Ceará	41
2.3- A seca de 1915 e 1932 no Ceará e seu contexto político-econômico	45
2.4- A relação homem e a natureza, do sertanejo e do sertão	54
<b>Capítulo 3 - As Inspetorias de Obras Contra as Secas e os campos de concentração</b>	61
3.1- A história que perpassa as Inspetorias de Obras	61
3.2- De aldeamentos indígenas aos campos de concentração cearenses: breve caminhar na história brasileira	79
3.3-Os campos de concentração de 1915 e de 1932, no Ceará	87
3.4- A moral do trabalho nos discursos das Inspetorias de Obras	106
<b>Considerações finais</b>	118
<b>Referências Bibliográficas</b>	128

## INTRODUÇÃO

Quando das leituras sobre os campos de concentração do Ceará, a relação primeira foi com os campos de extermínio da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial e ao terror do Holocausto. Contudo, os campos de concentração cearenses foram criados primeiramente em 1915 e, posteriormente, retornaram a ser criados em 1932, fato que nos faz questionar, imediatamente, como poderíamos utilizar o termo campo de concentração já em 1915? Quem designou aqueles espaços dessa forma e por quê? Quais interesses norteavam esses *campos*? Como eles surgiram? De que modo funcionaram? Havia alternativas para os cearenses?

Nessa perspectiva, o recorte deste trabalho de pesquisa são as secas de 1915 e 1932 no Ceará, onde espaços delimitados, geográfica e socialmente, foram criados para manter a parcela extremamente pobre da população afastada dos centros urbanos, os chamados campos de concentração.

É sabido que para controlar os problemas que as secas traziam para o Nordeste, criou-se, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que em 1920 tornou-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), tendo como política básica a construção de açudes e estradas de ferro em todo Nordeste seco, não só para amenizar as secas, mas para ocupar os “braços ociosos” dos sertanejos com trabalho árduo, evitando as aglomerações nas cidades.

No Ceará as Inspetorias também agiram dessa forma, porque, para isolarem o sertanejo, criaram os campos de concentração que serviriam como centro aglutinador para o trabalho nas obras públicas. O primeiro de 1915 foi chamado de *campo do Alagadiço*, criado pelo governador do Ceará Benjamim Barroso. O Alagadiço era um terreno arborizado e cercado, de propriedade do Sr. João de Pontes Medeiros, cedido para se tornar o local onde se colocaram os sertanejos para receberem ajuda do governo e obterem trabalho por meio da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Os retirantes acabaram ficando expostos a esmo em “abarracamentos”, debaixo dos cajueiros deste terreno, de modo que, concentrados, não perambulavam pelas cidades e poderiam ser enviados para as obras públicas. Em 1932, sob a gestão da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e aval do ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida e do então presidente do Governo Provisório Getúlio Vargas foram criados sete campos de concentração espalhados por diversas áreas do Ceará: Crato chamado campo do Burity, Senador Pompeu chamado campo do Patú, Quixeramobim, Cariús, Ipú e dois no centro de Fortaleza, chamados Urubu (ou Pirambú) e Tauape (antiga feira do Matadouro Modelo), de modo que contemplassem sertanejos de diversos locais, não permitindo também que pudesse migrar para a capital e ficasse a esmo pelas cidades do litoral. Estes sete *campos* foram mais organizados do que o campo de concentração do Alagadiço, os retirantes eram alistados e deveriam permanecer neles para se deslocarem, principalmente, para as obras públicas para obterem trabalho. Muitos desses *campos* incluindo, principalmente, o de Senador Pompeu, onde existem ainda atualmente os resquícios de suas estruturas, os retirantes ficavam confinados em um casarão e não debaixo dos cajueiros, em barracas, como em 1915.

Dentro desse contexto, a justificativa para tal feito era sempre em nome do progresso e da modernidade dos sertões nordestinos. Nesta perspectiva, a proposta deste trabalho é estudar a atuação e o discurso das Inspetorias no controle dos sertanejos através da moral do trabalho nas secas de 1915 e de 1932, para entender o estabelecimento desses campos de concentração, compreendendo também que há uma relação do sertanejo com a natureza que o faz permanecer no Ceará mesmo com a seca, ou quando são obrigados a migrar, o fazem por

não existirem alternativas para a sua sobrevivência. Migrar é a uma opção que surge após se esgotarem as possibilidades de permanecer e sobreviver em sua terra.

No entanto, é válido deixar claro que esta pesquisa se deu especificamente na análise dos discursos da Inspetoria de Obras e, por conseguinte, os discursos e atitudes das elites do sudeste sobre o semiárido, ou seja, uma visão das elites do Sul sobre o Nordeste, dotada de visões limítrofes sobre os problemas dos sertões. De fato, muitos dos engenheiros eram nordestinos e o próprio Ministro da Viação de 1932, Américo de Almeida, era paraibano, contudo tais pessoas eram envolvidas diretamente nos trabalhos da Inspetoria e, por conseguinte, no pensamento da elite a frente do governo federal. Sendo assim, as relações latifundiárias que, com certeza, formaram e formam o emaranhando das questões políticas dos semiáridos cearenses serão citadas ao longo do texto, mas de maneira tangencial ao tema principal. De fato, não há como tratar do problema social, político e econômico das secas de todo o Nordeste sem entender que para que as Inspetorias conseguissem entrar nos sertões tivessem que esbarrar na muralha do poder latifundiário. Muitos dos relatórios inspetoriais desde antes de 1915 já atestavam e criticavam que precisavam barganhar com a elite local para conseguir colocar em prática as obras, o que levou a desordem e a demora em finalizá-las, tanto obviamente pelos problemas técnicos que serão mencionados neste trabalho e de planejamento, como políticos. Deixa-se evidente, assim, que ao longo da pesquisa se percebeu tal dinâmica, no entanto, para este trabalho se dará ênfase a como a Inspetoria de Obras, os jornais do sudeste e o governo federal entenderam como deveriam penetrar nos sertões, como viam a própria natureza como problema e os sertanejos como sujeitos avessos a modernidade. Tais discursos também estavam impregnados na própria elite latifundiária local, ora para que o sertanejo permanecesse nos sertões e os fazendeiros não perdessem sua mão de obra, mantendo as velhas relações paternalistas de dependência, ora para que o sertanejo não passasse a reivindicar seu espaço e se amotinasse e se rebelasse contra o poder local. Isso estimulou o discurso das migrações, porque as elites não tinham, em diversos momentos, solução rápida para o incomodo das secas.

Celso Furtado<sup>1</sup> salientou em seus escritos que a responsabilidade maior pela pobreza dos sertões deve ser cotada a classe política nordestina que, prevalecida pelas suas posições, acaba por dificultar a formulação de políticas públicas possíveis para os semiáridos. Relata também que o lançamento das obras emergências era necessário, mas não podia ficar a revelia do poder local, e o que surpreendia ao longo dos anos era a não prevenção em relação às secas. É notório que existem recursos que podem prever a chegada da seca, mas o que dificulta é a falta de uma carteira de projetos que previnam a sua consequência nas regiões semiáridas. Celso Furtado fala, precisamente, da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pós-1959<sup>2</sup>, mas tal avaliação é uma velha questão que os sertões são submetidos desde o período da IOCS.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa pode-se inferir, a priori, que o controle da raça, a pedagogia do medo, a higienização como meio científico moderno e civilizador da vida dos pobres, o domínio daqueles ditos como “inferiores” ou racionalmente incivilizados, são atitudes que já existiam antes mesmo que grandes eventos de amplitude internacional, como a 2ª Guerra Mundial, os expusessem ao olhar geral.

O que se pretende com este trabalho é perceber como no Nordeste brasileiro deu-se a apropriação de um discurso em prol do moderno, do civilizado, do embelezamento da cidade

---

<sup>1</sup>TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>2</sup>Sobre a criação e atuação da Sudene ver: O Brasil de Jk > a criação da Sudene. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acessado em: 08 de abril de 2015 as 18:00h.

e do trabalho como forma moralizadora e de organização da sociedade, para tratar e manter os sertanejos controlados nos períodos de seca, especificamente em 1915 e em 1932.

Na história dos sertões brasileiros, por muito tempo não se compreendeu, de fato, o que a seca representava para o Brasil, atualmente ela pode ser entendida como problema social, mas a indústria da seca ainda interessa a muita gente. Segundo Josué de Castro se os sertões nordestinos não estivessem expostos à fatalidade climática, talvez, fosse à região que não se configurasse entre as áreas de fome e miséria. Contudo, além do fator climático, muitos foram os que enriqueceram a custa da miséria do sertanejo que ora é retirante, ora é flagelado, fanático religioso ou cangaceiro.

Sendo assim, para a tessitura desse trabalho foram utilizados, principalmente estudos sobre esse tema que se tornaram de grande importância para o entendimento da formação desses campos de concentração, tais como: os trabalhos de Frederico de Castro Neves que mostraram como se criaram os *campos*, fazendo um apanhado histórico do contexto do século XIX e XX, para entender as ações de reivindicação dos sertanejos em períodos de seca, assim como sinaliza a ideia de moralizar o sertanejo por meio do trabalho; e a pesquisa da historiadora Kênia Rios que apresenta, de maneira específica, os sete campos de concentração da seca de 1932 dando o enfoque, principalmente, à ideia científica de limpeza social e higienização da vida dos pobres.

A modernidade, tão querida pela República, chega aos sertões de maneira a tentar modificar seu cotidiano, controlando e disciplinando as formas dos sertanejos lidarem com a terra e suas relações de trabalho. Transformar o sertanejo em operário foi um discurso muito utilizado pelas Inspetorias de Obras, de modo que todo bom sertanejo, mesmo em meio às intempéries das secas, trabalhava. Deve-se, nessa perspectiva, perceber que o estudo/análise do discurso é fundamental para se apreender a formação de uma identidade nacional. Com isso, a tentativa de transformar o sertanejo em operário pelos Inspetores de obras – engenheiros de formação – e os governantes, se deu como forma de controle do sertanejo, em meio à fome e a miséria. Entender essas “diversas falas” é buscar compreender as atitudes das elites daquele contexto histórico e o que aquilo significava para elas e para os próprios sertanejos, e como estes viram seu cotidiano modificado, sua relação com a natureza e seu vínculo com suas formas de trabalho tradicionais sendo minadas na tentativa de transformá-los em operários.

Segundo Roger Chartier faz-se importante e necessário o conhecimento dos processos da construção do discurso na formação de uma sociedade, entendendo:

(...)de um lado, os mecanismos da dominação simbólica que visam a fazer reconhecer pelos próprios dominados as representações e as consumações que, justamente, qualificam (ou melhor, desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima; de outro, as lógicas específicas à obra nos empregos, usos maneiras de fazer seu o que é imposto.<sup>3</sup>

No Brasil houve uma elite que pensava a nação, na perspectiva da mudança estrutural, espacial e cultural. Os engenheiros das Inspetorias não estiveram de fora dessa elite, pelo contrário, os próprios sentiam-se formadores da nação e com isso, a ideia do que eram esses sertões nordestinos e o que eram os sertanejos foram também influenciadas pelos seus relatórios, suas missões científicas e seus boletins que se tornaram ao longo do século XX o discurso hegemônico sobre o semiárido, geralmente atrelado ao atraso em contraposição ao litoral moderno.

---

<sup>3</sup>CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p.153.

Numa perspectiva histórica pode-se pensar também que concentrar indivíduos para disciplinar ou mesmo regenerá-los é um tema que surge antes mesmo da República, seja a 1<sup>a</sup> República (1889-1930) ou do pós-1930. Desde a colonização do Brasil que os portugueses já concentravam os índios, nas reduções indígenas e, posteriormente, concentravam pessoas nas chamadas colônias penais para que fossem catequizados – disciplinados – e para que fossem expostos a uma nova maneira de entender não só a civilidade, mas também as suas relações interpessoais e com o mundo do trabalho.

No Império brasileiro, em meados do século XIX, a ideia de modernidade estava intimamente ligada com o embelezamento da cidade e, nesse sentido, a mudança do espaço social se impôs. Quem não se encaixava na modernidade era excluído e segregado, e foi nesse aspecto que os projetos urbanos começaram a expulsar as “classes pobres” das áreas centrais da cidade. O espaço urbano passou a ser legitimado por meio das desigualdades espaciais, valorização/desvalorização dos lugares<sup>4</sup>. Um exemplo é que já na seca de 1887 no Ceará criaram-se formas de concentração dos sertanejos chamadas abarracamentos, para que os retirantes não permanecessem esmolando e perambulando pela capital, Fortaleza.

Estudos ressaltam que a nomenclatura campo de concentração é empregada primeiramente na Guerra dos Bôeres em 1899 e 1902, quando os ingleses passaram a concentrar os africanos nos chamados campos de concentração, mas sua ideia central de isolar e disciplinar, aquela antes dos campos forçados do nazismo, já existia no mundo desde o descobrimento e do período das navegações europeias. Com isso, compreender esses campos de concentração cearenses é tentar traçar um panorama político e social do Brasil e do próprio Ceará, que está imbricado em continuidades e descontinuidades no trato com a seca, os sertanejos, a fome, a miséria e as doenças, no país como um todo.

A tentativa deste trabalho consiste em entender, por meio desses *campos*, como o discurso do trabalho também será uma mola propulsora de domínio sobre os sertanejos, nessas duas secas que serão aqui analisadas mais detidamente. O que incide nessa argumentação principal é que, através da criação das Inspetorias de Obras Contra as Secas, em 1909, o sertanejo será submetido a novas formas de agir e pensar o mundo do trabalho, por meio, da construção de açudes e estradas de ferro, criados para sanar os efeitos das longas estiagens utilizando a mão de obra dos próprios sertanejos. Os campos de concentração foram criados dentro desse contexto e como as obras não conseguiam abarcar o numero grande de sertanejos que não tinham ocupação ou estavam à procura de ajuda do governo, os campos de concentração serviam como local de confinamento desses retirantes, para que fossem distribuídos alimentos e para que de lá fossem mandados para as obras públicas e caso não conseguissem trabalho, não ficariam a esmolar pelas cidades.

Parte-se do pressuposto, também, que pensar nas secas dos sertões nordestinos e suas relações com a cultura local é ir mais além das questões simplistas que reduzem esse tema aos problemas meramente meteorológicos. A seca se tornou praticamente sinônimo do Nordeste e traz consigo, além do fator climático, problemas conjunturais da política brasileira, descaso do poder público, falta de planejamento econômico, interesses imbricados em uma rede de alianças que compõem os sertões de hoje e de ontem. Sendo assim, é importante abordar essa questão considerando o fator social, o homem do campo e as formas de controle e adequação, mediante a fome e a miséria.

O Ceará, especificamente, passou por grandes secas e as de 1877, 1915 e 1932, são algumas das mais emblemáticas por terem arrastado um cortejo de fome, miséria e grandes migrações, muitas vezes dirigidas e financiadas pelo Estado, outras vezes espontâneas devido à própria conjuntura, e que levaram o estado e a União a tomarem medidas e a se posicionarem em relação ao Nordeste árido de maneira mais precisa. Assim, entrou no cenário

---

<sup>4</sup>CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. Ed.Contexto, SP, 2004, p.15.

das políticas de combate às secas as Inspetorias de modo que agiram regulamentando o que deveria ser pensado para elas, na tentativa de diminuir suas consequências na vida dos sertanejos.

Nesse panorama de entendimento sobre as estiagens formou-se o campo de concentração do Alagadiço em 1915, construído no estado do Ceará no governo de Benjamim Barroso. O então governador entendia que, por meio desse *campo*, se poderia estabelecer uma melhor distribuição de alimentos e socorros para os sertanejos, mas o *campo* acabou se tornando também um centro aglutinador de trabalhadores para as obras públicas que estavam a cargo da IOCS. O discurso do trabalho contra o ócio passou a se impor com mais rigor do que nos períodos anteriores, mesmo que nesse momento o trabalho ainda fosse “visto apenas como assistência complementar e não como um fim em si mesmo”<sup>5</sup>.

Já em 1932, os sete campos de concentração surgem na efervescência de um debate em torno da formação de um honesto cidadão trabalhador e essa noção de trabalho como disciplinamento chega à vida dos sertanejos de forma mais intensa. Com a entrada de Getúlio Vargas no poder e seu discurso que tinham como slogan ou frase inicial voltado para os *trabalhadores e trabalhadoras do Brasil*, dando a ideia do “novo lugar social” que o então governo pretendia dar aos trabalhadores, houve uma tentativa de ruptura com a relação trabalho como sinônimo de escravidão e inferioridade social, tão comum na história pregressa do Brasil. De acordo com Frederico de Castro Neves, os *sete campos* foram estrategicamente espalhados pelo Ceará “que chegaram a receber 185.000 pessoas”.<sup>6</sup> Nessa perspectiva entende-se que é no ano de 1932, quando então se legitima uma forma de organização do trabalho que pretendia disciplinar os corpos e as mentes dos sertanejos de maneira mais específica. Em 1915 as formas de controle ainda eram mais desorganizadas, mesmo com a criação do primeiro campo de concentração.

Contudo, para entender a formação desses *campos* formula-se a hipótese de que o sertanejo não permanece nos sertões em períodos secos apenas “influenciado” pelos diversos discursos que o impeliam a ficar em seu lugar, mas sim também por uma relação simbólica entre o homem e a natureza. Permanecer em sua terra, mesmo que seja nos campos de concentração, ainda pode estar atrelado à ideia de modo de vida camponês estritamente ligado a terra e um modo tradicional de vida.

Para analisar todo esse panorama de relações políticas, simbólicas, de dominação e estratégias de sobrevivência dos sertanejos, se utilizou de alguns conceitos fundamentais, como: conceitos geográficos, de construção de identidades, de análises do discurso e de formação de um homem trabalhador em detrimento do ócio. Tal análise se deu, principalmente porque o Nordeste e os sertões passaram por diversas estigmatizações que acabaram por minimizar o sertanejo e o complexo de relações que diz respeito ao próprio lugar.

Recorrer a Josué de Castro – intelectual brasileiro que, pioneiramente, esquadrihou a tragédia da fome no Brasil e no mundo - foi uma tentativa de compreender o que são os sertões nordestinos, delimitando o próprio local. Castro divide o sertão em agreste, caatinga e alto do sertão, onde se encontram áreas de maior ou menor aridez, e com isso os sertões referidos neste trabalho são os sertões geográficos, espaços que são atingidos pela seca, mas que também são férteis e poderiam não estar expostos no quadro de fome e miséria se não fosse, muitas vezes, o descaso do poder público.

O objetivo é esclarecer que não há como separar o espaço, propriamente dito, das relações culturais do povo sertanejo. Muito se sabe que o termo sertão ainda é mal

<sup>5</sup>NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História' São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p. 104.

<sup>6</sup>AGUIAR, Pinto de. Nordeste, o drama das secas. RJ, Civilização Brasileira, 1983, p.94.

empregado, seja pela sociedade mais ampla, seja mesmo em muitos estudos de caráter científico:

(...) a associação entre um termo tão rico de significados e uma parcela espacial do Nordeste brasileiro caracterizada comumente pela semiaridez e pela economia pastoril reduziu a abrangência do termo a um espaço físico geograficamente delimitado, e fez com que no senso comum e no imaginário social os termos ‘sertão’ e ‘nordeste’ passassem a ser tomados praticamente como sinônimos.<sup>7</sup>

Por isso é valido salientar, segundo Caio Maciel, que o sertão é apenas uma parcela do interior do Nordeste e há, portanto, outras áreas que o compõem. O sertão que se refere aqui é aquele da caatinga, onde o solo é arenoso e pouco espesso e, ainda assim, o homem consegue se adaptar ao rigor climático “à extrema secura do ambiente”. Ainda segundo Maciel é possível estudar a relação simbólica existente no que ele chama de sertões, indo “além das dicotomias clássicas como litoral *versus* interior, progresso e atraso, seca e irrigação. Assim, parece problemático falar em “Nordeste”, sendo preferível referirmo-nos a “Nordestes”, tanto quanto a “Sertões”.”<sup>8</sup>

Dentro desse panorama não se poderia também deixar de tratar, mesmo que de maneira pontual, as concepções que influenciaram o país, aquelas que desde Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões* ressaltam a dicotomia litoral e sertão, civilização *versus* barbárie, e aquelas que enxergavam nos sertões a autenticidade de nossa formação nacional. Essas ideias estiveram intimamente ligadas às expedições contratadas pelas Inspetorias de Obras Contra as Secas, desde 1912. Para a análise sobre a ideia construída em relação aos sertões, se utilizou também do autor Roger Chartier que entende o discurso como formador de uma sociedade e formulador de identidades. Os discursos, de acordo com Chartier, criam imagens de diversas camadas sociais para que se mantenha o *status quo*, levando, inclusive, a modificação da relação entre os indivíduos. Chartier chama todo esse panorama de *construção do sentido*. Para o autor:

(...) o objeto fundamental de uma história ou de uma sociologia cultural, entendida com uma história da construção da significação, reside na tensão que articula as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades com as restrições, as normas, as convenções que limitam – o que lhe é possível pensar, enunciar, fazer.<sup>9</sup>

Tomando por recurso essa premissa, entendemos o sertanejo como figura singular e de costumes próprios que deve ser entendido para além do que já tornou-se convencional. Desta feita, o estudo das relações simbólicas entre o homem e a natureza, entre o sertanejo e sua terra se faz necessário, e para isso a História Ambiental será uma grande ferramenta.

<sup>7</sup>MACIEL,Caio Augusto Amorim. Sertões nordestinos: Cariri Cearense, Sertão do Pajeú e Cariri Paraibano. Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras Sertões Brasileiros I, Vol 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p.122.

<sup>8</sup>Idem.116 e p.117

<sup>9</sup>CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação; tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio – Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003, p.166.

Nessa perspectiva, José de Souza Martins<sup>10</sup> analisa que pode haver no mundo dos sertões diversos tipos de funções exercidas pelos sertanejos, como o agregado, o trabalhador ou morador, o jagunço, dentre outras classificações, ratificando que não se pode falar do sertanejo como uma massa monolítica. Esse tema é importante para se entender as configurações políticas e sociais dos sertões, principalmente, com o advento do voto e da República no Brasil. Portanto, os sertanejos das secas de 1915 e de 1932 estavam atrelados ao coronelismo e ao emaranhado da política brasileira de compras de voto e do voto de cabresto. De fato, Getúlio Vargas tenta “romper” a descentralização política para acabar com o poder dos coronéis, mas na seca de 1932 o sertanejo ainda pode ser classificado dentro dessa relação.

É de se ponderar também que os sertanejos não foram apáticos diante dessa situação, compreendo, assim, que esses cearenses tinham uma economia moral própria, um modelo de vida e também se rebelaram diante do descaso em que viviam. Nessa perspectiva, E.P.Thompson pode elucidar tal questão quando conceitua o que ele chama de economia moral da Inglaterra do século XVIII e os motins contra fome. Essa economia moral era o respeito aos pressupostos e direitos tradicionais do povo inglês que quando violados causaram os motins e as revoltas. Aqui se pode comparar aos pressupostos do povo sertanejo que também não foram respeitados, principalmente, com o advento da modernidade. O sertanejo também se revoltou contra a falta de alimentos, água e com as políticas da 1ª República e do pós-1930, saqueando armazéns e legitimando revoltas. Isso se deu porque compreendia que seus direitos tradicionais estavam sendo violados e não porque a fome os tirava de um “estado de normalidade”, o sertanejo entendia e sabia como reivindicar. Thompson esclarece que esse fato:

(...) tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, nas quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres.<sup>11</sup>

Na realidade, os sertanejos tinham um modo de lidar com a terra, com o trabalho e quando essas relações (morais) eram rompidas também se revoltavam. O intuito da pesquisa certamente não é mostrar as revoltas ou os motins causados pela insatisfação dos sertanejos com as políticas de muitos coronéis e do governo, mas o conceito de economia moral de Thompson servirá para compreender que o sertanejo era sujeito de suas ações e não uma marionete manipulada em meio ao caos das secas.

Dentro dessa conjuntura social e política esteve também influenciando várias instâncias da vida da população brasileira o forte nacionalismo varguista, muito atrelado ao mundo do trabalho. Percebe-se que a ideia de nacionalismo como aquilo que Montserrat Guibernau denomina como “vontade de procurar e exercer o poder do estado, relativa tanto à pretensão de criar um estado como ao processo de construí-lo”<sup>12</sup>. Nesse caso o nacionalismo de Vargas é aquele que tenta construir uma identidade própria ao homem brasileiro, uma história própria para o fortalecimento da unidade nacional. Com isso o Estado moderno, neste caso, é aquele que está no cotidiano da população, intervindo e controlando.

---

<sup>10</sup>MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2<sup>a</sup> edição Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

<sup>11</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998, p.152.

<sup>12</sup>GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1997, p.57.

Guibernau explica que, além disso, o Estado moderno domina dois elementos que tentam homogeneizar a população, que são os meios de comunicação e a educação. Vargas utilizou-se de uma forte propaganda para chegar até o povo e por meio da educação tentou definir o que era ou não cultura brasileira, o que era ou não história nacional, “criando” um nacionalismo de base também simbólica e cultural. Essa educação também se deu por meio do discurso do trabalho, os discursos sempre voltados ao trabalhador para que se sentisse parte e formador da nação.

Por fim, o estudo das obras públicas foi dado pelo conceito de Lara Ferreira, no qual as obras eram “escolas para o trabalho”. Assim, os campos de concentração podem ser entendidos dentro desse conceito postulado pela autora, onde os *campos* impunham trabalho compulsório a homens, mulheres e crianças nas *concentrações*. Em 1932 chegavam-se mesmo “a excluir os menos capazes ou os mais produtivos, sendo estes últimos dispensados para irem prestar serviço nas obras de prolongamento da ferrovia”<sup>13</sup>.

A pesquisa se baseou, fundamentalmente, na análise de fontes primárias e secundárias encontradas na Biblioteca Nacional localizada no Rio de Janeiro, analisando jornais da época, boletins da IOCS, IFOCS, DENOCS, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dos relatórios das Inspetorias. No mês de novembro foi realizado um trabalho de campo no Ceará que consistiu em duas etapas: a primeira coleta de ofícios no Arquivo Público do Estado do Ceará e de documentos digitalizados disponíveis no Instituto do Ceará; em um segundo momento, a participação na 32º Caminhada da Seca, em Senador Pompeu, local onde houve um dos campos de concentração da seca de 1932. A *Caminhada* ocorre todos os anos em memória dos sertanejos mortos do campo de concentração de Senador Pompeu. Por fim foram encontrados reportagens e documentários que podem ser acessados pela internet, onde relatam a história dos campos de concentração.

Houve também escolhas, basilares, que mudaram e outras que permaneceram durante a pesquisa, especialmente, o uso do jornal *Correio da Manhã* como principal fonte jornalística sobre o período da seca. Primeiramente, por ser um jornal localizado no sudeste mostrava o panorama e a visão das elites do sul sobre os fatos ocorridos, já que este é o tema principal deste trabalho, a construção social dos sertões e dos sertanejos pelos intelectuais e engenheiros dos períodos de 1915 e de 1932; e segundo, porque durante todos os anos de 1932 a 1933 o *Correio da Manhã* lançou reportagens, notas, entrevistas sobre a seca não só do Ceará, mas da Paraíba e do Rio Grande do Norte realizando um grande panorama sobre o tema, incluindo, a última reportagem de 1933 que mostra o pedido de extinção dos campos de concentração do Ceará. Logo, o jornal traçou uma trajetória de toda a seca de 1932, fundamental para este estudo.

Algumas dificuldades foram igualmente encontradas no caminho, mas boas parcerias também se constituíram para elaboração deste trabalho. Muitas das documentações do século XX ainda não estão organizadas de maneira sistemática como as do século XIX. No Arquivo do Ceará esses documentos ainda estão no Arquivo Intermediário, ou seja, encontram-se na transição para o Arquivo Permanente ainda sem catalogação e organização. Já muitos dos documentos do século XIX estão digitalizados, principalmente, Biblioteca Nacional (BN), e os do século XX estão sendo digitalizados. Tal organização realizada pela BN será de grande valia para todos os pesquisadores e facilitará que diversos deles possam ter acesso a esse valioso acervo em diversos lugares do mundo. No que tange a documentação da seca de 1915 e, principalmente, documentos que falam sobre o campo de concentração do Alagadiço

---

<sup>13</sup>ARAÚJO, Raimundo Alves de e SILVEIRA, Edvanir Maia. A cidade e a seca: O campo de concentração de 1932 e as transformações urbanas em IPU-CE. Revista Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v 8/9, n1, 2006/2007, p.108.

poucas foram às fontes encontradas. Apesar do pouco tempo que foi conferido ao trabalho de campo no Ceará, as fontes de 1932 e das secas de 1877 são mais abundantes.

A despeito dessas dificuldades, os funcionários do Arquivo do Ceará foram bastante solícitos e ajudaram prontamente durante toda a semana do trabalho de campo para que este trabalho pudesse ser realizado. Na Biblioteca Nacional, a organização do acervo é muito maior, incluindo a dos relatórios da Inspetoria, os jornais, alguns deles, estão digitalizados na Hemeroteca facilitando o encontro de uma gama de fontes para o pesquisador. As fontes encontradas no Instituto do Ceará eram digitalizadas e nelas constava grande parte da história do Ceará, com seus Almanaques, revistas e acervos iconográficos. A reprodução dos DVDs e CDs foi realizada prontamente pelos funcionários da Instituição, possibilitando a tessitura deste trabalho. Em Senador Pompeu, a 32ª Caminhada da Seca possibilitou um conhecimento empírico sobre o campo de concentração do açude do Patú. As pessoas do lugar, solícitas com essa pesquisa, foram fundamentais para o conhecimento do local e as imagens disponibilizadas neste trabalho são fruto da amizade e cordialidade do povo de Senador Pompeu que disponibilizou seu tempo para que saíssem do roteiro da *Caminhada* e passassem pelo sítio histórico do campo de concentração, possibilitando o registro de uma riqueza imensurável nas imagens e na simbologia de toda caminhada, que serão descritos neste trabalho.

Dessa forma, a dissertação se encontrará dividida em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado *Contextualizando a República de Wenceslau Braz e Getúlio Vargas (1915 e 1932)* será dedicado especificamente ao entendimento do contexto nacional da República, enfatizando quais eram as duas figuras históricas em 1915 e 1932 e que legitimaram, em seus governos, a criação dos campos de concentração. Primeiramente Wenceslau Braz, o presidente do país em 1915, e em um segundo momento Getúlio Vargas (1930-1934) destacando o estudo do Governo Provisório, período que perpassa a seca de 1932.

Não há como estudar uma região sem entender o contexto nacional, ou até mesmo internacional em que a mesma estava imersa, destacando o fato de que não há História que possa ser estudada sem o entendimento da totalidade dos fatos, mesmo que ela esteja atrelada a um micro, que neste caso são os sertões cearenses de 1915 e de 1932. Por isso, o capítulo estará dividido em três itens: o primeiro item chamado *Wenceslau Braz, a Primeira Guerra Mundial e a crise interna brasileira* irá discorrer de maneira pontual e mesmo como objetivo de contextualização, a entrada de Wenceslau Braz no poder em 1915, como se encontrava a conjuntura política e econômica e como isso mais tarde irá se refletir no trato com o sertanejo e a seca nos sertões do Ceará. Do mesmo modo, pretende-se mostrar como o Brasil estava envolvido na 1ª Guerra Mundial, o começo da crise interna do café, a entrada de uma classe média burguesa no cenário político e o crescimento do proletariado urbano.

No item dois, *Getúlio Vargas, “governo forte/povo disciplinado”* tratará de parte do primeiro governo de Getúlio de Vargas, suas alianças com diversas camadas da sociedade e como isso se refletiu na sua gestão. Salientar sua política de centralização de todas as instâncias do país e como isso chegará também nos sertões cearenses da seca de 1932. Assim também, como Vargas buscava formar uma nação forte com um povo moralmente civilizado e educado, em nome sempre do progresso da nação. Essa pedagogia chegará aos sertões, como maneira de disciplinar o povo inculto e incivilizado que precisava ser tutelado pelo Estado. O estudo sobre Vargas será datado, e corresponderá ao período em que a seca de 1932 estará em questão, configurando-se no Governo Provisório que vai de 1932-1934.

Também é valida essa pequena análise para compreendermos o contexto em que as secas estavam imersas e quem eram as lideranças que comandavam o país nos dois períodos em 1915 e 1932, valendo entender como o Brasil tentou se constituir como Nação por meio de um discurso em prol da modernidade, da civilização e do progresso que refletirá no modo como os sertanejos serão tratados e submetidos.

No terceiro item *Entrando na história do Ministério da Viação e Obras Públicas: as ferrovias e o Ceará* serão analisados as construções das ferrovias como modelos de civilização e progresso nacional, incluindo, a criação das ferrovias no Ceará que foi um dos primeiros momentos em que se utilizou a mão de obra sertaneja na construção de obras públicas. Tratar-se-á também da criação do Ministério de Viação e Obras Públicas, responsável pela Inspetoria de Obras Contra as Secas e pelas construções de ferrovias, rodovias e açudes no país. O intuído deste tópico será salientar como a modernidade passou a chegar aos sertões por meio das ferrovias e pelas obras públicas que ficavam a cargo do Ministério da Viação e por meio das alianças existentes com companhias internacionais que acabaram influenciando a intelectualidade do período e os engenheiros, que fizeram parte das Inspetorias de Obras. Esse será o momento de embarcar na história do Ceará por meio do Ministério da Viação, órgão que legitimou as obras públicas e as ações das Inspetorias de Obras no combate as secas.

No segundo capítulo, *O Ceará e a seca*, será feita uma análise bibliográfica sobre o Ceará e o contexto do século XX, em conjunto com teorias sobre História Ambiental e da Geografia, mostrando o fenômeno da seca e refletindo sobre as questões simbólicas que permeiam a relação homem e natureza. Serão utilizadas fontes primárias da história do Ceará principalmente, jornais e Almanaques, sendo dividido em quatro itens.

O Primeiro item *Um balanço sobre os sertões nordestinos e o caso do Ceará*, será analisado como o caso das secas dos sertões nordestinos não são um caso isolado e como os sertões foram formados por meio da ocupação populacional e a formação do homem sertanejo e das grandes fazendas.

No segundo tópico *O fenômeno da seca no Ceará* buscará mostrar como se dão as fortes estiagens nos sertões e como elas podem ocorrer. Para isso, serão utilizados parâmetros geográficos e climáticos fazendo um intercâmbio disciplinar diretamente com a Geografia. Irá se refletir, assim, como os sertões não podem ser analisados sobre uma visão determinista sertões sinônimos de seca, e como o discurso da ausência de água é utilizado como barganha política e obtenção de verbas para os grandes latifundiários, dando origem à indústria da seca que assola a história do Nordeste até os dias atuais.

O terceiro *A seca de 1915 e 1932 no Ceará e seu contexto político-econômico* será realizado um balanço sobre a história do Ceará nesses dois momentos por meio da análise de fontes primárias, índices de chuva/ano e discursos sobre a seca, mostrando as estiagens dentro de um contexto político e econômico que vai além da questão climática em si.

No item quarto e último intitulado *A relação homem e a natureza, do sertanejo e do sertão* serão abordadas as questões simbólicas de pertencimento do homem e a terra, e os diversos discursos que estigmatizaram os sertões, principalmente, no que tange a uma ideia de que o Ceará é celeiro de mão de obra para outros estados, principalmente, no que se refere ao povoamento da Amazônia, ou mesmo que o sertanejo é um homem sofredor fadado à natureza rústica que o impede de se desenvolver, progredir, se modernizar.

Por fim, o ultimo capítulo sob o nome de *As Inspetorias de Obras Contra as Secas e os campos de concentração* serão analisados, diretamente, o tema dos campos de concentração. Para isso se utilizarão os jornais da época, boletins da IOCS, IFOCS, DNOCS, do Ministério da Viação e Obras Públicas e os relatórios das Inspetorias, para análise da formação das Inspetorias, a sua atuação, a construção dos campos de concentração e análise de seu discurso nos sertões cearenses. No primeiro item desse capítulo *A história que perpassa as Inspetorias de Obras* será especificada a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), quais seus objetivos e quais foram seus resultados no Ceará. Dentro disso, se fará um paralelo com a história do Brasil e dos intelectuais da época, destacando a figura dos engenheiros como homens que pensavam a nação, e como isso influenciou na configuração da IOCS que, em 1920, se tornou IFOCS. Também se tratará, com cuidado, sobre os homens que

estiveram à frente das Inspetorias em 1915 e 1932, destacando os inspetores e os ministros responsáveis pelo Ministério da Viação e Obras Públicas nesses dois contextos históricos, quais eram suas maiores influências intelectuais e de que forma isso chegou até as Inspetorias e, principalmente, como as Inspetorias entraram nos sertões cearenses por meio desses indivíduos.

No segundo tópico intitulado *De aldeamentos indígenas aos campos de concentração cearenses: um breve caminhar na história brasileira* será feita um condensado apanhado histórico partindo do pressuposto de que no Brasil “concentrar” indivíduos não foi nenhuma novidade, tomando como exemplo as reduções indígenas do período jesuítico e as colônias penais que aprisionavam os indesejáveis, os ditos “vadios”, “ébrios” e “vagabundos” durante o Império e, também, no período republicano, em nome da disciplina e do discurso do trabalho em combate a ociosidade. Afastar os “vadios” das cidades, aprisioná-los por meio de uma limpeza dos espaços era mostrar um país moderno e ordenado, que via no embelezamento e progresso das cidades uma forma de inserir o país rumo ao progresso.

No item três *Os campos de concentração de 1915 e de 1932, no Ceará* serão analisados a criação dos campos de concentração de 1915 e posteriormente, os sete campos de concentração de 1932 fazendo uma comparação entre eles, de acordo com os momentos históricos e suas respectivas particularidades. Esse tópico tentará mostrar que como os campos de concentração estiveram atrelados as obras públicas de combate a seca e a um discurso do trabalho que combatia o ócio e a mendicância, em nome da ordem e da disciplina. O mesmo discurso que se aprimorou ao longo dos séculos em todo o país e que criou um modelo de civilidade que segregou os espaços e certas camadas populacionais em nome da ordem e do progresso nacional. Da mesma forma que foi feito com as construções de colônias penais, se criaram campos de concentração no nordeste sertanejo.

Por ultimo, no item *A moral do trabalho nos discursos das Inspetorias de Obras* será feita uma reflexão de como as Inspetorias legitimaram os campos de concentração através de argumentos como o da moral do trabalho, porque o honesto sertanejo trabalhava e não esmolava. Por meio de fontes primárias irá se ressaltar como esse discurso permeou as duas secas, quais as diferenças desses discursos nesses dois momentos históricos e como se queria, na realidade, tentar transformar o sertanejo – camponês - em operário, em nome da modernidade, do progresso da nação e do combate ao ócio e as esmolas que “corrompiam” o povo sertanejo em períodos de seca.

Em síntese, este trabalho fará uma trajetória comparativa das secas de 1915 e 1932 por meio dos discursos das Inspetorias, da análise dos contextos históricos e das relações simbólicas que permeiam o sertanejo e os sertões e, também, a sua identidade forjada, muitas vezes, pelas elites e pelos intelectuais de diversas formações e origens. Por este meio, se pretende chegar a uma conclusão mais concreta sobre a pergunta central desse trabalho: porque criar campos de concentração nos sertões, em detrimento de outra medida que sanasse o problema das estiagens e das aglomerações da fome?

## **Capítulo I**

### **Contextualizando a República de Wenceslau Braz e Getúlio Vargas (1915 e 1932)**

#### **1.1 Wenceslau Braz, a Primeira Guerra Mundial e a crise interna brasileira:**

Segundo Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a partir de 1914 houve um enfraquecimento das oligarquias que se estende até 1930, com a diminuição progressiva de seu poder e sua queda com a ditadura varguista. Nesse contexto, entra no cenário nacional a presidência de Wenceslau Braz (1914-1918), período este em que ocorre a seca de 1915 no Ceará e que se tornou um momento turbulento na história nacional, o que trará sérias dificuldades o Nordeste conseguir verbas para conter a calamidade da seca.

Wenceslau Braz nasceu em Minas Gerais em 1868. Antes de ser presidente, já tinha uma carreira dentro da política no estado mineiro. Formado em Direito, foi secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (1898-1902), deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1903), e assumiu o governo de Minas Gerais em 1909. Foi vice-presidente de Hermes da Fonseca em 1910. Assumiu a presidência do Brasil em 1914 por meio do voto direto, permanecendo até 1918 no cargo.

Contextualizando o período que antecedeu sua candidatura e seguindo o mesmo pensamento da autora Elisa Reis, parte-se do princípio de que a formação do Estado brasileiro não foi um “mero parasitismo burocrático, ou, melhor ainda, ao empreguismo patrocinado pelos interesses sociais dominantes”<sup>14</sup>. A autora ressalta que apesar das oligarquias serem influentes, os militares conseguiram expandir as atividades do poder público, “e esse poder encontra-se confundido e subordinado aos interesses oligárquicos socialmente dominantes, nem por isso ele deixa de ser distinto do poder privado.”<sup>15</sup>

Para a autora, a união de uma elite agroexportadora com o Estado “lançou bases do projeto de “modernização pelo alto” consolidado no período Vargas”<sup>16</sup>. Isso porque, de acordo com Florestan Fernandes<sup>17</sup>, a base de nossa formação nacional foi composta pelas potencialidades capitalistas da grande lavoura. Mas, é a partir daí que surgem novos agentes econômicos que se uniram a essa aristocracia em prol da modernização nacional.

O Estado formou-se, desde o período da independência, por meio de um liberalismo que emanou contra o poder colonial, que redefiniu a dependência ao exterior e tentou construir a Nação, a partir de interesses primeiramente particulares. O Estado, apesar de estar ligado intrinsecamente, a esfera da sociedade civil, se tornava polarizador do crescimento econômico interno e das alterações que ocorriam na sociedade.

Segundo Reis, sete dos doze presidentes em exercício durante a 1ª Repùblica ordenaram intervenções. Por conta disso, a 1ª Repùblica (1889-1930) conseguiu configurar a formação de um Estado, considerando que “na experiência brasileira, crescimento estatal e

---

<sup>14</sup>REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.196.

<sup>15</sup>Idem, p.196 e p.197.

<sup>16</sup>Ibidem, p.194.

<sup>17</sup>FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª Edição, Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

autoritarismo se associaram”<sup>18</sup> e sua consolidação deve ser entendida dentro da união do privado com o público e, mais tarde, de diversos outros setores da sociedade.

O Brasil do período de Wenceslau Braz foi marcado por crises decorrentes do descontentamento em relação à dinâmica do poder central, que se revezava entre paulistas e mineiros. Com o passar do tempo, o país modernizou-se, a dinâmica interna dos mercados se aprimorou e, com isso, houve a entrada de novos agentes na conjuntura nacional. A situação acabou por fortalecer novas classes sociais essencialmente urbanas que começavam a reivindicar seu espaço também na política. Por isso, na gestão de Wenceslau Braz, as cidades já estavam em crescimento acelerado, o que irá refletir em movimentos operários, e a ascensão de uma burguesia industrial e da classe média.

Seria, portanto, o que o autor Tarcísio Motta de Carvalho analisa: devemos entender a 1ª República para além das armadilhas do regionalismo. Carvalho acusa o fato de que, o período Hermes da Fonseca (1910 e 1914) foi mais favorável às frações sobrepujadas da classe dominante, incluindo as agrárias não ligadas aos cafeicultores, no sentido das oportunidades e inserções junto ao aparelho estatal. Por isso mesmo que Wenceslau Braz acabou por ser o nome ideal naquele momento para “conciliar os diversos grupos em disputa, ao mesmo tempo que afastava os militares do centro do poder.”<sup>19</sup>

No período de sua presidência, o país estava envolvido por dois complicados problemas, primeiro a Guerra do Contestado (1912-1916), depois uma crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>20</sup>. Em sua mensagem presidencial de 1915, Wenceslau Braz ressalta seu apoio contra os intentos do Contestado dizendo:

Tem-se mantido inalterável a ordem pública, à exceção dos conflitos ocorridos em zonas limítrofes dos Estados do Paraná e Santa Catarina; havendo o Governo da União prestado a necessária força federal, à requisição dos respectivos governos daqueles Estados para auxiliá-los no restabelecimento da ordem.<sup>21</sup>

Tal contexto explica a postura de seu governo “marcado pela forte repressão aos movimentos contrários ao governo republicano em diferentes regiões do país, como a campanha do Contestado”<sup>22</sup> em Santa Catarina, revoltas militares no Rio de Janeiro e as greves operárias em São Paulo.

No que tange a economia havia tido anteriormente gastos excessivos com despesas feitas no Ministério de Viação e Obras Públicas ampliando ferrovias e portos no país, incentivo esse que interessava não só as elites agrárias como o próprio governo federal. Elisa Reis explica que era um consenso entre os interesses agrários e o poder público a expansão do

<sup>18</sup>REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.205.

<sup>19</sup>CARVALHO, Tarcísio Motta de. Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009, p.67.

<sup>20</sup>Ideia retirada do acervo da Biblioteca da Presidência: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/biografia>

<sup>21</sup>GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura da Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915, p.44.

<sup>22</sup>VICTORIANO, Juliana Leone. Wenceslau Braz e a política do café com leite: Estratégias de comunicação e marketing político que o elegeram Presidente da República do Brasil. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo, SP, 2012, p.47.

sistema ferroviário, por que para a elite agrária as ferrovias significavam diminuir os custos da sua produção e para o Estado garantiria sua entrada maior na vida social de diversas áreas remotas do país.<sup>23</sup>

A penetração por meio das ferrovias também se refletiu no Nordeste, desde o século XIX. No Ceará houve a construção da estrada de ferro Baturité, iniciada em 1873, Baturité era uma região que mesmo em meio à estiagem, continuava fértil e a construção de uma ferrovia que perpassasse por esse local poderia diminuir a distância entre a seca e o “verde” - já que lá seria o centro de fertilidade da região.

Era o Ministério de Viação responsável pelas obras, e com a falta de verbas o Nordeste foi prejudicado em relação aos incentivos de combate às secas. Em relação ao próprio Ministério de Viação, Wenceslau Braz destacava em sua mensagem presidencial:

As dificuldades de ordem financeira que, de muito, nos vinham afligindo e que se agravaram, sensivelmente, em consequência da conflagração europeia, exigiram o retardamento ou suspensão de vários serviços a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas.<sup>24</sup>

No entanto, se fazia *mister* “o esforço de consolidar fontes alternativas de extração de recursos”<sup>25</sup>, principalmente com o advento da 1ª Guerra Mundial, na medida em que houve uma queda nas importações de manufaturas europeias. Isso impactou também os sertões e o envio de verbas para construção das obras, como mesmo colocou Wenceslau Braz na mensagem acima.

O próprio presidente, em outro trecho da mensagem presidencial de 1915, observou que no ano de 1913 houve uma forte depressão nos intercâmbios brasileiros pela baixa simultânea do café e da borracha, que representavam 85% das exportações do país. Isso resultou em 1914 em uma piora significativa dessas baixas, contribuída ainda mais com a 1ª Guerra Mundial, ocasionando uma desorganização do crédito e as irregularidades das exportações dos produtos brasileiros.

Com isso, as dificuldades financeiras aumentaram e, para habilitar o Tesouro, o governo federal teve que adotar uma política financeira de intervenção, queimando três milhões de sacas de café “que estavam estocadas para evitar a queda nos preços do produto. Mais uma vez, a política de valorização do café foi aplicada como desejavam as oligarquias cafeeiras”<sup>26</sup>, o que ocasionou a segunda valorização do café, entre 1917 e 1920. Como era necessário organizar alternativas com o estímulo a outros produtos para o crescimento nacional, Wenceslau Braz passou a se preocupar em solucionar o problema da exportação, garantindo o avanço da indústria nacional e das importações.

Wenceslau Braz ressaltava que era necessário em sua plataforma de governo revisar as tarifas aduaneiras, atentando-se aos interesses industriais existentes e às necessidades do

<sup>23</sup>REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.200.

<sup>24</sup>GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura da Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915, p.56.

<sup>25</sup>REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.200.

<sup>26</sup>VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo, Ed. Scipione, 2009, p.54.

consumidor e do Tesouro Nacional<sup>27</sup>. Em seu discurso de posse deixou claros dois pontos que iriam permear sua gestão: primeiro, enfrentar a crise econômica e financeira, reduzindo as despesas públicas, como a diminuição de verbas do Ministério de Viação e Obras Públicas, e segundo, aumentar a contribuição das forças armadas para torná-la mais eficazes na defesa nacional.<sup>28</sup>

Com isso, houve um crescimento do aparato militar, salientando que o mesmo tinha como intuito minar movimentos regionais reivindicatórios. A mensagem presidencial também dizia que, em nome da defesa nacional, era necessária a obrigatoriedade do serviço militar, e “só assim ele perderá a feição profissional e terá o caráter nacional, ficando constituído pela Nação armada”.<sup>29</sup>

Em 1917, houve uma onda de greves operárias no Rio de Janeiro e em São Paulo. “A greve geral de 1917 dos operários de duas indústrias têxteis de São Paulo acabou abrangendo cerca de 50 mil trabalhadores da cidade, o que fez o governo mobilizar tropas e enviar dois navios de guerra para o porto de Santos”.<sup>30</sup> As reivindicações ocorriam pelos baixos salários causados pela crise econômica que ainda assolava o país e que demandou todos os esforços de Wenceslau Braz, em conjunto com a tentativa de conter os movimentos contrários à República.

No mesmo ano, o presidente declarou guerra à Alemanha. Alguns navios brasileiros haviam sido afundados por submarinos alemães, e tal fato levou ao presidente a entrada na Guerra. Com isso, o Brasil ficou do lado dos EUA lhe prestando apoio com assistência médica e enviando soldados brasileiros à Europa. Contudo, a campanha foi um fracasso para o país porque diversos soldados morreram em consequência da epidemia da gripe espanhola. “A epidemia também afetara regiões urbanas do país como o Rio de Janeiro, onde cerca de 17 mil pessoas morreram em apenas alguns meses.”<sup>31</sup>

Portanto, o término do seu mandato estava mergulhado em um contexto conturbado de disputas entre a velha política do “café com leite”<sup>32</sup> e da entrada da classe média e de uma burguesia em franca expansão que desejava o poder político. A seca de 1915, imersa nessa conjuntura de disputas de poder e contenção de verbas, não recebeu a atenção necessária para sua solução, o que levou o governador do Ceará, Benjamim Barroso, a tomar alguma medida para conter o flagelo.

---

<sup>27</sup>GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura da Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915, p.7.

<sup>28</sup>VICTORIANO. Juliana Leone. Wenceslau Braz e a política do café com leite: Estratégias de comunicação e marketing político que o elegeram Presidente da República do Brasil. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo, SP, 2012, p.49.

<sup>29</sup>GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura da Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915, p. 50 e p.51.

<sup>30</sup>Ideia disponível na Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/biografia>

<sup>31</sup>Acervo Personalidades, Jornal Estadão. Reportagem Venceslau Brás. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,venceslau-bras,568,0.htm>

<sup>32</sup>Segundo Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo para garantir seu poder, as oligarquias de Minas Gerais representadas pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e as oligarquias paulistas representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) se uniram para que se alternassem na presidência do Brasil, garantido a hegemonia política das duas regiões. As regiões se uniram porque “aliavam o poder econômico, proveniente do café (São Paulo), ao poder político, isto é, aos votos de Minas, que era o estado com maior número de eletores”. VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo, Ed. Scipione, 2009, p.303.

## 1.2 Getúlio Vargas , “governo forte/povo disciplinado”.

Com a crise da oligarquia e a entrada cada vez maior de uma burguesia industrial na vida nacional, que se deu desde Wenceslau Braz, Getúlio Vargas entrou no cenário político brasileiro no Golpe de 1930.

No período de Washington Luis (1926-1930), os conflitos entre Minas Gerais e São Paulo se estenderam. Washington Luis tinha como candidato o sucessor Julio Prestes, de São Paulo, sendo que Minas Gerais acreditava ter um próximo candidato na presidência, o que ocasionou a insatisfação dos mineiros com a candidatura de Prestes. Com isso, formou-se uma ala de oposição, à chamada Aliança Liberal lançando a candidatura de Getúlio Vargas – um gaúcho - à presidência, e ex- Ministro de Washington Luis, tendo como seu vice João Pessoa, da Paraíba. Sendo assim, uniam-se em sua base Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e vários outros grupos contrários ao governo federal e que se sentiam relegados política e economicamente na 1<sup>a</sup> República, e buscavam seu espaço e autonomia nas decisões políticas.

Havia também nesse contexto os Tenentes que estavam insatisfeitos com declarações feitas sobre o exército na época de Arthur Bernardes (1922-1926), formando um movimento contrário às oligarquias cafeeiras, tendo como base a moralização da política, centralização e o voto secreto. Contudo, não foram felizes em suas investidas e conseguiram ver na Aliança Liberal uma aliada aos seus anseios. Os tenentes serão essenciais para o Golpe de 1930 e para manter a consolidação do Governo Provisório. “Com uma composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais”.<sup>33</sup>

Julio Prestes venceu as eleições em 1930, mas Vargas, inconformado, uniu-se aos tenentes e a uma fração das oligarquias e planejou um golpe, conseguindo depor da presidência Prestes, iniciando o chamado Governo Provisório. Segundo Sonia Mendonça:

(...) o período de 1930-1937 pode ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado – a burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa.<sup>34</sup>

Dentro dessa perspectiva, segundo Cristiano Paixão, Getúlio Vargas teve um grande talento para “compreender as demandas de grupos tão diversificados (que incluíam comunistas, integralistas, militares e uma pequena parcela da oligarquia), Vargas soube conservar um precário equilíbrio entre as forças que o apoiavam.”<sup>35</sup> Em seu discurso de posse em 1930, Vargas expressava bem o tipo de postura que teria a partir de então, sempre voltando sua fala para a vertente patriótica:

---

<sup>33</sup>FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p.15.

<sup>34</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.322.

<sup>35</sup>PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Araucaria, 2011, p149.

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpítante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo arbítrio de suas finalidades coletivas... — a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.<sup>36</sup>

Getúlio Dornelles Vargas nasceu no Rio Grande do Sul em 1883. Começou sua carreira política como deputado estadual, pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), primeiro de 1909-1912 e, num segundo momento, de 1917-1921. Em 1922, foi eleito à Câmara dos Deputados e eleito deputado federal novamente permanecendo de 1923 a 1926. Foi ministro da Fazenda de Washington Luís em 1926, ficando por um ano no cargo. Foi governador do Rio Grande do Sul em 1928. Em 1930, pela Aliança Liberal, partido de oposição ao governo federal, foi candidato à presidência.<sup>37</sup> Sua entrada no poder foi marcada pela união, referida acima, de diversos grupos distintos, principalmente, do movimento tenentista e de uma parte da oligarquia dissidente, mostrando a contradição interna característica do seu governo.

Para Vicentino e Dorigo, pode-se dizer que havia nessa conjuntura uma ala mais renovadora ávida por mudanças, mesmo que isso passasse pelo sacrifício da ordem democrática, e outra vertente mais restauradora, que queria legitimar os direitos constitucionais para que os estados mantivessem a autonomia conseguida anteriormente e que estava sendo minada pela centralização do poder da União, que se fortalecia com o passar dos anos.

Sonia Mendonça destaca que “o Estado burocrático-autoritário era um conjunto diferenciado e não monolítico, de instâncias decisórias.”<sup>38</sup> Nessa perspectiva, Vargas acabou seu discurso de posse do Governo Provisório dizendo:

(...) a revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, á procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes á nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1930, p.15 e 16.

<sup>37</sup>Sobre a vida de Getúlio Vargas, acervo disponível na Biblioteca da Presidência: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-periodo-presidencial>

<sup>38</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2<sup>a</sup>Ed, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, p.19.

<sup>39</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1930, p.20 e p.21.

No âmbito internacional, seu governo foi tomado pela crise de 1929, a queda da bolsa de Nova York, que trazia “como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína dos fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades, caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporara”<sup>40</sup>.

Com isso, evidencia-se que o país ainda era essencialmente rural, por isso mesmo as oligarquias cafeeiras tinham uma grande importância dentro do Estado. Era necessário que Vargas valorizasse o café, ao mesmo tempo em que controlasse sua demanda, e com isso criou o Conselho Nacional do Café (CNC) em 1931 para regular o mercado cafeeiro. Porém, o estoque era grande e o Conselho acabou tendo como solução queimar o estoque de café excedente. Essa medida permitiu que mantivesse a economia brasileira em funcionamento. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, entrava de maneira mais extensa no cenário nacional a burguesia industrial, tendo como modelo a substituição das importações. Desse modo, “ainda que os núcleos decisórios do Estado cousessem às frações das oligarquias agrárias tradicionais, isto não significava que elas tivessem uma postura antimodernizante ou anti-industrialista.”<sup>41</sup>

O modelo de Estado que emergia também conseguiu que o setor cafeeiro não tivesse papel central nas decisões, como acontecia na 1ª República. Ao mesmo tempo, Vargas consolidou o seu poder investindo fortemente no culto à sua personalidade, na “positividade do Estado-Nação e dos ideais nacionais, recorrendo a códigos afetivos que visavam a exercer pressão sobre os indivíduos”.<sup>42</sup>

Para manter o governo centralizado, em meio a esse quadro antagônico, no Governo Provisório Vargas dissolveu o Congresso Nacional, destituiu os governadores e nomeou Interventores - com exceção de Minas Gerais - que eram subordinados ao poder central, limitando o poder dos estados. Os Interventores eram os tenentes que o haviam apoiado no Golpe, peças fundamentais para sua centralização política. Tentou também reprimir manifestações operárias, tomando para si as rédeas dos sindicatos, reprimindo formações de esquerda e colocando na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil (PCB).

De acordo com Alboni Vieira, Vargas apoiou-se em um tripé que permeou sua gestão: “interventorias, departamentos administrativos e departamentos de propaganda, que ele capitaneava com habilidade e tirocínio. O pensamento social da era getuliana estava baseado no binômio governo forte/povo disciplinado”<sup>43</sup>

Por ter tornado interventor de São Paulo o pernambucano e tenente João Alberto, a população e a elite paulista começaram a pressionar Getúlio Vargas, pois defendiam a volta de sua autonomia estatal. Essa insatisfação culminou na chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, e a elite paulista passou a reivindicar seu espaço autônomo frente à nova política centralizadora de Vargas. Iniciou-se, segundo Vicentino et.al., uma luta armada e após três meses as tropas do governo minaram o movimento.

É válido salientar um ponto chave neste período para se entender a seca de 1932. A luta contra os paulistas contou com o forte apoio do Nordeste, sobretudo os batalhões provisórios com o povo cearense, que foram enviados para linha de frente ao lado dos aliados

<sup>40</sup>FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012, p.185.

<sup>41</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2ºEd, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, p.22

<sup>42</sup>VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.14, p.191-205, jan./abr. 2005, p.10.

<sup>43</sup>Idem, p.7.

de Vargas. De acordo com Raimundo Lopes<sup>44</sup>, a seca surgiu como elemento que legitimava a luta contra São Paulo e o antigo sistema político de governo. O discurso era de que o Governo Provisório estava tentando levar as medidas que iriam solucionar o problema da estiagem, mas o conflito protagonizado por São Paulo impedia que o plano de combate à seca fosse posto em prática e por isso, o Ceará deveria entrar em cena. Nesse aspecto que o Nordeste apoiou Vargas contra as investidas de São Paulo. Com isso, passou-se a ter nesse período uma ação coordenada de combate à seca em conjunto com o governo federal, apesar do Nordeste ainda continuar como base principal da sociedade as velhas relações paternalistas.

O Ceará acreditava que o Governo de Vargas seria a porta para sua entrada novamente no campo da política e da economia, e a seca passou a ser um fator primordial no discurso para mobilizar a população, ou seja, se Vargas não tivesse condições para enviar verbas, devido à guerra declarada por São Paulo, os sertanejos seriam prejudicados. Por isso, se usou, principalmente, os sertanejos nas batalhas e eram eles a maioria dos “voluntários” que se alistavam, vindos de diversos lugares dos sertões cearenses. Notar-se-á também, nos próximos capítulos, que devido a esse apoio, muitas mensagens, incluindo as dos *Almanaques do Ceará* referentes aos anos de 1930 a 1933, vangloriavam a ação patriótica das forças que lutaram pela consolidação da “Revolução de 1930”, e louvavam as ações do Governo Provisório.

Nessa perspectiva, após vencer São Paulo, Vargas, para aumentar seu poder, elaborou junto com a Assembleia Constituinte uma nova Constituição em 1934. Assemelhava-se à de 1891, mantendo uma República federativa, mas tinha seus teores inovadores e que gerariam mudanças no país. Segundo Cristiano Paixão, essa Constituição teve, primeiramente, influência das constituições do México (1917), da Alemanha (1919) e da Espanha (1931), segundo previu os direitos sociais tanto na esfera econômica quanto social, e manteve os direitos individuais. Foi uma Constituição de natureza liberal e inseriu-se “no paradigma do Estado Social de Direito, de que é exemplo a Constituição de Weimar, que parece ter sido a principal inspiração”, representando a modernização da sociedade brasileira, no fim da 1ª República.<sup>45</sup>

Em sua Mensagem Presidencial de 1935, Vargas ressaltava que o senado Federal estaria “renovado e capaz de reagir contra os vícios que o tornaram passivo e inoperante na vigência da Constituição de 1891. O poder Executivo é a guarda e a própria sorte do regime democrático”<sup>46</sup>. Além de ter reorganizado o senado Federal, Getúlio Vargas estabeleceu nos estados e municípios um governo descentralizado, mas não autônomo.

Boris Fausto esclarece que houve novidades importantes no que se refere a alguns pontos: em relação à economia, Vargas previa na Constituição a nacionalização de jazidas minerais e quedas de água; na parte social, declarava autonomia aos sindicatos e sua pluralidade, e elaborou as leis trabalhistas, garantindo direito ao salário mínimo, regulamentação do trabalho feminino e de menores e férias remuneradas, por exemplo.

No entanto, outro fator se tornou chave na sua gestão: a educação como maneira de moralização da vida dos brasileiros. Alboni Vieira analisa que “as mensagens presidenciais do

<sup>44</sup>LOPES, Raimundo Helio. Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma Guerra Nacional (Ceará, 1932). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009.

<sup>45</sup>PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Araucaria, 2011, p.149.

<sup>46</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo. República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p.8.

período são bastante claras a respeito da consideração da educação como um dos maiores problemas nacionais, ao lado da organização do trabalho livre.”<sup>47</sup>

Por isso, Vargas criou o Ministério da Educação e da Saúde nos fins dos anos 1930, deixando claro na Constituição, nos Art 148 e Art 149, que caberia “à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral” e que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos (...) de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação”<sup>48</sup>. Prossegue no Art 150 esclarecendo que o ensino primário seria integral e gratuito, com frequência obrigatória extensiva aos adultos e o ensino educativo antes do primário também manteria tal gratuidade para tornar a educação acessível à sociedade. Nota-se que essa medida fará com que Vargas, principalmente no Estado Novo (1937-1945), controle o que será ministrado nas salas de aula, o que era ou não cultura, o que era ou não a história nacional, na tentativa de padronizar o homem brasileiro como um trabalhador honesto, em contraposição ao homem malandro, modelo este que chegará também aos sertões nordestinos.

Observa-se também a valorização da família. Vargas tinha um apoio forte da Igreja Católica e, com isso, a base da moralidade cristã esteve em todo o seu discurso: “A Igreja pregava a ética cristã, valorizando a família, transmitindo uma moral de bom comportamento, de trabalho como símbolo de dignidade e a obediência ao Estado, que era a ordem vigente; competindo a ela a regeneração moral da sociedade.”<sup>49</sup>

No que se refere à Segurança Nacional, na própria Constituição de 1934 consta nos Art 159 e 160 que se instalaria um Conselho Superior de Segurança Nacional e órgãos especiais para tratar das questões relativas à segurança nacional. Esse Conselho seria presidido pelo próprio Getúlio Vargas, e fariam parte dele os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada, cabendo a Getúlio Vargas “à direção política da guerra, sendo as operações militares da competência e responsabilidade do Comandante em Chefe do Exército ou dos Exércitos em campanha e das Forças Navais.”<sup>50</sup>

No Art 161, ainda ressaltava o estado de guerra, que implicaria na suspensão das garantias constitucionais, e, no Art 163, a obrigatoriedade do serviço militar “necessários à defesa da Pátria e, em caso de mobilização, serão aproveitados conforme as suas aptidões (...) As mulheres ficam excetuadas do serviço militar.”<sup>51</sup>, realçando desse modo, como o Governo getulista esteve intimamente relacionado com um modelo militar, em nome da ordem e da dita segurança nacional.

Em sua Mensagem presidencial de 1935, colocou o porquê da criação da Lei de Segurança deixando bem claro que se iniciará, a partir daí, uma repressão a qualquer movimento contrário ao seu governo, o que mais tarde culminará numa verdadeira Ditadura, perseguindo, eliminando e segregando os “indesejados políticos”. Vargas dizia:

Afim e de evitar surtos extremistas, de qualquer natureza, a Câmara dos Deputados, cuja legislatura acaba de findar, completou falhas sensíveis de

<sup>47</sup>VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.14, p.191-205, jan./abr. 2005, p.8.

<sup>48</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

<sup>49</sup>SANTOS, Carla Xavier. A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha. Rio Grande do Sul: IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. Vestígios do Passado: a história e suas fontes, 2008, p.4.

<sup>50</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Presidência da República. Rio de Janeiro: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 16 de julho de 1934.

<sup>51</sup>Idem.

nossa legislação penal, elaborando e aprovando a chamada “Lei de segurança”. Essa lei segue os moldes da legislação moderna, adotada por toda parte sobre o assunto, sempre sob a fiscalizadora do poder judiciário, a defesa do Estado<sup>52</sup>.

Seria, então, nos anos de 1930 “que a dinâmica regra-exceção continuaria a ser ativada sempre que o governo (ou setores militares) detectasse alguma perspectiva de ameaça à ordem política existente.”<sup>53</sup>

Apesar disso, a ênfase de seu discurso estava pautada nos direitos civis. Os direitos dos trabalhadores estariam sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Na Constituição, constava que a legislação trabalhista beneficiaria as condições do trabalhador, assegurando a proibição de diferença salarial para o mesmo trabalho, por motivo de idade, nacionalidade, sexo; em relação ao salário mínimo, o mesmo deveria satisfazer as necessidades normais do trabalhador; no que se referiu à carga de trabalho, passariam a ser de oito horas diárias; no que tange ao trabalho de menores, proibia-se o trabalho de menores de 14 anos; e, por fim, as férias anuais seriam remuneradas e haveria assistência sanitária ao trabalhador.

No entanto, a regulação de garantias ao trabalhador permitia que o confronto entre capital e trabalho fosse evitado. Sonia Mendonça destaca que o salário mínimo, por exemplo, foi um grande instrumento de acumulação industrial e tornava-se um fixador do preço de toda força de trabalho. A burguesia industrial se beneficiou com essa política, principalmente no que tange aos sindicatos que se tornaram agências do aparelho do Estado, controlando a mobilização dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, a modernizaçãoposta em prática por Vargas acabou por preservar o caráter conservador do aparato político, uma “modernização pelo alto”, e um “projeto de nação” que se construía para neutralizar as tensões latentes.<sup>54</sup> Vargas queria assegurar a utilização de trabalhadores nacionais nas indústrias brasileiras, pautando seu discurso em nome da nacionalidade e da valorização do trabalhador brasileiro. Na década de 1920 havia, segundo Angela de Castro Gomes, uma preocupação com a imigração de mão de obra estrangeira para o Brasil, estimulando a reflexão sobre fontes alternativas de fornecimento de mão de obra com os próprios brasileiros. A autora afirma que alguns intelectuais vinham criticando o desprezo que havia no país em relação aos homens pobres do interior. Era preciso que se reavaliasse o problema racial do Brasil e do trabalhador brasileiro. O nacionalismo deste período “não se traduzia mais por um sentimento de amor à pátria, ele se manifestava como um movimento social, que tinha como objetivo apontar e combater os males de nosso país”<sup>55</sup>. Vargas mesmo ressaltava:

Procura-se, desde então, encaminhar a massa dos nossos emigrantes para os trabalhos da terra, impedindo a sua concentração nas cidades, principalmente nos centros industriais, onde já se denunciavam sintomas de desemprego. Por outro lado, para impedir que, em face dos elementos estrangeiros que aqui entram trazendo o concurso sempre precioso do seu braço, fossem os

<sup>52</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo. República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p.21.

<sup>53</sup>PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Araucaria, 2011, p.151.

<sup>54</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2<sup>a</sup>Ed, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, p.34.

<sup>55</sup>Idem.

nacionais vencidos na concorrência, baixou o Governo Provisório o decreto n.20.291, de 12 de agosto de 1931, anteriormente citado, a propósito da nacionalização do trabalho, determinando que, em nenhuma empresa industrial ou comercial, o numero de empregados ou operários estrangeiros pudesse ultrapassar o terço da massa total dos trabalhadores. Visando idêntico objetivo e também da nossa soberania, ainda expandiu o decreto nº20.303, de 19 de agosto de 1931, que nacionalizou a nossa marinha mercante e reservou os serviços militares exclusivamente aos brasileiros natos.<sup>56</sup>

Apesar do discurso acima afirmar uma nacionalização latente, principalmente da mão de obra nos centros industriais, vale ressaltar que esse nacionalismo não tinha ligação alguma com “a fraca penetração do capital estrangeiro”.<sup>57</sup> Era necessário que se formasse uma Nação que se identificasse com a sua história, sua identidade, que trouxesse unidade aos territórios e, sendo assim, se legitimasse o governo varguista. Contudo, esse contexto estava imerso na Crise de 1929, nos EUA, e a queda de disponibilidade de recursos em todo mundo. Sonia Mendonça ressalta que muitas economias centrais optaram por conter seus investimentos em suas próprias localidades. “A “opção” nacionalista pode, assim, ser retraduzida como fruto de uma circunstância de escassez de recursos disponíveis internacionalmente.”<sup>58</sup>

Vargas também se “preocupava” com a questão da chamada “limpeza social”, usando métodos eugênicos no controle da sociedade brasileira. Era comum utilizar métodos científicos, desde fins do XIX, como justificativa e antídoto contra a criminalidade indesejada. Com isso, Getúlio Vargas começou a se valer desses discursos para garantir uma verdadeira higienização social. Para isso e para manter o seu poder, utilizou-se de um vasto aparato de polícia, minando qualquer manifestação ou atividade que ameaçasse a ordem. Trabalhadores foram presos e mortos. A repressão se tornou comum ao longo dos 15 anos de mandato de Getúlio Vargas, legitimada sempre pelo discurso científico de modernidade e progresso nacional, em nome da ordem e dos bons costumes.

Em um discurso proferido na Bahia, em 1933, Getúlio Vargas deixava bem claro o desejo de garantir o controle social por meio, não só, de um aparato de polícia aparelhado, mas uma organização sanitária e educacional, ligadas a uma moralidade da vida do povo. Vargas colocava:

Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano, aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza. Visando obter, para isso, os necessários recursos, já foi baixado um decreto criando o selo sanitário, sugestão do ilustre Dr. Belisario Pena, utilizada para assegurar a realização progressiva de uma das iniciativas mais úteis que o Brasil exige dos seus governantes.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo. República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p.125.

<sup>57</sup>MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2<sup>a</sup>Ed, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, p.35.

<sup>58</sup>Idem.

<sup>59</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado na capital da Baía. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 1933, p.322.

Em relação à educação, Vargas acabou ligando-se ao mesmo víeis de uma “limpeza social” para emergir um novo homem brasileiro, moralmente educado, civilizado, contrário ao rude atrasado de anos anteriores de nossa história. Vargas assinalava que era pela educação do povo que as nações chegaram ao seu progresso, e não era apenas aquela da escola, mas sim uma educação “física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional”<sup>60</sup>, o mesmo modelo de “educação” que chegará nos sertões do Ceará em 1932.

Por fim, outro ponto fundamental para entender o período Vargas é a remodelação das cidades brasileiras e os programas territoriais com ênfase na política de povoamento, transporte e comunicação, do qual o Nordeste e o Norte estarão atrelados e dos quais se pode entender o contexto das obras de combate às secas. Não é à toa, também, que em 1934 Vargas criou o Plano Geral de Viação, tendo como prioridade a integração entre as ferrovias e as navegações fluviais.

Nessa perspectiva, alguns pontos são fundamentais para entender a nova pedagogia que o governo varguista tentará implementar também nos sertões nordestinos, com a ajuda dos seus intersetores, de maneira mais organizada e centralizada do que nos períodos das secas anteriores, e que tentará modificar a vida do semiárido a partir de então, são elas: “proteção à família e ao trabalho, ênfase na educação, à disciplina e à moral”.<sup>61</sup>

### **1.3 – Entrando na história do Ministério da Viação e Obras Públicas: as ferrovias e o Ceará.**

A criação do Ministério da Viação e Obras Públicas (M.V.O.P.) foi importante para consolidação das obras de combate à seca no Nordeste, incluindo a construção, principalmente, das ferrovias e rodovias no estado do Ceará, além das Inspetorias de Obras posteriormente serem ligadas exatamente a esse Ministério.

Desde o período Imperial que as ferrovias significavam o progresso, sobretudo, para melhorar a comunicação com a Europa, levando em consideração que o Brasil abastecia os europeus com produtos agrícolas e também servia como complemento para as navegações, tema este caro à historiografia e importante de ser situado na história do Ceará. O governo federal assumiu, desde o inicio, uma posição fundamental para a consolidação desse sistema. De acordo com Marcia Espig, a União concedeu às empresas diversos benefícios, “assumindo ferrovias privadas à beira da falência, buscando assim atrair e preservar investimentos estrangeiros”<sup>62</sup> na malha ferroviária do país. Apesar disso, o desenvolvimento das ferrovias foi lento, no passar da história brasileira.

As primeiras ferrovias do país tiveram ligação íntima com investimentos estrangeiros, principalmente, os ingleses. Josemir Melo ressalta que os ingleses não tinham o intuito de aprimorar a produção agrícola brasileira. Na verdade, estavam à procura de exportação de bens de capital, como as ferrovias. Foi nesse sentido que, no Brasil, “as companhias estrangeiras afetaram a economia do Nordeste tanto no aspecto da construção ferroviária em

---

<sup>60</sup>Idem, p.323.

<sup>61</sup>Ideia retirada de GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 244.

<sup>62</sup>ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese de doutorado, URGs, Porto Alegre, 2008, p.153.

si mesmo (os efeitos da tecnologia) como na relação das ferrovias com a produção local.”<sup>63</sup> Segundo o autor, ainda havia cerca de 146 empresas inglesas entre 1823 e 1899.

No período republicano, a ideia das ferrovias não estava mais ligada, apenas, ao viés econômico, “mas também como forma de integrar os sertões brasileiros ao centro político e econômico - o sudeste do país- e garantir a realização do projeto de nação vislumbrado pelas elites brasileiras.”<sup>64</sup> A nação conjecturada deveria ser moderna e urbana por excelência e as ferrovias faziam parte deste modelo, principalmente porque acompanhou a ascensão das tecnologias como os portos e os telégrafos.

Tagore Villarim de Siqueira<sup>65</sup> dividiu a construção das ferrovias no Nordeste em três momentos: o primeiro, fortes investimentos britânicos, especialmente para o estímulo à exportação de produtos, abrangendo os anos de 1855 a 1877; no segundo, de 1873 a 1900, aumento das companhias ferroviárias adentrando o país e chegando até os sertões nordestinos, e o terceiro momento iniciado em 1901, no qual as ferrovias passaram para o controle do governo federal e, logo depois, arrendaram-se algumas ferrovias para três grandes companhias, dentre elas a *The South American Construction Company Ltda*. A história das ferrovias cearenses passa por todas essas transformações citadas, dentre elas a mais importante, que foi a criação da Rede de Viação Cearense (RVC) que irá fazer parte das secas de 1915 e 1932 no transporte de retirantes e no uso de sua mão de obra para construí-las e para a construção de açudes.

Em 1871 nasce, no Ceará, à primeira companhia com capital privado, a chamada Estrada de Ferro Baturité (E.F.B). Sua construção, segundo *Almanaque do Ceará* de 1932<sup>66</sup>, foi iniciada pela Companhia da Via Férrea Baturité, em 1872, sendo encampada pelo Governo Imperial no decreto lei nº 6919 de junho de 1878<sup>67</sup>, devido a diversas paralisações ocorridas na seca de 1877. No decreto estabeleceu-se que a E.F.B seria resgatada ao governo e, sendo assim, tudo que se referisse a ela: ramais, dependência, materiais, bem moveis e imóveis, dívidas, concessões, direitos e favores ficariam ao domínio do Estado, constituindo assim sua exclusiva propriedade.

Com a 1ª República, no período Campos Sales (1898 e 1902), apesar de não haver a intervenção do Estado na economia, a União desapropriou doze companhias estrangeiras no país em 1901.<sup>68</sup> Mesmo com as vantagens dadas a empresas, muitas abandonavam os empreendimentos ou não completavam as obras no tempo devido. Segundo o IBGE, foi no período de 1911 a 1930 que a malha ferroviária brasileira aumentou a extensão, incluindo a expansão das ferrovias não só do Sudeste e Sul, mas também do Nordeste. Até o ano de 1930, constatou-se que havia no país um total de 32.478 quilômetros de ferrovias. O mapa 1 abaixo mostra os investimentos e a expansão da malha em todo o território brasileiro, no período citado:

<sup>63</sup> MELO, Josemir Camilo de. O papel dos investimentos ferroviários ingleses no Nordeste, 1852-1902 (Nota para um estudo da História das Ferrovias). Feira de Santana: Sitientibus, , n.15, 1996, p.336.

<sup>64</sup> VIERIA, Lêda Rodrigues. Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010, p.192.

<sup>65</sup> SIQUEIRA, Tagore Villarim. As Primeiras Ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o Caso da Great Western Railway. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, V.9, N 17, jun 2002.

<sup>66</sup> BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 37º ano, 1932. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

<sup>67</sup> Decreto Lei nº 6919 de junho de 1878. Câmara dos Deputados: Coleção de Leis do Império do Brasil, Vol.1, 1878, p. 287. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6919-1-junho-1878-547627-publicacaooriginal-62418-pe.html>

<sup>68</sup> ESPIG, Marcia Janete. Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo- Rio-Grande (1908-1915). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.155.

**Mapa 1-Expansão da malha ferroviária em todo o território brasileiro.**



Fonte: IBGE, I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p. 7.

Dentro desse contexto nacional, a história da Rede de Viação Cearense (RVC) inicia-se a partir de 1910, quando foi dada a concessão da E.F.B e da Estrada de Ferro Sobral (E.F.S), criada em 1878, a empresa britânica *The South American Construction Company Ltd.* “As duas estradas têm diretrizes paralelas e se orientam do litoral para o interior cearense.”<sup>69</sup> A E.F.B parte de Fortaleza e a Sobral parte de Camocim. Em 1908 as E.F.B e a E.F.S pertenciam a *Novis & Porto e Saboya Albequerque & Comp.*. Por meio do então decreto nº 7.669, de 18 de Novembro de 1909, autorizou-se que estas empresas transferissem seus contratos para *South American Railway Construction Company Limited*, que propôs em artigo único que ficaria autorizado ao ministro de Viação e Obras Públicas “o arrendamento de diversas estradas de ferro constituindo a Rede de Viação Cearense, bem como a construção de

<sup>69</sup>VIEIRA, Flávio. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 1954, p.110.

alguns prolongamentos e ramais das mesmas estradas, mediante as cláusulas que com este baixam assinadas pelo referido ministro.”<sup>70</sup>

No decreto nº 8.711 de 10 de maio de 1911<sup>71</sup>, foi revisado o contrato e nele constam as seguintes cláusulas complementares como: prolongamento da estrada a partir de Ipu até Crateús, da E.F.B de Miguel Calmon até Macapá, e também dos ramais de Icó e Crato; na E.F.S, prolongamento entre Crateús e Teresina; construção de uma linha partindo de Fortaleza ou outro ponto, mas que fosse até S. Francisco de Uruburetama ou de Itapipoca; prolongamento de Crato, de Milagres a Juazeiro. Outro tema importante é o referido às passagens, que só seriam gratuitas para colonos e imigrantes, seus utensílios e instrumentos agrícolas e as sementes gratuitas que eram enviadas pela União aos lavradores. Essas famílias migrantes deveriam povoar os lotes demarcados à margem ou dentro de cada eixo das estradas, formando núcleos coloniais chamados de estradas de rodagem ladeadas de lotes. Isso explica o que já foi mencionado, que, com a República, as ferrovias vieram ocupar os espaços e abrir as fronteiras com a população imigrante, tanto nacional como estrangeira.

A companhia deveria fornecer as ferramentas e sementes e, caso necessário, trabalho assalariado nas obras próximas ao lote. Cada colônia estabelecida pela companhia obtinha prêmio e auxílio, além das vantagens tributárias concedidas por meio da União. Contudo, no ano de 1915, através do decreto nº 11.692<sup>72</sup>, Wenceslau Braz declarou a caducidade do contrato com a *South American*, tomando para si a RVC, alegando, no próprio decreto, que a empresa não preparou nenhum trecho dos 155 quilômetros de linhas que havia executado trabalhos em 1911, interrompendo por completo as obras desde fins de 1913 sem justificava ao governo federal, descumprindo a cláusula que diz ser obrigada a entregar ao tráfego, ao menos, 200 quilômetros.

O Jornal *A Lucta* reclamava, em 1915, as condições da viação férrea do Ceará, dizendo:

Está sendo raro, raríssimo mesmo o dia em que os trens da nossa via-férria chegam a esta cidade dentro do horário, tal o péssimo estado do material rodante desta ferrovia, confiada hoje a administração inglesa, que não sabemos por que fado tem sido um contraste a meticulosidade, inteireza e pontualidade que distinguem os súbditos de S.M. britânica.<sup>73</sup>

No *Jornal do Ceará*<sup>74</sup> acusou-se o Ministério da Viação pelos negócios obscuros entre as empresas estrangeiras, incluindo o caso envolvendo a *South American e a Saboya Albuquerque & Cª* pela transferência de arrendamento da E.F.S que não teria sido pago devidamente a empresa *Saboya*, e a mesma, com isso, protestou a falta do pagamento. Não estranhando, assim, a postura da União em encampar tais ferrovias. As denúncias e a pressão

---

<sup>70</sup>Decreto Lei nº 7.669, de 18 de Novembro de 1909. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União Seção 1 – 31 de dezembro de 1909, p. 9963. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7669-18-novembro-1909-527804-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>71</sup>Decreto nº 8.711, de 10 de maio de 1911. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União – Seção 13 de maio de 1911, p. 5651. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8711-10-maio-1911-578885-norma-pe.html>

<sup>72</sup>Decreto nº 11.692, de 25 de agosto de 1915. Senado Federal, Secretaria de Legislação Informativa, publicação: Coleção de Leis do Brasil de 31 de dezembro de 1915. Disponível em:  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=35892&norma=51573>

<sup>73</sup> Jornal A Lucta, *Socorro!* Sobral: Anno 1, 25 de março de 1915.

<sup>74</sup> Jornal do Ceará, Órgão político Ceará-Fortaleza. *Estradas de Ferro, A rede cearense.* Fortaleza: nº 1.159, ano VI, 25 de fevereiro de 1910.

dos jornais de oposição eram intensas para que se tomassem medidas em relação aos contratos com a *South American*.

O decreto foi elaborado, portanto, na tentativa de melhorar as crises de transporte que assolavam o Nordeste, devido à desorganização nos serviços das obras a cargo daquela companhia e porque alegava a União que, se mantivesse aquela situação, estaria impedida de colocar em prática a construção de viação férrea como medida de socorro público contra as secas do Ceará:

(...) com a vantagem de, fornecendo trabalho a um grande número de flagelados, poupar a Nação da perda de avultados capitais já empregados nas obras que foram abandonadas pela companhia e no material adquirido para elas pelo Governo.<sup>75</sup>

Oficialmente declarada, portanto, a utilização de mão de obra sertaneja em período de seca nas obras públicas, aqui sob o controle da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), deixando claro que, no Império, já era utilizado o trabalho com os próprios retirantes nas construções de ferrovias e açudes.

No entanto, é válido voltar ao tema mencionado no tópico sobre o período Wenceslau Braz. Nesse contexto, principalmente no pós 1<sup>a</sup> Guerra Mundial, os investimentos em ferrovias estavam em crise, sobretudo pelas altas tarifas e pela crise econômica no âmbito internacional que, na realidade, estava se voltando mais para o aumento do capital industrial. Havia “também um plano de unificação de todas as estradas e unificação dos contratos de exploração. Projetava-se uma rede nacional com maior amplitude para os estados mais populosos”<sup>76</sup> visando à integração dos núcleos políticos mais importantes do país. A junção das estradas do estado do Ceará esteve dentro desse programa de unificação.

Em 1919, com o aumento da política de construção de açudes em todo o semiárido, se utilizou em larga escala a E.F.B e E.F.S, que passaram a ser controladas, em 1920, pela então Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Em 1924, a RVC repassou ao controle do Ministério da Viação e Obras Públicas. Cabe um parênteses importante, apesar desse decreto, ainda eram muitas as alianças com o capital estrangeiro, como, por exemplo, o contrato celebrado entre o governo federal em 18 de fevereiro de 1921, com as firmas inglesas C. H.Walker & C.Ltd. e Northon Griggiths & C.Ltda e com a norte-americana Dwight P.Robinson & C.Inc, que deram as empresas a execução do plano geral de açudagem de todo Nordeste brasileiro.

No decreto nº 21.182, de 21 de março de 1932<sup>77</sup>, assinado por Getúlio Vargas, decretou em artigo único que as construções de estradas de ferro ficariam a cargo da RVC por meio do Ministério da Viação. As ferrovias sob o comando do Ministério da Viação tiveram uma forte ligação com os socorros de combate às secas. A criação desse Ministério está atrelada, também, à própria modernização do país desde o Império.

Em 1840, para organizar administrativamente o governo imperial, foram constituídos ministérios como meio não só de melhorar a política, mas também de construir uma civilização com base no progresso e na razão. Por isso, para melhorar o aparato do próprio Império em meio a um período de avanços tecnológicos, sobretudo a agricultura voltada para exportação, se criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras

---

<sup>75</sup>Idem.

<sup>76</sup>VIEIRA, Flávio. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 1954, p.110.

<sup>77</sup>Decreto Lei nº 21.182, de 21 de março de 1932. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1, 28 de março de 1932, p.565. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1930-1939/decreto-21182-21-marco-1932-532194-publicacaooriginal-81953-pe.html>

Públicas, “visto que os assuntos relativos a estradas de ferro, abertura de vias, navegação, telégrafos e demais serviços relacionados aos avanços tecnológicos ficaram sob sua jurisdição.”<sup>78</sup>

Algumas mudanças ocorreram no Ministério ao longo do Império, mas foi na República que houve a mais significativa delas. Em 1891, alterou-se o seu nome para Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Segundo a Lei nº 23 de 30 de outubro de 1891<sup>79</sup>, ficaram a cargo deste Ministério algumas atribuições, como: os serviços referentes à agricultura, comércio e indústrias, desenvolvendo ramos de trabalhos nacionais; conservação de florestas e execução de leis a pescas marítimas territoriais; administração e custeio das vias férreas que pertenciam à União e serviço de pagamento de juros a companhias particulares e sua fiscalização; obras públicas em geral e de portos; e os serviços dos telégrafos e correios. No ano de 1906, por meio do decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906<sup>80</sup>, o nome da pasta passa a ser Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa denominação durará até 1967, quando se tornará o Ministério dos Transportes.

No *Almanaque do Ceará* de 1933, em *Notas sobre a Rede de Viação Cearense*<sup>81</sup>, mostram-se os prolongamentos das estradas de ferro do Ceará até aquele presente ano. A E.F.B tinha extensão de 599 km.<sup>109</sup>, partindo de Fortaleza até o Crato, que ficava no sul do estado do Ceará. A E.F.S ia de Camocim até Ipiapaba, fronteira com o Piauí, tendo extensão 373 Km.<sup>493</sup>. A ligação entre essas duas estradas foi iniciada em 1917 e só concluída em 1950. O mapa 2 abaixo, de 1927, oferece uma dimensão das ligações férreas do Ceará:

---

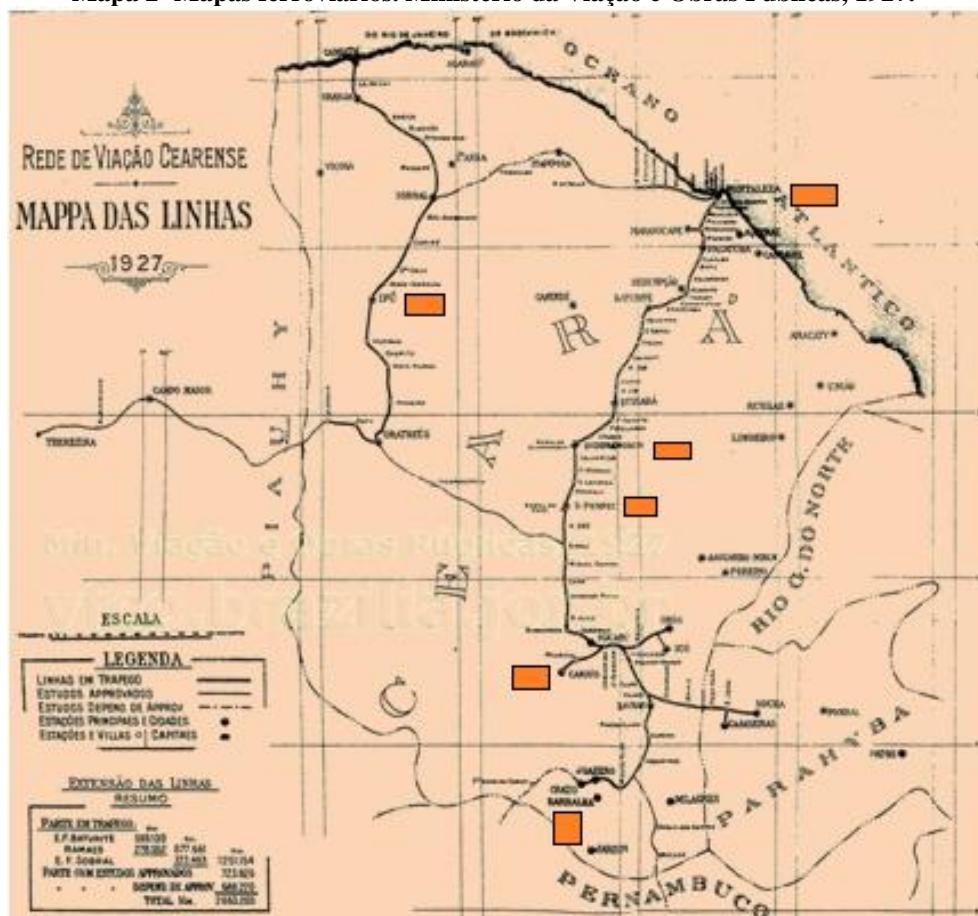
<sup>78</sup>LOUISE, Gabler. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). Dados eletrônicos. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. -p.12.

<sup>79</sup>Lei nº 23 de 30 de outubro de 1891. Câmara dos Deputados: Coleção de Leis do Brasil - 1891, Vol. 1 pt. 1, p. 42. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>

<sup>80</sup>Decreto Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Diário Oficial da União - Seção 1 – 3 de janeiro de 1907, p.65. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>

<sup>81</sup>BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1933. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 38º ano, 1933, p.115. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

Mapa 2- Mapas ferroviários. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1927.



Fonte: Mapas ferroviários. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1927. Imprensa Nacional, 1930.  
Apresentação: Flávio R. Cavalcanti. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Rede-Viacao-Cearense.shtml>.

OBS: Os quadrados em laranja foram inseridos posteriormente.

Os quadrados em laranja do mapa 2 sinalizam os locais onde, em 1932, estalaram-se os campos de concentração. De cima para baixo do mapa localizam-se eles: Fortaleza, Quixeramobim, Senador Pompeu, Crato, Cariús e Ipú. Foram lugares estratégicos de passagem da via férrea para melhor distribuição de socorros e para o deslocamento dos sertanejos para os pontos mais afastados possíveis do centro de Fortaleza – tema que será tratado nos próximos capítulos -. As cidades onde existiram os *campos* de 1932 eram as estações férreas principais do estado

Cabe ressaltar aqui outro fator importante. Foi no ano de 1915 que se deu ênfase à construção de estradas de rodagem e carroçáveis. O discurso era de que, além das estradas de ferro, as de rodagem eram vias rápidas de comunicação entre o sertão e o litoral, entre os produtos agrícolas e industriais. Era o símbolo da civilização. Em 1920, essas rodovias passaram para o âmbito da IFOCS, que passou a implementá-las no Nordeste.

No entanto, as críticas ao método de utilização das estradas, como meio de levar o progresso, passaram a ser recorrentes. Uma delas encontra-se no *Jornal A Esquerda Ceará*, numa reportagem de 1928, onde relatavam que a utilidade das estradas de rodagem à margem das estradas de ferro eram poucas, levando em consideração que a pobreza permaneceu no Ceará. Reclamavam a construção de uma rodovia que fosse útil para os sertões e que pudesse ser, de fato, utilizadas pelo povo cearense. Na reportagem o jornal dizia:

(...)o povo cearense não tem dinheiro para gozar dessas sensações advindas das sensações modernas(...)A rodagem mais necessária seria do Aracati ao Crato, por ser afastada da central do Ceará(...)Seria de mais utilidade ao estado o prosseguimento dos ramais de Icó e de Cariús a Crateús ou ligando esse estado ao Piauí, porque as rodovias não sendo constantemente trabalhadas deterioram-se com os invernos e daí a pouca utilidade para a vida evolutional do estado.<sup>82</sup>

O jornal era claramente de oposição. Em diversas reportagens referentes à este ano, reclamava não só das rodovias e ferrovias, mas de diversas construções de combate à seca que não estariam beneficiando a vida dos sertões e do povo cearense. Levando em consideração a tendência contrária ao governo do jornal *A Esquerda Ceará*, pode-se atestar tal veracidade das denúncias em relação às obras, nos diversos relatórios que serão mencionados neste trabalho, neles os inspetores, engenheiros políticos do Ceará reclamavam a desorganização das obras e o desvio de verbas, comprovando o fato também de que as obras não solucionaram os problemas dos sertões tanto em 1915, quanto em 1932. Muitos dos sertanejos em retirada ou nas próprias obras morreram pela falta de alimentos, de pagamentos devidos nas construções e de doenças. O estado sanitário das obras era péssimo e os retirantes já vinham fracos de suas caminhadas e vulneráveis e suscetíveis a diversas enfermidades.

De acordo com Olímpio Galvão, mesmo com a ênfase dada ao sistema de rodovias, não se pode considerar que desde 1920 existiu uma “era das rodovias”, pelo contrário, utilizar as rodovias como ligação das diversas regiões ainda era algo indesejado e uma meta longínqua, com isso, as rodovias passaram a cumprir uma função complementar e subsidiária às ferrovias e aos portos, isso até aproximadamente o ano de 1940.<sup>83</sup>

Por isso, nos anos de 1930 a 1934, o número da malha ferroviária brasileira aumentou consideravelmente, atingindo 37.019 quilômetros, segundo dados do IBGE de 1954. Até este mesmo ano, indica-se que a RVC tinha 1.596 quilômetros de extensão. O mapa 3 abaixo mostra a dimensão da RVC:

---

<sup>82</sup>Jornal A Esquerda Ceará. *A seca no sertão do Ceará*. Fortaleza: Ano I, nº 94, 4 de agosto de 1928, p.6.

<sup>83</sup>Ideia retirada de: GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes, integração econômica e crescimento regional. Brasília: Anais do VI Encontros Nacionais ANPUR. Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro, 1995.

### **Mapa 3 -Mapa da Rede de Viação Cearense.**



Fonte: IBGE, I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.17.

Após o Golpe de 30 houve um novo impulso na construção de açudes e rodovias no Nordeste brasileiro, estimulando a RVC, que já estava sob a égide da IFOCS, a obter novos materiais e melhorias nos seus prolongamentos. O relatório dos trabalhos executados pela IFOCS, assinado pelo engenheiro Luiz Augusto da Silva Vieira, de 1931-1933, revela o intuito de realizar a expansão de obras ferroviárias para aumentar o contado do sertão com o litoral:

Em seu traçado geral já definido, atende esse plano a interligação das grandes áreas onde se farão sentir os benefícios da cultura intensiva, ao mesmo tempo que estabelece a comunicação rápida e pronta com os grandes centros exportadores. Linhas principais ou tronco permitirão o contacto permanente do sertão com o litoral, *hinterland* com os portos, ao passo que linhas subsidiárias diversas estabelecerão a interligação das linhas principais

ou com elas farão comunicar as zonas de irrigação não compreendidas no seu traçado.<sup>84</sup>

Desta forma foi com a República, no caso específico deste trabalho a de 1915 e a de 1932, que surgem também, no âmbito nacional, a importância da figura dos engenheiros como intelectuais que pensarão os grandes planos ambiciosos de transporte para o País. Sendo assim, “a construção de ferrovias no Nordeste abriu caminho para o nascimento da classe média de técnicos e engenheiros, anteriormente, só empregados como funcionários civis de obras públicas.”<sup>85</sup> Esse tema será tratado nos próximos capítulos, para que se possa compreender que a consolidação das obras públicas de combate às secas se deu por meio dos engenheiros que fizeram parte da história que perpassa a criação das Inspetorias de Obras Contra as Secas, ligadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

---

<sup>84</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Fortaleza: Ministério da Viação e Obras Públicas Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. (VOL I), 1934, p.30.

<sup>85</sup>MELO, Josemir Camilo de. O papel dos investimentos ferroviários ingleses no Nordeste, 1852-1902 (Nota para um estudo da História das Ferroviárias). Feira de Santana: Sitientibus, n.15, 1996, p.369.

## CAPÍTULO II

### O Ceará e a seca

#### 2.1 - Um balanço sobre os sertões nordestinos e o caso do Ceará:

Aziz Ab'Sáber explica que existem na América do Sul três grandes extensões semiáridas: Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, Argentina, Chile e Equador; e o Nordeste seco do Brasil, com as caatingas. Há também, segundo Joaquim Alves, países que podem ser atingidos por seca como: Índia, Austrália, Argélia, podendo ainda haver estiagens nos Estados Unidos e México. Nessa perspectiva, as secas nos sertões nordestinos não são um caso isolado. Elas “apresentam manifestações de perturbações atmosféricas muito amplas, sobretudo cobrindo grandes extensões do continente Sul-Americanoo e quase toda a área do Oceano Atlântico.”<sup>86</sup>

Os sertões do Nordeste vão da margem direita do Rio Parnaíba até o Rio Itapicuru, abrangendo os estados do “Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.”<sup>87</sup> De acordo com Ab'Sáber, é um território duas ou três vezes maior que o estado de São Paulo. Inclui-se da zona da mata até os sertões mais distantes, ou desde o Rio Grande do Norte até o sul-sudeste do Piauí. Refere-se regionalmente à extensão de Poções e Milagres, município de Amargosa na Bahia, até o noroeste do Ceará. Seria “a região quente no interior, de altitude de 100 a 300m”<sup>88</sup>. O mapa 4 abaixo mostra a região semiárida do Nordeste brasileiro:

Mapa 4- Região Nordeste e Semiárido.



Fonte: Banco do Nordeste (2010). In: VENTURA, Andréa Cardoso; ANDRADE, José Célio Silveira. Policultura no semiárido brasileiro. Special Issue 3 | 2011 : Brazil.

<sup>86</sup> SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas (Século XX). 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982, p.80.

<sup>87</sup> CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Rio de Janeiro: Revista Antares, 1984, p.165.

<sup>88</sup> DUQUE, Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2004, p. 87.

Guimarães Duque relatava que os sertões contêm chão amarelo ou vermelho, coberto de seixos rolados, capins e leguminosas rasteiras. No inverno aparecem as árvores e arbustos. Há uma área que contém poucos elementos nutritivos e solo pedregoso, em conjunto com uma área mais fértil “de solos argilosos, onde se desenvolvem três tipos de vegetação: o agreste, a caatinga e o alto de sertão.”<sup>89</sup> A caatinga é onde há maior aridez. Já o agreste é uma área de transição entre a área úmida e o semiárido, onde consegue se perceber maior número de rios. No alto do sertão, há uma vegetação de savana, com áreas verdes e um clima menos árido. Seu clima é caracterizado pelo “inverno seco e quase sem chuva, com duração de cinco a oito meses, e verão chuvoso, com quatro a sete meses de precipitações pluviais”<sup>90</sup> Para Guimarães Duque, “em comparação com a caatinga, o sertão mostra uma flora menos raquítica, com menos cactáceos e espinhos; quando a altitude ultrapassa os 300m as condições mudam e surge a caatinga ou a serra.”<sup>91</sup>

Nos sertões, ainda existem o que Josué de Castro chama de “pequenos oásis”, compondo uma geografia com montanhas, que contêm maior índice de pluviosidade e mais umidade. Pode-se encontrar nessas áreas mangaba, araçá, cambuí, uva silvestre, como exemplo as serras do Araripe, de Baturité, Borborema, no Ceará, tendo nelas também pêssegos e melões, frutas do clima temperado. Mas o autor conclui que, apesar desses oásis, a flora do sertão não pode se igualar ao Nordeste da mata tropical, onde há fartura de alimentos e frutas. O que é comum nos sertões é o agricultor que planta milho, feijão, mandioca, batata-doce, fava, verduras e que se difere dos grandes proprietários da cana-de-açúcar, que “sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo de “roça de matuto””<sup>92</sup>

Até meados do século XVII, os sertões nordestinos eram ocupados pelos indígenas. Sua ocupação pelos colonizadores só se intensificou “a partir do início do século XVIII, quando uma Carta Régia proibiu a criação de gado numa faixa contida desde o litoral até uma distância de 10 léguas em direção aos sertões.”<sup>93</sup> De acordo com Joaquim Alves, o interior do Nordeste seco ficou configurado por uma população de índios e portugueses, com uma pequena parcela de negros nas roças. Con quanto, não interessava aos portugueses, no início da colonização, uma região improdutiva. A indústria das carnes secas, por exemplo, utilizava o sal vindo do Reino português e não o sal fabricado no Rio Grande do Norte e Ceará, o que levou ao desinteresse pelas terras secas do Nordeste e pela própria produção interna do sal. No interior do Ceará, a ocupação se deu, portanto, no século XVIII pela entrada nas ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú.

Nos dizeres de Castro, muitos que penetraram os sertões com suas atividades pastoris eram cristãos novos, judeus e árabes. O gado e o algodão, portanto, passaram a desempenhar papel importante na economia dessas áreas. Nesse período, havia criação de gado não só vacum nas fazendas, mas de cavalos e mulas, resistentes à secura e a prosperidade do gado caprino. Thomaz Pompeu Brasil, cearense e senador do Império (1864-1877), ressaltava que o gado vacum, cavalar muar e lanígero, serviu tanto para o mercado interno como para o

<sup>89</sup>CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Rio de Janeiro: Revista Antares, 1984, p.167.

<sup>90</sup>AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. São Paulo: Revista Estudos Avançados 13 (36), 1999, p.10.

<sup>91</sup>DUQUE, Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2004, p.89.

<sup>92</sup>CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Rio de Janeiro: Revista Antares, 1984, p.180.

<sup>93</sup>CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticiiana. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM). Foz do Iguaçu, PR, 2002, p.2.

externo, e que os sertões eram perfeitos para essa indústria. O estímulo à venda da carne do gado, que deveria alimentar os trabalhadores dos engenhos de açúcar, impulsionou a pecuária nos sertões. Nessa perspectiva então que adentrando por Pernambuco, “o gado se espalhou em currais pelo sertão do Nordeste, fazendo-se as entradas pelas estradas naturais dos rios, principalmente através do São Francisco, a grande artéria viva do ciclo econômico do couro no Nordeste.”<sup>94</sup>

No mais, a luta do povo sertanejo no começo da ocupação dos sertões esteve baseada, desse modo, no gado que penetrava e povoava as fazendas e na mandioca, base da alimentação do povo sertanejo. Para a autora Iná Castro, a pecuária extensiva foi uma atividade que complementou o sistema açucareiro, sendo primordial para a economia nordestina no período colonial e na povoação do interior do país. Essa atividade conseguiu absorver a mão de obra que era dispensada pelo sistema açucareiro e que crescia nos sertões.

É, então, no século XVIII, que há uma expansão maior de prosperidade econômica no Ceará. Segundo Joaquim Alves, o Ceará ocupava, neste período, o primeiro lugar em número de fazendas e engenhos. No vale do Cariri havia 157 engenhos. As fazendas de criar ficavam à ribeira de Icó e dos Inhamuns, e havia mais de 138, e de Sobral até o município de Acaraú teriam 105 fazendas, fato que atesta terem sido os sertões do Ceará composto por ricas extensões de terra.

Nas granjas de Acaraú e Aracati, se desenvolveu uma indústria regional que prosperou durante todo o século. Havia em Aracati uma grande atividade comercial, fazendo com que famílias aracatienses formassem um “núcleo dirigente da sociedade colonial no baixo e médio Jaguaribe.”<sup>95</sup> Para Joaquim Alves, é no século XVIII que a população no Nordeste seco cresce, e é pela sua extensão territorial, pelas fazendas de criar, pelo isolamento da população sertaneja nos latifúndios que nasceu uma sociedade de tipo pastoril, tendo como o patriarcalismo seu formato singular.

Na metade do XIX, ainda de acordo com Joaquim Alves, visitantes estrangeiros deixaram impressões sobre os sertões nordestinos, como os naturalistas Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius que viajaram pelos sertões da Bahia ao Maranhão. Atestaram o fato de que nos sertões os fazendeiros - nas suas fazendas de criar - possuíam “cisternas e ou caldeirões cavados na rocha, para abastecer seus rebanhos e os boiadeiros que passavam pela estrada”<sup>96</sup>, mas as cisternas, nesta época, já não impediam o problema da fome e da miséria. Narravam que o comércio do gado continuava como atividade marcante de Goiás à Bahia, que o grande latifúndio permanecia imperando e que a situação do agregado ou morador das fazendas conservava-se igual, ou seja, trabalhavam nas terras do senhor e obtinham “pequena plantação e morada nas terras do amo”<sup>97</sup> e os moradores tinham o direito de cultivar sua roça de feijão, milho e mandioca.

Desta feita, desde os primórdios da formação dessa sociedade patriarcal que domina os sertões, portanto, que o latifúndio tem permanecido firme nas relações socioeconômicas. Não é de se estranhar que desde o período dos viajantes nota-se que existe uma economia que poderia prosperar nos sertões, e que o número de fazendas de criar aumentou a concentração fundiária e as relações de pobreza entre os agregados e os senhores da terra, com uma população que crescia em franca expansão.

<sup>94</sup>CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Rio de Janeiro: Revista Antares, 1984, p.178.

<sup>95</sup>ALVES, Joaquim (1982). História das secas (séculos XVII a XIX). Mossoró, RN, ESAM, Col. Mossoroense, v. CCXXV [homenagem ao Primeiro Centenário da Abolição Mossoroense - 30/9/1983 a 30/9/1993], p.58. Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)

<sup>96</sup>Idem, p.102.

<sup>97</sup>Ibdem, p.108.

Com isso, a natureza, a própria geografia dos sertões, não pode ser tida como entrave e nem causadora da pobreza do semiárido nordestino. As relações do patriarcado, e precisamente na República com o coronelismo, faz-se pensar que tratar os sertões como problema torna-se um discurso da manutenção da ordem latifundiária que requer uma dependência permanente entre o pequeno e o grande produtor. Os sertões sinônimos, principalmente, de seca garantem a sustentação de valores e estruturas sociais que transpassam a vida do homem sertanejo. Como Celso Furtado ressalta o semiárido não é uma região árida, e a precipitação pluviométrica é relativamente alta. Dessa forma, a população acaba por morrer de fome e de sede por falta de um ajuda pública. Como os sertões vivem da agricultura, quando a seca assola não há como fugir da falta de estrutura para manter as plantações, mas segundo o autor é só no Brasil que não se previne a calamidade para que a população não morra de fome, outras regiões semiáridas no mundo possuem políticas para enfrentá-la. Dessa forma, o atraso em uma política concreta para os sertões ocasiona o benefício de determinados grupos dirigentes que acabam por se favorecer com a seca, direta ou indiretamente.

Acima se viu que os próprios viajantes nos primórdios dos seus estudos sobre os sertões perceberam que a água existe e que tratar os sertões como uma geografia-problema os reduzem a um determinismo que se alastrou por vários séculos quando se trata desse tema. Josué de Castro ressaltou as suas diversidades e, por isso, falou-se mesmo em sertões e não em sertão Nordestino.

A pluralidade física, cultural e humana não pode minimizar os sertões à ausência e presença de seca ou de água-seca, atraso; água, fartura e progresso. Seus oásis verdes existem e devem ser destacados. Por isso, as soluções para os sertões estão, na maioria delas, ligadas à distribuição de água, como se a pobreza e a falta de investimento nos sertões não existissem em períodos não secos, tema esse que trataremos a seguir.

De acordo com Rafael Winter Ribeiro, essa comparação da pobreza dos sertões com a escassez de água é uma questão totalmente falsa. Quando se analisa o caso da Califórnia ou Israel onde há o clima árido nessas regiões, percebe-se que, apesar do clima, sua população não está na linha da miserabilidade. Nota-se, com isso, que o caso brasileiro está ligado diretamente a questões políticas e que “a permanência desse discurso está ligada às estratégias da elite regional conservadora para conseguir maior participação na divisão das verbas federais.”<sup>98</sup>

Como Ribeiro mesmo coloca, utilizam-se do determinismo climático - a seca como causadora da dificuldade da vida do sertanejo - para conseguirem as compensações necessárias do governo federal, já que os sertões estão ‘fadados’ a sua natureza agreste que impede o desenvolvimento. São necessários, portanto, investimentos, e os grandes proprietários se enriqueceram com as medidas de combate à seca, na construção de estradas e principalmente com os açudes.

## **2.2-O fenômeno da seca no Ceará:**

As secas fazem parte dos sertões desde tempos remotos e são retratadas em escritos antes mesmo da colonização efetiva do Brasil, principalmente, com os relatos “de Fernão Cardin em 1587, sobre a fuga de índios do sertão para o litoral em busca de alimentos. Desde então, as secas nos sertões nordestinos apareciam como um elemento de desordem no projeto

---

<sup>98</sup>RIBEIRO. Rafael Winter. Seca e o determinismo: a Gênese do discurso do Semi-árido Nordestino. Anuário do Instituto de Geociências. Volume 22. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.61.

de colonização.”<sup>99</sup> Entretanto, a estiagem não pode ser vista apenas como um fenômeno meteorológico. Ela deve ser estudada como um fenômeno social, intrinsecamente ligado às questões que estão para além do fenômeno em si, questões estas referidas a interesses políticos.

Thomaz Pompeu Sobrinho<sup>100</sup>, engenheiro e estudioso da seca, que pertenceu ao quadro de engenheiros da IOCS/IFOCS, dizia que o problema da estiagem não era simplesmente questão de água, mas sim, compreendia um fenômeno físico-social e não somente geográfico. É quando ela atinge diretamente a população e a economia de uma região, e acaba por causar redução demográfica, emigrações forçadas ou a morte decorrente da fome e das péssimas condições de saúde e higiene.

José Nilson B. Campos e Ticiiana Studart classificam a seca em três tipos: a climatológica, a edáfica (social) e a hidrológica<sup>101</sup>. A primeira, a causa é natural e classifica-se pela deficiência no total de chuva; a segunda também relacionada à diminuição das chuvas, correspondendo a uma deficiência da umidade. Esse seria o tipo que ocorre em maior quantidade no Nordeste do semiárido, causando fome, migrações, e a chamada seca social. Por fim, a seca hidrológica que causa a insuficiência de águas nos rios ou nos reservatórios de água, consequentemente ocasionada pelo mau uso dos recursos hídricos e pela deficiência de escoamento superficial.

Bem verdade que a seca causa todas essas implicações, mas não se pode entendê-la por meio de uma perspectiva de redução: seca “causa e efeito”, porque, do contrário, se cairá no determinismo que assola os discursos dos sertões. A seca e seu fenômeno cíclico existem não só no Brasil, como em diversas partes do mundo, cabe refletir de que forma cada região consegue ultrapassá-la sem causar tantos danos populacionais como ocorre nos sertões nordestinos, sendo mesmo um “momento político por excelência”<sup>102</sup>.

Vale compreender um pouco dessa geografia sertaneja. Os rios que correm os sertões dependem necessariamente do ritmo das chuvas, tornando-os secos cinco a sete meses durante o ano. As secas prolongadas, de acordo com Ab'Sáber, acontecem aproximadamente de 12 em 12 anos, e em seus intervalos podem ocorrer secas anuais irregulares. Pompeu Brasil relatava que para os sertanejos ocorria seca quando não chovia em dezembro por Santa Luzia, fazendo com que apelassem um bom ano no começo de janeiro e depois para São José em 19 de março e, sendo assim, se não chovesse se declarava à seca. Por isso, a “dimensão religiosa é recorrente na forma de se lidar com a seca, fosse acreditando nesse fenômeno como obra divina, fosse rogando aos céus para obter um alívio contra ela.”<sup>103</sup>

<sup>99</sup>SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007, p.467.

<sup>100</sup>Thomaz Pompeu Sobrinho nasceu em Fortaleza, Ceará, no ano de 1880. Formou-se Engenheiro pela Escola de Engenharia de Ouro Preto. Em 1903, retornou ao Ceará e ingressou como engenheiro-ajudante da Comissão do Açude de Quixadá, tornando-se, depois, engenheiro da IOCS, o que influenciou, posteriormente, a sua maneira de entender os sertões. Além da atuação de engenheiro foi também um estudioso em diversas áreas como História, Antropologia e Geografia, tornando-se autor de diversos livros sobre o Nordeste e um grande especialista da temática da seca. Em 1922 ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Em 1928 ingressou, como sócio, no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Dez anos depois, em 1938, tornou-se diretor geral do Instituto, permanecendo até o ano de 1967. Sobre Pompeu Sobrinho, ver: VIEIRA, Maria Josiane. Itinerários no Acervo do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (1958-1968): a Coleção de Arthur Ramos como discurso. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS. Mestrado em Museologia e Patrimônio.UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2012, p.20.

<sup>101</sup>CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticiana. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM). Foz do Iguaçu, PR, 2002, p.3.

<sup>102</sup>Idem, p.4.

<sup>103</sup>LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 51, 2006, p.204.

Para o governo – e não, necessariamente para os sertanejos - o valor divino será a partir, principalmente do século XIX, ‘minado’ para se pensar a seca não mais como uma imposição de Deus ou do destino. Com isso, no século XIX, depois do Nordeste passar por algumas grandes secas como a de 1711, que se estendeu até o Maranhão; de 1723-1727 que abrangeu o Ceará, até a Bahia e o Piauí; a de 1790-1793, que atingiu Pernambuco, Bahia, Sergipe, Piauí e Maranhão, a seca passou a ser tratada como fenômeno a ser estudado cientificamente. Precisamente, após as trágicas mortes da seca de 1877, as secas foram tratadas como um problema que a ciência deveria resolver.

Olhando o índice pluviométrico dos sertões, Francisco Sarmento ressalta que a seca não acontece abruptamente, e sim há um período de transição antes mesmo de atingir sua severidade. Esse presságio pode acorrer entre um ou mais anos, ou seja, o clima semiárido denuncia a crise climática, o que mais uma vez atesta o fato dos governos relegarem o problema a segundo plano, e nunca estarem preparados para as fortes estiagens. Ainda deve-se considerar o fato de que os sertões não são somente acometidos pelas secas prolongadas, como também pelas inundações contrastando o quadro de secura pintado pelos discursos sobre o semiárido ao longo dos séculos.

Guimarães Duque<sup>104</sup> explica que a seca pode ser inevitável, mas é corrigível. Atestando o fato de que o Maranhão chuvoso, por exemplo, “é mais atrasado do que o Ceará seco.” O autor ainda exemplifica o caso de dois anos secos que aconteceram em Quixeramobim, em 1919 e 1932, mas que choveram 5 horas em 1919 e 10,50 em 1932, acumulando chuva de 118,7mm e 93,5mm respectivamente, uma “anomalia pluviométrica”<sup>105</sup>, caracterizando a seca, na realidade, não pelo total de precipitação das chuvas, mas sim sua distribuição em cada localidade.

Desde o Império, houve a primeira manifestação no que diz respeito ao problema da seca. Foi assim que se criou uma Comissão Científica de acordo com a Lei 884, em 1856, composta de Engenheiros e Naturalistas para pensar como resolver essa questão. Entre 1870-1880, o Clube de Engenharia nomeou também comissões de estudos e debateu os efeitos das secas. Nas falas dos Presidentes das Províncias, os problemas do flagelo e da estiagem também estavam em pauta, mas, para o autor Joaquim Alves, essas comissões, os debates e estudos pouco solucionaram os problemas das secas, porque a “vaidade” dos políticos do Império era maior do que o desejo de realizações ou planos efetivos de combate às secas.

O engenheiro André Rebouças<sup>106</sup>, em 1877 no *Jornal do Comércio*, relatava a situação global das secas e falava sobre o Ceará, fazendo uma análise comparativa com a Índia que,

<sup>104</sup>Sobre Guimarães Duque ainda é importante salientar sua trajetória. Guimarães Duque nasceu em Minas Gerais e formou-se em agronomia em 1928 tornando-se um grande estudioso dos sertões. Foi convidado a trabalhar na IFOCS em 1932, onde imprimiu diversos estudos sobre as obras de combate a seca. Ainda esteve no quadro da Inspetoria quando a mesma tornou-se DNOCS, em 1945, representou também o Ministério de Viação e Obras Públicas no conselho da SUDENE. Por fim, aposentou-se do DNOCS em 1963. Sobre sua trajetória ver: <http://www.fgduque.org.br/index.php/noticias/73-guimaraes-duque-vidaeobra>

<sup>105</sup>DUQUE, Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2004, p.17.

<sup>106</sup>O engenheiro André Rebouças pertencia a uma parte da Escola de Engenharia que tinha como preocupação a transformação do clima semiárido com a atuação direta do homem, com a construção de açudes e estradas de ferro, mas não só para resolver tal problema, como também de dar “condições de sobrevivência e trabalho aos flagelados”. De acordo com Adriano Wagner da Silva, Yuri Simonini et.al, Rebouças escreveu uma moção em 1877 onde acrescentava algumas questões que irão influenciar a IOCS mais tarde em suas ações nos sertões: “1) a construção de outras vias férreas; 2) os melhoramentos dos portos marítimos e fluviais; 3) a construção de linhas telegráficas; e 4) a desapropriação dos terrenos lindeiros às ferrovias para os colonos e/ou retirantes. Incluiu, ademais, a criação de uma comissão para apresentar parecer sobre diversas medidas para minorar os problemas das secas – todas relacionadas a gestão da água – abertura de poços, construção de açudes, canalização e/ou represamento de rios, entre outros (REBOUÇAS, 1877)”. SILVA, Adriano Wagnerda, SIMONINI, Yuri, FERREIA, Angela Lúcia. Engenheiros Criadores de Chuva: a "Escola Plurífera" e o

em 1876, estava passando por uma grave seca. As notícias que chegavam a Londres sobre as províncias da Índia Poonair e Sholapore eram alarmantes, relatando a morte de milhares de famintos e cadáveres expostos nas ruas. Uma seca que assolava o país há um ano. Os jornais de Londres reclamavam que os socorros deveriam acontecer pelas estradas de ferro, que fossem promovidos poços artesanais, que se levantassem acampamentos como asilos, onde os famintos recebessem rações, e que houvesse toda e qualquer caridade do Império britânico para com a Índia. Isso explica porque no Brasil se adotou também medidas semelhantes a estas nos sertões nordestinos, e especificamente, cearenses, porque os engenheiros embébidos nos debates internacionais acreditavam que nas mesmas ideias poderiam solucionar o problema das secas dos semiáridos.

Numa Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1877, debatia-se que no Ceará deveriam se construir açudes como se construiu diques na Holanda, já que o Brasil era abundante em chuva, sendo a seca no Ceará causada não somente por questões naturais, pois havia no subsolo uma corrente d'água que permitia que “rasgando” a terra se jorrasse água.

O Instituto dizia que era animador o estudo sobre as secas porque as estiagens atingiam uma parte da região do Nordeste e não todo ele, o que permitia obter na outra parte dessa região centros de produção, um grande celeiro de alimentação para toda a província do Ceará. Tornava-se necessário, para solução da fome, estabelecer uma linha de comunicação para o abastecimento das áreas mais afetadas. Um exemplo era Baturité que, em meio à estiagem, continuava fértil e as chuvas não paravam. Para solução, as medidas principais deveriam ser a construção da estrada de ferro Baturité, em conjunto com a construção de açudes, explicando o porquê da sua criação logo no ano seguinte, como referido anteriormente. Contudo, a estrada de ferro Baturité demorou anos para ser concluída, e continuou não solucionando o problema de abastecimento em períodos secos.

Outro relato realizado pelo autor Joaquim Alves foi à história narrada pelo botânico e viajante inglês Gardner ao conhecer o Ceará no século XIX. O viajante encontrou as fazendas de Cana Brava e Boa Esperança de propriedade do Padre Marco de Araújo Costa que o surpreendeu, pois, havia uma ampla quantidade de água em suas terras mesmo em períodos de seca, por causa de um açude construído ainda no século XVII, mostrando que a ausência de água, desde tempos remotos, era causada pela má distribuição e pelas soluções emergências paliativas, mas nunca efetivas e permanentes.

Desse modo, desde o começo da construção de açudes e posteriormente os criados pela IOCS ou pela IFOCS, serão em propriedades de grandes fazendeiros, o que fará com que a água se torne um elemento de barganha de voto no período republicano e que o problema da ausência de água durante as secas continue a atingir o pequeno proprietário, o meeiro, o vaqueiro, as pequenas famílias dos sertões cearenses.

Campos e Stuardt explicam que os projetos dos açudes planejados pela Inspetoria pretendiam, de fato, melhorar a distribuição da água. Para isso, financiavam a construção de açudes particulares, e os proprietários das terras tinham um prêmio: metade do orçamento quando a construção terminava ou quando metade da obra acontecia. O dever dos donos das terras era fornecer água às populações vizinhas, mas o que acontecia era que a água acabava sendo distribuída apenas para os partidários de certo governo, o que aumentava ainda mais a riqueza dos proprietários que lucravam com essa barganha política, e o sertanejo pobre não se beneficiava e nem conseguia receber o que lhe era de direito<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> "Gargalheiras". III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico I Encontro Nacional de Geografia Histórica. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012, p.7.

<sup>107</sup> Ideia retirada de: CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticiana. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM). Foz do Iguaçu, PR, 2002, p.7.

Estima-se, segundo dados do *Almanaque do Ceará* de 1934<sup>108</sup>, que foram construídos de 1907 a 1928 trinta e cinco (35) açudes públicos que totalizaram um gasto de 29.559:67\$527, com o total de capacidade de acumulação de água de 491.104.823. Em relação aos açudes particulares criados até 1930, havia 23 açudes, com o prêmio dado aos proprietários no total de 1.017:101\$532, e acumulação de 25.890.355. Após 1930, o incentivo aos açudes particulares aumentou, 34 açudes estavam em andamento no período exposto pelo *Almanaque*, totalizando 34 açudes, com prêmio total de 3:708.566\$915. Nove açudes particulares foram iniciados até 1930 e concluídos depois, e quatro iniciados e concluídos depois de 1930. Totalizando o número exposto pelo *Almanaque* antes e até durante 1930 foram iniciados e concluídos, em média, 70 açudes particulares, que acumulariam então muito mais de 25.890.355 m<sup>3</sup> de água, ressaltando e atestando o problema político de distribuição de açudes e de água que assolou os sertões nordestinos, especialmente nas duas secas aqui estudadas. A concentração dessa água em propriedades particulares dificulta uma distribuição igual, principalmente entre os pequenos proprietários.

Como exemplo dessa quantidade significativa de água existente no Nordeste há os estudos de José Almir Cirilo et.al., feitos na década de 1990. Tal análise mostra que a reservas de água do Nordeste compõem cerca de 20 bilhões de m<sup>3</sup> por ano “esse volume equivale a 60 % da capacidade do reservatório de Sobradinho, na Bahia (34 bilhões de m<sup>3</sup>), principal responsável pela regularização das vazões do rio São Francisco(...)”<sup>109</sup>, o que significa um volume de água considerável para região. O que se deve inferir é que os sertões nordestinos são compostos de uma biodiversidade que está além da terra seca. O que falta é um planejamento político evidente para conter as calamidades, principalmente distribuindo alimentos e água nas áreas mais afetadas pelas estiagens.

Também é válido salientar que houve oposição vinda de outros engenheiros a estas soluções técnicas indo além da construção de açudes, estradas de ferro e irrigação, outras teorias foram elaboradas neste período para solucionar o problema das estiagens, contudo como este trabalho pretende mostrar a atuação da IOCS se permaneceu dialogando com as teorias que influenciaram a Inspetoria, a imprensa e os intelectuais em geral e que fizeram parte das políticas públicas para o semiárido em 1915 e 1932, cabendo, assim, uma reflexão conclusiva: a quem interessa as secas?

### **2.3-A seca de 1915 e 1932 no Ceará e seu contexto político-econômico:**

Em 1915, devido a uma reforma eleitoral, o estado foi dividido em seis distritos para a eleição dos deputados à Assembleia, nos quais podemos destacar: Fortaleza como sede do 1º distrito, incluindo a importância de Baturité nesse distrito; Sobral como sede do 2º distrito; 3º distrito tendo como sede São Benedito, incluindo Ipu, Cratéus e Camocim como cidades a destacar; Quixadá sede do 4º distrito, tendo Quixeramobim e Senador Pompeu como cidades importantes em períodos de seca; Acaraty sede do 5º distrito, tendo Icó como cidade que receberá sertanejos em períodos secos; e Crato sede do 6º distrito.

O Ceará também estava desmembrado em 34 cidades e 51 vilas, totalizando 85 municípios, contendo 29 comarcas judiciais e 307 distritos policiais. As cidades sedes de comarcas eram Baturité, Cratéus, Crato, Fortaleza, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu

<sup>108</sup>BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1934. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 39º ano, 1934. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

<sup>109</sup>CIRILO, José Almir; MONTENEGRO, Suzana M.G.L.; CAMPOS, José Nilson B. A questão da água no semiárido brasileiro. In: Bicudo, C.E. de M; Tundisi, J.G.; Scheuenstuhl, M.C.B.. (Org.). Águas do Brasil análises estratégicas. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010, v. 1, p.84.

e Sobral. Mostrando o grau de importância dessas regiões para o estado, dentre elas, algumas serão ponto aglutinador de retirantes nas duas secas aqui referidas, principalmente em 1932.

De acordo com o *Almanaque do Ceará* de 1916, o estado estava situado entre 2° 45' - 7° 11' de latitude meridional de 2° 30'-6° 40' de longitude oriental do Rio Janeiro. A população de Fortaleza correspondia a 60.000 habitantes e a do Estado cerca de 1.200.000. Estava entremeado nos seus limites pelo Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, Pernambuco ao sul e ao oeste Piauí. É separado pelo Rio Grande do Norte pelas serras do Apodi e São Miguel, da Paraíba pelas serras do Cachorro Morto, Balanças e Padre, de Pernambuco Serra do Araripe e do Piauí São João da Praia e Ibiapaba, Côcos e Carris-Novos. O mapa 5 abaixo mostra as fronteiras do estado:

**Mapa 5- Mapa das fronteiras do estado do Ceará.**



Fonte: NETO, Licomedio.

Mapas interativos: <http://www.vaprakesca.com.br/Brasil/Ceara/ceara.htm>

Tem uma extensão marítima que vai do rio São João da Praia ao morro de Tibau, medindo cerca de 600 quilômetros. É cortado por serras, e o litoral é baixo e arenoso. A serra de Baturité no pico alto é o seu ponto culminante, com 1.155 metros. O clima é quente e úmido no litoral, mas seco e quente nos sertões. Há apenas as estações de inverno e verão, e em tempos de regularidade as chuvas caem de janeiro a junho, e são abundantes de março a maio, e as chuvas anuais, em tempos não secos, são de 1.488 mm. Seus principais portos são Fortaleza, Camocim e Aracaty.

A economia era baseada principalmente no algodão e o governo, daquele ano, havia adquirido o chamado algodão de seridó, que garantiria um aumento da cultura têxtil da região. “O algodão mocó ou “algodão do Seridó” é uma variedade adaptada ao solo árido, resistente às secas e que produz fibras longas, de grande brancura e poucas sementes.”<sup>110</sup> e que veio da região do Seridó que abrange Paraíba e Rio Grande do Norte. O seridó corresponderia a aproximadamente 1.200 a 960 quilos de algodão por pluma, o que garantia uma boa estrutura de produção. No entanto, em relação à receita orçada no ano de 1915, houve grandes déficits

<sup>110</sup>FEMENICK, Tomislav R. O ciclo do algodão no Seridó I. Jornal a Tribuna do Norte. Rio Grande do Norte, 06 de junho de 2010. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/o-ciclo-do-algodao-no-serido-i/150373>

por causa dos anos de 1913 e 1914 e “aos pesados encargos do empréstimo externo de 15 milhões de francos, contraída em 1910 para execução dos serviços de abastecimento de água e esgotos de Fortaleza, os quais, aliás, não foram ultimados.”<sup>111</sup>

Já em relação à produção do Estado, a arrecadação com a exportação de gêneros diversos nos portos de Camocim e Aracaty durante o ano de 1915 revelou uma renda maior do que no ano de 1914, principalmente com o já famoso algodão, que apesar de ter rendido menos que 1914 ainda gerava grande lucro, e com os couros, borracha, redes de dormir e gado.

O Ceará era governado na época por Benjamim Barroso, chamado de presidente do estado. Coronel Barroso foi um militar e governou de 24 de junho de 1914 a junho de 1916, tendo seu vice-presidente Padre Cícero Ramos Baptista, o famoso Padre Cícero do sertão do Cariri, após o Ceará ter passado por um conflito de poder, onde o governo federal de Hermes da Fonseca interveio no estado tirando Antonio Pinto Accioly do comando em 1912; foi à chamada Sedição de Juazeiro. O conflito foi gerado quando grupos do Ceará ficaram insatisfeitos com a intervenção de Hermes da Fonseca ao tirar do poder a família Accioly, oligarquia que dominava por anos o Ceará. Um dos fortes opositores dessa intervenção foi o próprio Padre Cícero. Segundo Lara Ferreira, o governo de Nogueira Accioly esteve presente no estado do século XIX até 1910 e “seu governo foi marcado por práticas de corrupção, estelionato, nepotismo, fraudes, deportações, espancamentos e assassinatos”<sup>112</sup>, sendo deposto em 1912.

Neste contexto, portanto, o estado ficou dividido em dois partidos: republicano conservador e o rebelista. A intervenção Federal ocorreu pelo artigo 6º do estatuto fundamental da República, em 14 de março de 1913, para ajustar a situação de anormalidade e conflito entre os dois partidos da capital, e da vila de Joazeiro (vila de Pe. Cícero). Assumiu, então, a mando do governo federal, o coronel Fernando Setembrino de Carvalho. Após o presidente Hermes da Fonseca convocar novas eleições, quem ingressou no poder foi o coronel Barroso.

Dentro dessa conjuntura, o ano de 1915 foi um dos anos de mais desastrosos efeitos climáticos para as populações do Nordeste brasileiro, principalmente para os cearenses, “que, a braços com a miséria extrema, se viram a emigrar em grandes massas para o Norte e Sul do país”<sup>113</sup>, ressaltava o governador Benjamim Barroso no *Almanaque do Ceará*. Segundo Barroso, a União, juntamente com São Paulo, Rio Grande do Sul e o Uruguai, mais a ajuda de particulares em conjunto com a Igreja Católica representada pelo então arcebispo do Ceará D. Manoel da Silva Gomes, “acudiram os desesperados apelos do Ceará faminto.”<sup>114</sup> O ano de 1915 foi um ano seco para os sertões nordestinos. A seca passava a ser um problema a ser tratado, incluindo principalmente o grande apelo à caridade particular e suas esmolas. De acordo com a autora Luciara Frota, Dom Manuel viajou ao Rio de Janeiro e ao Uruguai conseguindo arrecadar os donativos para a seca, estimando-se em 8.000 pesos.

No entanto, como era comum à elite do período, Barroso reclamava a facilidade do êxodo em massa e enobrecia o sertanejo que permanecia no estado. Os que abandonavam a

---

<sup>111</sup>BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1915. Ceará: Est. Gráfico Urania, 19º ano, 1916, p.18. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

<sup>112</sup>FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.26.

<sup>113</sup>BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1915. Ceará: Est. Gráfico Urania, 19º ano, 1916, p.21. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.

<sup>114</sup>Idem.

gleba o faziam, portanto, devido a essa “facilidade”. Constatava-se ainda, porém, que muitos morriam nas zonas sertanejas por inanição.

Criticava-se também que os socorros do governo federal eram tardios e pequenos em comparação ao numero de flagelados, mas louvavam que esse honorário fosse enviado para obras públicas, como a construção de açudes e o prolongamento da Rede de Viação Cearense, “dando trabalho ao invés da humilhante esmola a alguns milhares de famintos”, discurso repetidamente dito pelas elites e pelos jornais da época, estimulando a construção de obras para ocupação dos sertanejos com trabalho, que não estimularia a ociosidade e a esmola.

Um dos fatores para a seca de 1915 está no índice pluviométrico da tabela 1.1 que se refere à altura do pluviômetro do “Museu Rocha” em Fortaleza:

**Tabela 1.1- Índice pluviométrico do “Museu do Rocha”**

MESES DO ANO	DIAS DE CHUVA	ÍNDICE DE CHUVA
JANEIRO	5 dias de chuva	10 mm
FEVEREIRO	11 dias de chuva	197 mm
MARÇO	8 dias de chuva	46 mm
ABRIL	18 dias de chuva	147 mm
MAIO	11 dias de chuva	60 mm
JUNHO	8 dias de chuva	41 mm
JULHO	2 dias de chuva	5 mm
AGOSTO	5 dias de chuva	35 mm
SETEMBRO	9 dias de chuva	16 mm
OUTUBRO	4 dias de chuva	1 mm
NOVEMBRO	2 dias de chuva	3 mm
DEZEMBRO	9 dias de chuva	17 mm
<b>TOTAL:</b>	<b>92 dias de chuva</b>	<b>583 mm</b>

**Fonte: BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1915. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 19º ano, 1916, p.21.  
Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.**

Observava o próprio governador Barroso que em relação à penúltima seca, 1908, a estação de inverno janeiro a junho haveria chovido 937 milímetros, que seria uma boa média se as chuvas não tivessem sido irregulares. No segundo semestre, havia tido 140 milímetros de chuva distribuídos em 17 dias, totalizando 1.077 mm em 94 dias. O ano de 1907 foi ainda mais seco, tendo chovido em todo o ano aproximadamente 690 milímetros em 77 dias de chuva. E em 1906 houve no primeiro semestre 1.472mm no primeiro semestre, e no segundo 36 mm em 85 dias de chuva, ano bom para o agricultor. Comparando tais índices com os de 1915, observa-se que totalizaram 92 dias de chuva com apenas 583 mm de chuva em todo o ano.

Nos últimos 15 anos, em Fortaleza, o índice de chuva/ano foi bastante irregular. A tabela 1.2 mostra anos de inverno e anos mais secos, e avalia-se que o que ocorre no Nordeste é uma má distribuição da água e um mau aproveitamento dos anos chuvosos. Se nos anos de chuva se acumulasse água ou se distribuíssem a acumulação da água para as populações mais pobres, certamente em períodos mais secos se conseguiria prevenir os desastres das muitas

retiradas e das mortes de muitos sertanejos, fatos ocorridos no ano de 1915 e, posteriormente, em 1932.

**Tabela 1.2 – Índices de chuva e dias de chuva de 1900 a 1915**

ANO	DIAS DE CHUVA	INDICE DE CHUVA	ANO	DIAS DE CHUVA	INDICE DE CHUVA
<b>1900</b>	64 dias	563 mm	<b>1908</b>	94 dias	1077 mm
<b>1901</b>	114 dias	153 mm	<b>1909</b>	68 dias	1.140 mm
<b>1902</b>	94 dias	851 mm	<b>1910</b>	113 dias	2.342 mm
<b>1903</b>	71 dias	815 mm	<b>1911</b>	112 dias	1.685 mm
<b>1904</b>	94 dias	1.129mm	<b>1912</b>	104 dias	2.586 mm
<b>1905</b>	91 dias	1.113mm	<b>1913</b>	100 dias	1.864 mm
<b>1906</b>	74 dias	1508 mm	<b>1914</b>	161 dias	1.912 mm
<b>1907</b>	77 dias	690 mm	<b>1915</b>	92 dias	583 mm

Fonte: BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1915. Ceará: Est. Gráfico Urania, 19º ano, 1916, p.22.  
Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.

As obras públicas foram deste modo, o maior meio encontrado para conter as calamidades, mas o que se via nessa solução era a total desordem do planejamento dessas construções. Um exemplo pode ser mostrado em um histórico dos trabalhos realizados nas obras do açude de Cedro, localizado na cidade de Quixadá, pelo então engenheiro Bernardo Piquet Carneiro que relatava a falta de controle das obras desde o período imperial, estendendo-se até os primeiros anos da república, sobrepondo-se às formas de governo aos nomes que ocupavam o poder.

O projeto foi criado pelo engenheiro da Comissão de Açudes e Irrigação, enviado pela União, Jules Revy, e foi um dos três grandes reservatórios que deveriam ser construídos no ano de 1882. Somente em 1884, o governo aprovou a construção do açude. Contudo, havia o problema de transporte, pois a Estrada de Ferro Baturité só tinha um trecho construído que não incluía a cidade de Quixadá, dificultando o transporte dos materiais. Posteriormente, em 1888, foi criada outra Comissão ainda com a supervisão de Revy que só recomeçou seus trabalhos em 1889. Ainda em 1889, a Comissão foi extinta, quase paralisando as obras, mas no final do ano foi reorganizada. No mesmo ano, o engenheiro Ulrico Murça foi nomeado a dirigir a obra, e o mesmo propôs mudanças na construção da barragem central, lançando então o primeiro concreto da fundação da obra. Em 1891, a construção foi parada por falta de cimento.

A barragem, que se estimava estar pronta dentro de dois anos, nem metade havia sido concluída. Em 1898, parou novamente por conta de falta de braços, de material e transporte. No ano de 1905, grande parte da barragem tinha sido construída e, em 1906, finalmente, houve a conclusão dos trechos que restavam pelo engenheiro Piquet Carneiro, totalizando, portanto, 26 anos para sua conclusão. No relatório da IFOCS em 1934, o engenheiro Luiz Vieira, também, relatou a história do açude:

Em 1880, - ainda sob a impressão dolorosa da calamidade que representara, para o Nordeste, a grande seca de 1877- 1879, incumbiu o governo federal um especialista de grande nomeada, o engenheiro, Jules Revy, de estudar, no Ceará, os melhores sítios para construção de açudes. Dos três grandes açudes propostos pelo engenheiro francês, “Itacolomí”, em Ibiapaba, “Lavras”, no vale do Jaguaribe, e “Cedro”, só este ultimo foi construído. Situado a seis quilômetros da cidade de Quixadá, represa as águas do Sitiá, afluente de Quixeramobim(...) Ao tempo a estrada de ferro de Baturité – hoje Rede de Viação Cearense – tinha a ponta dos trilhos na cidade do mesmo nome, distante perto de 100 quilômetros do local do açude(...)Em 1889, - dissolvida novamente a comissão – foi reorganizada, já então sob a direção do engenheiro Ulrico Mursa que, após novos e cuidadosos estudos locais, propôs modificações radicais ao projeto Revy;(...) em 15 de novembro de 1890, iniciados os trabalhos de construção propriamente ditos – os quais, com diversas soluções continuadas, só ficaram terminados em 1906, sendo levado, assim, 26 anos.”<sup>115</sup>

De acordo com a tabela, os anos de 1900 e 1901 foram de pouquíssimas chuvas, considerada a primeira seca do período republicano. Se o açude tivesse sido construído dentro do cronograma previsto, poderia ter prevenido prováveis transtornos dessa seca, atentando-se, também, ao fato de que essas obras serviam mais para ocupar os braços dos sertanejos do que para resolver os problemas de falta de água ou da irrigação que alarmava os sertões em períodos não secos.

Segundo Luciara Frota foi em 1900 que se ofertou o crédito para conclusão do açude de Cedro, observando, porém, “que cerca de metade da ajuda do governo foi no sentido de conduzir o cearense ao êxodo, política já adotada na seca de 1877”<sup>116</sup>. Deste modo, os esforços se concentravam, em grande medida, na condução do êxodo dos sertanejos a outras regiões, principalmente, a Amazonas. Em 1915, o governador do estado, Benjamim Barroso, recriticava o estímulo às passagens dadas aos retirantes. Frota destaca que foi nesta seca que houve a formação das favelas no Ceará.

Com isso, chegado o ano de 1915, o governo também não estava preparado, mais uma vez, para a seca que assolou a região, contando principalmente com a desorganização das obras que deveriam ser de combate à seca, passavam a ser paliativos para manter o sertanejo trabalhando e não perambulando pelas cidades.

Após 17 anos, em 1932, o estado do Ceará passaria por outra grande seca. Nesse período sua principal cidade era Fortaleza e no interior destacavam-se Crato, Baturité, Sobral, Joazeiro, Aracati, Quixadá, Iguatu, Granja, Camocim, Senador Pompeu, Icó, Quixeramobim, dentre outras. Destacam-se algumas delas, mais tarde, como centro aglutinador de isolamento dos retirantes na seca de 1932 e, serão elas, Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá e Crato. Sua população total correspondia a 1.626.025 habitantes, numa superfície de 148.591 quilômetros.

No contexto nacional havia acabado de ocorrer o chamado Golpe de 30 que colocou Getulio Vargas na presidência do Brasil, iniciando o chamado Governo Provisório (1932-34),

<sup>115</sup>BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. Republica dos Estados Unidos do Brasil. Publicação Mensal. Volume 1, Num1. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra, 1934, p.14 e p.15.

<sup>116</sup>FROTA, Luciara Silveira de Aragão. Documentação Oral e a temática da Seca- Coleção Lima Barreto – Volume nº9, Centro Gráfico, Senado Federal, Brasília 1985, p.174.

como já mencionado. Para os militares e os partidários de Vargas, o Golpe na realidade era considerado como uma Revolução. Logo, nos documentos oficiais clamavam-se e louvavam a Revolução proferida em 1930. O Ceará também será tomado por essa mudança de postura que agora o Brasil enfrentaria, principalmente, porque os estados passariam a ser governados pelos Interventores que eram tenentes nomeados e parceiros de Vargas no dito Golpe.

O Interventor escolhido para o Ceará foi o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, militar que havia apoiado Vargas. Em nome do patriotismo nacional, Carneiro de Mendonça, em um dos seus discursos proferidos pós-posse e reproduzido pelo *Almanaque do Ceará* de 1932, colocava:

(...) Assim, pois, com tolerância, mas com energia, tendo por lema os sagrados postulados da Revolução, por cujo autoria tão precisos foram perdidas, com auxilio desse povo patriótico, bom e generoso e o apoio que estou certo merecer desta brilhante pleia de que constitui vossa guarnição militar revolucionaria, impossível será não assumir o governo cheio de esperanças...mas, usando calma e previdência, unidos, fraternizados num sincero são patriotismo, espero que os filhos da terra do sempre lembrado Joaquim Távora motivos tentam para bendizer a Revolução do qual sempre fui o mais obscuro dos soldados...almejo apenas pode dizer: a Revolução contribui para a felicidade do povo cearense, a Revolução concorreu para o progresso do Estado, trabalhou patrieticamente pelo Brasil.<sup>117</sup>

Joaquim Távora foi um dos tenentes do levante de 1924, onde os militares ocuparam todo o estado de São Paulo em oposição ao governo federal, devido às tensões políticas do governo de Epitácio Pessoa e, posteriormente, Arthur Bernardes, onde oligarquias e militares contestavam a política do café com leite, da qual, mais tarde, Vargas será o grande opositor vindo do Rio Grande do Sul para ‘minar’ a hegemonia Minas Gerais e São Paulo.

Nessa perspectiva, dada a posse de Getúlio Vargas ao poder, seu lema se voltava para ação patriótica em nome do progresso nacional, e o Interventor Carneiro de Mendonça apresentaria nos seus discursos tais posturas. Vargas viria ‘salvar’ o povo brasileiro e também salvaria o Nordeste e, principalmente, os sertões de seu atraso. Como a União pretendia centralizar o país em oposição ao federalismo descentralizado, os Interventores foram figuras-chave para que tal feito fosse posto em prática, mesmo que isso tenha ocorrido mais no campo simbólico do que pelo viés prático e concreto. Com isso, em 22 de setembro de 1931, nomeado por decreto do Governo Provisório da República, assumiu o capitão Carneiro de Mendonça, membro do exército nacional, nascido no Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1894.

Seu governo foi organizado da seguinte forma: na Secretaria do Interior e da Justiça esteve à frente o desembargador Olívio Dorneles Camara. Como prefeito municipal de Fortaleza, foi nomeado o engenheiro militar major Manoel Tiburcio Cavalcante. Para chefe da polícia, convocou-se o oficial capitão Olimpio Falconieri da Cunha, e para Secretaria de Estado e Negócios da Fazenda, Antonio Mendes. Na Diretoria de Agricultura, esteve à frente o engenheiro agrônomo Dario Tavares Gonçalves, e a Secretaria da Interventoria ficou a cargo do primeiro tenente Wladimir Carneiro Monteiro, que também participou do Golpe de outubro de 1930. Entre engenheiros, militares e uma elite local ainda detentora de grande poder em relação a terra, o Ceará passaria a ser governado e essa postura cívica, patriótica e

---

<sup>117</sup>BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 37º ano, 1932, p.8. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

disciplinar, em nome da Nação, justificará medidas excludentes, tais como os campos de concentração do Ceará.

O *Almanaque do Ceará* louvava ação revolucionária em prol do desenvolvimento nacional e do progresso do estado, que lastimavelmente estava calcado num atraso colonial, principalmente as cidades sertanejas e ribeirinhas, algumas delas que ainda teriam potencial para se tornarem centros de progresso, apesar das crises climáticas e do poder das velhas oligarquias do latifúndio nordestino. A ‘Revolução’ viria, portanto, atravancar o poder político fascista dos “coronéis matutos, confiando os executivos municipais a homens inteligentes, de clara visão patriótica”<sup>118</sup>

Desta feita, neste período, o Ceará oscilava em meio às crises climáticas, tendo com o algodão ainda seu produto de maior rentabilidade, em conjunto com o couro, peles de cabra, a cera de carnaúba, milho em grãos e outros. Segundo consta no *Almanaque do Ceará* de 1932, o algodão cearense, pela qualidade e teor, encontrava-se em segundo lugar de importância na escala Nacional. Tendo a Paraíba em primeiro lugar na produção, Pernambuco em terceiro e o quarto o Rio Grande do Norte.

A receita ordinária daquele ano foi no total de 119\$840, mas a seca viria novamente tomar os sertões. Portanto, 1932 foi um ano seco no Ceará caindo poucas chuvas no litoral e nas serras. Segundo o pluviômetro localizado na cidade de Fortaleza, os índices de chuvas estiveram nessa margem, na estimativa de três anos:

Tabela 1.3- Índice de chuvas dos anos de 1932 a 1934

Meses	Ano de 1932 Índice de chuva	Ano de 1933 Índice de chuva	Ano de 1934 Índice de chuva
<b>Janeiro</b>	122,9 mm	70 mm	338,3mm
<b>Fevereiro</b>	229,9mm	108 mm	723,5mm
<b>Março</b>	352,4mm	157 mm	645,8mm
<b>Abril</b>	43 mm	427 mm	278,5mm
<b>Maio</b>	55,7 mm	120 mm	364,9mm
<b>Junho</b>	89 mm	42 mm	125,5mm
<b>Total:</b>	892 mm	924 mm	1.988,0mm

Fonte: BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 39º ano, 1934, p.152. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

Apesar do total de chuvas entre 1932 e 1933 ter sido de 32 mm a mais para o último ano, 1933 foi considerado um ano de inverno e até de algumas enchentes, devido à regularidade da distribuição das chuvas ao longo do primeiro semestre. Dentro desse triênio exposto na tabela 1.3, vê-se que, mesmo com a seca, o índice total foi de 1268 mm na capital, segundo ressalta o próprio *Almanaque*, mas no interior as chuvas não teriam totalizado nem 900 mm por causa do ano absolutamente seco em 1932 e um inverno curto em 1933.

Do mesmo modo que aconteceu em 1915, em 1932, para conter a calamidade da forte estiagem, o governo investiu em obras públicas. Um dos exemplos foi a construção do açude de Acarape e de trechos ferroviários, com a mão de obra dos sertanejos flagelados. Os trechos que passaram a ser construídos nas ferrovias foram de Curú a Riacho da Seca, Ramal de Itapipoca, com 13 quilômetros de extensão; de Juazeiro a Barbalha, contendo 16 quilômetros;

<sup>118</sup>Idem, p. 199.

de Pompal a Patos tendo 70 quilômetros de extensão. Ainda ampliou-se a Estrada de Ferro Ceará-Paraíba, de Oiticica a Castelo; na Estrada de Ferro Sobral foi de 21 quilômetros e de Sobral a Cacimbas em direção a Itapipoca foram 23 quilômetros. Segundo relatou o engenheiro Ulpiano de Barros, no *Almanaque* de 1934, nessas obras estiveram trabalhando em média 22 mil operários. O governo estaria auxiliando, assim, 90 mil pessoas totalizando as famílias dos trabalhadores sertanejos. Mão de obra, na realidade, barata e vulnerável em um momento de crise.

Esse panorama do trabalhador sertanejo em épocas de seca revela, mais uma vez, a desorganização do poder público nas medidas que deveriam conter a crise climática e não agravar ainda mais o estado de penúria que se encontravam os sertões e os sertanejos. As mortes causadas pelas obras pesadas, tanto em 1915 quanto em 1932, ressaltam um quadro de desordem e descaso político que assola o interior latifundiário nordestino.

Um exemplo dessas mortes se encontra em um ofício do chefe do 1º Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, de 1936, onde o mesmo descreve que o operário Luiz Ribeiro foi morto em um acidente de trabalho na construção do sangradouro do açude “Jaibara”, no dia 23 de janeiro do mesmo ano. Luiz Ribeiro teria família e ainda cinco filhos e sua mãe estaria pedindo a indenização que lhe cabia pela morte de seu filho. O que teria ocorrido foi uma grande explosão na mina que Luiz Ribeiro trabalhava e que ainda havia matado mais dois outros operários. Em outro ofício datado do mesmo ano constava-se que “o desastre foi motivado pela inesperada explosão de uma mina que havia ficado sem detonar e veio a isto (...) na ocasião que cavouqueiros, faziam, como de costume, a perfuração”<sup>119</sup>. A situação dos operários era grave e ainda não havia posto médico e nem médico, por isso foram levados a cidade de Sobral, para a Santa Casa de Misericórdia.

Apesar do relato ser do ano posterior à seca de 1932, é sabido que muitos morreram nas construções de açudes e estradas de ferro, principalmente nos períodos de seca, onde os sertanejos já se encontravam sem a mínima condição de saúde para exercer os trabalhos das obras, e ainda o próprio estado higiênico ao redor das obras era insalubre, como mesmo consta no relato, não havendo médico e nem posto médico em muitos lugares.

Por fim, abaixo se encontra a tabela 1.4 com as maiores secas ocorridas no Ceará. A seguir, se tratará das formas de combate realizadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1915 e 1932, destacando, portanto, as três medidas que foram ‘inovadoras’ no que diz respeito ao tratamento dados aos sertanejos em períodos de estiagem:

---

<sup>119</sup>BRASIL. Ofício Açude Público Jaibara. Enviado por Mario Bezerra, engenheiro de serviço do sangradouro, ao Engenheiro encarregado da construção do açude público Jaibara. Fortaleza, 23 de janeiro de 1936. Arquivo Público do Estado do Ceará.

**Tabela 1.4- Anos de seca e duração das principais secas do Ceará**

Ano	Duração
1723 a 1727	Duração de 4 anos. Abrangeu Ceará, Bahia e o Piauí.
1744 a 1749	Duração de 5 anos. Morte de grande parte da população. Abrangeu Pernambuco, Bahia, Sergipe, Piauí e o Maranhão.
1790 a 1793	Duração de 3 anos, conhecida como seca grande.
1844 a 1845	Duração de 1 ano, a segunda grande seca do século.
1877 a 1879	Duração de 2 anos, mudou a forma de se entender as secas. Implementação dos abarracamentos para flagelados. Causou mortes desastrosas de diversos sertanejos.
1888	Conhecida como seca dos três oitos.
1900	Última seca do século passado.
1915	Seca do 1º campo de concentração do Ceará, confinamento de retirantes. Chamado Campo do Alagadiço. Graves consequências e mortes.
1919	Também datada como uma grande seca.
1932	Seca dos 7 campos de concentração do Ceará, isolamento dos sertanejos. Graves consequências e mortes.

Ideia retirada e adaptada de: BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932. Ceará: Est. Gráfico Urania, 39º ano, 1933.  
Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

## 2.4-A relação homem e natureza, do sertanejo e do sertão:

*Aproxima-se a seca...Entretanto não foge logo, abandonando a terra pouco a pouco invadida pelo limbo cadente que irradia o Ceará..o nosso sertanejo faz exceção a regra, a seca não o apavora. É um complemento a sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos...Apesar das dolorosas tradições, que conhece através de um sem numero de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível(...)*  
(Correio da Manhã 28 de setembro de 1930.)

Esta epígrafe aponta o caminho de como os intelectuais dos períodos aqui propostos, no caso abrangendo a 1ª República e o período Pós-30, entendiam a figura do sertanejo. Esta epígrafe é um trecho de um texto publicado no *Correio da Manhã* de 1930 sob o título de *D' “Os Sertões” de Euclides da Cunha*<sup>120</sup> e onde o título da página é *Terra do Sol, Terra do sofrimento*. A visão é nítida, o povo sertanejo não tem medo da seca acostumou-se com ela e, apesar de viver nessa dolorosa situação, é um povo que tem sempre esperança e resistência para enfrentar o flagelo. A seca “é um complemento” da sua vida dolorosa, é uma luta indescritível, diz a reportagem, entre a insurreição da terra contra o homem.

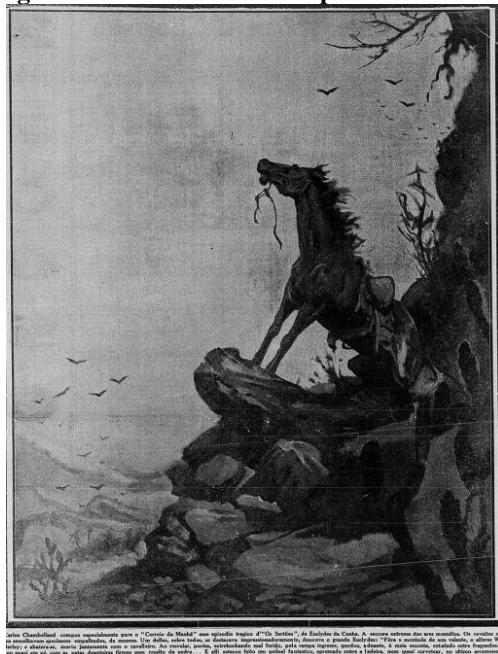
Para completar tal visão determinista dessa relação homem e natureza e da própria figura pintada de quem são os homens dos sertões, foi proposto a Carlos Chambelland, um pintor que na época passou a ilustrar para diversos jornais do Rio de Janeiro e, por ter vivido

<sup>120</sup>Correio da Manhã. *Terra de sol, terra de sofrimento*. Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 10.978, 28 de setembro de 1930, p.9.

no Nordeste também retratou sua impressão do local, que ilustrasse a reportagem. Na figura abaixo de Chambelland, a própria legenda pintava a postura de entender os sertões como aqueles delineados por Euclides da Cunha e suas visões em relação a Canudos. A ideia do homem sertanejo determinado por sua raça e pelo seu meio, o homem bruto, sobretudo um forte e a dicotomia dos sertões atrasados *versus* o litoral moderno podem ser vistos na reportagem e nesta ilustração. Na descrição da imagem (figura 1), feita pelo próprio jornal, chegava mesmo a citar uma passagem de Euclides da Cunha:

A secura extrema dos ares mumifica. Os cavalos mortos semelhavam spécimes empachados do museu. Um deles, sobretudo, se destaca, impressionante, descreveu o grande Euclides: “Fora a montada de um valente, o alferes Wanderley; e abatera-se morto juntamente com o cavalheiro. Ao resvalar, porém, estrebuchando mal ferido, pela rampa íngreme quedou, adianta, a meia encosta, entalado entre fraguedos. Ficou quase em pé, com as patas dianteiras firmes num ressalto da pedra...E ali estacou feito um animal fantástico, aprumado sobre a ladeira, num quase curvetear, no ultimo arremesso da carga paralisada, com todas aparências de vida, sobretudo quando, ao passarem as rajadas rígidas do nordeste, se lhe agitam as longas cristas ondulantes.”<sup>121</sup>

**Figura 1 – O retrato da seca pelo Correio da Manhã**



**Fonte: Correio da Manhã. Terra de sol, terra de sofrimento.**  
Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 10.978, 28 de setembro de 1930, p.9.

Na figura 1, portanto, o homem sertanejo é visto e confundido com a própria secura dos sertões. Como o cavalo empalhado, morto de sede, mistura-se com a própria terra.

Nessa perspectiva e dentro desses diversos contextos políticos pouco efetivos para os sertões, encontram-se o próprio sertanejo, ora visto em uma imagem bucólica, pastoril - como eram os discursos dos intelectuais do século XIX, que exaltavam um sertão longínquo do verdadeiro povo brasileiro, autêntico, “o camponês puro, ingênuo e poeta”-, ora visto por uma

<sup>121</sup> Idem.

visão mórbida, como pensavam os intelectuais do século XX. Murari ressalta que os literários do século XX, como Graça Aranha em Cannaã, Lima Barreto, Silvo Romero, relatavam que o “homem sertanejo inspirava tristeza”, ou como o autor Paulo Prado que realçava em seus escritos, “numa terra radiosa vive um povo triste.”<sup>122</sup>

Desde a seca de 1877 era comum o uso da imagem de sertanejos para retratar o estado de extrema pobreza e tristeza dos sertões, principalmente usando a figura de homens, mulheres, crianças, em estúdios pousando para as fotos. A dor, o horror da fome e a miséria eram usados em todos os seus sentidos e formas pelas elites locais e pela imprensa local, apelando em todas as dimensões do flagelo, estigmatizando o homem sertanejo como sinônimo de um estado de total incapacidade:

**Figura 2- Cartão da seca de 1877 a 1879**



**Triste órfão da ventura.  
Só dores no mundo achei.  
Dá-me meu Deus a sepultura onde  
a paz encontrarei.**

Fonte: Acervo Instituto do Ceará, 1877.

**Figura 3- Cartão da seca de 1877 a 1879**



**Vede este corpo; ele outrora foi lusídio e feliz.  
Mas hoje é pálido espetro  
que a existência maldiz.**

Fonte: Acervo do Instituto do Ceará, 1877.

Outro exemplo dessa visão encontra-se em um texto escrito para o *Correio da Manhã* de 28 de setembro de 1930, 53 anos após seca de 1877, por Gustavo Barroso, intelectual cearense que entre diversas atribuições destaca-se o fato de ter sido Presidente da Academia Brasileira de Letras. O autor relatava que os sertões inspiravam tristeza, de tal modo que impregnava tudo, tudo se transformava em tristeza e melancolia:

(...) todo sertão é duma grande tristeza, na cor, no silencio, no aspecto; e essa tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo: um galho que range de encontro ao outro lembra um gemer de moribundo; o estalar crepitante dos gravetos pisados por qualquer animal parece um soturno falar avantesmas; um canto

<sup>122</sup>Ideia retirada de: MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Almeida, 2009, p. 192 a p.257.

de pássaro, um alto pio d'ave de rapina(...). tudo é triste, tudo é melancólico.<sup>123</sup>

Ainda no *Correio da Manhã*, em 11 de maio de 1932, uma reportagem sob o título “*O flagelo da seca nos sertões do Nordeste. Apesar das providencias do governo a emigração continua*”, correspondentes do Rio Grande do Norte e da Bahia criticavam as multidões que invadiam as cidades por causarem tumulto e assaltos a comércios, sendo uma verdadeira “multidão flagelada”. Na figura 4, que ilustra a matéria, notam-se algumas questões:

Figura 4 – O flagelo retratado pelo Correio da Manhã



Fonte: Correio da Manhã, *O flagello da secca nos sertões do Nordeste*.  
Rio de Janeiro: Ano XXXI, nº 11.476, 11 de maio de 1932, p.5.

Na figura 4, observa-se primeiramente a legenda: “um grupo de flagelados em retirada”, a ideia de categorizar o sertanejo em período de seca como flagelado surge, segundo Rodolfo Teófilo, com a seca de 1915. O significado da palavra é emblemático porque além de estar referida à dor humana, ao sofrimento e à tortura de vítimas de calamidades, pode ser atrelada a um conceito biológico e, nesse conceito, os “flagelados” são parasitas causadores de doenças. A própria palavra estigmatiza o sertanejo em período de seca como “coitado”, “doente”, “vítima” da intempérie da estiagem.

Estigmatizados pela literatura e pelas elites da cidade, o sertanejo não era visto em sua essência. Sujeito de suas ações, o sertanejo não poderia ser visto como uma categoria monolítica. Dentro dessa camada populacional, existiam diferentes pessoas, com diversas “funções” no campo. Ao longo dos séculos XIX-XX, por exemplo, o sertanejo poderia ser um vaqueiro, um pequeno produtor rural, um grande latifundiário, posseiro, sitiante, um agregado e por ser, na maioria das vezes, ligado à terra, esse vínculo o fazia optar por permanecer na sua região mesmo em períodos secos. Na realidade, esse homem rural nordestino não pode ser visto sob um aspecto, principalmente sob a aparência do flagelo. Analisá-lo requer entendê-lo na complexidade das relações que são os sertões.

José de Souza Martins explica que o sertanejo vivia em uma atividade pastoril, com o trabalho livre do vaqueiro ou dependente de um fazendeiro no caso do agregado, dos sitiantes

<sup>123</sup>Correio da Manhã. *Terra de sol*. Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 10.978, 28 de setembro de 1930, p.9.

e posseiros (morador de condição que aos poucos se tornará assalariado). O sertanejo poderia ser também um pequeno lavrador e criador de gado, em seu pequeno pedaço de terra. Tendo sido a 1<sup>a</sup> República marcada pelo coronelismo e as relações de clientela e barganha de votos, muitos sertanejos poderiam ser também jagunços e trabalhadores das fazendas do coronel ou de seus clientes. Vale ressaltar que, para Martins, o jagunço poderia estar dentro das categorias de agregado, trabalhador ou morador de uma fazenda, e dentre suas obrigações com o fazendeiro estava a defesa do mesmo. Nesse contexto, surgiu também o jagunço ligado à pistolagem, ou seja, era um sertanejo que não era agregado do coronel, mas executava um crime de encomenda e dependia de certa forma do coronelismo. Quando era um sertanejo expulso de seu pequeno lote de terra por um coronel, acabava por entrar para um bando a fim de se vingar da ofensa, tornando-se cangaceiro, que era um sertanejo livre, diferente do jagunço, dependente de um coronel.<sup>124</sup>

Celso Furtado analisa que a estrutura agrária dos sertões nordestinos, essa que analisamos acima, não tinha mudado de composição até a década de 1990 formando os grandes latifúndios; ou seja, não existia assalariado propriamente dito nos semiáridos, o que prevalecia era a categoria do meeiro, aquele trabalhador que em terras latifundiárias acabava por trabalhar sob o regime de participação, produzia para poder comer e o excedente da produção era comercializado para o benefício do dono da terra, é o que ele chama de um “salário de subsistência”<sup>125</sup>. Nessa perspectiva, o ponto fraco para Furtado é esse morador, esse meeiro, o peso maior da seca vai para ele, pelo colapso da produção agrícola, traduzido em fome.

Devido a essa conjuntura, há também aqueles que migravam para diversas outras regiões do país, às vezes incentivados por uma política estatal de migrações, principalmente de colonização e povoamento do Norte, e outras por almejarem emprego, moradia e alimentação nas cidades. Mas, como dito, para a maioria dos sertanejos nordestinos a opção pela migração é a última em meio a um quadro de calamidade de fome e miséria e os cearenses também agem da mesma maneira.

Sabe-se, porém, que muitos nordestinos, em especial os cearenses, são vistos como mão de obra emigrante para outros estados, estigma que dura até os dias atuais. No *Correio da Manhã*, em uma reportagem de quatro de maio de 1930<sup>126</sup>, há um texto interessante de Affonso de Carvalho, poeta e prosador que costumava escrever para o jornal suplementos com a história dos chamados ‘tipos regionais’, onde o autor descreve o cearense e o classifica em três tipos principais: cearense matuto, cearense-retirante e o cearense exilado na Amazônia, tipo que ele preferiria retratar melhor pela sua glória de desbravador. Logo, na década de 1930, também aparece outra visão do homem sertanejo, o homem forte e desbravador. A reportagem vem seguida de uma imagem emblemática do cearense seringueiro:

---

<sup>124</sup>Ideia retirada de: MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2<sup>a</sup> edição Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

<sup>125</sup>TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores) Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.22.

<sup>126</sup>Correio da Manhã, *Typos Regionaes*. Rio de Janeiro: Ano XIXX, nº 10840, 1930, p.2.

**Figura 5- O cearense seringueiro retratado pelo Correio da Manhã**



**Fonte:** Correio da Manhã, *Typos Regionaes*.  
**Rio de Janeiro:** Ano XIXX, n.10840, p.2.

Observa-se que o homem sertanejo da figura 5 tem um rosto bruto, está com um machado na mão e os equipamentos para desbravar os seringais, ao seu redor a mata que se confunde com o próprio personagem. Nessa imagem, não há o sertanejo maltrapilho, magro, como as imagens acima referidas, principalmente as do século XIX, esse homem é rústico e bravo, o “cabra” do Amazonas.

Para Carvalho, o cearense exilado na Amazônia era vítima dos “monstros tentaculares dos seringais”, mas se tornaria o “cearense criador de territórios brasileiros, colonizador do Brasil”. Enfatiza Affonso de Carvalho “quanto heroísmo anônimo há nesse perseguido pela seca!”, sendo, então, sua sina emigrar e tendo ele um rumo já traçado: a Amazônia que surgiria na imaginação desse sertanejo como o “Eldorado redentor”. Mas a viagem era penosa e começava-se uma batalha com a sangrenta floresta. Para o autor, o pior dos martírios era a “escravidão dos seringais no vale do Amazonas”, uma escravidão por uma promessa falsa de melhoria de vida dessa sina retirante, uma covardia com o povo cearense. E terminou o texto dizendo: o cearense “quer voltar, mas não pode!”, morrendo muitos na construção das estradas, como a de Madeira-Mamoré.

Esse estigma nômade operário coloca o cearense em situação de eterno retirante em terras alheias e acaba por estigmatizá-lo da mesma maneira que retratá-lo como doente, triste, e maltrapilho. Ab'Sáber fala em uma diáspora que ajudou a povoar lugares distantes como a Amazônia e se referindo ao tempo presente, “nos últimos 50 anos colaboraram na construção de significativa parte das grandes e médias cidades brasileiras”<sup>127</sup>. Esse cearense desterrado, na realidade, deseja sempre regressar, como diz o poeta Patativa do Assaré em sua música “A triste partida”, imortalizada na voz de Luiz Gonzaga: “Nós vamos a São Paulo que a coisa tá

<sup>127</sup>AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. São Paulo: Revista Estudos Avançados 13 (36), 1999, p.28.

feia. Por terras alheias nós vamos vagar. Meu Deus, meu Deus, se o nosso destino não for tão mesquinho cá e, pro mesmo cantinho, nós torna a voltar, ai, ai, ai, ai.”<sup>128</sup>

Na reportagem do *Correio da Manhã*, citada anteriormente, sobre o título “D” “Os Sertões” de Euclides da Cunha”, a saudade dos sertões faz com que aquele retirante, que se juntaria em bando nas caminhadas afora, nas serras distantes, para qualquer lugar esvaziando os sertões, voltasse. Terminado o flagelo das secas ele “remigra”, então “se transfigura”. Não é mais o indolente, incorrigível ao impulso violento, vivendo as disparadas pelos arrastadores. Transcendente a sua situação rudimentar.” Aqui vê-se, mais uma vez, como os sertanejos são estigmatizados como indolentes, incorrigíveis, rudimentares, características essas causadas pela miséria do flagelo, que o tira de seu “estado normal”.

Mas o “remigrar” não pode estar atrelado a visões deterministas. O tão falado vínculo com a terra<sup>129</sup> natal está atrelado também com uma relação profunda entre homem e natureza. Não há como separar o homem do seu meio, e a natureza, nesse sentido, exerce uma forte influência. Homem e natureza, portanto, relacionam-se em um campo simbólico, onde diferentes saberes, percepções de natureza, respostas de cada sociedade levam a distintos saberes em torno da mesma. Segundo José Augusto Pádua, são as dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, incluindo valores que ligam os seres humanos ao mundo natural. Com isso, muitos grupos sociais, como os sertanejos, permanecem em seus lugares de origem, mesmo em períodos de calamidades como a seca. O vínculo simbólico de pertencimento com a terra estabelece, segundo Paul E. Little, uma territorialidade. Little conceitua a territorialidade utilizando Taussig, que a denomina como uma “paisagem moral”, que cria “lugares sagrados”.

Hector Alimonda<sup>130</sup> ressalta que a natureza não pode mais ser vista como cenário, ela deve ganhar espaço como agente do quadro das relações sociais. O autor sinaliza os silêncios provocados pela separação homem e natureza, que deve nos provocar entender as relações de poder em torno dela. Dessa forma, a análise dessa relação necessita compreender as demandas das populações, dar voz às suas práticas, considerar seus saberes tradicionais. Considera-se, assim, fundamental dar importância à dimensão simbólica existente entre o homem e natureza e não apenas seu lado político ou governamental, levando a cabo o debate entre os diferentes saberes, percepções de natureza, os diferentes aspectos humanos e as diferentes respostas de cada sociedade em relação ao saber em torno da natureza. Dentro disso, a natureza não é vista mais apenas na relação produção-consumo das necessidades da manutenção do capitalismo, mas sim relacionada com a geração de saberes e tradições, intimamente articulada com o ser humano.

Com isso, a relação simbólica entre homem e natureza explica porque os sertanejos do Ceará continuaram no estado mesmo com as intempéries causadas pelas secas, neste caso as de 1915 e de 1932, porque “as pessoas estão continuamente construindo mapas cognitivos do mundo ao redor delas”<sup>131</sup>

<sup>128</sup> ASSARÉ, Patativa. A triste partida. Gravada por Luiz Gonzaga em 1964.

<sup>129</sup> O conceito de terra que será utilizado neste trabalho encontra-se no verbete TERRA da Encyclopédia Einaudi. O próprio verbete ressalta a ambiguidade do conceito e diversas maneiras de se entendê-lo, mas me atentarei para a questão simbólica, onde a terra está “estreitamente ligada ao vivido, e em grande medida a um vivido camponês de âmbito local restrito(...) não há colheitas sem uma aliança com potências naturais e sobrenaturais, não há trabalho fecundo que não decorra da experiência, do labor de toda uma linhagem de gerações(...)O enraizamento do camponês na terra está na origem de ideologias que associam o apego à propriedade com a terra sagrada da pátria.” BRUN, Bernard; LEMONNIERS, Pierre; RAISON, Jean-Pierre; RONCAYOLO, Marcel. Encyclopédia Einaudi. Ambiente. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, v.8, p.117 e 118.

<sup>130</sup> ALIMONDA, Hector. Desde la ecología política, una mirada sobre la agricultura latinoamericana. Curso “El agro en América Latina: historia, conflictos y debates”. PLED, Buenos Aires, 2012.

<sup>131</sup> WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Ambiente & Sociedade [online], Volume 5 (2), 2003, p.26 e p.27.

## CAPÍTULO III:

### As Inspetorias de Obras Contra as Secas e os campos de concentração

#### 3.1 – A história que perpassa as Inspetorias de Obras:

Um marco importante para se entender a criação das Inspetorias de Obras foi a forte estiagem de 1877, que ocasionou a morte de milhares de sertanejos, além da multiplicação de epidemias e uma onda de migrações. Depois desses episódios, “as secas passam a ser encaradas como um fenômeno natural a ser corrigido, um problema a ser solucionado e não como uma fatalidade inevitável e uma imposição do destino.”<sup>132</sup>.

É também no período pós-proclamação da República, especificamente com Epitácio Pessoa em 1919, que a União passou a incluir à sua competência resolver os problemas das secas. A partir de então trabalhariam em conjunto União e os estados para atenuar as crises climáticas. Apesar disso, se recorria efetivamente à caridade particular, e só a partir de Vargas, segundo Frederico de Castro Neves, que se criaram organismos, de maioria estatal, para organizar o plano de combate às secas. Portanto, só no período Vargas que a União centralizará de forma sistemática o problema das estiagens.

De acordo com Maria Penha dos Santos, foi a partir da seca de 1877 que o Brasil buscou soluções mais efetivas para os problemas das estiagens como: “as comissões Imperial (1877), do Açude Quixadá (1884), as Comissões de Açuades e Irrigação (1904) as Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca (1904) e a Comissão de Perfuração de Poços (1904)”<sup>133</sup>, que deram origem à Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada para aglutinar os projetos e para controlar os problemas que as secas traziam para o Nordeste, tendo como figuras importantes para sua consolidação e importância os engenheiros. Portanto, foi no alvorecer da República e com o fim da escravidão que os engenheiros serão uma categoria valorizada e uma parte da elite culta que poderia trazer a luz da civilização aos sertões atrasados. A Inspetoria era composta por muitos deles que viam o trabalho e a afirmação das técnicas sob a natureza o meio de transformar o Brasil do atraso no país do progresso.

A IOCS nasceu nesse contexto e foi instituída pelo decreto-lei número 7619, de 21 de outubro de 1909. Seus serviços eram “destinados a prevenir, quanto possível, e atenuar os desastrosos efeitos das secas periódicas que flagelam o nordeste”<sup>134</sup> em algumas partes do norte do Estado de Minas Gerais, a Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Piauí e, por completo, do Rio Grande do Norte e Ceará. Cabia a esse órgão penetrar os sertões Nordestinos, e o incentivo ao trabalho nas obras públicas será um discurso muito utilizado para ‘tirar’ o sertanejo de sua vida isolada nos sertões. A Inspetoria ficou localizada na Avenida Rio Branco, no estado do Rio de Janeiro, naquele período a capital federal da República e por sua cede ser fixada na capital federal acabou por receber diversas críticas, apontando que a IOCS não conhecia a realidade dos sertões.

<sup>132</sup> AGUIAR, Pinto de. Nordeste, o drama das secas. RJ, Civilização Brasileira, 1983, p.65.

<sup>133</sup> SANTOS, Maria Penha dos. As Comissões Científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p.13.

<sup>134</sup> BRASIL. Relatório da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1913, p.8.

O decreto que organizou esses serviços foi de número 9256, de 28/12/1911<sup>135</sup>, ficando aprovado o regulamento assinado pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas. No artigo 2º, ressaltava-se que os estudos e obras que serviam para prevenir os efeitos das secas deviam ser relacionados: a estradas de ferro e penetração, estradas de ferro afluentes das estradas principais, estradas de rodagem e outras vias de comunicação entre os pontos flagelados e os mercados, açudes, poços e canais de irrigação, barragens, drenagens dos vales desaproveitados do litoral, estudos geográficos, meteorológicos, hidrológicos das zonas assoladas e instalação de postos.

Ficava a cargo da União, de acordo com o artigo 4º, que esta executaria as obras emergenciais por sua conta e as demais obras ficavam a cargo dos estados, com auxílio da União. Ou, de acordo com o art 3º, as construções poderiam ser realizadas pela União ou por esta e pelos estados conjuntamente. A União também ficaria responsável pelos estudos dos estados assolados pelas secas, entregando para tais governantes os relatórios referentes à construção de açudes e perfuração de poços em cada localidade.

Para solicitação da verba à União, os estados deveriam requerê-la ao ministro da Viação e Obras Públicas, tendo como comprovação que o seu estado era assolado periodicamente pela seca. Com isso, mais tarde, diversos estados passariam a apelar à União, por meio de telegramas, pelos jornais locais ou do sul, com histórias de mortes e cenas de horror de flagelados pelas ruas das cidades. A obtenção dessas verbas que, muitas vezes, eram desviadas para outros fins escusos, é o início da futura indústria da seca. Essa indústria acabou por beneficiar as elites locais. Segundo Furtado, muitas pessoas acabam por ganhar com a seca, porque com ela chega muito dinheiro do governo para o comércio, para financiar as frentes de serviço - que são as obras públicas de combate à seca - mostrando como “a seca é um negócio”<sup>136</sup>.

O art 21 relatava que os açudes de grande porte deveriam ser construídos à margem e nas proximidades das estradas de ferro, e em terras públicas ou desapropriadas. Muitos sertanejos foram retirados de suas terras nesses períodos, como mostra um Relatório da Inspetoria de Obras, no exemplo de uma conservação do Açude de Quixadá com a desapropriação dos que lá moravam nas terras:

A vista de um termo de desistência, firmado pelo ex-Chefe da extinta Comissão de Açudes e Irrigação e todos os ocupantes dos terrenos pertencentes à bacia deste açude, no qual se obrigaram os últimos a desocupá-los logo que assim fosse determinado pelo Governo, e achando-se aqueles terrenos desigualmente repartidos, recomendou-se, em abril de 1911, a retirada dos mesmos ocupantes dentro do prazo de sessenta dias, para ser feita, em seguida, a divisão em lotes de dois hectares, no máximo(...)<sup>137</sup>

Além disso, os açudes médios e pequenos deviam ser construídos pelos estados ou particulares e, caso a União reparasse açudes já existentes construídos pelos estados ou municípios, os açudes passariam a domínio da União. Essa situação dos açudes particulares, já mencionadas anteriormente, mostra que para que o açude fosse construído em propriedade particular o acordo era, por meio do art 44, que seriam distribuídos prêmios aos indivíduos e sindicatos agrícolas que construíssem os açudes médios ou pequenos. Dentro disso, no art 47,

<sup>135</sup>Decreto Lei nº 9256, de 28 de dezembro de 1911. Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de janeiro de 1912, p. 661. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39162&norma=54881>

<sup>136</sup>TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores) Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p 25.

<sup>137</sup>BRASIL. Relatório da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1913, p.34.

o proprietário se comprometeria a fornecer água para as necessidades domésticas das populações que o circundavam. Porém, muitos dos proprietários não cumpriam os acordos de distribuição de água para os mais afetados pelas secas, o que acabou não beneficiando a população mais pobre e crescendo o uso da água como barganha política para se conseguir voto daquele ou de outro partidário do proprietário.

A Inspetoria deveria agir em três seções no país, seriam elas: a 1<sup>a</sup> seção que abrangia Ceará e Piauí, a 2<sup>a</sup> pertencendo Rio Grande do Norte e Paraíba, e a 3<sup>a</sup> os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e do norte de Minas Gerais. De acordo com Angela Ferreira, Désio Rodrigo et al.<sup>138</sup>, os estudos da IOCS possibilitaram a interiorização e o controle governamental sobre diversas áreas. Seu primeiro engenheiro foi Arrojado Lisboa, que empreendeu diversos estudos nos sertões. Segundo Lara Ferreira foi sob sua égide que o “semiárido virou campo de investigação e atuação.”<sup>139</sup> Sua ação estava pautada na razão e na intervenção científica como os verdadeiros meios de se mudar o quadro de tormenta das secas, atribuindo mais importância, portanto, ao meio do que ao homem. Dever-se-ia adaptar a natureza ao homem e não o inverso, construindo barragens, ferrovias e realizando reflorestamentos.

Desde a sua criação, a IOCS sofreu fortes influências dos estudos norte-americanos. Em um Boletim da Inspetoria de 1934, onde descrevia a trajetória da criação da IOCS, relatou-se que Arrojado Lisboa tentou fazer da Inspetoria semelhante o *Reclamation Service*, repartição norte americana criada para o desenvolvimento do semiárido do oeste americano. No Boletim dizia-se:

O ilustre engenheiro procurou desempenhar a incumbência, dando à Inspetoria feição semelhante ao *Reclamation Service* que é o departamento congênere americano, do qual, entretanto, nos distanciávamos em virtude da desproporção dos recursos financeiros e também dos recursos técnicos, por isto que se tratava de uma especialidade da engenharia quase em absoluto desprezada no Brasil.<sup>140</sup>

Tendo o modelo científico e racional como o único que poderia mudar a natureza para transformá-la, o *Reclamation Service* foi a escola pela qual os engenheiros da IOCS sofreram maiores influências. Kleiton Moraes ressalta que logo após sua criação partiram do Rio de Janeiro com destino a Fortaleza “um grupo de cientistas, sob o comando dos geólogos Roderic Crandall e Horace Williams, todos do SGMB”<sup>141</sup>, o chamado Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado por Orville Derby que já teria vindo ao Brasil desde 1870 fazer estudos sobre o território brasileiro e, em 1906, foi convidado para criar o SGMB, onde muitos dos engenheiros que estiveram com ele nessa criação fizeram, mais tarde, parte do quadro de engenheiros da IOCS.

<sup>138</sup>FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da Inspetoria de Obras Contra as Secas – Nordeste/Brasil 1910-1915. XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014, p.2.

<sup>139</sup>FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.22.

<sup>140</sup>BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num4 Fortaleza:Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934, p.150.

<sup>141</sup>MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.89.

Ainda houve outras viagens importantes que tiveram à frente cientistas estadunidenses, como o geólogo da Universidade de Stanford, Gerald Waring e, os geólogos Ralph Sopper e Horatio Small que foram ao Nordeste em 1912. Nísia Trindade Lima ainda explica que a Inspetoria contratou também, em 1912, o Instituto Oswaldo Cruz para realizar incursões ao Nordeste. O Instituto estava embebido pelos debates que viam os sertões como lugares de resistência à modernidade e o sertanejo como um homem de natureza rústica que precisa ser civilizado. Essa perspectiva acabou por criar a figura do sertanejo como doente, e os sertões como lugares do atraso, relacionados “ao abandono a que eram relegados às populações do interior do Brasil.”<sup>142</sup>

Tais visões estavam envolvidas no discurso que entendia a natureza como problema e o homem dos sertões como relutante às medidas civilizatórias e de progresso nacional. Os intelectuais que pensavam o Brasil no começo da República, segundo Lima, eram, em sua maioria, das elites e eram formados em Direito, Engenharia, podendo também ser militares. Esses homens da ciência deveriam agora tomar parte do país para transformá-lo. “Ao mero reconhecimento do espaço como nas narrativas de viajantes do século XIX, juntava-se o expediente de intervir neste mesmo espaço.”<sup>143</sup>

Em 1915, três figuras são importantes para se entender a atuação da Inspetoria de Obras e o combate à seca no Ceará, são eles: o engenheiro José Ayres de Souza, que estava à frente da IOCS nesse período, o ministro da Viação e Obras Públicas o jurista Augusto Tavares Lyra, e Aarão Reis, engenheiro responsável pela Comissão de Obras Novas. Esses três nomes não estarão de fora de todo o pensamento hegemônico mencionado. Pelo contrário, foram três figuras com carreiras políticas e militantes republicanos.

Tavares de Lyra nasceu em Macaíba no Rio Grande do Norte, em 1872. Seu pai era coronel da Guarda Nacional e comerciante da região. As ideias liberais e abolicionistas nortearam seus pensamentos na juventude, quando ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Foi eleito deputado federal por segundo mandato de 1877-99, no Rio de Janeiro. Em 1902, participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. De 1904 a 1906 foi governador do Rio Grande do Norte. Neste período, ocorreu uma grande seca no estado que ocasionou um surto de varíola. Tavares Lyra deu ênfase à modernização de Natal e ao crescimento urbano. Em 1906, foi convidado a ser ministro da Justiça e Negócios Interiores. Preocupou-se com a reforma na educação pública, que, para ele, seria a base para a modernização do país, sendo necessário que a União interviesse diretamente nessa questão. O período era marcado pelas influências inglesas e norte-americanas, ainda havendo entusiastas do positivismo no campo da política e da cultura. Lyra foi também redator do jornal *A República*, na coluna “Em vários tons”, com o compromisso forte com a causa republicana.<sup>144</sup>

Em 1915 que Wenceslau Braz o convidou para ser ministro do seu governo e Tavares de Lyra acabou por escolher a pasta de Ministro da Viação e Obras Públicas, quebrando a tradição de engenheiros à frente desse cargo. Foi ele quem revisou o problema das ferrovias em 1915, citado no primeiro capítulo, e que colocou a cargo da União a Rede de Viação Cearense. No relatório ministerial de 1915, Tavares de Lyra dizia:

---

<sup>142</sup>LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p.8

<sup>143</sup>MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.31.

<sup>144</sup>Ideia retirada de: SILVA. Francisco Anderson Tavares de Lyra. Augusto Tavares de Lyra, em vários tons. Natal: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

Foi depois de conhecer em detalhes a situação que aí fica esboçada, apenas em parte, que o Governo iniciou o trabalho de revisão de contratos, sem dúvida o mais importante e proveitoso de quantos, no Ministério da Viação e Obras Públicas, reclamavam a sua carinhosa solicitude.<sup>145</sup>

Neste mesmo relatório, enfatizou a preocupação com as ferrovias e portos do Nordeste, influenciado pelas concepções de modernidade e progresso que afloravam o país na 1ª República e que estavam ligados a um plano de tentar interligar diversas localidades do país por meio dos portos e ferrovias. No entanto, a situação daquele período demandava contenção de despesas econômicas devido à conjuntura internacional 1ª Guerra Mundial, que acabou afetando as verbas enviadas ao Ministério da Viação. Isso irá influenciar as políticas de Tavares de Lyra e a contenção de gastos do engenheiro José Ayres de Sousa. Tavares de Lyra, em um de seus relatórios dizia:

Ninguém ignora ter sido em relação a serviços subordinados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, especialmente os de estradas de ferro e portos, que assumimos os maiores compromissos, quando, de anos para cá, começamos a praticar, sem cautelosa moderação, uma larga política de melhoramento de materiais. Era natural, portanto, que – chegado o momento em que o país, trabalhando por uma intensa crise econômico-financeira, agravada pela conflagração europeia, tinha de mudar forçosamente de orientação a fim de reduzir o mínimo às despesas públicas – para esse ministério se volvessem as vistas da administração no sentido de suspender ou retardar obras que não podiam ser executadas sem sacrifícios, que a situação não comportava.<sup>146</sup>

Sabe-se, contudo, que para além da conjuntura econômica europeia, as elites do período estavam envolvidas com a modernização das cidades e com a reorganização do mercado interno do sudeste para conter a crise. Logo, atacar as verbas do Ministério da Viação era, primeiramente, diminuir os gastos com obras e incentivar a fabricação de novos produtos no país, e isso incluía ter olhos voltados para o centro do progresso que era, naquele momento, Rio de Janeiro e São Paulo. O semiárido, agravado pela crise, acabava por se tornar um fator secundário. Por isso, em 1932 o Nordeste apoiará integralmente a candidatura de Getúlio Vargas em oposição às oligarquias do sudeste, de modo que conseguisse reaver o seu espaço na política nacional. A IOCS será afetada em seus recursos e o engenheiro José Ayres de Souza adotará a cartilha do Ministério da Viação, na diminuição das obras, e isso descontentará o Nordeste, sobretudo, o Ceará.

José Ayres de Souza nasceu em 1874 e foi natural de Santana do Acaraú, no Ceará. Sua trajetória esteve sempre ligada às obras públicas. De 1900 a 1901, participou da construção do açude Acaraú-Mirim no Ceará, em 1909 foi membro da Comissão de Açudes e Irrigação, se tornando em seguida subinspetor da IOCS. Esteve à frente da IOCS em três momentos: de 1912 a 1913, de 1915 a 1918 e 1930 a 1931. Pelo decreto lei n.11.704, ficou extinto o cargo de inspetor efetivo, passando a Ayres de Souza o cargo de inspetor.

Ayres de Souza esteve inserido em um dilema da maioria dos engenheiros daquele período, influenciado pela escola de engenharia que tinha como uma das diretrizes principais

<sup>145</sup> LYRA, Augusto Tavares de. Relatório I do ano de 1915, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

<sup>146</sup> Idem, p.3.

a formação do engenheiro atuando em trabalhos “por meio, principalmente, das obras públicas”<sup>147</sup>, imbebidos pelos debates norte-americanos e pela influência da “Escola Plurífera” que via o problema da questão da água como principal a ser resolvido, Ayres de Souza percebeu que para aplicar tal modelo teria que enfrentar uma verdadeira “luta” contra o espaço e contra o tempo, que nos sertões, de acordo com Kleiton Moraes, eram regidos por outras forças.

O engenheiro, assim como os diversos intelectuais do período, entendia o progresso como a solução para os problemas dos sertões. Contudo, ao entrar nesse espaço, acabavam apresentando uma visão fatalista de que os sertões não se submetiam ao avanço da modernidade, “um território onde esse “ente” da modernidade era usurpado pela natureza dominante. A “civilização” passava de atacante a atacada.”<sup>148</sup> Por isso, em seus relatórios alertava ao Ministro Tavares de Lyra as condições que viviam as obras, não só pela natureza em si, pela falta de água e pelas condições do meio físico para colocar as obras em prática, como também a preocupação com a multidão de retirantes que se aglomeravam ao redor delas. Dizia o inspetor:

(...) Sendo cada dia maior o numero de famintos no local das obras e não permitindo a falta d’água que se desse grande incremento às obras da barragem, de modo a serem aqueles aproveitados nos serviços, ficou resolvido proceder á roçagem, destocamento e queima na bacia hidráulica.<sup>149</sup>

A visão do engenheiro também inserida no contexto de 1915, o medo da desordem nas obras – relatadas em secas anteriores, principalmente a de 1877 – fazia com que a IOCS temesse a ‘multidão de retirantes’ e tivesse o ordenamento nas obras como meta a ser cumprida a qualquer preço, o que certamente gerou diversos conflitos entre os operários e os engenheiros. No mesmo relatório citado acima, em outro trecho, Ayres de Souza continuava a criticar o número de retirantes que se aglomeravam na construção do açude de Quixadá e dizia ser necessário que a vigilância aumentasse para que não gerasse conflito na obra:

Durante o ano de 1915 essa fiscalização feita pelo encarregado geral do serviço, e por um auxiliar, que percorria assiduamente a bacia, inspecionando os lotes, os cercados, as vazantes, foi regularmente realizada apesar de se haver tornado sobremodo difícil, por causa do acumulo de retirante que, aproximadamente, em numero de seis mil, se abrigaram nas circunvizinhanças do açude, dando lugar a que se tivesse de exercer uma vigilância continua para se impedirem atritos, lutas, roubos, etc., além da não pequena tarefa de conserva-los distribuídos pelas vazantes, de modo a se evitarem aglomerações prejudiciais aos interesses do serviço.<sup>150</sup>

<sup>147</sup> LIMA, Aline Silva. Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas [manuscrito]: Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909-1919). Fortaleza: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2010, p.48.

<sup>148</sup> MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.87.

<sup>149</sup> SOUZA, José Ayres de. Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915. Apresentado a 15 de julho de 1916 ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Augusto Tavares de Lyra, pelo Inspetor Interino José Ayres de Souza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1917, p.38.

<sup>150</sup> Idem, p.51 e p.52.

Continuando a descrever a obra do açude de Quixadá, o engenheiro criticava a situação da obra dizendo que aumentava o número de ‘forasteiros’ a cada instante, e em meados de 1915 existiam ao redor do açude 5.684 pessoas, ou seja, estavam abrigadas na bacia de irrigação 1.665 pessoas e 4.016 nas vazantes, as quais estavam divididas em 559 lotes, afirmando que “alguns desses lotes chegaram a conter 22 pessoas entre adultos e crianças”.<sup>151</sup> O medo das aglomerações era o medo do terror dos roubos e saques, por isso o próprio Inspetor acabava por chamar os sertanejos de forasteiros, fazendo uma alusão àquele que está fora de sua terra natal, um peregrino, o que vem de fora, sendo necessário que houvesse uma maior vigilância em relação a eles, controlando suas ações. Essas eram as maiores justificativas para que se impusesse uma disciplina rígida nos sertões, que virão mais concretamente com a seca de 1932.

Na realidade, não era o sertanejo quem desorganizava as obras. A pouca verba e o emaranhado de questões políticas desordenavam os trabalhos nos sertões, anos e anos corriam para que uma obra terminasse. Raras as obras que foram finalizadas dentro do prazo previsto. Diante desse quadro, era mais fácil tornar o sertanejo culpado, para que outras medidas, como o campo de concentração, fossem postas em prática. Faltava um planejamento sistemático e a IOCS não o tinha. As ideias preocupadas em resolver problemas pontuais e envolvidos nas visões tecnicistas acabavam não atingindo o cerne da questão, os problemas sociais eminentes nos sertões nordestinos que influenciavam a falta de água, comida, sementes, e a própria prosperidade do semiárido, independente, da seca.

Vendo esse panorama e a necessidade cada vez maior de obras para ocupação de sertanejos, no período da seca de 1915, foi elaborada uma Comissão de Obras Novas Contra as Secas (1915-1918), que não estava sob o comando da Inspetoria de Obras, mas deveria trabalhar em conjunto com ela, de maneira a complementar e acelerar as obras. Essa Comissão foi dirigida pelo engenheiro Aarão Reis, que, inclusive, assinava diversos relatórios sobre as condições das obras de socorros nos sertões e enviava relatórios à Inspetoria.

Aarão Reis nasceu no Pará em 1853. Foi nomeado Inspetor da IOCS em 1913, deixando o cargo para assumir essa Comissão em 1915. Formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo como base a influência do positivismo na sua formação de engenheiro. Sua carreira política iniciou quando foi eleito deputado federal do Pará por três vezes. Além disso, foi também professor da Escola Politécnica e diretor-secretário do Clube de Engenharia. Tornou-se não só político, como um estudioso da transformação social, política e econômica que deveria acontecer na sociedade brasileira<sup>152</sup>.

Lara de Castro Ferreira ressalta que os estudos atuais ainda não conseguiram abranger o porquê da criação dessa Comissão. Alguns ressaltam que pode ter sido por questões políticas e econômicas de descentralização das verbas contra as secas, ou mesmo pela ineficiência da IOCS. No entanto, o que vale deixar claro é que Aarão Reis e a Comissão acabaram por aglutinar a maioria das obras e a controlá-las nesse período.

No decreto 2.974, de 15 de julho de 1915<sup>153</sup>, constava no art 1º a verba extraordinária e a construção de obras para a calamidade que passava a assolar os sertões em 1915. No art 1º destaca-se, portanto, que a União havia autorizado abrir, por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas, créditos extraordinários para serem aplicados nas obras na zona nordestina

<sup>151</sup>Ibdem, p.54.

<sup>152</sup>Ideia retirada de: MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p. 138.

<sup>153</sup>Decreto 2.974, de 15 de julho de 1915. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1 – 21 de junho de 1915, p.7765. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2974-15-julho-1915-574910-publicacaooriginal-97982-pl.html>

assolada pela seca, priorizando, assim, que se ocupassem os braços sertanejos dando maior número de trabalho e mantendo a maioria da população em seus domicílios. Esse decreto legitimou a criação da Comissão. Neste artigo, já se deixava clara a postura da IOCS que se estenderá até a seca de 1932, ocupar a mão de obra sertaneja com trabalho e mantê-los, o maior número possível, em suas localidades, mesmo que se encontrem diversos ofícios contento grande número de migrações para o Pará, por exemplo. Para isso, a prioridade da Comissão era a construção de obras imediatas.

Essa visão estava também pautada pelo engenheiro Aarão Reis, que era adepto a visões positivistas. Segundo Kleiton Moraes, “Reis já era um aclamado engenheiro, reconhecimento que vinha especialmente por ter sido um dos planejadores da construção da cidade de Belo Horizonte”<sup>154</sup>, e também por já vir atuando, desde o Império, em obras importantes no país. Portanto, um engenheiro de nome e experiência. A visão de mundo do engenheiro Aarão Reis era pautada por uma ideia evolucionista da humanidade, ou seja, o ser humano evoluiria em etapas até chegar a uma sociedade livremente organizada, por meio do progresso. Era necessário, sendo assim, que essa noção de progresso à luz da civilização fosse levada para os sertões, de modo a “evoluir” o povo sertanejo.

As missões civilizatórias e a importância que foi dada ao trabalho dos engenheiros e da própria Inspetoria, podem ser exemplificadas no trecho de um relatório do engenheiro Aarão Reis<sup>155</sup>, onde enfatizava o valor dos serviços realizados pela Inspetoria como uma verdadeira ‘luta patriótica contra os efeitos das secas’, que havia permitido uma maior organização burocrática das obras e ‘impedido’ o cortejo de ‘torpezas e iniquidades’ causadas pela mendicância e pelo costume da esmola, episódios que aconteceram na seca de 1877. Na realidade, a IOCS não impediu que muitos sertanejos “esmolassem” pelas ruas, porque não havia um programa organizado para a quantidade de pessoas que migravam para os centros urbanos.

Para Kleiton Moraes, havia uma diferença primordial entre Arrojado Lisboa (1909) e Aarão Reis (1915). O primeiro foi voltado para as missões científicas e análises sobre os problemas das secas, e o segundo esteve ligado a outra fase da escola de engenheiros, agora voltados aos trabalhos urbanos e “avessos aos trabalhos em torno da agricultura do país”<sup>156</sup>. O olhar passou a voltar-se para as obras de comunicação, mais do que resolver o problema da distribuição da água, que era a foco da IOCS na gestão de Lisboa. Ou seja, Aarão Reis se voltaria a trabalhos mais imediatistas e a aplicabilidade das obras, mais do que estudos em torno delas. Contudo, não havia trabalho para todos e as construções não foram tão organizadas como almejava Reis. A desordem nas obras, a falta de verbas e a demora de finalização de muitas delas levará às ondas migratórias.

No jornal *A Lucta*, em diversas reportagens, deixavam claras as insatisfações com a demora nas obras, ou até mesmo a sua não realização, por conta da quantia dada ao estado cearense:

---

<sup>154</sup>MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.137.

<sup>155</sup>REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.16.

<sup>156</sup>MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.142.

O governo, portanto, não obstante as sérias dificuldades financeiras com que se vê a braços, o que não ignoramos pouco, de boa vontade pode francamente, embora dando qualquer outro trabalho, mandar prosseguir os serviços do prolongamento da via férrea de Crateús e iniciar o de outras estradas em estudos no Ceará, e arrancar assim a uma morte trágica e humilhante o grande numero dos filhos deste Estado.<sup>157</sup>

Nessa perspectiva, levando em consideração que não havia obra suficiente para manter o sertanejo “ocupado” e em sua terra, veem-se dados interessantes do número das migrações que mostram que não havia, de fato, uma organização clara e que as obras não eram suficientes para o número de sertanejos que saiam do interior em busca de oportunidade. Nos ofícios referentes ao mês de julho a novembro de 1915, emitidos para a Companhia Lloyd Brasileiro, o número de passagens para os portos do Norte que abrangiam Maranhão, Pará, Manaus, Recife, Maceió, dentre outras localidades, chegou a ter os seguintes números de pedidos de passagens para os emigrantes, por conta dos socorros públicos de combate à seca: em julho, 66 passagens para o Maranhão, 208,5 para o Pará e 300 para Manaus, totalizando 574,5 passagens; em agosto foram solicitadas nos primeiros dias 830,5 passagens, divididas entre Maranhão, Pará, Manaus, depois foram solicitadas em outro ofício, do mesmo mês, 375,5 passagens para o Maranhão, 264 para o Pará, 56 para Santarém, 275 para Manaus totalizando 629,5 passagens. Ainda em agosto, requereram-se 35 passagens para Recife e 2 para Maceió, totalizando 37 passagens. Ainda constata-se um pedido, nesse mesmo mês, sem especificidade das localidades, mas pedindo 500 passagens para os portos do Norte, totalizando assim, só neste mês, 1.997 passagens para os portos do Norte; em setembro solicitaram-se 561,5 passagens para os portos do Norte; no mês de outubro foram pedidas 518 passagens num primeiro momento, e depois mais 727 para os portos do Norte, totalizando 1245 passagens. Sendo assim, a quantia referente à média total de passagens solicitadas no ano de 1915 foi de 4378 para os portos do Norte.

Para os portos do Sul, foram encontrados ofícios que pediam no mês de agosto 298 passagens para o Rio de Janeiro; em setembro solicitou-se, sem especificidade da localidade, 362,5 passagens para os portos do sul e em outubro foram pedidas 361,5, totalizando, em média, no ano 1915, 1021 passagens para os emigrantes. Cabe ressaltar que os portos do sul estariam mais ligados a Rio de Janeiro e São Paulo, que já tinham o ‘costume’ de receber migrantes para suas fazendas, principalmente de café.

Levando em consideração que esses dados não podem ser tomados como a verdade absoluta e que não é possível comprovar que a Companhia conseguiu encaminhar para o governo do Ceará tais passagens, podem-se inferir, de qualquer modo, alguns dados relevantes: o número de passagens para o Norte foi, praticamente, o quádruplo de passagens referentes ao Sul. E mesmo que, ratificando, esses dados sejam imprecisos, observa-se também que as passagens para o Pará e Manaus foram bastante requeridas, partindo do pressuposto que, neste período, o comércio da borracha era feito, em grande parte, por mão de obra cearense. Furtado<sup>158</sup> explica que a expansão da comercialização da borracha na Amazônia era estritamente uma questão de suprimento de mão de obra. Para o autor a imigração de europeus para as regiões do café deixou disponíveis para o Norte a mão de obra dos nordestinos para a expansão da borracha, devido à crise do açúcar e a concorrência estrangeira em torno do algodão. Desde o século XIX, pós-seca de 1877, que a mão de obra nordestina passou a ser orientada para Amazônia. A concentração da população sertaneja nas cidades devido à estiagem facilitou o seu recrutamento, mesmo assim a maioria dominante da

<sup>157</sup> Jornal A Lucta. *Socorro!* Sobral: Anno 1, 25 de março de 1915.

<sup>158</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

região se opunha a tal migração, pois via nela a perda de sua fonte de riqueza. Tal discurso se estendeu em todo o século XX: estimular ou não a migração desses sertanejos a procura de ajuda nos centros urbanos para outros estados? No entanto, “o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra.”<sup>159</sup>

Isso também explica outros dois pontos: nem a IOCS e nem as Comissões de Socorros conseguiram abranger o número de sertanejos em busca de trabalho e o próprio Benjamim Barroso subsidiava, por meio da Lloyd, as passagens, principalmente, para o Norte; e, neste período, as elites do sudeste não queriam mais receber os retirantes, visto que a crise econômica do período Wenceslau Braz fazia com que o sudeste se voltasse para esses problemas.

Devido a tais medidas, no *Correio da Manhã* de novembro de 1915, uma reportagem alegava:

A Inspetoria de Obras Contra as Secas recebeu do seu primeiro distrito, no Ceará, o seguinte telegrama: “êxodo da população cearense continua crescendo em rápida e assustadora progressão. Ontem embarcam para o sul e para o norte do país mais de mil pessoas.”<sup>160</sup>

No mesmo jornal, segundo o correspondente enviado a Fortaleza, que não se identifica, um doutor residente do Ceará havia realizado um protesto chamado *desamparo ao povo cearense*, condenando o êxodo em “oposição à emigração crescente das populações flageladas.” Na reportagem, ressaltava-se a oposição da bancada política cearense que telegrafava a capital “dizendo que o êxodo fora solicitado pelo governo”. O protesto foi enviado para o jornal *Diário do Estado* propondo:

(...) que o dever da bancada era influir no espírito do presidente da República para impedir o despovoamento do Estado, ao contrário do que fez pedindo à abertura de um crédito para sua localização no Amazonas, sem atender ao inconveniente que esta medida acarretara para o futuro econômico do Ceará, e que este mesmo crédito seria melhormente aplicado no Estado com benefícios gerais.<sup>161</sup>

Mais um exemplo, agora de um jornal local do Ceará, *A Lucta*, via-se a mesma insatisfação em relação às obras e as migrações, incluindo, críticas ferrenhas a Benjamim Barroso, não só nesta reportagem abaixo referida, mas em outras no mesmo ano:

O dr. Barroso que permanecia impassível ante os horrores da fome e da miséria que varre todo o Estado deslocando a população e fazendo humilhantemente inúmeras vítimas, ao caírem as primeiras chuvas nos últimos dias de março, ao invés de continuar o seu inutismo que então valia ouro, não telegrafou ao presidente da Republica noticiando o inicio de solene, abundante e estrepitoso do inverno e pedindo por favor que fossem enviadas por intermédio da Inspetoria de agricultura e com toda urgência, semente para lavradores, o que serviu apenas para arrefecer e talvez

<sup>159</sup> Idem, p.137.

<sup>160</sup> Correio da Manhã, *O êxodo da população cearense*. Rio de Janeiro: Ano XV, nº 6.9098, 5 de novembro 1915, p.6.

<sup>161</sup> Idem.

aniquilar o movimento para obtenção do prolongamento das estradas, único meio de por tem atividade tantos braços paralisados pela demora de chuvas(...) Parece-nos um mal contagioso dos governantes cearenses não quererem que o governo central auxilie o povo nas crises climáticas.<sup>162</sup>

A ideia de que o sertanejo deveria permanecer nos sertões se tornou ainda mais forte para as elites do país em 1932, mas essa imagem não era nova no pensamento intelectual. Em 1915, os jornais e relatórios reclamavam a “facilidade” do êxodo da população sertaneja que não beneficiava a economia e esvaziava as localidades. Dados esses que explicam o porquê do campo de concentração do Alagadiço ter sido posto em prática, o que mesmo assim não impediu as grandes retiradas. O campo de concentração do Alagadiço foi realizado no governo de Benjamim Barroso, no Ceará, e nele os sertanejos foram confinados em um local afastado de Fortaleza, para que recebessem assistência e fossem enviados para as obras públicas e não se deslocassem mais para Fortaleza.

O número das migrações aqui relatadas e as reportagens do *Correio da Manhã* e do jornal *A Lucta* são bastante relevantes para se entender porque em 1932 Getúlio Vargas fará uma forte vigilância contra as migrações, optando por aplicar sete campos de concentração no Ceará e também em outras localidades do Nordeste.

Na reportagem de *A Lucta*, a crítica ainda se estendia à falta de sementes distribuídas aos flagelados em períodos de chuva, o que impediria as migrações e sustentaria os sertanejos para enfrentar a estiagem. Ainda ressaltavam que Barroso não lutou pelas verbas para o Ceará, no que diz respeito também à construção de prolongamentos ferroviários. O jornal era claramente de oposição ao governo e apesar disso nota-se, pela análise dos relatórios da IOCS e de outros jornais, que em relação às obras e as migrações o jornal estava correto. As obras foram muitas vezes paralisadas por falta de verbas, há açudes e prolongamentos ferroviários que passaram mais de 10 anos para serem concluídos, e os índices migratórios, prontamente mostrados, ressaltam que o governo do Ceará não conseguiu conter as retiradas.

O problema também da distribuição de sementes em períodos de chuva comprova que não havia como o sertanejo se preparar para a estiagem, visto que no momento que poderiam fazer uma reserva de alimento não tinham como, porque entre uma seca e outra, o governo não planejava a fixação do sertanejo aos sertões. Mesmo que o sertanejo entendesse da terra e das chuvas não tinha, muitas vezes, condições financeiras de lidar com a crise climática. Cabia ao governo atenuar os seus efeitos. Por isso, *A Lucta* terminava a reportagem dizendo: “Parece-nos um mal contagioso dos governantes cearenses não quererem que o governo central auxilie o povo nas crises climáticas.”<sup>163</sup>, porque para os grandes proprietários era mais importante manter o pequeno produtor sobre sua dependência e manter a União afastada dos problemas do Nordeste. No entanto, as obras acabavam interessando as elites, ou para manter essa relação de dependência, visto que muitas delas eram construídas em grandes propriedades, ou para o desvio dessas verbas de combate as secas pelas prefeituras.

Conquanto, um dado se faz importante e se tornará todo legado da Inspetoria e do pensamento brasileiro no que se refere a migrações. Aarão Reis, em seu relatório dos trabalhos realizados de 1915 a 1918, mostrou a diferença entre migrações para a Amazônia – de povoamento, colonização – e as migrações que não se destinavam para tal fim, revelando o porquê do estímulo para as passagens ao Norte do país. No relatório, era valioso o nordestino que emigrava para prosperar áreas inóspitas, mas não o eram aqueles que deixavam para irem a outros estados “sacrificando a terra natal”. Por isso, Reis se dizia contrário à “facilidade”

---

<sup>162</sup>Jornal *A Lucta*, *A seca*. Sobral: Anno 1, 21 de abril de 1915.

<sup>163</sup>Idem.

das migrações em massa que levavam os “valiosos braços e tempra sertaneja, a prosperidade a outros estados da União”. Mas, quando apontava para migrações para Amazônia, dizia:

A emigração espontânea – que lava a exuberância de certas populações à procura de mais fáceis e rápidos meios de vida e de futura tranquilidade – deve de gozar de plena e ampla liberdade; e, dessa, nem um mal real advém, em geral, aos centros natais de onde se afasta. A prosperidade da Amazônia, que tanto deve ao valiosíssimo concurso das levas de cearenses e riograndenses do norte, atraídas para ali pela sedução do ouro negro – reagiu sobre esses dois Estados de modo eficiente e salutar.<sup>164</sup>

Desta forma, apesar de Reis não ser a favor das migrações, não deixava de salientar que as retiradas para a Amazônia foram eficientes e não prejudicaram as cidades nordestinas. Pelo contrário, agiu de forma salutar no Ceará e no Rio Grande do Norte. No entanto, sabe-se que “em 1915 os sonhos de enriquecimento rápido já tinham se esvaidó.”<sup>165</sup> De acordo com Marco Antonio Villa, desde as viagens à Amazônia em péssimas condições nos navios da Llyod, até a chegada nos seringais, onde milhares de sertanejos chegaram a morrer pelas condições insalubres, diversas famílias foram separadas, pois, só embarcavam os mais sadios. Deste modo, a migração para Amazônia levou a morte de milhares de sertanejos, a separação de diversas famílias e não reparou a situação de pobreza dos retirantes.

O farmacêutico Rodolfo Teófilo, que viveu a seca de 1877 e trabalhou na vacinação dos sertanejos em 1915, também relatava essa visão muito comum à época, a crítica aos sertanejos que migravam e a exaltação dos que permaneciam mesmo com a seca. Porém, a ida não era espontânea como ressalta Reis e Teófilo. Segundo Maria Verônica Secreto, as viagens eram subsidiadas pelo governo desde o período do Império, logo não era uma migração espontânea. Teófilo, portanto, narrava:

(...) O sertanejo não abandona a sua casa em tempos bons, salvo o que vai tentar fortuna no Amazonas (...) A gente que aos primeiros sinais da seca abandona os lares é ruim, saindo não faz falta, é vagabundo por instinto e preguiçoso por índole. Acresce que 30% são de outros Estados, mormente da Paraíba e Rio Grande do Norte. O sertanejo trabalhador fica em casa, sofrendo as maiores privações, alimentando-se de mucunã e de outras plantas brabas, esperando à custa dos maiores sacrifícios que termine o flagelo.<sup>166</sup>

A figura do sertanejo como “vagabundo”, “preguiço” e “indolente” foi muito comum também no começo da República, exaltando, pelo contrário, o sertanejo trabalhador que apesar das privações optava pelos sacrifícios de permanecer em sua terra natal. Essa postura de um intelectual como Teófilo exemplifica como as elites viam a figura do sertanejo e, como em 1932, essa postura irá se aprimorar de maneira moderna, racional e com base ainda mais científica do que nos períodos passados. O trabalhador do período Vargas, pelo contrário da postura de 1915, era dotado de capacidades e interesse pelo trabalho, uma visão positiva do homem trabalhador, para vangloriá-lo e aproximar-l-o do próprio Governo.

<sup>164</sup>REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Secas, 3 de setembro de 1915 a 31 de maio de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.8.

<sup>165</sup>VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ed Ática, 2000, p.119.

<sup>166</sup>TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915, Fortaleza: Edições UFC,1980, p.87 e p.88.

Após 17 anos da seca de 1915, no período da seca de 1932, a IOCS já havia se tornado Inspetoria Federal de Obras Contra Secas (IFOCS), por meio do Decreto nº 13.687 de nove de julho de 1919<sup>167</sup>. Nele, constava que a Inspetoria era destinada a atenuar ou prevenir os efeitos das secas nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, locais que já estavam sob a abrangência da repartição desde a sua criação. Também continuavam como ênfase a construção de estradas de ferro e rodagem, perfuração de poços, estudos e construção de açudes, barragens, piscicultura, e levantamento cartográfico das regiões atingidas pelas secas.

No que se referem os grandes açudes há um dado importante existente no decreto 13.687, no art 44, onde se requereu que, ao redor dos açudes, se estimulasse a criação de núcleos de populações agrícolas e a distribuição dos habitantes ao redor deles. Cada habitação teria que ser dirigida por um engenheiro da Inspetoria, sob as condições básicas de higiene. Em cada núcleo agrícola seriam construídas escolas de ensino primário e uma escola mista com filhos de obreiros, com ensino noturno para adultos. Os professores contratados deveriam ter moralidade e instrução necessária para ministrarem as aulas no ensino primário “aos ignorantes” e, desenvolveriam também a escola para os benefícios necessários as regiões. Essa postura estava inserida no argumento principal de que o governo federal devia intervir diretamente nos problemas nacionais. Nesse contexto também o país estava, mais uma vez, envolvido e comprometido com a modernização das cidades.

Epitácio Pessoa, que era o presidente do Brasil na nova regulação da IFOCS, mantinha em seus discursos a ideia de progresso e crescimento nacional e havia incluído o problema da seca na pauta do governo federal. Os intelectuais do mesmo modo lutavam pela construção de uma identidade do povo brasileiro, que dará respaldo à centralização política do período de 1930. Dentre os fatores que deveriam ser atacados pela União, estavam a saúde pública e a educação evocados no próprio art 44 da IFOCS, quando o mesmo ressaltava o controle da higiene e a construção de escolas para os “ignorantes”.

De acordo com Marly Rodrigues os males do país residiam, portanto, no problema da saúde. O Brasil era visto como “um imenso hospital”, sendo a nação um organismo que estava doente e precisava ser curado. Para tanto, a educação seria louvada como a “cura” para esses males. A autora explica que, para os povos do campo, era necessário que a educação e a saúde fossem orientadas pela ciência e pela tecnologia, que levariam ao avanço da pátria. A razão e a ciência como os meios eficientes de desenvolvimento do campo e do país eram ponto comum entre profissionais da educação e da saúde.<sup>168</sup> As ideias estavam pautadas, mais uma vez, no modelo norte-americano liberal, que deveria construir uma sociedade moderna, racional e um cidadão apto ao trabalho e conhecedor de seus direitos e deveres.

Tais conceitos deram respaldo e base para que o discurso de Getúlio Vargas, em 1930, fosse abraçado por diversos intelectuais e pela própria sociedade, incluindo principalmente a nordestina que se sentia relegada pelos poderes do Sul, e queriam participação política e condições econômicas. Sua centralidade pautada em itens que vinham desde Epitácio Pessoa foi assegurada pelas ideias calcadas no progresso nacional e na valorização do homem brasileiro.

Nessa perspectiva, na seca de 1932, a IOCS chamava-se IFOCS. No entanto, assim que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório estabeleceu outro regulamento para IFOCS

---

<sup>167</sup>Decreto nº 13.687 de nove de Julho de 1919. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de junho 1919, p. 9923. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>168</sup>Ideia retirada de RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1920. 3ª Edição. Revisada e ampliada para download. São Paulo: Memórias, 2010, p.65 e p.66.

sob o Decreto nº 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931<sup>169</sup>, tendo como ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida e como Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira.

Nesse decreto, podemos destacar as chamadas “medidas de emergência” dos art 5º ao 7º. Consta nesses artigos que poderiam ser realizados outros trabalhos, além dos elaboradas pela Inspetoria, caso fossem necessários para o socorro imediato dos atingidos pelas secas. Também, durante as secas prolongadas seriam instaladas hospedarias para retirantes em locais não sujeitos pelas secas e de lá os retirantes seriam encaminhados para as colônias de trabalhadores, sendo, após as secas, disponibilizadas passagens para os que quisessem retornar ao seu lugar de origem. Nos art 31 e 33, consta que a IFOCS continuaria com sede administrativa no Rio de Janeiro, porém seria dividida em dois distritos – vale observar que na sua fundação era dvida em três – um distrito em Fortaleza, outro em João Pessoa e um subdistrito em Salvador, competindo ao 1º distrito as obras dos estados de Piauí e do Ceará; e ao segundo dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; ao subdistrito a dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia.

Algumas questões são norteadoras, primeiramente a criação das hospedarias para retirantes, mostrando a tentativa de se organizar espaços que pudessem conter o sertanejo no Ceará e organizar sua distribuição nas obras; segundo, é a partir dessa ideia que surgem os campos de concentração de retirantes em 1932, os implementados na seca para que os sertanejos fossem confinados, recebessem assistência e fossem enviados para as obras públicas, do mesmo modo que foi implementado o campo de concentração de 1915, tema dos próximos capítulos. Com essa medida, tornou-se clara a atitude de Vargas e de seus aliados, como José Américo de Almeida, de impedir a evasão dos sertanejos, a não ser que fossem subsidiadas passagens para que povoassem o Norte do país. Essa postura de manter os sertanejos em seus locais também incluía um dado importante: Rio de Janeiro e São Paulo estavam restringindo a entrada de sertanejos nas regiões.

No *Correio da Manhã* de 14 de abril de 1932, numa reportagem de nome “À procura de uma solução para o problema das secas”, havia um telegrama do interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, em resposta a um pedido de Américo de Almeida para o encaminhamento de trabalhadores nordestinos a São Paulo. No telegrama, o estado impunha duas condições para a migração dos sertanejos: aptidão para o trabalho agrícola, verificados diretamente pelo Departamento de Trabalho Agrícola Paulista; e que o estado não faria outra despesa senão alojar os sertanejos. As despesas com deslocamento de ida e de volta e fiscalização dos portos ficaria a cargo do governo federal. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que embarcassem em Santos deveriam vir em numero de 120 pessoas, com intervalo de, pelo menos, quatro dias. Caso precisassem enviar levas maiores que os mandassem para a Hospedaria de Flores no Rio de Janeiro, tema que abordaremos mais à frente. A resposta de Américo de Almeida a São Paulo foi que o governo federal mandou suspender, devido as tais imposições, o transporte de sertanejos para o sul. Como a situação era emergencial não caberiam tais regras. O interventor paulista ainda colocou no telegrama que seria difícil a adaptação do sertanejo ao clima paulista, ou seja, havia uma visão determinista sobre os sertanejos que pairava sobre as elites do sudeste.

Terceiro dado importante à manutenção da sede Inspetorial no Rio de Janeiro, sobre olhar direto do presidente do Governo Provisório e de seu Ministro fiel Américo de Almeida, e a importância que se é dada ao Ceará e ao Rio Grande do Norte como localidades de maior abrangência não só da seca, mas também na bancada política. No *Correio da Manhã* de 16 de

---

<sup>169</sup>Decreto nº 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União – Seção 1 28 de fevereiro de 1931, p. 2969.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19726-20-fevereiro-1931-518993/publicacaooriginal-1-pe.html>

abril de 1931, há uma entrevista com Américo de Almeida falando do funcionalismo da Inspetoria. Nela, admitiu que havia pensado em primeira instância, “transferir para o cenário das secas a sede desse serviço, que tinha uma organização: a cabeça enorme aqui no Rio e o corpo atrofiado nas zonas de sua ação.” Mas “temendo as perturbações políticas” longe de suas mãos, resolveu manter a administração central o Rio de Janeiro. É nessa mesma reportagem que Américo de Almeida relatava os problemas políticos referentes à nomeação do cargo de inspetor do primeiro distrito do Ceará, onde havia recebido várias críticas e telegramas contrários às suas escolhas. Dizia ele que, além dessa reclamação, ainda recriminavam a demora nos recursos aos flagelados. Relatou o ministro:

O dr. Ayres de Souza, tão mal visto no Ceará não tirava pé do Tribunal de Contas. Eu vivia, por meu turno, a importunar o ministro da Fazenda. Mas – o Sr. sabe – a burocacia é uma máquina lenta que com o contrapeso do Código de Contabilidade tem que chegar atrasada. Afinal, ao ser organizada a proposta do orçamento para 1931, foi feita uma redução de 16% na dotação destinada ao pessoal jornaleiro da Rede de Viação Cearense. Nas outras estradas do Nordeste se distribuíram as reduções: São Luiz a Teresinha, na proposta desse Ministério, 13% no orçamento convertido em lei, 14%; atualmente, 26%; Central do Piauí, na proposta 16%, na lei 33%, atualmente 50%; Central do Rio Grande do Norte, na proposta, 9%, na lei 23%, atualmente, 42%; Petrolina a Teresina, na proposta, 15%, na lei 15%, atualmente 31%... Todos os outros Estados se conformaram com a imposição desse sacrifício, mas o Ceará havia um despeito emboscado para explorar paixões contra uma medida em que era menos minha do que do critério geral do governo.<sup>170</sup>

Deste modo, os interesses que norteavam as obras eram inúmeros. Certamente, Américo de Almeida lidava com isso defendendo sua administração e suas decisões, mas o Ceará não estava isento das barganhas políticas, principalmente dos grandes fazendeiros que se viam beneficiados com as verbas. O ministro reclamava também que, por ter Juarez Távora, cearense, passado a pasta da Viação para ele, o Ceará se achava no direito de obter mais verbas do que os outros estados. Nessa mesma reportagem, ele alegava, por exemplo, que a Paraíba deveria ter um olhar atencioso do Ministério da Viação porque passava por graves problemas com a seca. No entanto, no ano de 1932, ele havia priorizado a aprovação do açude de “Ema” no Ceará, sendo que havia no estado 35 açudes públicos e 20 particulares, e na Paraíba havia apenas 15 açudes públicos e quatro particulares, salientando que, na realidade, ele não deixava de priorizar o Ceará naquele momento em detrimento de outros estados acometidos pela seca.

No entanto, essa era uma questão antiga nos sertões. Há relatos dos boletins inspetoriais e relatórios onde os engenheiros criticavam a politicagem e os acordos que tinham que fazer com os proprietários, desde o período da seca de 1915. Um exemplo encontra-se nesta fala de Aarão Reis, dirigida a IOCS, quando o mesmo chefiava a Comissão de Obras Novas, reclamando que os chefes de serviços, na verdade, defendiam interesses escusos:

(...) Mas que quer meu caro redator? A pressão do interesse particular é tamanha entre nós, onde a má politicagem tem permitido que os cargos públicos se transformem, muitas vezes, em pretexto para pensões

---

<sup>170</sup>Correio da Manhã. *Entrevista com o Ministro da Viação* Rio de Janeiro: Ano XXX, nº11.143, 16 de abril de 1932, p.2..

disfarçadas, que os próprios espíritos elevados do Congresso não escapam à preocupação nefasta de ver, em cada chefe de serviço, não o colaborador patriótico de medidas acertadas, mas apenas o interessado mesquinho em acrescentar honorários e defender bolas particulares...Essa preocupação vai até ao ponto de evitarem companheiros da véspera e nem atenderem a precedentes, por mais honrosos que sejam.<sup>171</sup>

Em sua gestão, Aarão Reis também passou pelos problemas burocráticos da IOCS e dos interesses particulares que estavam ao redor do recebimento das verbas para as obras. No entanto, Reis também não deixou de glorificar sua gestão e colocar a “culpa” na politicagem, de modo a eximir-se das críticas sofridas.

Américo de Almeida na entrevista dada ao *Correio da Manhã* de 1932 disse ter pensado, devido a tais problemas de ordem política e administrativa, suspender os trabalhos da Inspetoria. Dizia que muitos dos funcionários da IFOCS eram incapazes de exercer o trabalho na repartição e por isso mesmo propôs duas vezes a Vargas que suspendesse a IFOCS para organizar um serviço “com pessoal selecionado, aproveitando com bons elementos com experiência do serviço.” Dizia o ministro: “Com mentalidade viciada de tantos anos improdutivos, não creio que seja possível realizar alguma coisa permanente.”<sup>172</sup> De tal modo, não acreditava na eficiência da Inspetoria que realizou viagem “in loco” em 1932 para mostrar o interesse do governo em proteger os sertões nordestinos. Apesar das declarações feitas por Américo de Almeida, no decreto nº 21.469, de seis de junho de 1932, devido ao período emergencial da seca, em parágrafo único, foi deliberado que a secção técnica da Administração Central passaria, provisoriamente, a ter sua sede em Fortaleza, Ceará, sendo dirigida pelo engenheiro de 1ª classe.

No que se refere à figura do ministro José Américo de Almeida, é válida uma reflexão para se entender suas atitudes, mesmo porque, nordestino de nascença, conhecia bem as relações políticas de sua região.

Américo de Almeida nasceu na Paraíba, criado em um engenho no município de Areias. Seu pai era dono de terra e tinha muita influência na fazenda e no engenho. Formou-se em Direito em 1908, pela Faculdade de Direito do Recife. Depois de formado foi nomeado promotor na cidade de Sousa, no sertão paraibano, onde presenciou a seca de 1908 naquela região. Saindo da promotoria, em 1915, se envolveu no conflito que provocou a ruptura entre Epitácio Pessoa e Valfreido Leal que era seu tio. Com isso, Américo o apoiou e tornou-se forte opositor de Pessoa. Mas Pessoa reconheceu, em diversas falas, o tino político de Américo de Almeida. Após ser promotor tornou-se consultor jurídico, recebendo mais uma vez elogios de Epitácio Pessoa, iniciando uma reconciliação entre eles. Neste período foi lhe pedido que fizesse um inventário geográfico e social do estado da Paraíba, que resultou em seu livro *A Paraíba e seus problemas*. Depois escreveu seu célebre livro *A Bagaceira*, famoso pelo realismo, por uma literatura reformista, e pelas influências euclidianas. Em 1928, recebeu um convite de João Pessoa para ser secretário geral de seu governo, selando a aliança entre os adeptos de Epitácio Pessoa e Valfreido Leal. Sendo forte aliado de João Pessoa lutou pelo seu legado após seu assassinato, desafiando o governo de Washington Luís e apoiando a chapa de Getúlio Vargas e o levante que garantiu que o mesmo entrasse no poder, em 1930.

<sup>171</sup>REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Secas, 3 de setembro de 1915 a 31 de maio de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.6.

<sup>172</sup>Correio da Manhã. *Entrevista com o Ministro da Viação*. Rio de Janeiro: Ano XXX, nº11.143, 16 de abril de 1932, p.2.

Para Aspásia Camargo et.al, Américo de Almeida levou para o governo federal seu tino modernizador, literário, urbano e populista. Aliou-se ao tenentismo que influenciou também toda sua carreira política desde então e, seu legado como Ministro, tendo como base: forte oposição às oligarquias, busca pela moralidade política, conservadorismo e autoridade – típicos dos tenentes - e as reformas políticas e sociais. Apesar de parte do tenentismo no pós-30 ter se tornado oposição como a Coluna Prestes, outra parte se aliou a Vargas e muitos viraram seus interventores estatais. Logo após o Golpe, se tornou interventor da Paraíba e ajudou Vargas e Juarez Távora, que havia se tornado Ministro da Viação por curto período, a nomear os interventores do Nordeste e do Norte. Mas, devido à oposição de outros tenentes a Távora, Américo de Almeida foi chamado para ocupar esse Ministério.

José Américo, na reportagem concedida a Aspásia Camargo et.al. dizia que o Ministério da Viação era de grande porte naquele período, porque continham nele: portos, navegações, correios, telégrafos, estradas de ferro e rodagem. E por ter uma grande quantidade de pessoas trabalhando no Ministério, acabava por receber mais verbas, e tal fato fazia com que os tenentes colocassem pressão sobre esse Ministério. Américo de Almeida criticou nesta entrevista a postura dos tenentes dizendo que cada um achava que era um líder dentro do novo Governo, mas ele não se submetia a tais pressões, e sua preocupação era perpetrar uma gestão nacionalista e austera no Ministério da Viação.

Em 1953, em um dos seus relatórios ministeriais, Américo de Almeida discorria sobre a seca de 1932 e deixava clara a postura que tomou para com o semiárido nordestino. A seca como problema social entrava não só no plano das ideias, mas na prática do próprio ministro. As secas anteriores acabaram atacando questões técnicas e os problemas sociais continuavam a existir após o fim de cada seca. Américo de Almeida relatava:

E a seca é niveladora. Os pequenos fazendeiros chegaram a um estado de exaustão que os obriga a dispensar o pessoal e a pedir colocação. É uma agonia silenciosa (...) Não é mais, propriamente, seca, apesar da falta de chuva, é pobreza e esgotamento (...) Vamos ver a terra morta sustentando uma gente semi-morta (...) Os latifúndios de áreas beneficiadas permanecem invioláveis(...)O mais difícil é educar, é formar a mentalidade(...)<sup>173</sup>

Apesar do Ministério da Viação continuar com medidas anteriores de combate à seca, o seu discurso colocava a estiagem não mais como problema da ausência de água, mas de pobreza e esgotamento, ou seja, o latifúndio era o problema maior dos sertões, visto que eles permaneciam invioláveis com a estiagem, sendo necessário mudar a educação do povo.

A educação, prioridade de Vargas para a unidade nacional, como descrito, será também a prioridade desse Ministério. Era preciso tratar o problema da seca por meio da instrução do povo “ignorante”. Nas obras, nos campos de concentração, onde estivessem deveriam ser educados para que o país progredisse e para que o Nordeste não continuasse nas mãos dos interesses latifundiários, partindo-se do pressuposto de que Vargas desejava a centralidade em detrimento dos regionalismos, ou mesmo de políticas que tirassem do seu controle a vida de toda a população brasileira. O paternalismo deveria vir da própria figura do presidente e não mais dos coronéis.

O inspetor e engenheiro da IFOCS, Luiz Augusto Vieira, estaria imerso nessas questões, na mesma linha do seu ministro José Américo de Almeida. Vieira também colocava em seus discursos o problema do latifúndio que assolava os sertões e ressaltava que o problema da seca era questão social e não meramente técnica:

---

<sup>173</sup> ALMEIDA, José Américo de. As secas do Nordeste (Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10-11-1953-Debates e Repercussão). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953, p.4 a 15.

A seca é, porém, mais um fenômeno social que mesmo uma consequência puramente meteorológica. As condições de vida estabilizadas em determinada região, a importância da população, a natureza e rendimento do cultivo do solo são fatores que pesarão muito mais intensamente na avaliação do desequilíbrio econômico provocado pela seca que as contingências meteorológicas, embora se apresentem elas mais severas em outras regiões que por mais desertas, são menos aproveitadas e menos civilizadas.<sup>174</sup>

O engenheiro tratou a seca, em seu relatório, como problema muito além da ausência de chuva, como fenômeno social, apesar de entender o problema da acumulação de água o principal a ser atacado pela IFOCS, incentivando à construção de açudes. Essa postura estava em plena mudança no Brasil quando se tratava dos engenheiros e sua relação com os espaços porque “as questões que eram inicialmente apenas tratadas do ponto de vista técnico, passam também a ser objeto de uma abordagem voltada ao social.”<sup>175</sup>

Vieira tratava também a estiagem como problema de ordem econômica, dentre elas a falta de cultivo do solo que trazia desequilíbrio econômico no período de seca. Foi no pós Golpe de 1930 e “Revolução Constitucionalista de 1932” que se viu a necessidade de uma nova política para o Nordeste que passava a ter como pauta principal a intervenção no mercado de alimentos “regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade”<sup>176</sup>. Para tanto, essa regulamentação passava pela intervenção direta do Estado na economia, ou seja, de acordo com Frederico de Castro Neves, isso significava que o Estado deveria conduzir a distribuição da riqueza nacional, uma oposição à visão liberal da função do Estado. Essa postura de intervenção será recorrente no período Vargas não só na economia e na política, mas também na sociedade, o que explica a formação dos sete campos de concentração de 1932 no Ceará.

Dada as duas conjunturas aqui mostradas, da IOCS (1915) e da IFOCS (1932), e dadas as atitudes dos líderes daqueles dois momentos, tanto engenheiros quanto ministros, se observou que há uma construção social no trato com a seca que se modificou ao longo dos anos, relacionada também às questões políticas e econômicas dos respectivos momentos históricos. Em 1915, apesar de acompanhar uma modernização mais primária, porém clara e evidente com a ascensão de uma burguesia industrial mais coesa dentro dos estados nordestinos, a autonomia dos poderes locais ainda era intensa e implicava em diferenças no trato com a seca, incluindo atraso nas obras, barganhas em torno da água e a ajuda de instituições particulares como irmandades religiosas e associações comerciais. Na conjuntura de 1932, o governo federal se viu obrigado a mudar suas atitudes e tratar a seca de fato como um problema social porque o Nordeste havia apoiado maciçamente o Golpe de 1930. Levando em consideração que o Governo Provisório passou a trabalhar sobre decretos antes da Constituição de 1934, e que eles deram certa autonomia aos inteventores em detrimento das velhas alianças que eram impostas pelos latifundiários, Neves conclui pertinentemente que,

<sup>174</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida, pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Fortaleza: Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas Ceará, 1934 (VOL I), p.9.

<sup>175</sup>FERREIRA, Angela Lúcia; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo; SIMONINI, Yuri . Obras Contra as Secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste brasileiro (1877-1930). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p.11.

<sup>176</sup>NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas, Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº40, 2001, p112.

apesar de uma intervenção moderna, por ser racional e centralizada, Vargas passou a obter relações construídas com base no velho paternalismo, articulando-se aos padrões das antigas oligarquias, revelando que o período Vargas foi rodeado de contradições.

Tais posturas são pilares para se entender como os campos de concentração do Ceará surgiram sob a égide e o apoio das Inspetorias tanto em 1915 como em 1932, principalmente no que diz respeito ao discurso do trabalho com a mão de obra dos sertanejos em período de crise, em detrimento de um planejamento concreto para as secas que diminuísse as consequências da própria estiagem.

Levando em consideração que os problemas políticos dos sertões independem das secas e que há diferença no trato com o sertanejo nesses dois contextos, a semelhança reside no discurso do trabalho em oposição à esmola que transgredia a vida dos sertões. Sabe-se, porém, que em 1932 os campos de concentração passaram a ser implementados pelo próprio Ministério da Viação, enquanto o de 1915 foi criado pelo governador do Ceará Benjamim Barroso. No entanto *o campo* de 1915 teve apoio da IOCS e o de 1932 foi gerido pela IFOCS diretamente, com o aval de Américo de Almeida, que passou a implementá-los em outros estados do Nordeste. Tal fato mostra que, apesar da centralidade e tentativa de organização, a falta de um plano concreto antes da estiagem avassalar os sertões fez com que Vargas também incluísse no seu discurso a defesa da criação dos campos de concentração, não só para ocupar a mão e obra sem trabalho, mas também para isolar o sertanejo distante das capitais.

### **3.2 De aldeamentos indígenas aos campos de concentração cearenses: um breve caminhar na história brasileira.**

*Um homem, Fabiano. Coçou o queixo cabeludo, parou, reacendeu o cigarro. Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase um rês na fazenda alheia. (Graciliano Ramos- Vidas Secas, 1938.)*

Existem alguns eventos na história do Brasil que podem contribuir no traçado de um panorama para entendermos a lógica da implantação dos campos de concentração cearenses. Podemos nos remeter, em princípio, aos ditos aldeamentos jesuíticos ou reduções indígenas. Essa comparação nos levará a compreender que a política de organização de muitos territórios se deu disciplinando corpos e mentes através de uma moralização, a priori, cristã e, em segundo momento, uma moralização por meio do trabalho, como forma de dignidade do homem e de sua total civilidade..

Hector Alimonda<sup>177</sup> relata que o pensamento hegemônico global viu os países latino-americanos como um espaço subalterno que poderia ser explorado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigentes. O autor chama de “primeira modernidade” a expansão dos reinos ibéricos nas conquistas ultramarinas, tornando-se o primeiro movimento que permite visualizar as Américas como a periferia do sistema colonial europeu. As premissas principais, entre diversos fatores, foram a apropriação da biodiversidade natural como fundamento da modernidade e a superioridade europeia, como articulações centrais do imaginário eurocêntrico que irá influenciar toda formação das Américas, e desse modo

<sup>177</sup>Ideia retirada de: ALIMONDA, Hector. La Naturaleza colonizada Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

também do Brasil, especificamente. Foi a Europa que norteou noções de civilização, progresso e desenvolvimento, tendo como a sua experiência o único modelo a ser seguido.

A metrópole portuguesa precisava organizar a colonização brasileira, de modo a concretizar seu plano de conquista e expansão territorial. Encontrou aqui os indígenas, nativos e conhcedores da terra. Para Portugal, era necessária mão de obra para extração de recursos naturais e a lida na terra, no intuito de ampliar ainda mais seu escopo mercantil. Para a Igreja Católica, era imprescindível expandir sua fé, contendo o avanço do protestantismo e aumentando o número de fiéis em outros territórios. Mas o quadro que se encontraria aqui não era tão vantajoso. Os indígenas:

(...) em sua maioria nômade, viviam da caça e movimentavam seus acampamentos com frequência. Eles se negavam a trabalhar a terra, de se submeter à organização do trabalho, já que o cultivo dos gêneros alimentícios não fazia parte de seus costumes (era atribuído às mulheres).<sup>178</sup>

Desse modo, foi necessário concentrar o maior número de indígenas possível nos aldeamentos para que ali os jesuítas, em nome da Igreja e da Metrópole portuguesa, pudessem catequizá-los, disciplinar suas vidas segundo a civilização europeia e obrigar-los a se submeter ao mundo do trabalho. Os indígenas eram considerados bárbaros e só a luz da civilização lhes tiraria das trevas do paganismo, da irracionalidade de seus rituais, símbolos e maneiras de entender a cura de suas doenças.

De fato, os jesuítas, por inúmeras vezes, defenderam os indígenas de execuções e penas de morte, mas, por estarem atrelados aos interesses metropolitanos, acabaram por minar sua diversidade cultural, sua individualidade e corroboraram para o extermínio de milhares deles. De acordo com Saul Bagoni e Thomas Bonnici, os religiosos estabeleceram a colonização aos indígenas impondo a cultura europeia por meio da sua formação em áreas humanas e científicas. Por isso:

(...) introduziram, a priori, o ensino profissional, seguido do ensino elementar, constituído de classes para ler, escrever, soletrar, rezar em latim e contar. Em 1630, nos vinte aldeamentos que abrigavam por volta de 70.000 indígenas, os conteúdos ministrados eram basicamente os incluídos no ensino elementar – ou seja, rudimentos de leitura, escrita e aritmética – além de conteúdos de artes, oratória, ciências e aqueles ligados à doutrina cristã.<sup>179</sup>

Os jesuítas concentraram os indígenas para controlar a educação, os hábitos de higiene e as atividades produtivas para efetivação da colonização. Isolava-os, preparando-os “para sua inserção ao mundo do trabalho e da religião.”<sup>180</sup> Desse modo, combatiam qualquer tipo de vida “ociosa” que o indígena pudesse levar. O trabalho significava o homem e o levava à salvação, o disciplinava, racionalizava sua vida, organizava seu tempo, civilizava-o. Os indígenas viviam expostos à dicotomia civilização *versus* barbárie. Para Brust:

<sup>178</sup> BOGONI, Saul; BONNICI, Thomas. As reduções jesuíticas na conquista espiritual (1639) de Antonio Ruiz de Montoya, sob a crítica pós-colonial, In: CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, Maringá. Anais. Maringá, 2009, p.295.

<sup>179</sup> TEIXEIRA, Olga Suely; CORDEIRO, Rubério de Queiroz. Educação jesuítica: objetivo, metodologia e conteúdo nos aldeamentos indígenas do Brasil colônia. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008, p.4 e p.5.

<sup>180</sup> BRUST, Monique. Corpo submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII. Revista Auaças - ISSN 1981-1225 Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007,p.3.

(...) tanto na vida religiosa, como no mundo do trabalho, era preciso esforço físico e devoção, devendo esta última ser demonstrada não só aos religiosos, na catequese diária, mas à própria Coroa, na medida que para o Estado, a vassalagem dos povos autóctones significava uma reserva de mão de obra domesticada, fiel e politicamente eficaz na constituição de uma sociedade colonial que garantisse à metrópole a posse dos territórios conquistados.<sup>181</sup>

As reduções jesuíticas seriam extintas quando os jesuítas foram sendo expulsos do Brasil, porque a Metrópole portuguesa temia perder sua centralização. Muitas dessas reduções prosperam economicamente, com o cultivo da terra pelos nativos, o controle da sua força de trabalho e até mesmo sua escravização. Os índios, de uma maneira ou outra, tanto nas reduções – pelos missionários- quanto utilizados como mão de obra pelos colonos, foram submetidos ao controle de sua vida, ao trabalho forçado, a sua escravidão, já que sempre foram livres, tiveram que se sujeitar a uma nova moralidade civilizatória que tentou os enquadrar no mundo do trabalho europeu, disciplinado, produtivo e extrativista.

Chegado o século XIX, o país vivia o fracasso da escravidão indígena, passando a utilizar o modelo das *plantations* e seu tripé monocultor, escravista – o escravo agora era o negro africano - e latifundiário. Apesar de ser basilar esse tripé para economia brasileira, não só havia escravos africanos e senhores no Brasil, outras camadas populacionais compunham o quadro social. Contudo, eram vistas à margem do sistema. Economicamente, estiveram na “periferia” da sociedade, mas em relação ao sistema penal não foram esquecidas. Os homens livres pobres, os próprios índios e os negros que se rebelavam deveriam ser regenerados, quando necessário fosse, para que pudessem voltar ao convívio social. Um novo modelo de disciplina deveria ser imposto ao Brasil que se pretendia cada vez mais moderno, em consonância com o progresso e rumo, posteriormente, à industrialização do país.

De acordo com Santos, em 1830 criou-se o primeiro Código Criminal no país “apontando um movimento de adaptação da sociedade brasileira às novas tendências disciplinares.”<sup>182</sup> Contudo, o sistema penitenciário brasileiro ainda continuava desorganizado, e as prisões existiam no meio das cidades, em prédios públicos, sem as mínimas condições de salubridade. Neste mesmo ano, “havia mais de trinta prisões no Rio de Janeiro, incluindo as militares, situadas em fortões, as eclesiásticas, a naval (...) e as prisões civis, como as do Aljube, de Santa Bárbara, da ilha das Cobras, do Calabouço do Castelo.”<sup>183</sup>

Em 1866, relatou Omar Huertas-Díaz, Lynda Layda López-Benavides et.al<sup>184</sup> que se estabeleceram colônias penais agrícolas no Brasil, tais como: o Instituto penal agrícola de Bauru, o Instituto penal agrícola de Itapetininga e o de São José do Rio Preto, que tinham como base a disciplina e a responsabilidade do condenado de procedência rural e se estabeleciam sob um rígido controle de vigilância e isolamento.

Posteriormente, em 1874, a Corte criou a Casa de Correção da Corte, “para os detidos sujeitos a processo penal, além de outros estabelecimentos destinados aos alienados, aos

---

<sup>181</sup>Idem, p.5.

<sup>182</sup>SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p.142

<sup>183</sup>KOERNER, Andrei. Punição e disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. São Paulo: Lua Nova, 2006, p.210.

<sup>184</sup>Ideia retirada de: DÍAZ, Omar Huertas-Díaz; BENAVIDES-LÓPEZ, Lynda Layda; SONDOVAL-MALAVER, Carlos Mario. Colonias penales agrícolas de los siglos XIX y XX como sustitución de la pena de prisión tradicional en Colombia. Bogotá, D.C-Colombia: Rev. crim., Volumen 54, número 1, enero-junio, 2012.

menores e aos detidos por vadiagem e contravenções menores”<sup>185</sup> A Casa de Correção, como o próprio nome pressupõe, desejava corrigir desvios de conduta dos ditos suspeitos, como escravos, homens livres pobres, ou “vadios”, “alienados” e “revoltosos”, como poderiam ser chamados, além de isolá-los do convívio da sociedade “sadia”. Muitos dos presos também eram tratados como “desclassificados porque não eram proprietários nem trabalhadores manuais, ao mesmo tempo em que não estavam inseridos em relações de dependência pessoal com os proprietários.”<sup>186</sup> Na Casa de Correção, os presos foram submetidos ao regime de trabalho como forma disciplinar e de correção, e ao isolamento à noite. Em conjunto com essas normas, havia a correção espiritual por meio da fé cristã, havendo no espaço capelas e missas, mas as condições de higiene eram insalubres, o que levaram à morte de muitos presos.

O que se pretendia, nesse contexto, era impor um modelo de limpeza e ordem social europeu às cidades, para que obtivéssemos aqui a *Belle Époque* brasileira. Concentrar os “desclassificados” sociais para que fossem reeducados acabava por mostrar a ideia central do Império português naquele momento, que era dominar a classe mais pobre. Essa postura era justificativa em nome da ordem, atitude naturalmente inserida no modelo escravista daquela época. Segundo Santos:

A lei penal trazia regulamentos detalhados de práticas a serem implementadas no dia-a-dia dos presos: horários das diferentes atividades, as rotinas de trabalho, as penas disciplinares a serem aplicadas em situações de rebeldia, vestuário, alimentação, serviço de enfermaria, vida religiosa e organização administrativa.<sup>187</sup>

Portanto, as Casas de Correção, por meio da lei penal, tentaram sujeitar indivíduos, socialmente tidos como ociosos ou rebeldes, ao isolamento e ao trabalho, submetendo-os a maneiras de ser e agir que, muitas vezes, estavam fora de sua realidade cotidiana. O trabalho apesar de ser uma maneira de inserção social, acabava apenas por ser uma ocupação dos braços para manutenção da ordem e a recuperação do preso se tornava algo secundário, o que se tinha, muitas vezes, eram os ditos castigos nas masmorras da Casa.

Chegada a República (1889) no Brasil, a exclusão e segregação dos espaços se efetivará de maneira mais concreta, racional, tornando-se política pública, como o período Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século XX<sup>188</sup>. Os ex-escravos, os homens livres pobres e as camadas mais pobres serão afastados dos centros urbanos para as periferias e, em

<sup>185</sup> Idem, p.208.

<sup>186</sup> Idem, p. 218 e p.219. Sobre o conceito de desclassificados ver também: MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>187</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p.142.

<sup>188</sup> Francisco Pereira Passos nasceu no Rio de Janeiro em 1836 no Município de Piraí. Formou-se em engenheira em 1856 e foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro, período em que implementou diversas reformas urbanas entre os anos de 1903 e 1906. Pereira Passos dizia que as ruas estreitas deveriam dar lugar a grandes vias mais arejadas, fala inspirada nos projetos urbanos modernos parisienses. Em nome da beleza e da ordem fez uma limpeza social por meio de um projeto de saneamento e higiene que mudou a feição da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a derrubada de casas mais humildes, cortiços e o despejo de moradores para construção de avenidas na cidade, o que resultou na “expulsão” dos pobres dos centros urbanos para as periferias, e uma elitização dos espaços. Foi nesse período que as favelas, a maioria em cima dos morros, surgiram porque os trabalhadores não queriam se afastar para as periferias que ficavam em lugares muito distantes. A reforma urbana de Pereira Passos revelou um contexto de exclusão social, de embelezamento da cidade onde o “pobre” era sinônimo de atraso, e o progresso sinônimo de limpeza e ordenamento das cidades. Sobre Pereira Passos ver: PINHEIRO, Manoel Carlos; JR, Renato Fialho. Pereira Passos: vida e obra. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Cariocas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Nº 20060802, 2006.

muitos estados do país, é justamente nas reformas urbanas que se formam as favelas. Nesse sentido, a repressão aos que viviam à margem da sociedade se aprimorou.

Em 1893, no governo de Floriano Peixoto, se estabeleceu a Colônia Correcional em Ilha Grande, “voltado para a correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que fossem encontrados na Capital Federal”<sup>189</sup>. Esse foi um momento da história que aperfeiçoou, no Brasil, ainda mais a disciplina prisional já existente no Código Penal de 1890, onde o sentenciado poderia diminuir sua pena em caso de bom comportamento, teria o uso do trabalho de forma produtiva e receberia pelo seu trabalho. O código de 1890 via na ciência e na técnica o caminho de recuperação moral dos criminosos e ampliou também o modelo de encarceramento para outros setores da população, para correção de seus delitos.

Para Santos, a República trazia maior participação popular, mas, ao mesmo tempo, responsabilizava ainda mais os indivíduos pelas suas condições sociais preexistentes, ou mesmo por terem se “tornado” vadios, vagabundos e mendigos, expulsando essa população dos centros urbanos. Logo, o discurso da época propunha que a vadiagem era causada pela falta de trabalho que, consequentemente, arrastaria o povo à criminalidade. Segundo Sidney Chalhoub, toda pessoa ociosa era aquela que “se negava a pagar sua dívida para comunidade por meio do trabalho honesto.”<sup>190</sup> Um exemplo disso era que “em 1842 foram considerados vagabundos os que não tinham profissão ou domicílio certo.”<sup>191</sup> Muitos dos depoimentos de réus que eram indiciados por algum delito eram justificados através da valorização do trabalho. Para Santos, as prisões ocorriam, na realidade, com aqueles pobres que não optaram pelo trabalho, “em defesa” dos bons costumes.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva ressaltam que na Ilha Grande o que se tinha era uma colônia de insanos. Para os autores:

Este manicômio utiliza-se das dependências de um asilo de mendigos, montado nas dependências das antigas senzalas dos padres beneditinos. Vê-se, desta forma, não só uma continuidade da política de controle do trabalho; da senzala ao manicômio via-se o abrigo de mendigos, como desavergonhadamente vemos a continuidade física entre senzala e manicômio.<sup>192</sup>

Chalhoub coloca que houve uma nova ética de trabalho no período pós-abolição. O conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter degradante, típicos de uma sociedade escravista, para admitir um valor positivo, tornando-se, então, o elemento primordial para a fundação de uma ordem burguesa no Brasil. Era necessário, assim, incutir no homem livre que o trabalho o edificava e, para isso, o governo se utilizaria de uma grande vigilância policial e de uma organização compulsória do trabalho. “A ordem agrário-conservadora pós-abolição precisava claramente impor o elogio do mundo do trabalho e erguer sistemas repressivos eficientes.”<sup>193</sup>

Por isso, a instalação de mais uma colônia penal no período republicano passará a existir para “educar” os criminosos no mundo do trabalho, obtendo como consequência a sua

<sup>189</sup>SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p.142.

<sup>190</sup>CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed Brasiliense, 1986, p.74.

<sup>191</sup>PORTO, Ana Gomes. Crime em letra de forma. Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do pré-lúdio republicano. Dissertação de Mestrado, História. São Paulo: UNICAMP, 2003, p.78.

<sup>192</sup>LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.90.

<sup>193</sup>Idem.

recuperação. O trabalho, neste contexto, era visto como terapia, “porém, algumas vezes, claramente justificado pela necessidade de financiar a própria instituição.”<sup>194</sup> A colônia penal, isolada na Ilha Grande, caracterizava a ideia central do Governo de controlar e vigiar essa população criminalizada. Segundo Myrian Santos:

(...)Diversas outras instituições, como hospícios e institutos disciplinares para menores, foram criadas no período segundo as mesmas premissas. Em que pese a constituição deste novo arcabouço institucional, mantiveram-se presentes no processo disciplinar práticas herdadas do período escravista.<sup>195</sup>

Um caso diferente das colônias penais já analisadas foi a criação, em 1920, da Colônia Penal no Oiapoque, chamada Colônia Penal de Clevelândia, onde foram presos, principalmente, os anarquistas e também os ditos “criminosos” em geral. O ano de 1920 foi marcado pela crise do modelo agroexportador, pela entrada progressiva de uma burguesia industrial no cenário nacional, que passou também a reivindicar seu espaço político, e de um proletariado urbano nascente. Nesse contexto, o Anarquismo aumenta sua força no país, incentivando greves e reivindicação de melhores condições de trabalho aos operários, havendo também “a expulsão de estrangeiros indesejáveis e centenas de brasileiros, considerados pessoas inaptas a viver em sociedade, foram sumariamente desterrados para o campo de internamento na selva”<sup>196</sup>

Carlo Romani relata que a Colônia de Clevelândia foi, a priori, um centro agrícola organizado pelo Ministério da Agricultura, se tornando, mais tarde, a colônia penal. Isolada no Oiapoque, a colônia tinha, mais uma vez, o intuito de concentrar e isolar principalmente os anarquistas e os “vadios” do contato com a sociedade. Os campos de internato ou colônias penais, para Romani, “foram muito mais campos de “abandono” planejado, em que a morte dos lá confinados não era considerada um fato de maior relevância para os governantes.”<sup>197</sup> Em Clevelândia, os presos também foram submetidos ao regime de trabalho e a péssimas condições higiênicas que ocasionaram a morte de milhares deles.

Pode-se ater também a outro fator importante no que diz respeito ao contexto mundial sobre uma disciplina aos moldes europeus e seus modelos de conduta e civilidade. Em Portugal, na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), havia um campo de concentração em Tancos<sup>198</sup> e as notícias sobre ele chegaram até o Brasil por meio do jornal *Correio da Manhã*, por exemplo. Na realidade, não era um campo de concentração de presos de guerra, mas sim um centro de treinamento para soldados portugueses. Lá, os portugueses seriam disciplinados e treinados para o combate. No *Correio da Manhã*, de 1916, diversas notícias elogiavam a disciplina entre os soldados e a organização do *campo*. Embalados nesse espírito de guerra, em meio a uma República que ainda continha resquícios de presidentes militares no poder, o gosto pela disciplina e por métodos em nome da ordem e da moral ainda eram recorrentes.

Concomitante às notícias sobre o campo de concentração em Tancos, o jornal *Correio da Manhã* pedia que fosse construído em Petrópolis um campo de concentração para menores abandonados. Em maio de 1916, a reportagem dizia que era urgente que o governo colocasse

<sup>194</sup> Idem, p.9.

<sup>195</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p.148.

<sup>196</sup> ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? São Paulo: Revista Verve 4, 2003.p.115.

<sup>197</sup> Idem,p.122.

<sup>198</sup>Cabe ressaltar que notícias sobre o campo de concentração em Tancos foram localizadas apenas no jornal Correio da Manhã. Para essa pesquisa ainda não foram encontradas outras fontes oficiais sobre ele.

“os menores abandonados e vagabundos que infestam todos os centros de vida”<sup>199</sup> nesse campo em Petrópolis. Justificava tal medida porque, em meio à opulência real que era a cidade, se encontravam grande número de menores desocupados que acabavam por espantar desagradavelmente toda população de justos da cidade. Dizia a reportagem que poucos eram os dias em que a polícia não intervivia reprimindo atos obscenos e roubos, cenas degradantes da cidade.

Para o *Correio da Manhã*, a cadeia já não mais solucionava toda essa situação. Era necessário dar trabalho àqueles que, na realidade, roubavam para comer. A única maneira de acabar com tudo isso era estabelecer um campo de concentração para menores que estariam transgredindo as leis que regiam a moral pública. Dentro desse campo, o governo deveria criar uma escola agrícola para os menores, onde deveriam ter trabalho na lavoura, aliando aulas de educação primária e teoria para o uso racional do cultivo. Cada menor deveria trabalhar com sua aptidão individual, mas sem deixar de lado o conhecimento específico/científico e racional da agricultura. Para isso, o jornal questionava também que não seria difícil dentro do campo que se conseguisse vigiar os menores, porque, com o estímulo ao trabalho, as despesas estariam voltadas somente para o aumento do efetivo de vigilância do local. Na ideia retratada pela reportagem sobre a construção desse campo de concentração em Petrópolis, identifica-se os mesmos fatores que contribuíram para a criação das casas de correção e das colônias penais. O discurso da época incidia como argumento principal, aprisionar os vagabundos desocupados que infestavam as cidades, *com ímpetos obscenos, pequenos roubos e cenas de pugilato, degradantes*.

O campo de concentração para menores era justificado também com o trabalho na lavoura, onde os menores teriam instrução teórica primária e um racional conhecimento prático do trabalho na agricultura. Neste campo, os detentos poderiam também ser vigiados, o que proporcionaria conforto às elites da cidade. O jornal justificava seu estabelecimento porque os menores *infringiram as leis que regem os costumes e a moral pública*. As prisões, como mesmo ressaltava a reportagem, não seriam mais suficientes, era necessário o isolamento e, por conseguinte, o estabelecimento de uma ordem moral por meio do trabalho. Cabe observar que a ideia de regeneração por meio do trabalho era uma saída para um país que havia encerrado oficialmente a escravidão. Contudo, as prisões e, nesse caso, o campo de concentração, não conseguiam atingir a regeneração do preso pelo trabalho e acabavam se tornando lugares de opressão, controle e vigilância dos detidos. A pobreza tratada não como problema social, mas sim de polícia.

No ano de 1932, também houve um caso interessante a ser apontado neste trabalho e que virou local de abrigo aos retirantes nordestinos, a chamada Hospedaria da Ilha das Flores, no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. A mesma Ilha que, no tópico anterior deste trabalho, o inspetor de São Paulo havia pedido para que o ministro José Américo de Almeida enviasse os sertanejos nordestinos acometidos pela seca de 1932.

A Ilha das Flores, no momento de sua criação em 1883, foi incumbida pelo governo imperial de abrigar imigrantes estrangeiros para que depois fossem enviados para trabalhar na capital. Estava atrelada ao povoamento do território brasileiro e esteve sob a tutela do Ministério da Agricultura. Neste período, o fluxo de imigrantes para o país era intenso, sendo necessário se organizar um local para que eles não ficassem expostos no Rio de Janeiro às doenças que existiam no momento, como febre amarela, por exemplo. Havia o incentivo da substituição da mão de obra imigrante branca pela do negro escravo, compondo um país que entrava no período da mão de obra assalariada, primeiro por pressões estrangeiras, e segundo porque via no branqueamento a solução para os males do país. Mas foi no ano de 1931 que ela

<sup>199</sup> Correio da Manhã, *Campos de concentração para menores abandonados*. Rio de Janeiro: Ano XV – Nº 6279, 4 de maio de 1916, p.4.

passou a ser controlada pelo Ministério do Trabalho, e em 1932 teve função não só de hospedagem aos imigrantes como também de prisão dos apoiadores ao levante da “Revolução Constitucionalista de 1932”, em maioria os paulistas. Foi neste período também que, curiosamente, passou a receber os sertanejos da seca de 1932. Atesta-se tal fato em uma reportagem do *Correio da Manhã* de 21 de agosto de 1932, que relatava a visita do ministro do Trabalho, Salgado Filho, à Hосpedaria das Flores. Na reportagem dizia-se:

Levou-o à Hосpedaria de Imigrantes o propósito não só de inspecionar as condições de estadia que ela oferece aos ávenas que se destinam ao Brasil, como também o critério de examinar a situação em que se acham os prisioneiros que lhe destinaram, procedentes do sul de São Paulo... As vastas dependências federais, situadas no pitoresco recanto da Guanabara, proporcionaram desde logo um aspecto agradável: fachadas de cores vivas que se entremostram no verde cerrado da copa das arvores (...) Inicialmente, o Sr. Salgado Filho percorreu as instalações onde se abrigam os retirantes nordestinos. São, talvez, mais de um milhar. Bateu-os o flagelo da seca para Santos, mas o surto revolucionário, irrompendo em meio do caminho, reteve-os nesta capital. Foi então que decidiu facultar-lhes um local em que pudessem esperar a bonança. Pois bem lá estão conservando em meio das normas disciplinares a que obedecem todos os internos, alguns poucos característicos vivos e curiosos da região em que nasceram. Depois, o titular do Trabalho, sempre revelando o maior cuidado em tudo conhecer, encaminhou-se para ala dos prisioneiros de guerra, quase sete centenas de homens, recém-chegados pelo navio “Campos”.<sup>200</sup>

A reportagem descreve que São Paulo não conseguiu receber os sertanejos tomados pelo flagelo e, com isso, foi necessário encaminhá-los para Hосpedaria. Naquele momento, já tendo função de aprisionar os presos políticos, seria, então, um local seguro para abrigar os retirantes, que teriam uma ala só sua. A Hосpedaria tinha a vantagem, segundo o jornal, de assegurar normas disciplinares “a que obedecem todos os internos”.

Desta forma, analisando o contexto do qual estava servindo naquele momento a Hосpedaria das Flores, os sertanejos acabaram sendo ‘comparados’ a presos “de guerra”, ou seja, era preciso discipliná-los, afastá-los da sociedade. Mesmo que esta medida tenha se dado em período determinado, havia ainda o medo das doenças e do contágio desses sertanejos. Desde a criação da Hосpedaria, no período Imperial, que ela obtinha uma estrutura para o controle dos males da insalubridade, havia enfermarias e uma forte vigilância contra doenças. Nesse sentido, em relação aos sertanejos, não seria diferente anos depois, visto que a formação dos campos de concentração de 1932 também esteve sob a égide da limpeza social, do controle higiênico com vacinação sistemática, hospedarias, hospitais e diversos órgãos que controlavam os hábitos cotidianos dos sertanejos. Por isso que no Rio de Janeiro a Hосpedaria foi um local ideal para tal medida, afastada do centro, em uma ilha as margens da Baía de Guanabara, isolaria e disciplinaria não só os presos políticos, mas também os sertanejos que não deixaram de se tornar uma categoria diferente de “presos políticos”, analisando-os dentro da ótica de segregação racial, econômica e do espaço que foram impostos não só em 1932, na Hосpedaria e no campo de concentração do Ceará, mas também em 1915, no campo do Alagadiço.

---

<sup>200</sup> Correio da Manhã, *O ministro do Trabalho esteve na Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Ano XXXII, n11565, 21 de agosto de 1932, p.1.

Portanto, controle, disciplina, vigilância, modelos pelos quais o Brasil já estava acostumado a utilizar, se tornaram políticas cada vez mais disciplinares e organizadas com o passar dos séculos.

### **3.3 Entrando nos campos de concentração de 1915 e de 1932, no Ceará:**

No mesmo contexto do início do século XX, e agora no Nordeste, em 1915, houve no Brasil o primeiro campo de concentração com esta nomenclatura, no estado do Ceará. O próprio governo do estado legitimou sua criação e nos relatórios, mensagens presidenciais, usava-se o termo campo de concentração para definir a área onde foram confinados os sertanejos da seca de 1915. O campo de concentração do Alagadiço foi criado pelo governador Benjamim Barroso para que os retirantes da seca não migrassem para Fortaleza e para que a ajuda pública ou particular e a distribuição dos alimentos, chamados por eles de rações, fossem realizadas de maneira mais organizada. Barroso era filho de militar e também exerceu a carreira se tornando general, o que pode esclarecer a adoção dessa medida organizacional, em meio a todo o contexto disciplinar que o Brasil se encontrava.

Já havia ocorrido famosa seca de 1877 no Ceará e com ela os mesmos episódios de retiradas em massa de sertanejos para Fortaleza, que se repetiram tanto em 1915 quanto em 1932. Em 1877, quando os sertanejos começaram, então, a se aglomerar no centro da cidade o governo para controlar essa “massa”, criou abarracamentos espalhados pelo Ceará, para que os sertanejos recebessem assistência. Esses abarracamentos - barracas que ficavam amarradas embaixo de cajueiros em várias partes da cidade - acabaram se tornando centros de ociosidade e morte, visto que eram péssimas as condições de higiene e de distribuição de alimentos e não havia trabalho nas obras para quantidade de sertanejos que saiam dos sertões. Muitos dos alimentos apodreciam e muitas doenças se disseminaram pelos locais.

Ofícios vindos diretamente de Fortaleza em 1877 e em 1888 atestavam a criação dos abarracamentos para organizar e conter a multidão de emigrantes “indigentes” e mostravam as condições de insalubridade dos distritos onde havia as barracas. No ofício de 1º de outubro de 1877, o comissário do 2º distrito que ficava no Pajeú e no Alto da Pimenta relatava ao presidente da província que foram construídas “110 palhoças, sendo no Pajeú, 45” além de uma casa maior pertencente à província, e no “Alto da Pimenta 65 e mais uma igualmente coberta de telha com 300 palmos de frente e que foi ultimamente construída para enfermaria dos emigrantes. O total de emigrantes de ambas as secas é de 1.688.”<sup>201</sup> Em 26 de junho de 1878, a Comissão Domiciliar do 8º distrito descrevia que havia 21 famílias com 65 pessoas nesse distrito que necessitavam de emprego.

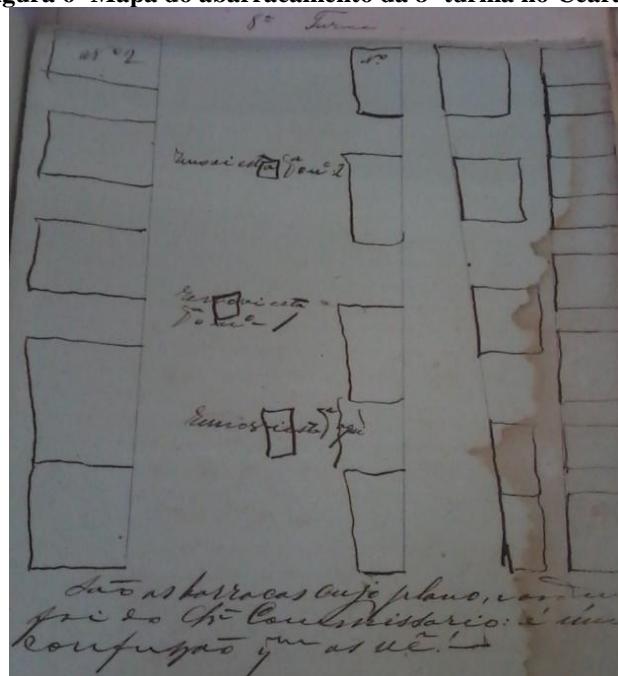
Em ofício da Comissão de Distrito, pediu que fossem enviadas verbas para fornalha da cozinha do abarracamento sob sua jurisdição e o fornecimento de seis pilões para o pilamento do milho, para assim organizar a distribuição das comidas. Levando em consideração que os abarracamentos eram espalhados em distritos, a Comissão do 5º distrito em ofício pedia também fornecimento de madeiras para os abarracamentos. Outro ofício do 4º distrito de 1878 mostrava a organização do pessoal entre: secretário, administrador, chefe de turma, inspetor de família, serventes, carpinteiros e pedreiros. No ofício de 14 de setembro de 1877, relatavam as condições dos alimentos, que em grande parte estavam imprestáveis dizendo: “A farinha, além da má qualidade, não se poderão tragar pelo mau gosto e pugnante cheiro, isso

---

<sup>201</sup>BRASIL. Ofício do Comissário do 2º Distrito ao presidente da província Caetano Estellita. Fortaleza, 1º de outubro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

porque havia se molhado por água salgada na ocasião do embarque.”<sup>202</sup> A figura 6 mostra o mapa de abarracamento da 8º turma:

**Figura 6- Mapa do abarracamento da 8º turma no Ceará**



**Fonte: BRASIL. Ofício da Comissão de Socorros Públicos do Ceará.**  
**Fortaleza, 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.**

A desorganização da distribuição dos sertanejos em diversos distritos acabou dificultando os socorros e a higienização de cada localidade. As condições de higiene dos abarracamentos eram péssimas. Como mostra a figura 6 acima, os sertanejos ficavam confinados em um pequeno terreno com várias barracas localizadas a esmo, e muitos ofícios reclamavam enfermarias, distribuição de alimentos e trabalho para a população.

Sendo assim, a ideia de concentrar sertanejos impedido que permanecessem a “perambular” pela capital Fortaleza nasce de maneira mais concreta nos abarracamentos da seca de 1877, principalmente a sua utilização como mão de obra para construções, como a estrada de ferro Batutiré. No entanto, as formas de controle se aprimorarão na seca de 1915 e mais sistematicamente na de 1932.

O medo de que acontecesse a mesma proliferação de sertanejos a pedir moradia, alimentação e trabalho nas ruas de Fortaleza, e o receio de que se espalhassem as “doenças da seca”, fizeram com que na estiagem ocorrida no ano de 1915 se criasse o primeiro campo de concentração do Ceará chamado de campo do Alagadiço. Seriam confinados em um só local todos os migrantes sertanejos e de lá seriam enviados para as obras públicas a cargo da IOCS. Segundo Rodolfo Teófilo, farmacêutico que viveu no período das secas de 1877 e 1915, “ficou resolvido que os retirantes seriam recolhidos a uma grande área arborizada e cercada nos subúrbios da Capital.”<sup>203</sup> Nesse mesmo período, como mencionado, a Inspetoria de Obra Contra as Secas era quem regulamentava a criação de obras para combater as secas que o

<sup>202</sup>BRASIL. Ofício, Informe de compras ao presidente da província do Ceará. Palácio do Governo. Ceará, 14 de dezembro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

<sup>203</sup>TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915, Fortaleza: Edições UFC, 1980,p.52.

Nordeste era exposto. Por isso, o campo de concentração do Alagadiço foi atrelado necessariamente às obras públicas instituídas pela Inspetoria, ou seja, o *campo* serviu como centro aglutinador de retirantes/trabalhadores que eram enviados para as obras públicas ou recebiam passagens para migrarem para o Sudeste e para Amazônia.

Raquel Rolnik ressalta que a “emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorrem no período”<sup>204</sup> republicano. A autora coloca que a elite do café necessitava que houvesse a “construção de uma nova imagem pública para cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa.”<sup>205</sup> E no Ceará, as elites tentaram impor essa segregação e a ideia de uma cidade ordenada da mesma maneira que a elite do café, por isso concentrar os sertanejos em uma área afastada era uma solução viável e plausível.

Neste caso, o sertanejo saindo dos sertões e migrando para Fortaleza seria alocado para o campo de concentração do Alagadiço e, em seguida, seria enviado para as obras públicas ou para a Amazônia. Os *campos* regulamentavam a entrada desses sertanejos acostumados a uma vida “sem disciplinas” de trabalho, nas construções de açudes e estradas de ferro. O sertanejo passava a ser designado como operário das obras, e nisso seu cotidiano de vida e de trabalho tentará ser modificado pela ação científica e moderna da Inspetoria. Concentrar os retirantes no campo do Alagadiço também foi uma medida que acalmou os ânimos das elites do Ceará e do sudeste do país. O terror das secas e da massa de retirantes nas capitais se tornava ainda maior nas notícias dos jornais.

No *Correio da Manhã* de 1915, uma reportagem relatava que o êxodo da população do Ceará era cada vez mais intenso e seu aumento chegava a ser assustador. Descrevia em números a quantidade de pessoas a vagar e pedir ajuda do governo em Fortaleza. No campo do Alagadiço, segundo o jornal, havia 5.411 retirantes e nas ruas perambulavam mais. Descreviam que os trens que vinham do interior traziam um grande número de sertanejos “em seus bandos” e que era cerca de 80 mil o número de pessoas que necessitavam de auxílio para não morrem de fome. Tal número, segundo o *Correio da Manhã*, se elevaria para 120 mil pessoas, antes do fim do ano. O jornal reivindicava que era necessário empregar cerca de “15 mil operários e em dezembro elevar este número para 23 mil aproximadamente”<sup>206</sup> Desta forma, os jornais acabavam por aterrorizar ainda mais com as notícias sobre a fome e as migrações. Nesta reportagem do *Correio da Manhã*, o sertanejo já era chamado de operário e a notícia clamava que estes fossem colocados em obras públicas. O medo era a melhor arma para manter o flagelado longe das elites das cidades e o trabalho, a melhor forma de dignificá-los do mal da miséria.

A existência do campo do Alagadiço foi justificada precisamente por um relatório do governador Benjamim Barroso, onde o mesmo colocava que havia excedido o número de três mil pessoas no Passeio Público, localizado em Fortaleza, assim que a seca assolou em 1915 e, por isso, era necessário retirar os sertanejos e colocá-los no Alagadiço, local afastado do centro que logo se chamou de campo de concentração. A propriedade do Alagadiço, narrou Barroso, era do Sr. João de Pontes Medeiros que o cedeu para que o governo, “para fim tão humanitário, criasse o Campo de Concentração” que “por muito tempo comportou permanentemente mais de oito mil pessoas.”<sup>207</sup> Para tal propósito, a organização deu-se da

<sup>204</sup>ROLNIK. Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP, 1997, p.29.

<sup>205</sup>Idem, p.37.

<sup>206</sup>Correio da Manhã, *O êxodo da população cearense*. Rio de Janeiro: Ano XV, nº 6.098, 5 de novembro de 1915,p.6.

<sup>207</sup>BARROSO, Benjamim. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros- Ceará, 1915, Hemeroteca Digital Brasileira, p.7 e p.8.

seguinte forma: foram feitas instalações elétricas que facilitariam a fiscalização do local, e os homens e rapazes sadios, apesar de abatidos pela fome, eram mandados para trabalhos de terraplanagem nas ruas e praças da cidade. Para compensar tal trabalho que, segundo Barroso, era de poucas horas por dia, tinham em contrapartida alimento, auxílio médico e farmacêutico. Havia também distribuição de roupas não só pelo Governo, mas por particulares. Para complementar, teriam no *campo* acompanhamento espiritual do Arcebispo de Fortaleza, Frei Ignácio, mostrando como a Igreja Católica seria uma forte aliada na construção da ideia de moralidade na vida dos sertanejos, que vivam sobre a égide de seus próprios conceitos sobre religião, moral e costumes.

O governador deixou claro que os trabalhadores eram separados entre os mais fortes e os mais fracos, e os mais fortes, segundo ele, eram também os que possuíam pequenos lotes de terra no interior e seriam encaminhados para obras maiores, como nas estradas de ferro, onde receberiam um salário. Os menos saudáveis, mas ainda aptos aos trabalhos, eram colocados em obras menores, sendo assim, só o trabalho lhes garantiria, o direito à alimentação e assistência médica. Os que não tinham condições alguma de trabalhar não são mencionados no discurso. Pode-se inferir que até os ditos “aptos ao trabalho” poderiam não ter as mínimas condições para exercê-lo, o que constituiu um trabalho forçado e o que pode ter contribuído para as muitas mortes nas obras e no próprio campo de concentração, visto que esses “não aptos” acabavam vivendo a própria sorte dentro do *campo*.

Barroso, ao afirmar em seu relatório a justificativa para a instalação desse *campo*, acabava por “ajustar” suas medidas com as maneiras anteriores de controle sobre os desclassificados do período imperial e das colônias penais e casas de correção do início da República. Primeiramente, o *campo* foi instalado numa área afastada da capital. Isolados, deveriam ser vigiados para que o local não se tornasse um centro de “promiscuidade”, a moralidade estaria também imposta. Segundo, para que recebessem alimentos e ajuda médica era necessário que trabalhassem o que lhes garantiam o benefício pelo mérito do trabalho, que apesar de tal medida ainda era visto como uma “terapia” para ocupação de braços ociosos. Controle e vigilância de costumes e dos hábitos de trabalho serão medidas que se aprimorarão quando se trata do uso da mão de obra sertaneja em período de seca.

Pode-se entender esse *campo* dentro da lógica de um discurso bastante vigente no século XIX-XX sobre o que era ser sertanejo e o que eram os sertões. Por sofrerem diversos estigmas ao longo dos séculos, muitas vezes os sertanejos foram tidos como homens incivilizados, comparados com os povos do litoral, viviam sob a égide da dicotomia litoral (moderno) *versus* o sertão (atrasado). Como referido nos capítulos anteriores, as missões civilizatórias aos sertões, protagonizadas pelos cientistas das Inspetorias de Obras, trouxeram essa visão de um sertão patológico, doente, que precisa ser civilizado à luz da ciência e da razão. Nessas excursões aos sertões em 1916, a Inspetoria deixou um olhar sobre o lugar ressaltando a doença e não o clima e a raça como o problema do atraso regional.

Kleiton Moraes esclarece que os engenheiros responsáveis pela Inspetoria voltaram-se para os sertões com “o dilema de transformar o espaço onde a natureza mantinha-se irredutível, reinando soberana. Travar-se-ia ali mais uma batalha homem *versus* natureza.”<sup>208</sup> Batalha esta que estaria vencida nas cidades, locais onde estariam as ferramentas possíveis para o progresso nacional. Além disso, tendo também como outra dificuldade o isolamento do qual a população do interior do Brasil estava submetida.

<sup>208</sup> MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010, p.49.

Por isso, manter o sertanejo afastado do centro de Fortaleza seria uma solução para o problema de uma possível disseminação do seu “atraso e indolência” ou mesmo para não estimularem o ócio ou a esmola, muito recorrente em secas anteriores, como solução dar-lhes trabalho, mas nunca esmola. No mundo do trabalho na seca de 1915, o campo de concentração do Alagadiço foi um meio para que as elites e o governo vigiassem esses retirantes, como era a proposta imperial de controle das classes pobres e que se aprimorou com a República, através de uma base mais científica que, no caso do Nordeste, foi propagada pelos intelectuais e engenheiros da Inspetoria de Obras.

Rodolfo Teófilo advertia ao governador Benjamim Barroso que “aglomerar os retirantes era matá-los”<sup>209</sup> Em seus escritos, explicava que não compreendia porque o Alagadiço convencionou-se chamar de campo de concentração, já que os retirantes foram postos a esmo em uma pequena área, expostos também em “abarracamentos”. O próprio povo o chamava na verdade de curral, um curral dos bárbaros como apontou o autor Frederico Neves. Teófilo sempre que tratava do tema colocava o *campo* entre aspas. No entanto, a ideia de concentrar os sertanejos em um só local se deu apenas em 1915, os abarracamentos de 1877 eram espalhados por diversos distritos do Ceará, reiterando mais uma vez que, concentrar, neste momento, era isolar os incômodos da pobreza dos sertões.

O próprio farmacêutico relatou que em sua primeira visita ao campo conseguia perceber que seria um lugar de mortes e se tornaria, prontamente, um “Campo Santo”. “Em um quadrilátero de quinhentos metros de face estavam encurralados cerca de sete mil retirantes”<sup>210</sup> que foram se abrigando embaixo dos cajueiros ou alguns conseguiam armar uma barraca que, segundo ele, era tão paupérrima que não tampava os raios de sol. Criticava ainda a cozinha construída a esmo e o local onde eram depositadas as fezes que ficavam expostas perto dos abarracamentos, às moscas.

Em seu romance *O Quinze*, Raquel de Queiroz também narra a saga dos sertanejos na seca de 1915, e fala do campo de concentração. Em um trecho aonde a personagem Conceição acabara de sair do *campo* retrata bem os aspectos do lugar. Conceição ia todos os dias para ajudar na entrega dos socorros:

(...) o mau cheiro do campo parecia mais intenso (...) Quando transpôs o portão do Campo, e se encostou a um poste, respirou mais aliviada. Mas, mesmo de fora, que mau cheiro se sentia! Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros. Uns debaixo dum cajueiro, estirados no chão, quase nus, conversavam. Outros absolutamente ao tempo, apenas com a vaga proteção de uma parede de latas velhas, rodeavam um tocador de viola (...)<sup>211</sup>

Por isso, muitos sertanejos também morreram pela falta de condições mínimas de higiene, como acontecera nas colônias penais e nos próprios abarracamentos.

A ideia de concentrar esses “indesejados” mostra que no Brasil a pobreza sempre foi tratada como criminalidade, tendo como a única solução seu “aprisionamento” e disciplinamento contra qualquer ato de “barbárie”. No caso do campo do Alagadiço, a vigilância, o próprio local que era cercado por arame farpado, as próprias condições de insalubridade em que eram expostos os sertanejos exemplificam como o problema da seca em si passava a ser secundário mediante o extremo estado de pobreza em que se encontravam os sertanejos, cabendo, então, como medida principal acalmar os ânimos dos flagelados

<sup>209</sup> TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915, Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.52.

<sup>210</sup> Idem, p.60.

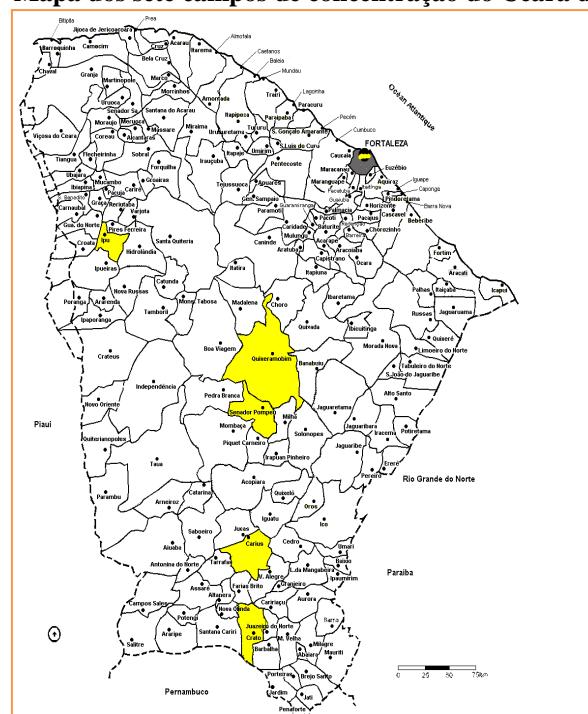
<sup>211</sup> QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. 96º Ed , Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 2013, p. 63.

controlando suas ações para que não incomodassem as elites locais e nem o próprio andamento/normalidade das cidades.

A desorganização das obras - a falta de verbas da Inspetoria de Obras e de planejamento prévio contra as secas - acabou por disseminar uma visão fatalista sobre os sertões nordestinos, com o grande aumento de cangaceiros e do banditismo local. Como exemplo desse quadro de falta de planejamento ou interesses políticos que norteavam as obras públicas, uma vez que quando entrava um governo e saía outro se paralisavam diversas construções, têm-se alguns dados sobre os açudes retirados do relatório da Inspetoria de 1934<sup>212</sup>, são eles: a construção do açude de Acarape foi iniciada em 1909 e concluída em 1924, duração de 15 anos para conclusão; o de Santo Antonio de Russas foi iniciado em 1910 e concluído em 1928- 18 anos; o de Soledade foi iniciado em 1921 e concluído em 1933 – 12 anos; o de Morcego começou em 1920, seu término foi em 1932 – também 12 anos para conclusão da obra. Logo, as obras demoravam anos para serem concluídas, quando outra seca assolava os sertões não havia como solucionar o problema da falta de água.

Passados 17 anos da implantação do campo do Alagadiço no Ceará, em meio a todo quadro discorrido sobre os sertões, Getúlio Vargas enfrenta a seca de 1932 e através da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, ligada ao Ministério de Viação e Obras Públicas, liderado por José Américo de Almeida, criaram-se sete campos de concentração, que segundo Frederico de Castro Neves, foram espalhados por lugares estratégicos do Ceará: ao sul, o de Crato, no centro os de Senador Pompeu, Quixeramobim e Cariús, ao norte, o de Ipu e os dois do centro de Fortaleza, Urubu e Tauape.

**Mapa 6 - Mapa dos sete campos de concentração do Ceará de 1932.**



**Fonte:** MOTA, Lidiane Soares Mota. *O Determinismo Ambiental verificado nos discursos sobre a seca e os campos de concentração de flagelados do Ceará – 1910 a 1940*. UFPE, 2009.

<sup>212</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria. Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.6.

O Ministro José Américo de Almeida destacava que era imperioso que os sertanejos permanecessem nos sertões e que lhes fossem oferecidos trabalho. Muitos sertanejos se aglomeravam nas cidades pedindo ajuda do Governo. Américo de Almeida colocava:

Concentrei todos os sem trabalho, porque a seca não passa de desemprego rural. Cessando as chuvas, cessam as atividades agrícolas (...) O Sertão ficava numa verdadeira prostração. Desorganizava-se todo o trabalho. Mas eu não somente concentrei o pessoal como distribuí enxadas, cimentos. Mas, para mostrar como o sertanejo é apegado ao Sertão, quando chove, esteja onde estiver ele volta.<sup>213</sup>

No ano de 1932, o estímulo do próprio governo federal era que os sertanejos permanecessem no seu lugar ou, em outra instância, fossem desbravar como novos bandeirantes as terras do Amazonas com seu ímpeto de homens fortes e lutadores. Por isso, Américo de Almeida dizia que havia acabado com a evasão e teria concentrado o pessoal para que permanecesse na zona. Segundo Verónica Secreto, era necessário que cada um tivesse um lugar no Brasil de Vargas, e para isso o mesmo se utilizou de uma metáfora espacial, “o Brasil em que cada um tinha seu lugar contrapunha aquele do passado em que nem todos os tinham. O Brasil da unidade era um somatório de lugares. O lugar do sertanejo era no sertão.”<sup>214</sup>

Nesse sentido, no Brasil onde o lugar do sertanejo era o sertão, a ideia de concentrá-los e isolá-los seria utilizada como forma de controle e vigilância de seus costumes e também para que não esmolassem pelas ruas e não disseminassem a pobreza, a doença, a mendicância. Contudo, em 1932, as maneiras pelas quais os intelectuais lidavam com o mundo do trabalho e a disciplina será diferente. Nesta fala acima, Américo ressaltava que não somente concentrou os retirantes, *como distribui enxadas e cimentos*. Agora, o trabalho não será uma terapia, era preciso ensinar o sertanejo a trabalhar com suas próprias mãos, saber desempenhar o trabalho e não apenas exercê-lo a esmo, sem um “aprendizado”.

Diferente, portanto, de 1915, de acordo com Frederico de Castro Neves, em 1930:

(...) declinou-se a criação de entidades benéficas e aumentou-se a fundação de organismos, na maioria estatais, de apoio ou estímulo aos “trabalhadores”, “operários”, “agricultores”, eufemismos para os pobres que pressionam periodicamente os equipamentos urbanos.<sup>215</sup>

Por isso, no relatório do inspetor Luiz Vieira salientava-se que era necessário que os socorros fossem distribuídos de maneira sistemática, para evitar o descontrole das esmolas, evitando o socorro direto:

Em substituição ao socorro direto que forçosamente se fazia nas residências, institui-se o alistamento sistemático; em consequência superlotaram-se as turmas, prejudicou-se a administração, anulou-se quase por completo o

<sup>213</sup> ALMEIDA, José Américo de. In: CARMAGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. O Nordeste e a política. Dialogo com José Américo de Almeida. CPDOC/FGV- Fundação Casa de José Américo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.216.

<sup>214</sup> SECRETO, Maria Verônica. Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas.SP, Ed.Fundação Perseu Abramo, 2007,p.75 e p.76.

<sup>215</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará. Tese de doutoramento. Niterói- Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1998, p.98.

controle, mas se evitou dentro do possível o socorro direto, a esmola humilhante e desmoralizadora.<sup>216</sup>

Getúlio Vargas, aliado a um discurso que via no operariado urbano sua mola propulsora de ascensão ao poder, acabou por entender que o trabalho seria uma metodologia disciplinar que colocava a população em produção, estimulava o crescimento do mercado interno e, principalmente, no que diz respeito ao campo, afastava o fantasma do *plantacionismo* e engendrava o capitalismo moderno.

Nesse contexto, a modernização que pretendia embelezamento da cidade compartimentava os lugares, organizava-os, mas não qualificava o espaço social. Para moralizar a cidade, era preciso refletir sobre esse espaço. Com isso, o sertanejo passou a não se enquadrar com o belo que se pretendia construir na capital do Ceará. As reformas desse espaço urbano tinham, mais uma vez, o intuito de isolar o pobre para que não circulasse nas áreas nobres da cidade.

Para tanto, os campos de concentração deste período ficaram mais organizados. Na entrada dos sertanejos, foram necessários alistamentos sistematizados, homens, mulheres e crianças, expostos nas concentrações, eram mandados para as obras públicas na construção de açudes e estradas de ferro. Segundo Frederico Neves, os *campos* “eram cercados e vigiados por homens armados, sob o comando do próprio Chefe de Polícia, na capital, e dos Prefeitos.”<sup>217</sup> Levando em consideração também que muitos dos capangas que vigiavam os *campos* de 1932 eram os próprios sertanejos. Kênia Rios nota que os que se adaptavam mais facilmente à nova ordem eram beneficiados com melhores rações. Dessa forma, a legitimidade da ação só foi posta em prática porque havia sertanejos que acabaram por aceitar e se adequar ao modelo dos *campos* imposto pelo governo federal e pelos municípios.

O Ministro José de Américo, em uma entrevista à Aspásia Camargo e Eduardo Raposo et.al., justificou a criação dos *campos* dizendo que conseguia, com eles, parar a evasão das muitas pessoas que ele não queria que partissem dos sertões e, porque não havia obra suficiente para tantos retirantes, foi necessário mantê-los em algum lugar. Américo ainda ressaltava que forneceu inclusive nos *campos* enxovals para casamentos. Os flagelados namoravam e também casavam, tendo como resultado positivo a diminuição das retiradas. Na mesma entrevista, dizia com ênfase que obrigou aos retirantes a vacinação de tifo e disenteria: “às vezes, para vacinar, era preciso até amarrar” e “depois ficaram fazendo a vacinação sistemática e as endemias foram sendo mais ou menos dominadas”<sup>218</sup>, colocou ele.

Atestando tal fala do ministro, observa-se que, entre diversos ofícios e relatórios inspetoriais encontrados no ano de 1932, a maioria deles recorria à preocupação com o problema da higienização. Em grande parte, solicitavam vacinação e revacinação e assistência médica nos campos de concentração de flagelados e nas obras públicas. Isso se deu porque, para os engenheiros da IFOCS, como relatava Luiz Vieira, o sertanejo não tinha hábitos de higiene e quando se amontoavam nas obras acabavam por gerar surtos epidêmicos de diversas doenças:

<sup>216</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria. Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.11.

<sup>217</sup>NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p.114.

<sup>218</sup>ALMEIDA, José Américo de. In: CARMAGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. O Nordeste e a política. Dialogo com José Américo de Almeida. CPDOC/FGV- Fundação Casa de José Américo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.215.

A aglomeração rápida em local não preparado convenientemente, a falta de hábitos de higiene na população sertaneja, o seu depauperamento físico, a falta de aparelhagem suficiente para tratamento do considerável volume de água a ser consumido e por ultimo a escassez desse elemento, deram origem<sup>219</sup> a surtos epidêmicos violentos principalmente de tifo, paratifo e disenteria.

No mesmo relatório, ele descreveu a situação sanitária do açude Feiticeiro ao ministro José Américo de Almeida expondo que havia piorado a situação dos operários: “Minha ultima inspeção tive oportunidade observar estado sanitário nossos núcleos trabalhos tem piorado sensivelmente atingindo certos pontos aspecto alarmante, como açude Feiticeiro, que conta acima duzentos doentes parte paratifo parte suspeito”<sup>220</sup>

No boletim de serviços de saúde pública do Ceará, de 16 a 21 de maio de 1932, constava que foram vacinados 662 homens e 242 mulheres, totalizando 905 pessoas. No mesmo mês, dos dias 23 a 28 do corrente ano, foram vacinados 304 homens e 463 mulheres, totalizando 767 pessoas. Em todo o mês de maio, foram vacinados nos campos de concentração, segundo Diretoria de Saúde Pública contra a profilaxia de varíola, doença que ocasionou milhares de mortes em 1877 e 1915, 2.393 homens e 1626 mulheres, resultando no número de 4.019 sertanejos.

No mês de junho, ofício do dia 04, mostrava a tabela com 226 homens vacinados e 246 mulheres, finalizando 472 pessoas, até aquele presente momento. Em todo o corrente mês e ano, foram vacinados 817 homens e 728 mulheres, totalizando 1545 vacinados contra profilaxia. Em julho, durante todo mês foram vacinados 398 homens e 371 mulheres, 769 vacinados, totalizou-se no mesmo mês 6351 vacinações contra tifo e contabilizou-se 292 obtidos. No mês de agosto, há uma listagem referente do boletim dos serviços executados nos campos de concentração de Pirambú (localizado na capital Fortaleza em um bairro pobre e afastado, chamado também de campo de concentração do Urubu), Ipú, Cariús, Patú e Crato (Buriti) constando o balanço de consultas clínicas de obstetra, otorrino, pediatria e clínica geral, resultando em 22 partos, 3 abortos, 10.417 consultas clínicas totais, além da vacinação anti-tífo ter sido no número de 3.641, com o número de 545 sertanejos.

---

<sup>219</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria. Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.53.

<sup>220</sup>Idem, p. 54.

**Figura 7- Boletim de serviços executados nos campos de concentração de flagelados de maio a agosto de 1932.**

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS			TOTAL GERAL			
	VAC.	REV.	TOTAL				
União de serviço	621	723	1.344	628	703	1.337	5.871
Domicílio	701	479	1.180	562	876	1.444	5.326
Campos de Concentração	1.069	826	2.395	1.128	908	1.686	4.813
Poços	88	50	138	92	106	198	388
Hospitais	463	650	1.113	608	1.184	2.785	4.857
Umarf	209	68	277	-	-	-	607
Interior	246	44	290	45	56	51	261
<b>TOTAL</b>	<b>4.514</b>	<b>3.845</b>	<b>8.359</b>	<b>3.058</b>	<b>6.039</b>	<b>9.078</b>	<b>18.467</b>

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS			TOTAL GERAL			
	VAC.	REV.	TOTAL				
União de serviço	186	161	346	177	184	361	781
Domicílio	8	-	8	10	11	21	40
Gostosa	-	-	-	-	-	-	0
Campos de Concentração (Ceará)	476	341	817	431	507	738	1.666
Poços (Capital)	66	97	163	116	170	289	458
Interior	1.680	8876	25.566	11.673	54.797	16.988	40.448
<b>TOTAL</b>	<b>1.680</b>	<b>9.215</b>	<b>24.682</b>	<b>11.807</b>	<b>59.380</b>	<b>18.087</b>	<b>43.407</b>

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS			TOTAL GERAL			
	VAC.	REV.	TOTAL				
União de serviço	118	146	264	62	316	932	446
Campos de Concentração (Ceará)	368	326	693	457	200	650	1.315
Poços (Capital)	80	79	159	86	131	266	426
Interior	8.008	9.403	17.411	5.479	9.378	18.841	33.790
<b>TOTAL</b>	<b>8.008</b>	<b>9.403</b>	<b>17.411</b>	<b>5.479</b>	<b>9.378</b>	<b>18.841</b>	<b>33.790</b>

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS			TOTAL GERAL			
	VAC.	REV.	TOTAL				
União de serviço	118	146	264	62	316	932	446
Campos de Concentração (Ceará)	368	326	693	457	200	650	1.315
Poços (Capital)	80	79	159	86	131	266	426
Interior	8.008	9.403	17.411	5.479	9.378	18.841	33.790
<b>TOTAL</b>	<b>8.008</b>	<b>9.403</b>	<b>17.411</b>	<b>5.479</b>	<b>9.378</b>	<b>18.841</b>	<b>33.790</b>

**Fonte:** BRASIL. Boletim de serviços executados nos campos de concentração de flagelados de maio a agosto de 1932. Fortaleza: Diretoria de Saúde Pública, 1932. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Getúlio Vargas, em seu discurso pronunciado no Ceará em 1933, dizia que foram organizados campos de concentração onde transitaram mais de “um milhão de pessoas atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência, sendo grande número delas localizado em diversos Estado do Norte.”<sup>221</sup> Havia nos campos “postos médicos, cozinha, barbearia, casebres separados por família”<sup>222</sup>, de modo que os flagelados não precisam de lá saírem em nenhuma hipótese. A regra era a higienização, purificação e disciplinamento para o trabalho.

No *Correio da Manhã*, estimava-se o número de retirantes dos campos. Em Fortaleza, 2.500 homens; Ipú, 5.000; Senador Pompeu-Patú, 3.200; Cariús, 19.000; Burutu, 24.500. Do mesmo modo que ocorria em períodos anteriores, como até mesmo na seca de 1915, foi necessária uma vigilância também nos hábitos de higiene desses sertanejos tidos como pessoas sem costumes educacionais mínimos de limpeza. Em outra reportagem do *Correio da Manhã*, de 1933, o jornal ressaltava a resposta da IFOCS, ao pedido de maior cuidado com saúde dos flagelados:

O Serviço de Assistência Médica aos operários das Obras Contra as Secas bem como as populações concentradas, compreenderá 19 postos sanitários, quatro hospitais regionais e cinco residências sanitárias localizadas nos campos de concentração existentes, além das unidades centrais de direção, contabilidade, farmácia, almoxarifado e expedição.<sup>223</sup>

<sup>221</sup>VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado na capital do Ceará. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1933, p.378 e p.379.

<sup>222</sup>RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p.113.

<sup>223</sup>Correio da Manhã, *A saúde dos flagelados do Nordeste. O que nos disse o director dos Serviços Sanitários do Ceará*. Rio de Janeiro: Ano XXXII – nº11680, 1 de janeiro de 1933, p.4.

Percebe-se que as formas de organização tanto da vigilância quanto da disciplina, seja ela do trabalho, da moral ou da higienização, se darão de forma muito mais sistemática e organizada. Hospitais, residências sanitárias, obras públicas de diversas repartições foram criadas para deter o flagelo e impor a modernidade nos sertões, em contraposição a um mundo “atrasado” que vivia os sertanejos.

De acordo com Kênia Rios, o discurso da higienização e institucionalização da higiene começou com a seca de 1877, mas a preocupação efetiva com a saúde do sertanejo que se deslocava se consolidou em 1932. Por isso se dizia que o projeto da Inspetoria para os sertões era de fim humanitário, protetor e civilizador Logo, a Inspetoria tratou de realizar um plano de vigilância sobre os corpos dos sertanejos, para que se obtivesse uma mudança no seu comportamento em relação à higienização. A autora relatou que muitos sertanejos não usavam os banheiros das concentrações, mostrando primeiro que eles iam contra as medidas de higiene e segundo, que seus hábitos eram diferentes, a maioria deles não possuíam, naquele período, banheiros em suas residências. Ainda referiu-se ao banho, uso do sabão e as raspagens dos cabelos dos homens como medidas de controle e tentativa de engendrar novas maneiras de noção do corpo, da intimidade, e da noção de vergonha entre as mulheres e os homens nos campos de concentração.

Mais uma reportagem do *Correio da Manhã* de 1933 destacava bem a visão das elites daquele tempo e o medo das epidemias. Relatava a reportagem que os campos de concentração dispunham de uma assistência médica e sistematizada, que todas as pessoas eram obrigadas à vacinação e teriam sido contratadas comissões de médicos e corpo de enfermeiras para os diversos hospitais de emergência que estavam em funcionamento. Para Kênia Rios, “o discurso de higiene servia de justificativa para quase todos os (ab)usos do poder durante a seca de 1932.”<sup>224</sup>, destacando que o discurso médico, aliado ao capitalismo, tentava formar um novo homem sertanejo, dentro da ótica da moralidade e da modernidade.

Sabe-se que, apesar das incursões médicas, muitos sertanejos morreram nessas concentrações porque nelas as condições higiênicas básicas não existiam. Também havia muita resistência dos retirantes à vacinação, e diversas manifestações contrárias a obrigatoriedade da disciplina médico-sanitária ocorreram nesse período. Os sertanejos entendiam de uma maneira própria a ideia de doença e cura, muitas vezes ligada a uma religiosidade própria. Um relatório da IFOCS de 1932 discorria que o estado sanitário dos sertões do Ceará havia piorado, principalmente em relação às populações das construções das obras da Inspetoria. O estado sanitário das obras estava alarmante, com as moléstias contagiosas como a tifo-disenteria. Uma comissão havia sido mandada para as obras para a vacinação com a educação sanitária dos sertanejos, que era vista como a salvação dos sertões.

Américo de Almeida justificou também em seu discurso sobre os campos de concentração que deu enxovals para casamentos. Em todos os *campos*, havia assistência da Igreja Católica, aliando disciplina à moralidade cristã. Kênia Rios salientou que, desta forma, se congregava a higienização e a disciplina em conjunto com o discurso da própria Igreja Católica, principalmente no que se refere ao sagrado e ao profano. Os sertanejos não viam no matrimônio a mesma importância que os clérigos. Como muitos viviam em localidades em que a Igreja não conseguia abranger sua atuação, estavam acostumados às suas próprias experiências religiosas, sem levar em conta os sacramentos.

A figura 8 abaixo ilustra como a Igreja Católica esteve presente e atuante nos sertões. A imagem é de uma reportagem do *Correio da Manhã* de sete de dezembro de 1933. Pousando para foto estavam Monsenhor Fabrício e os sertanejos, salientando a postura da

---

<sup>224</sup>RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p.113.

Imprensa em mostrar o flagelo em todas suas instâncias, incluindo retratar a pobreza e o estado de calamidade da população:

**Figura 8 – A Igreja e os pobres na Bahia retratados pelo Correio da Manhã**



*Um grupo de pobres à portaria do Convento de São Francisco, aguardando a distribuição de alimentos. Entre os pobres está o Reverendo Monsenhor Fabricio em visita ao Convento*

**Fonte:** Correio da Manhã, *O convento de São Francisco da Bahia e a obra de misericórdia que ali é feito aos pobres*. Rio de Janeiro: Ano XXXIII, nº11.979, 17 de dezembro de 1933, p.8. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

O medo que pairava sobre toda a elite exigia vigilância das multidões a pedir comida e trabalho. Por isso, os sete campos de concentração foram cercados por arames farpados, e diversas instalações foram aproveitadas como estruturas de casas e feiras das regiões.

Em outra imagem (figura 9, abaixo) tirada pelo *Correio da Manhã*, na Paraíba, há aspectos interessantes a serem percebidos. Primeiro, a imagem passa ao leitor um aspecto de “feiura” e de “tumulto” com a entrada de retirantes na cidade de Iorgá<sup>225</sup>, na Paraíba, a própria legenda dizia: “multidão de flagelados em Iorgá, recebendo uma ração de farinha e embaixo crianças famintas esperando alguma coisa que lhes mitigasse a fome”. Observa-se também que a segunda imagem, as crianças parecem olhar para a câmera, como se fosse pedido que pousassem para o jornal. Era de se esperar que os campos de concentração se tornassem uma maneira viável contra essa desordem. A Imprensa se tornou um meio importante de legitimação de tais medidas de controle e ordenamento das cidades nordestinas, principalmente, com a seca. Incluindo o fato de que na Paraíba, Américo de Almeida também implementou campos de concentração.

<sup>225</sup>Vale ressaltar que em meio às pesquisas não foi encontrada a localização desta cidade na Paraíba. Parte-se da premissa de que ou o nome da cidade foi escrito de maneira errada pelo jornal, ou a cidade pode ter mudado de nome posteriormente. A única cidade localizada de nome “semelhante” é a cidade de Ingá, mas não se pode afirmar se é esta a cidade que a reportagem se refere.

**Figura 9- Retirantes na Paraíba retratados pelo Correio da Manhã**



ois aspectos da região flagelada na Paraíba — Ao alto  
ma multidão de flagellados em Iorgá, recebendo, uma ra-  
io de farinha, e em baixo crianças famintas à espera de  
alguma coisa para mitigarem a fome

Fonte: Correio da Manhã, *Os horrores do Nordeste*.  
Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 11.073, 27 de janeiro de 1931, p.1.  
Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

Por isso, pelo medo, pela disciplina apurada, na cidade de Senador Pompeu, as casas dos operários que haviam ido construir o açude do Patú em 1919 foram reaproveitadas para o campo de concentração de 1932. A obra tinha parado anos depois por falta de verba e os casarões dos operários da obra estavam sem utilidade até então. A figura 10 mostra a fundação da barragem do Patú, em 1919:

**Figura 10- Fundação do Açude do Patú, Senador Pompeu.**



Fonte: Fundação do açude de Patú- Ceará (Senador Pompeu).  
Fortaleza: Acervo Instituto do Ceará.

No relatório dos trabalhos realizados em 1922, Miguel Arrojado Lisboa descrevia a estrutura em torno da obra:

BARRAGEM DO PATU- Estado do Ceará – O boqueirão do Patú, sobre o rio do mesmo nome, é estreito e dotado de excelente terreno de fundação para uma barragem de alvenaria, conforme atestaram diversas sondagens feitas com máquinas do mesmo tipo das empregadas em Quixeramobim. A jusante dele já se construíram diversas casas para alojamento do pessoal administrativo e operário, e edifícios para o almoxarifado, oficinas mecânicas, usina de força e luz e fabrica de gelo.<sup>226</sup>

Válido mencionar que o açude só foi inaugurado no ano de 1986, praticamente 67 anos depois do começo de sua construção, ratificando mais uma vez a desordem que eram as obras de combate à seca, já que o referido açude seria a solução para falta de água da região.

Segundo Kênia Rios, esses campos funcionavam como uma prisão: os que lá chegavam não poderiam mais sair, ou melhor, só tinham essa permissão para se deslocarem para as obras públicas.

Nas imagens a seguir, retiradas no ano de 2014<sup>227</sup>, mostram o campo de concentração de Senador Pompeu, próxima à barragem do Patú, e afastado do próprio centro da cidade, ressaltando que a pé até o local é necessário, atualmente, mais de uma hora de caminhada. Segundo historiografia e depoimentos de sobreviventes, o *campo* era cercado ficava também em uma parte superior do terreno, de forma a isolar de fato os sertanejos. Se em dados do *Correio da Manhã* estimava-se que nesta concentração havia mais de 3.500 sertanejos, como poderiam, em uma casa onde caberia uma família com no máximo 10 pessoas, estarem confinados sobre “fim humanitário” milhares de sertanejos? Não seria espantosa a quantidade de mortos ressaltados em ofícios relacionados a todos os campos de concentração daquele ano. Seria impossível que os sertanejos adoecidos pela fome e sede, não se contaminassem e acabassem falecendo no local. As figuras de 11 a 15 mostram as casas que foram utilizadas para a organização do campo de Senador Pompeu:

---

<sup>226</sup>LISBOA, Miguel Arrojado. Introdução ao Relatório dos Trabalhos Executados no ano de 1922, apresentado ao Ministro de Viação e Obras Públicas pelo Inspetor Federal de Obras Contra as Secas Miguel Arrojado Lisboa. Ministério de Viação e Obras Publicas. Publicação nº 62 Serie II, M. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 1923, p. 14 e p.19.

<sup>227</sup>As imagens foram retiradas na 32º caminhada da seca em 2014, na cidade de Senador Pompeu, no Ceará. Essa Caminhada acontece todos os anos, desde a década de 1980, em memória dos mortos do campo de concentração de Senador Pompeu. As legendas das imagens foram retiradas na própria Caminhada, e por meio de documentários feitos por Valdecy Alves, advogado e ativista das causas sociais de Senador Pompeu, que pude conhecer naquela ocasião. Valdecy Alves luta há alguns anos pelo tombamento da área e é um estudioso do tema. Em diversas entrevistas, o advogado ressalta a estrutura das casas da barragem do Patú e apoia a Caminhada da Seca, como forma de manter a memória viva do fato ocorrido. Um dos documentários está disponível em: *Caminhada da Seca Virtual – Aos mortos do campo de concentração*, <https://www.youtube.com/watch?v=D-tF9nwof-M>

**Figura 11- Ruínas do Casarão da Inspetoria de Obras no ano de 1919. Utilizado em 1932 como campo de concentração.**



**Fonte:** Imagem registrada na 32º caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014.  
**Acervo do autor.**

**Figura 12- Ruínas do Casarão do terminal ferroviário de 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração e para continuação das obras do açude do Patú**



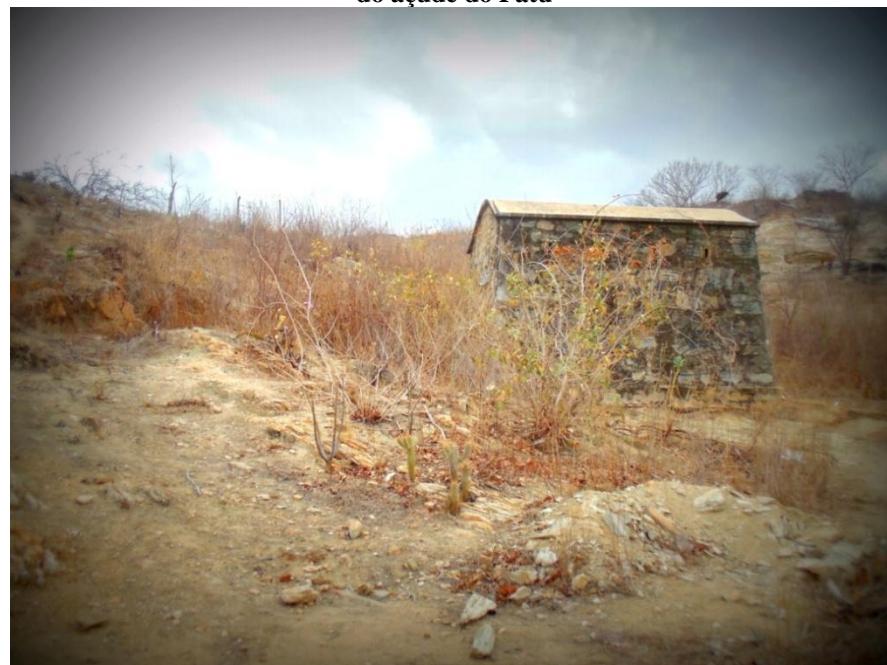
**Fonte:** Imagem registrada na 32º caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014.  
**Acervo do autor.**

**Figura 13- Ruínas da casa de eletricidade em 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú.**



**Fonte:** Imagem registrada na 32º caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014.  
**Acervo do autor.**

**Figura 14- Ruínas da casa de pólvora em 1919. Utilizado como uma das estruturas pertencentes ao campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú**



**Fonte:** Imagem registrada na 32º caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014.  
**Acervo do autor.**

**Figura 15- Ruínas da casa dos engenheiros de 1919. Utilizado como estrutura para o campo de concentração de 1932 e para continuação das obras do açude do Patú.**



**Fonte:** Imagem registrada na 32º caminhada da Seca.  
Senador Pompeu, Ceará, 2014. Acervo do autor.

As estruturas usadas para os campos de concentração de Senador Pompeu revelam que, nesse período, as formas de controle foram mais organizadas, apesar de não ter evitado as milhares de mortes. As ruínas das estruturas utilizadas para o *campo* de Senador Pompeu são memória viva do fato ocorrido, são construções datadas do inicio do século XX, estruturas amplas, bem organizadas para época, mas que não poderiam comportar a quantidade de sertanejos retratados nas fontes. As casas mostradas nas imagens não ficam próximas uma das outras, esse campo de concentração teve uma ampla área de abrangência, ao longo do trecho as ruínas vão se mostrando para quem está no caminho. Com exceção casa da figura 11 que fica próxima da casa figura 15, as outras estruturas estão ao longo de todo o “sítio histórico” dessas ruínas e a barragem fica também um pouco distante das casas do campo de concentração. Na obra da barragem do Patú, em 1932, utilizou-se a mão de obra dos sertanejos que eram isolados nesse local. A barragem não foi concluída, como mostrado, mas as estruturas para sua construção foram mantidas como locais de confinamentos dos trabalhadores sertanejos.

A IFOCS, em 1932, em um dos seus relatórios enfatizava a criação dos campos de concentração porque a extensão do flagelo só aumentava com seu *cortejo de misérias*, sendo necessário que se estabelecessem socorros imediatos “com a organização rápida de novos serviços, assistência direta, transportes, concentrações, enfim todas as medidas prontas e decisivas para impedir o êxodo em massa”<sup>228</sup> e para evitar também que os flagelados em multidão pudessem invadir as cidades, com seu perigo de disseminação de epidemias, de banditismos, das misérias conhecidas em secas anteriores. O incomodo estava na própria

<sup>228</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria. Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.42.

figura do sertanejo que era vista sinônimo de doenças e epidemias e o como sinônimo de “banditismo”. Essa ideia causava o medo das multidões, dos saques e das revoltas que aconteceram desde 1877 e que isso pudesse ocorrer também em 1932.

Em 1923, por exemplo, segundo Frederico de Castro Neves, muitos sertanejos tentaram assaltar trens em Senador Pompeu. O autor nota que os sertanejos aprenderam a manifestar-se e suas reivindicações passaram a ter a praça pública para o protesto. Com isso, negociavam “através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente, da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade.”<sup>229</sup> Mais uma vez, a seca passava a ser um problema secundário diante do medo das elites locais e do próprio governo federal, o medo do inoportuno flagelo.

Não difere muito, portanto, os discursos da IOCS em 1915 deste da IFOCS. O medo das elites e do governo com os ditos “vagabundos” sociais, ou como teoriza Sidney Chalhoub das “classes perigosas”, como poderiam ser classificados os sertanejos na ocasião, principalmente de seca, continuava a existir, mas agora o que reinava era uma nova categoria o banditismo social, os cangaços e as revoltas dos sertanejos, dos saques a armazéns pelo direito a “farinha e rapaduras”. Revoltas fortemente ligadas a um modelo tradicional de vida que estava sendo minado pela entrada da modernidade.

Kênia Rios destaca que na seca de 1932 havia a tentativa de consolidar um discurso do civilizado, para que não se permitisse que os flagelados se tornassem bandidos. O projeto procurava, “disciplinar os retirantes, buscando ser humanitário e civilizador, ou seja, moderno, em sintonia com o progresso.”<sup>230</sup>

No *Correio da Manhã*, uma reportagem de 1932 falava sobre a importância dos campos de concentração, já que não havia serviços para toda “população faminta”. O jornal também relatava em números, dizendo que eram “mantidos, no Ceará, 65.000 pessoas nos campos de concentração custeados pela Inspetoria.” Alegando que esses campos eram resultado da mais perfeita organização do governo do Estado, “até que seja adquirido material de construção completo para todas as obras em andamento.”<sup>231</sup> O apoio aos campos de concentração vinha, na maioria, da imprensa a favor do governo e das elites da cidade, porque por meio deles poderiam manter longe dos olhos da população toda a miséria do povo sedento dos sertões. Jornais de oposição reclamavam as medidas, e neles os sertanejos viam a porta para suas reivindicações, contudo, os campos duraram até 1933. Havia os *campos* ficavam próximos a bairros mais pobres de Fortaleza, Kênia Rios destaca que dois deles, localizados na capital, eram os mais disciplinados, “esses campos chegaram a fazer parte do roteiro turístico da “Noiva do Sol”, conquistando elogios e doações de visitantes.”<sup>232</sup>

A ideia de implantar campos de concentração entrou na pauta do governo federal e não eram mais uma questão local, da esfera cearense, como aconteceu em 1915. Os *campos* foram construídos em vários estados do nordeste como Pernambuco e Paraíba, para conter o avanço do flagelo nas diversas capitais do país, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Os sete campos de concentração do Ceará funcionaram dentro da ótica do estímulo ao trabalho, que passou a ser a melhor forma de governabilidade sobre o camponês. Por isso, na fala do próprio presidente da República, se legitimou a aplicabilidade do campo de concentração

<sup>229</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará. Tese de doutoramento. Niterói- Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1998, p.7.

<sup>230</sup> RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p.37.

<sup>231</sup> Correio da Manhã, *A extensão dos socorros aos flagelados. Quasi 80 mil homens nas obras do governo. Rio de Janeiro: Ano XXI- Nº 11493, 31 de maio de 1932*, p.5.

<sup>232</sup> RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p59.

porque em seu novo projeto de governo havia um lugar específico para o camponês, “o campo e seu homem são tomados como objetos naturais da governabilidade.”<sup>233</sup>

Segundo Linhares e Teixeira da Silva, o que se tinha nesse momento era concepção de que o homem tradicional do campo era visto como um problema, um entrave ao desenvolvimento pleno do Brasil. “Para os homens que assumem o poder na década de 1930, o desenvolvimento é sinônimo de indústria, de população bem alimentada, saudável e de erradicação do analfabetismo e de endemias.”<sup>234</sup>

Em 1933, em notícia do *Correio da Manhã* e em ofícios encontrados no Arquivo do Ceará mostram que o interventor Carneiro de Mendonça estava mandando esvaziar os campos de concentração do Ceará, com as possíveis chuvas que começavam a cair naquele ano, foi o fim dessa medida.

Por fim, no intuito apenas de mostrar e ratificar as continuidades de medidas como esta, cabe ressaltar que Vargas, em meio à 2ª Guerra Mundial, em 1942, concentrou cerca de 3.000 pessoas de origem alemã, italiana e japonesa em “dez campos de concentração criados em sete Estados brasileiros (PA, PE, RJ, MG, SP, SC e RS)”<sup>235</sup>. No Pará, o campo de concentração constitui-se em Vila de Tomé-Açu, “a história das instalações erguidas no Norte do país para isolar imigrantes do Japão e da Alemanha, países do Eixo que lutaram contra o Brasil.”<sup>236</sup> Neste caso, os *campos* eram compostos de inimigos “de guerra”, os imigrantes passaram a ser reprimidos como ameaça ao nacionalismo, tão pretendido por Vargas. Na realidade, seu intuito era continuar a aliança política com os Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética.

Portanto, desde o Brasil colonial que havia um discurso sobre organizar o país, modernizá-lo, civilizá-lo. Para tal processo, era necessário que houvesse um discurso convincente em relação a qualquer entrave a este progresso nacional. Mesmo em contextos históricos tão distintos as reduções jesuíticas, as coloniais penais, as casas de correção e os campos de concentração cearenses, estiveram imersos em períodos dos quais o Brasil ‘entendia’ ser necessário estabelecer a ordem a um Estado tão fragmentado e com tantos interesses políticos conflitantes.

Nas colônias penais e nas casas de correção justificava-se a prisão como regeneração, e usava-se o trabalho apenas como ocupação. O trabalho era imposto como forma de moralidade e educação, para os tantos vícios trazidos pelos homens livres pobres, os negros, os libertos. Isso porque “tomava-se como ponto de partida, então, o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los.”<sup>237</sup> Segundo Chalhoub era necessário transmitir a eles as noções de trabalho como o maior valor da vida em sociedade, o elemento máximo de uma vida civilizada. Nos sertões nordestinos, os campos de concentração, tanto de 1915 como posteriormente de 1932, estiveram também mergulhados nesses contextos de civilização e progresso. O sertanejo, com

---

<sup>233</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.112.

<sup>234</sup> Idem, p.126.

<sup>235</sup> Folha de São Paulo, “Brasil teve campos de concentração em 1942”. São Paulo, 08 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43301.shtml> . Acessado em: 08 de agosto de 2014.

<sup>236</sup> GRANDELLE, Renato. O Globo, “Pará teve campo de concentração durante Segunda Guerra Mundial. Instalações receberam colaboradores do Eixo e imigrantes perseguidos pela população.” Rio de Janeiro, 08.02.2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/para-teve-campo-de-concentracao-durante-segunda-guerra-mundial-11542135#ixzz34tlwVOxf>. Acessado em 04 de agosto de 2014.

<sup>237</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo. Brasiliense, 1986, p.69.

o seu modelo de vida “atrasado” deveria se enquadrar nas novas perspectivas de avanço tecnológico sobre a natureza.

No que tange os horrores da seca, era necessário que o incomodo do flagelo não chegasse a capital Fortaleza, por isso, os campos de concentração foram justificados da mesma forma que as casas de correção e as colônias penais, por que nos *campos* os sertanejos poderiam obter trabalho, mas nunca viver na ociosidade, na vadiagem, típicos de quem não optava pelo mundo do trabalho.

Na construção das obras públicas utilizou-se, principalmente, a mão de obra dos sertanejos em tempos de crise, um tipo de trabalho totalmente afastado da realidade dos sertões. Ou seja, um modelo de trabalho inteiramente diferente da lida diária da terra. O campo de concentração acabou por afastar os sertanejos dos centros urbanos e por impor uma moralidade à vida dos sertões, moralidade do trabalho, da higiene, da ordem, da disciplina, que se encaixavam muito nos modelos prisionais urbanos ou agrários aqui expostos no tópico anterior.

Essa análise comparativa dentro da história da formação da sociedade brasileira, foi exposta na tentativa de se entender que os campos de concentração não surgem sem um contexto que os preceda. Pelo contrário estiveram imersos em uma lógica de moralidade da vida da população mais pobre que vem desde o período, mais preciso, do Império. Sendo assim, as colônias penais, as casas de correção, e os campos de concentração de 1915 e 1932 fizeram parte de contextos históricos dos quais a elite política necessitava colocar “ordem” no país, em nome do avanço tecnológico, da ciência e do progresso nacional. Justificavam-se, desta forma, quaisquer medidas necessárias para que isso fosse posto em prática. O discurso científico foi um meio de reafirmar a separação entre elite dominante (detentora do conhecimento, por isso, capaz de pensar, agir e organizar a sociedade rumo ao progresso) e o povo (inculto, ignorante, que necessita ser tutelado).<sup>238</sup>

Para isso no próximo tópico se mostrará como o discurso em nome do trabalho permeou toda a Inspetoria de obras nas respectivas secas de 1915 e 1932, como forma de esclarecer que as medidas de controle sobre os sertanejos em conjunto com os campos de concentração foram pautados pelo trabalho nas obras públicas, porque não só houve um controle da higienização, mas também um modelo novo de trabalho deveria ser imposto na vida dos sertões.

### **3.4 A moral do trabalho nos discursos das Inspetorias:**

*Nenhuma ordem dos discursos é de fato separável da ordem dos livros que lhe é contemporânea (CHARTIER, Roger, p.47).*

A frase do autor Roger Chartier que abre este tópico elucida que, para o entendimento da formação de uma sociedade, a análise do discurso é fundamental. No caso deste trabalho, os discursos das Inspetorias não podem ser separados de seus contextos sociais preexistentes, assim como os livros e a imprensa foram indispensáveis para formação das sociedades como um todo. As ideias descritas nos relatórios e na imprensa das secas de 1915 e 1932 legitimaram uma noção do que eram os sertões e do que era sertanejo que, de certa forma, paira até os dias atuais sobre o imaginário de toda sociedade brasileira.

---

<sup>238</sup>Ideia retirada de PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 9-64.

A história do pensamento das elites da República, neste caso dos engenheiros da IOCS e da IFOCS é fundamental para se entender as medidas de controle sobre a vida dos sertanejos. A ideia de trabalho como forma de moralizar a vida dos sertões esteve em pauta em todos os discursos das Inspetorias, da elite letrada e da imprensa. Nesse sentido, os campos de concentração estavam atrelados às obras públicas, porque os sertanejos mereceriam trabalho e nunca a esmola, o que eles desejavam era trabalho para não esmorecer.

No entanto, tal discurso não aparece aleatoriamente com a criação da IOCS, pelo contrário, era uma medida que passou a ser instituída na seca de 1877, ocupar os sertanejos nas obras. No Ceará, o exemplo clássico foi à formação desses trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Baturité. Tratar deste tema especificamente não é o intuito deste trabalho, mesmo porque poderíamos cair na armadilha histórica de um contexto ainda escravocrata em transição para o trabalho livre, que tinha no trabalhador sertanejo uma possibilidade de mão de obra, também, a ser explorada. Contudo, se faz necessário relembrar esse contexto para que se possam analisar os discursos posteriores da IOCS que vieram embebidos deste mesmo pensamento. De acordo Wendell Guedes da Silva:

A reorganização do trabalho se pautava na educação dos trabalhadores a fim de torná-los disciplinados e para que pudessem se adaptar rapidamente ao trabalho que executariam, assim, o controle que os proprietários tinham sobre seus escravos era o que se pretendia manter, de forma mascarada,<sup>239</sup> sobre os trabalhadores livres.

Deste modo, após as incursões das comissões imperiais de 1877 e de 1904 e as missões científicas da IOCS de 1912, se tornou necessário à realização de obras públicas para atenuar os efeitos da seca, para isso era fundamental que se organizasse trabalho para os sertanejos. O intuito era moralização da vida dos sertões, por dois aspectos: um para que o sertanejo não se acostumasse mais a se retirar em massa para a capital, desorganizando-se e amontoando-se nas cidades; segundo porque a seca fazia com que o povo se ‘acostumasse’ “a ser alimentado sem a educação do trabalho, ao passo que isso se torna vício e o leva a continuar a solicitar esmolas mesmo em tempos não tão desafortunados.”<sup>240</sup>

No ofício de 30 de agosto de 1878 um Comissário mostrava que havia nos abarracamentos de um dos distritos 473 sertanejos abarracados e que estes eram destinados ao prolongamento da E.F.B. Em ofícios referentes às secas de 1877, nos distritos onde havia abarracamentos, os comissários responsáveis pediam trabalho para encaminhamento dos sertanejos. No ofício de 13 de dezembro de 1877 reclamava-se que havia crescido o número de retirantes do 3º distrito pedindo serviço, “e não podendo contê-los mais, pelas constantes promessas feitas aos mesmos, de se lhes arranjar logo serviços, sem que até agora tenha sido possível pela falta de dinheiro e gêneros.”<sup>241</sup>

O discurso estava atrelado à solução de dar trabalho às multidões que invadiam Fortaleza, ocupando seu tempo contra o ócio que impregnava a vida dos sertões em períodos de seca. No entanto, apesar do discurso ser proferido pelo governo Imperial se recorria à caridade particular com demasiada frequência e era ela a grande formadora de opinião nesse contexto. O sertanejo era tido como homem preguiçoso e acostumado à esmola em períodos

<sup>239</sup>SILVA, Wendell Guedes da. *A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013, p.51.

<sup>240</sup>Idem, p.32.

<sup>241</sup>BRASIL. Oficio encaminhado ao presidente da província de Fortaleza pelo encarregado do 3º Distrito, Conselheiro João José Ferreira de Aguiar. Fortaleza, 13 de dezembro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

de estiagem e só o trabalho poderia tirá-lo de tal estado de prostração configurada na vida dos pobres “indigentes”.

Um exemplo de tal discurso encontra-se em um abaixo assinado enviado ao presidente da província do Ceará, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, assinado por três particulares que queriam prestar serviços “à crise atual”, auxiliando o governo. Na carta pediam que fossem doados contos de reis para雇用 nos serviços da construção da Capela São Benedito, os emigrantes pobres, de preferência os mais desvalidos e afamilhados, com contenção de despesas e vigilância nos trabalhos; tal comissão de serviços da capela seria inspecionada pelos assinantes da carta. Justificavam tal proposta dizendo que “resultava não só a vantagem de socorrer os pobres miseráveis com a esmola e com o trabalho que lhes vedará a preguiça, mãe dos vícios e dos crimes.”<sup>242</sup>

No entanto, a realidade da vida dos sertões era outra, principalmente, no século XIX. E.P. Thompson entende que para o camponês (inglês), no caso da análise do seu trabalho, a orientação pelas tarefas é comum e parecia “haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”.”<sup>243</sup> Em certo sentido, o sertanejo se assemelhava com esse camponês, ele tinha certa autonomia no seu modelo de vida e que, muitas vezes, se misturava com o seu próprio trabalho. Apesar de, frequentemente, ser dependente de um fazendeiro, essa relação se dava de maneira recíproca, mesmo que desigual, fazendo com o que sertanejo fosse livre.

É nesse sentido que, com a entrada cada vez maior da modernidade (na perspectiva do capitalismo) se tentou disciplinar o modo de trabalho desses sertanejos nas construções de obras públicas em períodos de seca. Não era o emprego em si que era “um mal”, mas sim a rigorosa disciplina que tentará enquadrar o sertanejo em novas maneiras de pensar e agir no mundo do trabalho.

O discurso que chegava com vigor e um tom muito mais áspero no século XX, pode ser exemplificado na fala do Dr. Francisco de Paula Rodrigues, médico cearense, nascido em Sobral, presidente do Centro Cearense em 1903 que também chegou a ser presidente da Assembleia Legislativa do Ceará em 1925. Na mensagem proferida como presidente do Centro Cearense, Francisco Rodrigues debatia a questão das secas no Ceará e mostrava um plano de solução para o governo, que basicamente encarava como principal problema do semiárido a falta de trabalho para os sertanejos que gerava o mal do ócio e o mal das migrações:

Os trabalhos de efeitos imediatos serão, como ficou dito: 1.º Prolongamento das duas estradas de ferro federais, sendo que há, no Ministério da Viação, uma proposta relativa à de Camocim, na razão de trinta contos por quilometro. Estas empresas darão ocupação a milhares de indivíduos de todas as condições – homens, mulheres, crianças e mesmo inválidos(....)Convém observar que o prolongamento das duas estradas de ferro terá logo compensação, porque, sendo o valor do arrendamento relativo à renda bruta do tráfego, ela aumentará à proporção que forem as estradas prolongadas. Os meios indicados tendem todos a evitar que se empregue o socorro do Governo Federal em esmolas, que acoroçoam a indolência, ou que se despensem somas enormes com a emigração e despovoamento do Estado, como aconteceu em crises anteriores. Não é preciso encarecer a vantagem de manter em ocupação reprodutiva os milhares de infelizes, que abandonam o sertão, fazendo com que eles, em vez de convergirem para a capital ou para os dois portos mais importantes de Aracati e Camocim,

<sup>242</sup>BRASIL. Ofício contendo abaixo assinado enviado ao presidente da província do Ceará, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa. Fortaleza, 08 de outubro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

<sup>243</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998, p.271.

sejam concentrados em vários pontos do interior, onde houver trabalho, e aí aguardem a volta das estações normais. Neste particular as duas estradas de ferro, avançando para o interior, progressivamente, serão incomparável auxílio.<sup>244</sup>

A ocupação “*de indivíduos de todas as condições – homens, mulheres, crianças e mesmos inválidos*” serviria para evitar a esmola do Governo que “*acoroçoam a indolência*” e evitam as despesas com as migrações. Tal medida daria a “ocupação produtiva” aos milhares de infelizes e os concentraria no interior onde houvesse trabalho, e seria um incomparável auxílio, terminaria sua fala o Dr. Paulo Rodrigues. Assim o discurso do trabalho pautava-se na ocupação dos braços ociosos, começava-se uma saga por construções imediatas, muitas vezes, sem planejamento prévio, para que os sertanejos evitassem “invadir” a capital. E é a partir e então que os campos de concentração serão implementados.

Em 1915, com a IOCS se organizando, esse discurso do moderno e do trabalho como forma de ocupação ao sertanejo se tornará ainda mais concreto. Vale mencionar que apesar do governo do Ceará estar à frente de tais medidas, em conjunto com o apoio da IOCS, ainda se recorrerá, mais uma vez, à caridade particular.

De acordo com Frederico de Castro Neves, doações eram recebidas tantos das próprias elites do Ceará quando do sudeste, em especial do Rio de Janeiro. Havia o “Circo Flor da Praça”, o “Comitê Central Pro-Flagelados”, associações comerciais, irmandades religiosas, todos com objetivo de arrecadar dinheiro para a seca de 1915. O autor ressalta que tal caridade acabava por naturalizar a pobreza e, deste modo, reafirmava “princípios de manutenção da ordem política tradicional e, ao mesmo tempo, a despolitização do empobrecimento por meio da privatização da assistência social e/ou sua vinculação aos valores cristãos defendidos pela Igreja Católica.”<sup>245</sup>

Mas neste caso específico o discurso da IOCS não deixava de estar voltado ao trabalho nas obras, e o discurso de apoio da assistência particular também esteve nesse mesmo vício. Lara Ferreira ressalta que, neste momento, ocorre uma mudança de postura em relação ao sertanejo, “de “mendigos a trabalhadores”: a caridade agora começava a estar condicionada à ocupação, refletindo a preocupação com a ordem e com o ócio.”<sup>246</sup> Aarão Reis falava exatamente dessa postura em seu relatório de 1915:

(...) peço licença para insistir na conveniência de estimular, quanto possível, a iniciativa particular para que venha em auxílio dos esforços da União em proporcionar, por todos os recantos da região árida, trabalho ao sertanejo e aos seus, que os prenda à terra e lhes vá, ao mesmo tempo, proporcionando meios de luta, cada vez menos árdua, contra essas calamidades periódicas(...)<sup>247</sup>

<sup>244</sup> RODRIGUES, Francisco de Paula. Centro Cearense. A Seca no Ceará. Representação dirigida ao Sr. Presidente da Republica pelo Centro Cearense, em 6 de julho de 1903. Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1903, p.11 e p.12.

<sup>245</sup> NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915) Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 115-133, janeiro-junho de 2014, p.117.

<sup>246</sup> FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.57.

<sup>247</sup> REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra Pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Secas, 3 de setembro de 1915 a 31 de maio de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1920, p.20 e p.21.

. Continuava a ser prioridade, portanto, o trabalho nas obras para evitar as retiradas, para prover “meios de luta” aos sertanejos, esse era o discurso principal de todo o Ceará. No relatório de Tavares de Lyra, no ano de 1915, relatava a construção do açude “Salão” dizendo:

Em 1915 a Inspetoria de Obras Contra as Secas, por ofício n.108, de 29 de maio, propôs a este Ministério a continuação das obras do açude “Salão”, como uma das medidas destinadas a atenuar os efeitos da seca então declarada e impedir o êxodo das populações flageladas, conservando-as, tanto quanto possível dentro do próprio Estado natal, ao abrigo, ao menos, da miséria decorrente da deficiência de água indispensável à cultura e à criação.<sup>248</sup>

Ocupar os braços, manter os sertanejos em suas localidades, recriminar o ócio, estimular o trabalho, foram às maneiras pelas quais a IOCS conseguiu conter, em certa medida, o flagelo na capital Fortaleza.

Aarão Reis, em seu relatório de 1915 a 1918, afirmava que a construção de açudes, de estradas de rodagem, eram trabalhos que exigiam a importação e o transporte de pesados e caros materiais e, por isso, poderiam “ocupar muitos braços, se realizados com relativa rapidez e determinar pronta eficiência.”<sup>249</sup> Nesse período cabia então obras que fossem realizadas de maneira rápida e que ocupasse o maior número de braços. Atenta-se ao fato de que, prontamente, se vinha empregando a tentativa de um modelo capitalista de trabalho no país que se pretendia cada vez mais moderno rumo ao progresso, aquele modelo influenciado pelas ideias inglesas no primeiro momento e norte-americanas em um segundo, percebe-se que os discursos estavam atrelados a tais posturas que chegaram ao Brasil e aos sertões com as obras públicas de combate à seca.

Thompson descreveu que no século XVII, o tempo de trabalho passou a se transformar em dinheiro, os fazendeiros da época costumavam, na verdade, calcular a renda pelos dias de trabalho, no entanto, com a ideia moderna de trabalho, o tempo passou a se tornar lucro, logo, a contradição residia em qual era tempo do trabalho para o empregador, e qual era o tempo do trabalho para o empregado. A valorização se dava não mais pela tarefa executada, mas sim pelo tempo gasto para exercê-la. Quando nos relatórios a Inspetoria passou a chamar o sertanejo de operário, ela passou a entender e aplicar um padrão diferente de ritmo e de trabalho aos sertões, no entanto, o sertanejo acabou por resistir as tais medidas. Os discursos de 1915 mostram que o “operário” não tinha condições físicas de exercer aquele tipo de disciplina de trabalho e acabava por “render menos” do que era esperado pela IOCS e pelo Ministério da Viação. Os sertanejos, não tinham condições não apenas pelo estado físico, obviamente, causado pela fome e pela miséria, mas também pelo próprio modelo de trabalho imposto. Nas Obras Novas, Aarão relatava:

(...)o operário, debilitado, física e moralmente, pelas privações de toda a ordem oriundas da seca, que motivou a execução das “obras novas” no nordeste, só poderia apresentar rendimento mínimo de trabalho(...)no período da grande seca de 1915, em que houve, por parte do Governo, não só

---

<sup>248</sup> LYRA, Augusto Tavares de. Relatório I do ano de 1915, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p.209.

<sup>249</sup> REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra Pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Secas, 3 de setembro de 1915 a 31 de maio de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1920, p.11.

a preocupação de fazer obra útil, como a de prestar assistência de algum modo caridosa aos flagelados.<sup>250</sup>

Rodolfo Teófilo dizia que era melhor o furto do que a esmola, porque era necessário que o sertanejo não se acostumasse com a caridade, mas sim trabalhasse para ganhar o seu próprio pão. Aarão Reis, em relatório de 1913, quando era membro da IOCS, antes de se tomar a frente da Comissão de Obras Novas, assinalava:

(...) da disseminação e natural indolência da população valida desta zona, onde rareia o trabalhador, sem hábitos de trabalho regular – da deficiência de profissionais que além à competência técnica o tino administrativo, sem o qual os trabalhos se anarquizam e encarecem sempre.<sup>251</sup>

Essa “natural indolência” do sertanejo, sem hábitos de “trabalho regular”, anarquizavam as obras, de certo que, na realidade, o sertanejo tinha como costume aquilo que Thompson chama de “controle de sua vida produtiva”<sup>252</sup>, ou seja, o padrão de trabalho dos sertões poderiam intercalar hora de intenso trabalho, com horas de ociosidade, e isso não significava que os sertanejos não tivesse disciplina e nem muito menos que não tivesse hábitos de trabalho regular. Thompson analisa que:

Toda economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocação de papéis e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos.<sup>253</sup>

No entanto, a situação das obras era totalmente desumana. Dentre elas pode-se destacar, mais uma vez, a construção dos prolongamentos da E.F.B que se deram ao longo de todo o século XX. Em 1915, o jornal *A Lucta*<sup>254</sup> denunciava a greve ocorrida na obra que, neste período, ainda estava sob a égide da companhia inglesa *South American*. É válido relembrar que neste mesmo ano, após diversas pressões da imprensa e da própria elite local, a RVC passou a esfera do governo federal, tema tratado no primeiro capítulo. Contudo, tal denuncia mostrava a situação em que passavam os sertanejos dizendo que a Companhia aumentava dia a dia o preço das passagens e a taxa das cargas embarcadas, ao mesmo tempo em que reduziam os vencimentos e aumentavam o trabalho do operariado, além de terem um material rodante jogado as ruínas. Aconteciam, por isso, vários desastres que colocavam a vida dos sertanejos em perigo e atrasavam os horários dos trens. Devido a tal conjuntura, os maquinistas da estrada de ferro vinham sofrendo cortes nos seus salários e foram reduzidos seus dias de trabalho. Por isso, dizia o jornal, que na última sexta-feira de abril o tráfego foi interrompido pela greve dos maquinistas, que resultou danos ao comércio. Acusavam, portanto, que a Companhia inglesa abusava da generosidade do povo e que quando a população se rebelasse os ingleses teriam que sair em retirada rápida, para não sofrerem danos.

<sup>250</sup>Idem, p.126.

<sup>251</sup>BRASIL. Relatório da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas, Inspetoria de Obras Contra as Secas, 1913, p 39.

<sup>252</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998, p..282.

<sup>253</sup>Idem, p.272.

<sup>254</sup>Jornal *A Lucta*. *A greve na E.deF.* Sobral: Anoo 1, 14 de abril de 1915.

Tal fato atesta duas questões norteadoras da imposição e da disciplina dos trabalhos nas obras: primeiramente, a própria condição da Ferrovia que o jornal denunciou em todo o ano de 1915, não só nessa reportagem, pois, era sabido que não só o material não se encontrava em boas condições, como a higienização das obras que levou a morte de milhares de trabalhadores; segundo, os sertanejos não foram apáticos à situação. Neste caso referido pela reportagem, a paralisação foi feita pelos maquinistas, devido aos pagamentos atrasados, a desordem da própria ferrovia e as condições de trabalho. Não se entrará mais uma vez nessa contenda, mas o sertanejo passou a entender que motins, saques, paralisações eram necessários para a reivindicação de seus direitos. Incluindo também que seus pressupostos morais estavam sendo minados, e essa quebra de tradições fazia com que o sertanejo também se rebelasse.

Thompson, novamente, pode contribuir para essa situação. Segundo o autor, os ritmos anteriores irregulares de trabalho ajudavam a compreender a severidade das doutrinas mercantilistas quanto à necessidade de manter os salários baixos para prevenir o ócio, mesmo que, após o século XVIII, houvesse passado a ter salários “normais” dentro das condições do capitalismo. No entanto, no caso dos sertões cearenses a Companhia inglesa via no sertanejo uma mão de obra vulnerável que poderia ser explorada. Para tanto, justificava-se tal medida em nome da ordem e contra o ócio, pregados não só pela Companhia, como, e principalmente, pela própria elite brasileira local e pelos próprios engenheiros do país. A ideia de que o trabalho dignificava o homem era um discurso vindo, sobretudo, no pós-abolição, se a população não tinha hábitos para o trabalho, se era “preguiçosa” só poderia receber a pobreza como recompensa e resposta aos seus costumes. Era necessário o trabalho para acumulação de riqueza e ascensão social.

Em 1932, algumas questões em relação ao discurso do trabalho mudam e outras permanecem. O autor Frederico de Castro Neves afirma que “o trabalho nesse momento passa a ser visto com “aspectos pedagógicos”, como um antídoto à criminalidade e à mobilização indesejada”, o que se pretendia “era manter o trabalhador em atividade física árdua, na qual novos saberes técnicos são incorporados.”<sup>255</sup> Nesse sentido, que o discurso do trabalho estava adequado neste momento a total disciplina, por isso, os campos de concentração estiveram, mais uma vez, atrelados as obras.

Um caso que exemplifica o discurso do trabalho em favor de uma vida digna está referido em todo o relatório do engenheiro Luiz Vieira de 1931-1932, principalmente, nesse trecho emblemático em que ele referia-se a admissão de mulheres e crianças nas obras, justificando que isso se dava porque muitas dessas mulheres eram as provedoras de seus lares, e em relação às crianças porque muitas eram órfãs e precisavam de trabalho para cuidar dos seus irmãos. O inspetor chegou mesmo a dizer que os homens permaneciam na ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres preferiam se alistar nas obras:

Ao serem encaminhadas levas numerosas do campo de concentração de Buriti para construção do açude de Lima Campos, os chefes de família, em meio à viagem volviam a ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres, viúvas de novo gênero, se alistavam nas obras onde recebiam as diárias indispensáveis a família, em troca de um concurso limitadíssimo. Tive ocasião de constatar a existência de mais de 300 mulheres, nessas condições, no Lima Campos, em fins de 1932. Como esse, vários exemplos houve. Muitas vezes, em lugar de mulheres abandonadas e viúvas, eram responsáveis pela família, crianças de 10,12 e 15 anos, que de um momento para o outro, perdidos pai e mãe, tinham que buscar com o suor do rosto o

<sup>255</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará. Tese de doutoramento, Niterói, UFF, 1998 p.150.

sustento de seus irmãos. Outras vezes, famílias de 8, 10 e mais pessoas tinham como amparo único o chefe cujo a diária de 2\$500 era evidentemente insuficiente as exigências da alimentação. O aspecto humanitário do caso influi, como se pode imaginar, poderosamente na admissão de menores nas residências de construção.<sup>256</sup>

Para que a disciplina e a ordem fossem postas em práticas admitiram-se, então, mulheres e crianças nas obras, eram eles que com o “suor do rosto” davam o sustento a sua família, trabalhavam, mas “nunca” esmolavam. O discurso do trabalho era tão incisivo que se dizia humanitário por tal admissão, porque era por meio do trabalho que eles conseguiam prover seus familiares. No relatório acima se relatava mesmo que famílias enormes tinham uma verba diária que não era suficiente nem para a alimentação, por isso as crianças iam trabalhar para prover o que faltava ao seu lar.

Nesse aspecto pode-se seguir pela mesma linha de pensamento que Thompson utilizou para entender as pressões externas que impulsionaram a disciplina no mundo industrial inglês puritano. O autor reflete até que ponto essa disciplina foi imposta ou assumida. Thompson explica que não poderia se afirmar que a crítica ao ócio era algo novo naquele contexto, contudo havia, de fato, um “tom de insistência, uma inflexão mais firme, quando esses moralistas que já tinham aceito a nova disciplina para si mesmos passaram a impô-la aos trabalhadores.”<sup>257</sup> Nesse sentido, pode-se fazer a mesma analogia, sem cair em anacronismos, no mundo do trabalho dos sertões, principalmente de 1932, quando os engenheiros e intelectuais da época aceitaram a luta contra o ócio e o trabalho como o único e verdadeiro meio de se conseguir o que lhe era de merecimento para si mesmos, passaram a impor nos sertões essa mesma disciplina e modos de entender o trabalho. Essa disciplina, que foi adentrando o mundo do trabalho no Brasil ao longo dos séculos, se tornou mais rigorosa com Getúlio Vargas no poder, tendo como aliada toda a intelectualidade que acreditava nesse discurso e passava a aplicá-lo, sobretudo, para os trabalhadores.

Por isso, a reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de 1930, não teve um tom diferente:

Desde que começaram os primeiros sinais de seca, que não enganam os sertanejos, o povo heroico e sofredor pediu a assistência, a que tem direito, por parte dos poderes constituídos. Pediu trabalho. Trabalho e não esmolas. O trabalho que redime, que provê e nobilita. E o trabalho não lhe foi dado. O apelo dos humildes não teve eco. Nem sequer uma palavra de esperança lhe deram.<sup>258</sup>

A reportagem afirmava que o povo heroico queria trabalho e nunca esmola, o trabalho que *redime, que provê e nobilita*, o mesmo discurso que em 1915 fizeram empregar milhares de sertanejos nas obras, mas agora o trabalho era forma disciplinadora, exigência de um contexto em que Vargas fazia do homem brasileiro o verdadeiro operário nacional, que com a sua honestidade poderia realizar o progresso do país, sua modernidade, sua autonomia frente ao mundo civilizado.

---

<sup>256</sup>VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933. Apresentado ao Ministro José Américo de Almeida, pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.62.

<sup>257</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998, p.295.

<sup>258</sup>Correio da Manhã, *A Seca no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ano XXX- Nº10.979, 5 de outubro de 1930, p.9.

Por isso, a seca passou a ser tratada pelo fator econômico, a ausência de produtividade e de trabalho que resolveriam os problemas sociais. Na Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 1953 pelo ministro José Américo de Almeida houve um dado novo que norteou os seus discursos em relação ao trabalhador sertanejo, agora eles passariam a ser categorizados como os “sem trabalho”. Américo de Almeida dizia:

Do aproveitamento dos sem trabalho das secas, nesse triênio tormentoso, resultou um aumento da capacidade dos açudes públicos concluídos até 1932, ou dependentes de próxima conclusão, que representa mais do dobro dos construídos até 1930.<sup>259</sup>

No *Correio da Manhã*, uma reportagem de 1932 faz menção aos *campos de concentração* como aglutinadores de operários para as obras, tratando o sertanejo dentro dessa nova categoria dos “sem trabalho”:

Os campos de concentração já chegaram a admitir 74.000 presos, número que vem sendo reduzido, ultimamente, em vista da distribuição dos validos pelo centro de trabalho. Constroem-se em Fortaleza em diversas cidades do Interior, prédios para Correios e Telégrafos, como meio também de aproveitar os “sem-trabalho” da seca.<sup>260</sup>

Nesse sentido, Frederico Neves explica que essa foi à mudança principal de 1932, apareciam nos discursos do ministro Américo de Almeida os “sem-trabalho” como o verdadeiro problema dos sertões. Nos jornais saía de cena o flagelado para entrar os “sem-trabalho”. Os jornais acabavam por categorizar o sertanejo ou como operário ou “sem-trabalho”, correlacionando a seca diretamente à ausência ou presença de trabalho nas obras. Logo, mais uma vez, como acontecia nas secas anteriores era o fato dos sertanejos estarem sem trabalho a maior questão a ser resolvida com as secas e não a própria seca em si. Por isso, os sertanejos acabavam por serem submetidos a diversos tipos de trabalho, muitas vezes, para “aproveitar” sua mão de obra. Nesse aspecto, Neves explica que o governo acabou criando “vagas artificiais de trabalho” para ocupar os braços sertanejos. O relatório do engenheiro Luiz Vieira deixou clara essa postura, quando diz que foi necessário deixar de lado a construção em etapas para “agilizar” as obras, empregando a mão de obra abundante:

A preconizada construção por etapas ou construção progressiva foiposta de lado em presença da abundância de mão de obra, consequência da seca e tendo em vista as vantagens da concentração de esforços em torno de um objetivo único, de maneira a evitar a repetição nociva de obras dispersivas.<sup>261</sup>

No mesmo relatório o engenheiro relatava a falta de planejamento das construções, atestando a hipótese da formação de vagas artificiais nas obras. Os trabalhos eram realizados a

---

<sup>259</sup> ALMEIDA, José Américo de. As secas do Nordeste (Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10-11-1953- Debates e Repercussão). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953, p.3.

<sup>260</sup> Correio da Manhã, *Socorros aos flagelados. Uma nota do Ministério da Viação*. Rio de Janeiro: Ano XXXII – Nº 11577, 4 de setembro de 1932, p.5.

<sup>261</sup> VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933. Apresentado ao Ministro José Américo de Almeida, pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas Ceará- Fortaleza -1934 (VOL I), p.31.

esmo, sem planejamento, com intuito de ocupar a mão de obra contra a criminalidade, o banditismo e o ócio:

Sirva essa sinceridade de defesa às faltas que o ambiente, a ocasião e a deficiência completa de projetos e detalhes sem os quais o vulto de obras que entoava se esboçavam não poderia desenvolver-se com segurança.<sup>262</sup>

No Boletim da IFOCS de 1934 havia um relato sobre a assistência dada na seca de 1932, mostrava bem essa conjuntura de caos que se tornaram as obras e a ânsia de manter o sertanejo em trabalho árduo, na tentativa de desmobilizá-los para que não se rebelassem. Tal quadro só ratificou a ineficiência de tal medida mediante a seca:

A afluência de famintos desnorteava; não havia improvisação capaz de atender à avalanche humana que se precipitava para os lugares onde se iniciava uma obra ou se supunha iniciar. No açude Lima Campos, por exemplo, ao chegar ao local o pessoal encarregado da construção (abril 13-932) já lá aguardavam socorros mais de 3.000 pessoas. Esse número aumentou bruscamente atingindo em outubro do mesmo ano a soma vertiginosa de 75.000 almas. Improvisar trabalho, higiene, polícia, etc., para essa população maior que a de muitas capitais de estado era praticamente impossível com os recursos materiais de que então dispunha a Inspetoria. Havia falta de tudo: falta de ferramenta até das mais rudimentares, falta de pessoal técnico suficiente, falta de projetos, falta de transporte, falta de material de construção e por ultimo, falta d'água.<sup>263</sup>

Apesar do mesmo Boletim apontar, em outro trecho, que a IFOCS conseguiu conter a dita “desordem”, sabe-se que devido *improvisação dos trabalhos, da falta higienização*, palavras do próprio Boletim, a falta de tudo, incluindo, principalmente de projetos, fez com que milhares de sertanejos se rebelassem e outros não conseguissem resistir à imposição do trabalho, a falta de comidas, de higienização nas obras, a sede, e acabaram falecendo. A IFOCS não conseguiu manter a sonhada ordem em meio ao “caos”.

Outra característica diferente dos discursos anteriores é que no período Vargas os trabalhadores eram dotados de força e impulso de brasiliade. No Boletim da Inspetoria de 1934 dizia:

Que se poderia esperar de um operariado que estava sendo perseguido atrozmente pelo cortejo lúgubre da fome, das mazelas, das epidemias que lhe vinham minando a vida, diminuindo-lhe a resistência – arrancando-lhe a alegria, matando-lhe o estímulo para a luta, para o trabalho? Causa alguma. Entretanto, meus senhores, esse operariado, mesmo no estado que acabo de descrever, trabalhou; esse operariado, mesmo assim, produziu.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup>Idem., p.43.

<sup>263</sup>BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num.4 Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934, p.177.

<sup>264</sup>BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil. Publicação Mensal, Vol 1, Num 2. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra, Janeiro de 1934, p.90.

Aqui o trabalhador da seca de 1932 não é o mesmo daquele de 1915, que por não saber trabalhar “anarquizava” as obras. O trabalhador de 1932, *apesar de perseguido atrozmente pelo cortejo lúgubre da fome*, conseguia produzir. O bom trabalhador brasileiro honrava seu trabalho, mesmo estando em péssimas condições de exercê-lo. O discurso valia-se agora na valorização do trabalho manual, o ato de “trabalhar com as próprias mãos” como elemento de mobilidade e ascensão social, que significava ganhar o atributo de honestidade, “pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno dentro do novo Estado nacional.”<sup>265</sup>

Apesar dos discursos continuarem contrários às aglomerações em torno das obras sendo, muito vezes, enfáticos em relação a isso, criticando que mal a seca iniciava-se o sertanejo já se concentrava em torno das obras, ou mesmo se aglomerava nas cidades, desequilibrando a ordem e moral, o trabalhador do período Vargas era dotado de interesse e capacidade. No mesmo Boletim Inspetorial de 1934 salientava tal hipótese, quando relatou a relação dos sertanejos com o Ministro da Viação dizendo que eles eram gratos a verba enviada:

(...) manifestando uma energia quase miraculosa, reafirmando, pujantemente, a ria fibra do nordestino cheio de estoicismo e sublime de resignação, ele regou, com o seu suor, as inúmeras obras que, hoje, vemos por toda a parte, iniciadas umas, em franco prosseguimento outras.<sup>266</sup>

O Boletim, então, elogiava a fibra do nordestino que *regou, com seu suor, as inúmeras obras*. Nesse aspecto, portanto, que os trabalhadores do governo varguista precisavam ser educados, era dever do Estado que o povo se desenvolvesse, progredisse, e era por isso que, segundo Angela de Castro Gomes, nos discursos dessa época o trabalhador não era mais visto como “preguiço”, mas sim dotado de ânimo e vontade de exercer seu ofício. Logo, “o homem brasileiro passava a ser glorificado, em sua força e energia, conquistando a terra bruta e primitiva – no caso do trabalhador rural – ou, construindo a grandeza industrial do Brasil- no caso do proletariado urbano”<sup>267</sup>

Por fim, a reflexão de toda análise desse capítulo deve estar refletida no pressuposto principal de que o país, ao longo de sua trajetória, não conseguiu organizar o espaço social sem excluir as camadas mais pobres desse processo. Os índios, os negros, os escravos, posteriormente os negros livres, os sertanejos com modelos tradicionais de vida, acabavam por atravancar o processo de modernização do país, principalmente, no que tange o mundo do trabalho. Era necessário ao longo dos séculos que o trabalho fosse dignificado, e que essas camadas sociais se enquadrasssem no modelo de trabalho produtivo, moderno, capitalista, o mesmo que Thompson ressalta em seus estudos, a aversão a não-produtividade. Mas não havia emprego para todos, e as elites viam que essa população reivindicava cada vez mais seu espaço na sociedade.

Para justificar tal desorganização era necessário impor um discurso que via nessas camadas populacionais pessoas que se recusavam a ingressar no mundo do trabalho e preferiam o crime, o ócio, a mendicância como opção de vida. Na verdade havia o medo de revoltas e era necessário criminalizar essa pobreza, que era o oposto de civilidade, ordem e disciplina tão queridas pelo Brasil, primeiramente, no período imperial e, posteriormente, no Brasil republicano.

<sup>265</sup>GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3<sup>a</sup>Ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p.22.

<sup>266</sup>BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil. Publicação Mensal, Vol 1, Num 2. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezzerra, Janeiro de 1934, p.90.

<sup>267</sup>GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3<sup>a</sup>Ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 222.

Por isso, tanto na seca de 1915 quanto na de 1932 o discurso do combate à vagabundagem e ao ócio foi tão utilizado, por que todo honesto cidadão trabalhava para ganhar seu sustento, porque “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente “passe o tempo””<sup>268</sup>.

Mesmo que em 1915 o trabalho não fosse visto como o aspecto em si e em 1932 ele tenha tornado-se, de fato, um fator educativo, pedagógico, nos dois momentos ele foi utilizado para ocupar a mão de obra sertaneja, em combate ao ócio e as revoltas. Para que isso acontecesse e para que os sertanejos não contaminassem a sociedade “sadia”, se utilizou ao longo dos séculos aparatos repressores que eram justificados em nome da moral e dos bons costumes. O trabalho também era um meio de regeneração de uma população tida à margem do sistema, de modo que aprisioná-los e inseri-los no mundo do trabalho poderia ser uma solução aos seus desvios morais de conduta.

---

<sup>268</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998, p.298.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A história que perpassa a criação dos campos de concentração do Ceará revela um país que tentava se modernizar em meio a um projeto de progresso que segregou as camadas mais pobres, impôs modelos de vida, de cultura e de sociedade, a um país completamente heterogêneo em todos esses aspectos. Para que esse modelo de civilidade que primeiro bebeu das fontes europeias como as francesas e inglesas, e depois dos modelos norte-americanos fosse posto em prática foi necessário que uma elite intelectual, política e até mesmo técnica abraçassem essas ideias ou mesmo as interiorizasse.

É nesse sentido, que Wenceslau Braz, Getúlio Vargas, os engenheiros e os jornais da época formaram, nos dois momentos -1915 e, posteriormente, em 1932-, um grupo alinhado na ideia de transformar o país do atraso colonial no país do desenvolvimento industrial, em consonância com o capitalismo moderno. Mesmo que houvesse uma elite agrária dominante em boa parte desse processo, ela não deixou de ter um cunho modernizante, desde que não ferisse seus interesses políticos e econômicos.

O discurso da modernidade que teve uma via ocidentalizante tentou subjugar e subordinar as culturas de todos os povos a sua maneira de entender o que era desenvolvimento. Arturo Escobar ressalta que dessa maneira acabaram por minar as diversidades culturais e separaram o homem da natureza e de sua comunidade. Essa postura foi além de um discurso desenvolvimentista – que formava uma verdade sobre um modelo de viver e viver bem – para se tornar uma prática opressora dos povos ditos ‘desenvolvidos’.

A busca desenfreada do desenvolvimento econômico teve por meta a acumulação de capital, o lucro, o mercado e a satisfação material e individual, que acabou tentando tirar as possibilidades de coletivização e tentou minar culturas tradicionais, em todo o mundo. Por isso, o discurso foi uma arma para que se conseguisse alcançar o tal sonhado progresso. Nos dois contextos, 1915 e 1932, utilizou-se de uma retórica literária, científica, racional, para que as camadas “inferiores” entendessem seu lugar nesse novo país que se pretendia emergir, contra os resquícios de um país colonial e agrário. O discurso tentava mostrar a toda população que as políticas públicas, principalmente, as republicanas estavam protegendo os interesses de todos, em nome da Nação, e eram necessários, para isso, esforços fossem eles econômicos, políticos, sociais, para que o país crescesse.

Thompson explica que “é comum compreendermos que as autoridades produziam um discurso por meio de efeitos simbólicos de que agiam vigilantemente para atender/defender os pobres.”<sup>269</sup> Mas, na realidade tais elites acabaram impondo seus modelos de vida se utilizando da força, da exploração do trabalho, da vigilância, em nome da ordem, da moralidade, da disciplina como meio de regeneração, tudo em “defesa” dos pobres, era uma inclusão social que se passava no cunho imaginário, no campo das ideias, e não no campo prático.

Essa modernidade entendia que a urbanização e o embelezamento das cidades eram a prova viva de um país inserido na conjuntura mundial e industrializante, e as periferias, as cidades interioranas e, consequentemente, os sertões foram tidos como tradicionais, avessos ao avanço do progresso, resistentes a mudanças, em oposição ao litoral moderno. Desta forma, a importância da análise do discurso é fundamental para o entendimento da formação de uma sociedade. A concepção de uma identidade nacional é construída pelo e através dos discursos, principalmente, das elites.

Assim, os sertões do Ceará passaram pelo discurso da modernidade, que desqualificou suas maneiras de pensar e agir e tentou impossibilitar outras formas de ação. Quando se olhou

---

<sup>269</sup>THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. - SP: Companhia das Letras, 1998, p.160.

para os sertões com o olhar do progresso, a intervenção sobre a natureza e depois sobre o homem veio por meio das obras públicas de combate à seca, os açudes, as ferrovias, as rodovias levariam os sertões a modernizar-se e os interligaria a todos as partes do país. O abandono a que a região era imposta, desde o período colonial, não haveria mais e a integração nacional passaria a existir de fato e de direito, com o avanço do progresso e das obras públicas.

O sertanejo, em meio a esse processo foi tido como sujeito avesso as intervenções modernas, que não se adaptava ao trabalho nas obras, ou mesmo, que era tido como o pobre homem relegado a uma natureza dura, mas que mesmo assim, com sua fibra de nordestino, conseguia trabalhar. Entender os modos de construção de uma identidade nacional brasileira é se perguntar, por quem era definida essa identidade social. Quando o discurso de combate ao ócio passou a ser levantado como bandeira de civilidade no país chegou aos sertões nordestinos de maneira impositiva, tecnicista, economicista não considerando os modelos de vida, de cultura, de identidade do povo sertanejo. Frederico de Castro Neves mostrou, em suas análises, que o sertanejo não aceitou passivamente essa imposição, se rebelava, se amotinava, saqueava armazéns, reivindicava a farinha, o alimento, o sustento de cada dia.

Reconhecendo-se, então, que a prática da construção do sentido, segundo aponta Chartier, é um processo de tensão que compõe os afrontamentos entre a dominação simbólica que tenta diminuir e deslegitimar a cultura dita como inferior e a lógica de como se é usado por essa cultura “inferior” o que lhe é imposto, percebe-se que existem estratégicas e as táticas que são assimiladas por essa parcela “dominada” para sobreviver e reinventar a sua própria coerência dentro do sistema imposto pelos “de cima”. E os sertanejos agiram desta forma resignificando seu cotidiano, em meio ao discurso da modernidade e do trabalho nas obras públicas.

Quando os discursos da Inspetoria legitimaram os campos de concentração, por meio da fala de “ajuda” aos pobres flagelados, e de melhor maneira de organizar a distribuição dos socorros pode-se pensar também na “construção do sentido” apontada acima por Chartier. Essa construção está aqui intimamente ligada ao fator do contexto social vigente que levava a criação desses campos de concentração. Ou seja, em um período de crescente modernização e embelezamento das cidades, com grandes vias, comércios, praças, qualquer elemento que tirasse e fosse contra a esse panorama visual (campo simbólico e não só estrutural que a modernidade revelaria) deveria ser afastado, isolado. Não somente os discursos das Inspetorias levaram a cabo a construção dos *campos*, mas também as falas dos governantes dos estados e dos jornais que desejam que os retirantes não “anarquizassem” a cidade, com o cortejo de miséria e epidemias “trazido” pelas secas.

Não seria de se estranhar, mais uma vez, que se deve dar importância à análise de como a Imprensa, segundo Chartier, passou a ser uma “nova espécie de tribuna”, onde tudo é verdade; seria a legitimação da “razão contra as paixões”, “uma nova maneira de exercício do poder”<sup>270</sup>. E nessa perspectiva, as cenas retratadas por diversos jornais fossem eles a “favor” ou “contra” a multidão flagelada acabavam por influenciar as medidas a serem tomadas em relação aos sertanejos em períodos de seca, dentre elas, principalmente, aquelas que viam o sertanejo como avesso a modernidade, adepto a viver e um modelo rudimentar de vida não só economicamente, mas em seus costumes, seria o eterno matuto, retirante, desbravador de terras alheias.

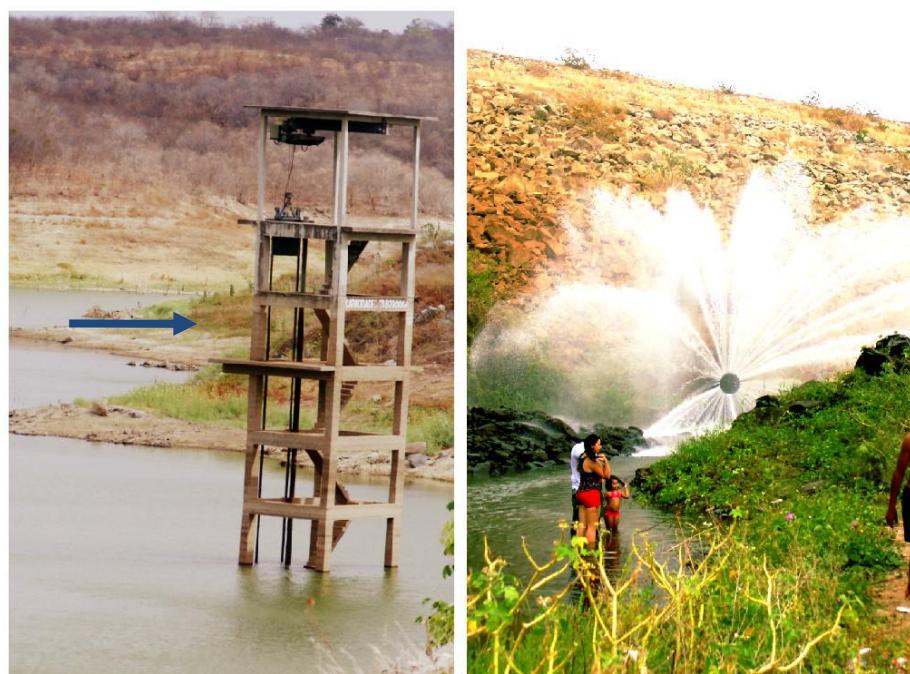
Acrescentado a isso, o fato de que havia ainda as visões deterministas ligadas a um discurso que via a natureza como problema, entendiam os sertões como sinônimo de seca e

<sup>270</sup>CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação; tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio – Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003, p.23 e p.29.

intervieram com políticas públicas que mais foram paliativos contra a seca, do que resolviam seus verdadeiros problemas. O discurso da ausência de chuvas como a maior dificuldade dos sertões, e o estímulo a construções de açudes não resolveram a ausência de água. Até os dias atuais os sertões nordestinos sofrem com a falta de planejamento e manejo correto da água, como mencionado em todo o trabalho. No entanto, a água existe, mas é utilizada pelos grandes proprietários e hoje em dia pelas modernas indústrias do agronegócio.

Um exemplo dessa desordem que é configurada nos sertões pode ser vista, atualmente, na cidade de Senador Pompeu no Ceará, no açude do Patú. Após ter demorado 67 anos para ser construído efetivamente, hoje em dia ele não tem resolvido o problema da população da cidade, o reservatório de água que deveria atendê-los em período de crise está prestes a não ter mais nenhuma reserva. A figura 16 tirada em 2014 mostra a situação da barragem:

**Figura 16- Barragem do açude do Patú em Senador Pompeu**



**Fonte: Imagem registrada na 32ª Caminhada da Seca em Senado Pompeu.  
Senador Pompeu, Ceará, 2014. Acervo do autor.**

A força das águas da barragem chega, aproximadamente, onde indica a seta no concreto da primeira imagem, e cobrem as pedras da segunda foto. Deste modo, os sertões do Ceará passam por mais uma seca, considerada uma das maiores depois da seca da década de 1950, e ainda não tem, na solução do açude, remédio ao antigo problema da falta de água. Tal fato mostra, mais uma vez, que a ausência de um planejamento para distribuição de água impõe ao semiárido nordestino a estar eternamente fadado a “secura” da natureza agreste, sem resolver os problemas sociais da rede que se beneficia em tratar os sertões como região problema, e culpar a natureza pela pobreza dos sertões.

As obras públicas que seriam mais para ocupar a mão de obra desmobilizada do sertanejo evidencia a postura da IOCS e da IFOCS em não ter um projeto organizado de prevenção dos efeitos das secas. Quando nos relatórios citados em todo o texto, mostraram que os trabalhos eram feitos a esmo para ocupar a mão de obra sertaneja ou explorá-la, ressalta a falta de preocupação para com o povo sertanejo. Nessas obras diversas mortes ocorreram, pela má qualidade da estrutura das construções ou pela falta de condições mínimas

de higiene a que eram submetidos os trabalhadores. A ideia de transformar a qualquer custo o trabalhador rural em operário revela as pressões de um país em vias de modernização, uma expressão de mecanismos que não conseguiram levar em considerações culturas distintas.

Por isso, os campos de concentração foram políticas públicas legítimas para os dois momentos históricos abordados nesse trabalho, a ordem, a moralidade, a organização dos espaços eram necessárias para a modernidade e deveriam ser entendidas por todos, era maneira louvável de salvar os pobres, era um favor do Governo, das municipalidades, dos estados, concentrá-los e salvaguardá-los até a volta das chuvas, para que cada um pudesse regressar normalmente a sua terra natal. Contudo, muitos não conseguiram voltar, morreram nas longas caminhadas, nas obras e dentro desses campos de concentração.

O termo campo de concentração estabelecido desde 1915 no Brasil remonta ao ‘aprisionamento’ e isolamento dos que estavam fora do sistema que deveria se impor no período republicano, se analisarmos não só o campo de concentração cearense, mas também aquele que foi solicitado para ser construído em Petrópolis, em 1916, pelo *Correio da Manhã*, campo de concentração de ‘vadios’ e que retratamos acima.

Pode-se, com isso, fazer-se uma reflexão sumária: apesar dos campos de concentração não estarem diretamente ligados a “presos políticos de guerra”, não deixavam de ter uma conotação política por excelência, visto que ao aprisionar os sertanejos, afastá-los dos centros urbanos, acabavam por impor uma segregação social desses indivíduos em relação aos povos do litoral, as elites das cidades. Não deixaria também de remeter-se a uma segregação dos espaços, ou mesmo uma “disputa por cada localidade”, isolar os sertanejos no interior, nos seus próprios lugares, era revelar que cada um tinha o seu espaço dentro do Ceará e que não se deveriam misturar “pobres” e “ricos”. Quando o sertanejo ‘invadia’ a capital reivindicando seu espaço de cidadão daquele lugar, ele acabava por pleitear aquele território. Não seria uma guerra declarada, mas não deixaria de ter sua disputa por certos domínios, onde as elites cearenses acabariam por “vencer essa guerra”.

Por fim, ressalta-se que se pretendeu analisar, nessa perspectiva, como pensar nos campos de concentração por meio das disputas políticas, econômicas, sociais, arraigadas séculos e séculos, principalmente, no que diz respeito ao eterno poder latifundiário que toma conta da história. Os campos de concentração não deixariam, portanto, de ter um cunho político, de ordenamento e disciplina e também não deixaram de “matar” milhares de sertanejos que foram jogados nesses *campos*, sem estrutura, sem cuidados mínimos para sua sobrevivência. Quando, nesses *campos* se selecionava quem era o mais apto ao trabalho nas obras e o que não era, acabavam por classificar o sertanejo e segregá-los, “descartavam”, desta forma, os “não aptos” que passavam a permanecer confinados nos campos de concentração a revelia da assistência médica e dos socorros alimentares. Os “não aptos” eram os que não tinham mais condições alguma de exercer o mínimo trabalho que fosse e acabavam morrendo dentro dos campos de concentração.

Um exemplo das centenas de mortes ocorridas nas obras públicas e nos campos de concentração está revelado, até os dias atuais, em Senador Pompeu, no chamado *campo santo*, onde estão enterrados os mortos da barragem do Patú e os mortos do campo de concentração. Desde 1982 que ocorre na região a Caminhada da Seca em memória dos que morreram em Senador Pompeu devido a grande seca de 1932. Foi realizada, primeiramente, pelo padre italiano Albino Donatti que era pároco da Igreja Matriz de Senador Pompeu, nesta época. O padre percebeu a devoção da poluição pelas “almas da barragem” e passou a fazer uma caminhada até o cemitério do açude do Patú que fica a quatro quilômetros do centro da cidade, para que as pessoas fizessem suas orações e seus pedidos para essas “almas”.

A população de Senador Pompeu acredita que almas da barragem operam vários milagres na região e são, verdadeiramente, santas. Devido ao sofrimento que passaram com a falta de água e comida, ao chegarem ao cemitério os devotos começam a derramar água sobre

as cruzes no chão, que são os túmulos dos sertanejos. Segundo relatos, os sertanejos foram enterrados em covas rasas, no chão, sem túmulos, a esmo. Também depositam pão sobre uma pequena capela, em memória desses mortos e para que não se repita a falta de alimento na cidade. Muitos vão descalços em todo o caminho simbolizando os sertanejos que, segundo os dizeres da população, viviam descalços em suas grandes retiradas pelos sertões. Por fim, acendem as velas e nelas fazem os seus pedidos para as almas, é povo santo, é o santo do povo, como muitos dizem no caminho.

Na atualidade, além da devoção religiosa a Caminhada da Seca tem um fator político e uma crítica velada aos governos e as políticas públicas. Cada *Caminhada* tem um tema a ser tratado e que se remetem as questões que estão passando a cidade de Senador Pompeu na contemporaneidade. No caso da 32º Caminhada da Seca, em que pude participar em 2014, o tema era “*Pela preservação das águas do Patu, fonte de vida e construção da liberdade – Em defesa da dignidade humana*”, remontando ao fato de que o Ceará passa por uma grande seca, sem planejamento e preservação da água da barragem, como mencionado acima nas fotos da própria barragem do Patu.

A luta atual da cidade é pela preservação do sítio histórico da barragem e das estruturas do campo de concentração, pelo seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela memória da batalha do povo sertanejo em meio às secas. As figuras 17 a 21 a seguir mostram a caminhada e a simbologia existente nela:

**Figura 17- Foto do início da procissão, às 5 horas da manhã em frente à Igreja Matriz de Senador Pompeu.**



**Fonte: 32ª Caminhada da Seca. : “Pela preservação das águas do Patu, fonte de vida e construção da liberdade – Em defesa da dignidade humana”. Senador Pompeu, Ceará 2014.**  
**Acervo do autor.**

**Figura 18-Os pés descalços que simbolizam as retiradas dos sertanejos a pé pelos sertões.**



**Fonte: 32ª Caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014. Acervo do autor.**

**Figura 19- A água derramada sobre as covas que simbolizam a sede dos que morreram, para que não se repita mais.**



**Fonte: 32ª Caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014. Acervo do autor.**

**Figura 20 - O pão depositado na capela do cemitério simbolizando a fome dos sertanejos da seca de 1932**



**Figura 21- As velas acendidas embaixo da cruz principal para que os pedidos sejam alcançados.**



**Fonte:** 32ª Caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará, 2014. Acervo do autor.

Essa *Caminhada* e a própria crença dos sertanejos de Senador Pompeu nas “almas da barragem” revelam a resignificação de um povo em meio a sua própria história. Essa construção da significação, segundo Chartier:

(...) reside na tensão que articula as capacidades inventadas dos indivíduos ou das comunidades com as restrições, as normas, as convenções que limitam (...) o que é possível pensar, enunciar e fazer<sup>271</sup>.

Por isso, quando os sertanejos acabam por construir sua própria visão sobre a história de Senador Pompeu, por exemplo, eles estão legitimando sua própria cultura, suas crenças e costumes, pois “a memória coletiva é, sem dúvida, uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico.”<sup>272</sup>

Logicamente o intuito deste trabalho não foi, em nenhuma hipótese, tratar dos temas da contemporaneidade, mas não há passado que não se reflita no presente, e a narrativa dos sertões cearenses é uma prova de que passado e presente vivem mutuamente construindo a história. Ressalta-se também que os sertanejos de Senador Pompeu acabam por selecionar, como toda História Oral reconhece em suas análises, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido na construção de suas memórias e histórias de vida em relação à seca de 1932. Revelam assim uma memória que acaba por culpabilizar o Estado pelos problemas atuais dos

<sup>271</sup>CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação; tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio – Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003, p.167.

<sup>272</sup>LITTLE, Paul E. *Espaço, Memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização*. In: Textos de História. Brasília: Editora da UNB. Vol 2, 1994. p.5-25, p.6.

sertões, cristalizando as relações políticas existentes, principalmente com o poder latifundiário. Atesta-se o fato de que em relação à água, os sertões vivem o eterno dilema do açude que eram construídos, em sua maioria, em propriedades particulares e a barganha no uso da água que se tornou algo recorrente nas relações paternalistas ou clientelistas que assolam os semiáridos de todo o Nordeste fadando o pequeno produtor, o pequeno dono da terra, a viver das relações de dependência com os grandes fazendeiros.

Nesse sentido, apontando para uma perspectiva do estudo das “élites” a frente do governo tentou-se realizar uma análise comparativa da seca de 1915 e 1932 porque nelas os campos de concentração foram instituídos e nelas as Inspetorias de Obras atuaram de maneira muito concreta nos sertões nordestinos, como um todo. De maneiras diferentes e muitas vezes complementares a IOCS e a IFOCS, Wenceslau Braz e Getúlio Vargas fizeram dos sertões imensos campos de trabalhadores sertanejos na construção de obras que acabaram por modernizar as cidades em detrimento da própria melhoria de cada localidade.

Outros pontos também foram essenciais para entender essa história, principalmente a própria natureza dos sertões, que para comprehendê-las requereu-se um trabalho minucioso, levando em consideração suas diversidades, a heterogeneidade de sua população e das relações políticas que envolviam os sertões nordestinos. Incluindo o fato de que, o discurso que estigmatizou os sertões e o próprio sertanejo, como nos relatórios da Inspetoria, nos jornais e na própria literatura, desconsideraram as questões simbólicas existentes entre o homem e a natureza, o sertanejo e os sertões e toda essa diversidade.

A opção do sertanejo em permanecer em sua terra mostrava que o mesmo não era um ser manipulável, apesar do forte incentivo dos governantes em fazê-los migrar para o Norte ou mesmo continuar nos sertões. A alternativa primeira do sertanejo é não migrar, é continuar no seu território, mesmo havendo as chamadas migrações internas, mas essa é a ultima possibilidade pensada pelos sertanejos, é quando se esgotam todas as suas chances de permanecer no seu ambiente aí ele migra e se desloca, para sobreviver.

Nesse sentido, a intenção deste trabalho foi também salientar que não há como desvincular o homem de sua origem e nem da natureza. William Cronon diz que “a natureza é coautora de nossas histórias”<sup>273</sup>, dentro disso mostrou-se como o sertanejo faz uma verdadeira opção de permanecer em sua terra. Não era fácil sair de suas origens para embrenhar-se ou no desbravamento da Amazônia, como era querido por Wenceslau Braz e Getúlio Vargas, ou na retirada para a capital na tentativa de uma melhora de vida. Como ressaltou Gilberto Freyre é necessário “entender as inter-relações e processos naturais e de cultura que se encontram simbioticamente confundidos e harmonizados, ou em conflitos, na vida e na paisagem de determinada região”<sup>274</sup>.

Nesse sentido, o sertanejo tinha um modo de vida, seu hábito, sua relação com a terra que era uma relação também cultural e simbólica que o entrelaçava e o fazia persistir em permanecer nos sertões e sofrer as penosas disciplinas no trabalho das obras e nos campos de concentração. O sertanejo já sabia previamente sobre essa situação, ele havia vivido o começo de toda a “era da modernidade” na seca de 1877, quando se começou, de fato, a usar a sua mão de obra para as construções, e a se criarem modelos de exclusão e concentração de pessoas, como os abarracamentos que culminaram na formação dos campos de concentração em 1915 e os de 1932.

---

<sup>273</sup>CRONON, W. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: PALACIO, G; ULLOA, A. *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002, p.61.

<sup>274</sup>FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, 1985, p.25.

Desta forma, finaliza-se este trabalho entendendo que muito ainda há de se revelar quando o tema são os sertões nordestinos. Vários aspectos importantes deixaram de ser analisados aqui, mas que podem e devem ser redescobertos/analisados pelos pesquisadores, principalmente, sobre a própria figura dos sertanejos, quem eram eles no Ceará daquela época, quais eram seus anseios, como se mostravam em face de tormenta da estiagem e das próprias relações latifundiárias. Por isso, a escolha desse trabalho se deu na análise dos discursos das elites, suas maneiras de pensar e agir para os sertões, mesmo que tenha se mostrado, de maneira pontual, que o sertanejo se articulava e não era uma massa de manobra nesse processo.

O discurso como maneira legítima de se entender a história acaba por revelar as pressões internas existentes no curso da formação de uma sociedade, e nesse sentido este trabalho tentou salientar as diversas maneiras de submeter à população mais pobre do país, pelo e por meio dos discursos, especificamente, o do trabalho em detrimento do ócio, da vadiagem e do costume da esmola, que “viciavam” o povo e não geravam crescimento as cidades.

A sobrevivência dos sertanejos em meio ao caos da seca e da pobreza dos sertões manifesta um Brasil que não consegue, até a atualidade, resolver a questão do semiárido de maneira séria, concreta e palpável a toda população sertaneja. Os problemas políticos dos sertões nordestinos perpassam toda nossa história, e devem ser estudados de maneira crítica e legítima por historiadores, sociólogos e geográficos. A interdisciplinaridade, no que tange a esse tema, é fundamental para desconstruir visões simplistas e trazer soluções para os sertões. É preciso olhar para o semiárido entendendo a sua natureza, e não a submetendo a normas e regras que não estão de acordo com o próprio local. Vários dos planejamentos realizados nos semiáridos eram embebidos de ideias implantadas em outras nações, que quando chegavam aqui não conseguiam surtir o mesmo efeito. Cada realidade é uma só, é preciso estudar os sertões percebendo a natureza não como um cenário que pode ser modificado pelo homem, mas sim a natureza pertencente ao homem e vice-versa, só assim se irá chegar a soluções concretas para os problemas sociais existentes nos sertões, que estão para além do clima, da natureza, são questões de dominação que se arraigaram ao longo da história nordestina. Celso Furtado poderia elucidar/completar essas considerações finais quando diz:

Nunca se fez um estudo para medir o custo humano real de uma seca. Geralmente, isso é ignorado, ocultado. A classe política nordestina tem um complexo muito grande com respeito a certas coisas, oculta tudo, não gosta que se estude isso. Porque tem consciência de culpa. Sabe que há tanta coisa que podia ter evitado, mas tem medo que tudo também desmorone, que o mundo deles venha abaixo.<sup>275</sup>

---

<sup>275</sup>TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.24.

**Figura 22 – A caminhada da seca**



Meu sertão vai se acabando  
Nessa vida que o devora  
Pelas trilhas só se vê gente boa indo  
embora  
Mas a estrada não terá o meu pé pra  
castigar  
Meu agreste vai secando  
E com ele vou secar  
Pra que me largar no mundo se nem  
sei se vou chegar  
A virar em cruz de estrada  
Prefiro ser cruz por cá  
Ao menos o chão que é meu  
Meu corpo vai adubar  
(...)  
Se doente sem remédio, remediado  
está  
Nascido e criado aqui  
Sei o espinho aonde dá  
Pobreza por pobreza  
Sou pobre em qualquer lugar  
A fome é a mesma fome que vem me  
desesperar  
E a mão é sempre a mesma que vive a  
me explorar (...)  
Gonzaguinha –  
Pobreza por  
Pobreza, 1968.

**Fonte:** 32ª Caminhada da Seca. Senador Pompeu, Ceará,  
2014. Acervo do autor.

## **Referências Bibliográficas:**

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. Revista Estudos Avançados 13 (36), São Paulo, 1999.
- AGUIAR, Pinto de. Nordeste, o drama das secas. RJ, Civilização Brasileira, 1983.
- ALIMONDA, Hector. La Naturaleza colonizada Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- \_\_\_\_\_ Desde la ecología política, una mirada sobre la agricultura latinoamericana. Curso “El agro en America Latina: historia, conflictos y debates”. PLED, Buenos Aires, 2012.
- ALVES, Joaquim (1982). História das secas (séculos XVII a XIX). Mossoró, RN, ESAM, Col. Mossoroense, v. CCXXV [homenagem ao Primeiro Centenário da Abolição Mossoroense - 30/9/1983 a 30/9/1993]. Disponível em: [www.coleçaomossoroense.org.br](http://www.coleçaomossoroense.org.br)
- ARAÚJO, Raimundo Alves de e SILVEIRA, Edvanir Maia. A cidade e a seca: O campo de concentração de 1932 e as transformações urbanas em IPU-CE. Revista Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v 8/9, n1, 2006/2007.
- BOGONI, Saul; BONNICI, Thomas. As reduções jesuíticas na conquista espiritual (1639) de Antonio Ruiz de Montoya, sob a crítica pós-colonial, In: CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, Maringá. Anais. Maringá, 2009.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. O Clima e as Secas do Ceará. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285. Disponível em: [www.coleçaomossoroense.org.br](http://www.coleçaomossoroense.org.br)
- BRUN, Bernard; LEMONNIERS, Pierre; RAISON, Jean-Piere; RONCAYOLO, Marcel. Encyclopédia Einaudi. Ambiente. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.8, 1989.
- BRUST, Monique. Corpo submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII. Revista Auaças - ISSN 1981-1225 Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.
- CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticiana. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM). Foz do Iguaçu, PR, 2002.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste. Observatório Geográfico da América Latina. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina (GAL), Santiago do Chile, 2001.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Edição, Eio de Janeiro: Revista Antares, 1984.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CIRILO, José Almir; MONTENEGRO, Suzana M.G.L.; CAMPOS, José Nilson B. A questão da água no semiárido brasileiro. In: Bicudo, C.E. de M; Tundisi, J.G.; Scheuenstuhl, M.C.B (Org.). Águas do Brasil análises estratégicas. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010, v. 1.

CRONON, W. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: PALACIO, G; ULLOA, A. *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002.

DÍAZ, Omar Huertas-Díaz; BENAVIDES-LÓPEZ, Lynda Layda; SONDOVAL-MALAVER, Carlos Mario. Colonias penales agrícolas de los siglos XIX y XX como sustitución de la pena de prisión tradicional en Colombia. Bogotá, D.C-Colombia: Rev. crim., Volumen 54, número 1, enero-junio 2012.

DUQUE, Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

ESCOBAR, Arturo. *Más allém del Terceiro Mundo: globalidad imperial, colonidad global y movimientos sociales anti-globalización, en Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Facultad de Ciências Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos/Programa Democracia y Transformacion Global, Lima, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese de doutorado, URGs, Porto Alegre, 2008.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª Edição, Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do

território no Nordeste Brasileiro (1877-1930). In: 12º Encuentro de Geógrafos de America Latina. Montevideo: Gega, 2009.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da Inspetoria de Obras Contra as Secas – Nordeste/Brasil 1910-1915. XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915- 1919). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, 1985.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão. Documentação Oral e a temática da Seca. Volume nº 9, Brasília: Coleção Lima Barreto – Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes, integração econômica e crescimento regional. Brasília: Anais do VI Encontros Nacionais ANPUR. Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro, 1995.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

KOERNER, Andrei. Punição e disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. São Paulo: Lua Nova, 2006.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 51, 2006.

LIMA, Aline Silva. Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas [manuscrito]: Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909-1919). Fortaleza: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ. UCAM, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LITTLE, Paul E. *Espaço, Memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização*. In: Textos de História. Brasília: Editora da UNB. Vol 2, 1994.

LOPES, Raimundo Helio. Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma Guerra Nacional (Ceará, 1932). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009.

LOUISE, Gabler. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). Dados eletrônicos. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Sertões nordestinos: Cariri Cearense, Sertão do Pajeú e Cariri Paraibano. Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras Sertões Brasileiros I, Vol 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª edição Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MELO, Josemir Camilo de. O papel dos investimentos ferroviários ingleses no Nordeste, 1852-1902 (Nota para um estudo da História das Ferrovias). Sitientibus, Feira de Santana, n.15, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2ªEd, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990,

MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010.

MOTA, Lidiany Soares Mota. O Determinismo Ambiental verificado nos discursos sobre a seca e os campos de concentração de flagelados do Ceará – 1910 a 1940. UFPE, 2009.

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Almeida, 2009.

NEVES, Frederico de Casto. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). Rio de Janeiro: Est. Hist., vol. 27, nº 53, p. 115-133, janeiro-junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 21, nº40, 2001.

\_\_\_\_\_. A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará. Tese de doutoramento. Niterói- Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1998.

\_\_\_\_\_. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, n. 29, 1995.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68 [cited 2013-03-18]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142010000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100009&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0103-4014

PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, año 13, nº 26. Araucaria, 2011.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINHEIRO, Manoel Carlos; JR, Renato Fialho. Pereira Passos: vida e obra. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Cariocas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Nº 20060802, 2006.

PORTO, Ana Gomes. Crime em letra de forma. Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do pré-lúdio republicano. Dissertação de Mestrado, História. São Paulo: UNICAMP, 2003.

QUEIROZ, Raquel. O Quinze. 96º Ed, Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 2013.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 111ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2009.

RAMOS, Jesuíno. Os flagelados. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi Ltda, 1956.

REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e o determinismo: a Gênese do discurso do Semi-árido Nordestino. Anuário do Instituto de Geociências. Volume 22. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará*: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1920. 3ª Edição. Revisada e ampliada para download. São Paulo: Memórias, 2010.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP, 1997.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? Verve 4, 2003.

SANTOS, Carla Xavier. A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha. Rio Grande do Sul: IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. Vestígios do Passado: a história e suas fontes, 2008.

SANTOS, Maria Penha dos. As Comissões Científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004.

SARMENTO, Francisco Jácome. Mudanças climáticas: impactos sociais, econômicos e ambientais no semiárido brasileiro. In: XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007, São Paulo - SP. Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007.

SECRETO, Maria Verônica. Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Adriano Wagnerda, SIMONINI, Yuri, FERREIA, Angela Lúcia. Engenheiros Criadores de Chuva: a "Escola Plurífera" e o "Gargalheiras". III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, I Encontro Nacional de Geografia Histórica. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

SILVA, Wendell Guedes da. A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

SILVA, Francisco Anderson Tavares de Lyra. Augusto Tavares de Lyra, em vários tons. Natal: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. As Primeiras Ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o Caso da Great Western Railway. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, V.9, N 17, jun 2002.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas (Século XX). 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982.

TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TEIXEIRA, Olga Suely; CORDEIRO, Rubério de Queiroz. Educação jesuítica: objetivo, metodologia e conteúdo nos aldeamentos indígenas do Brasil colônia. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915, Fortaleza: Edições UFC, 1980.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- SP: Companhia das Letras, 1998.

VENTURA, Andréa Cardoso; ANDRADE, José Célio Silveira. Policultura no semiárido brasileiro. Special Issue 3 | 2011 : Brazil.

VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo, Ed. Scipione, 2009.

VICTORIANO, Juliana Leone. Wenceslau Braz e a política do café com leite: Estratégias de comunicação e marketing político que o elegeram Presidente da República do Brasil. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo, SP, 2012.

VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.14, p.191-205, jan./abr. 2005.

VIEIRA, Flávio. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 1954.

VIEIRA, Maria Josiane. Itinerários no Acervo do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (1958-1968): a Coleção de Arthur Ramos como discurso. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS. Mestrado em Museologia e Patrimônio. UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2012.

VIERIA, Lêda Rodrigues. Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX, SP, Ed Ática, 2000.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Ambiente & Sociedade [online], Volume 5 (2), 2003.

#### **Decretos-Lei:**

Decreto Lei nº 6919 de junho de 1878. Câmara dos Deputados: Coleção de Leis do Império do Brasil, Vol.1, 1878. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6919-1-junho-1878-547627-publicacaooriginal-62418-pe.html>. Acessado em: 05 de janeiro de 2015.

Decreto Lei nº 7.669, de 18 de Novembro de 1909. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União Seção 1 – 31 de dezembro de 1909. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7669-18-novembro-1909-527804-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 05 de janeiro de 2015.

Decreto nº 8.711, de 10 de maio de 1911. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União – Seção 13 de maio de 1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8711-10-maio-1911-578885-norma-pe.html>. Acessado em: 12 de janeiro de 2015.

Decreto nº 11.692, de 25 de agosto de 1915. Senado Federal, Secretaria de Legislação Informativa, publicação: Coleção de Leis do Brasil de 31 de dezembro de 1915.

Disponível em:  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=35892&norma=51573>  
Acessado em: 12 de janeiro de 2015.

Decreto Lei nº 21.182, de 21 de março de 1932. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1, 28 de março de 1932. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21182-21-marco-1932-532194-publicacaooriginal-81953-pe.html>. Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

Lei nº 23 de 30 de outubro de 1891. Câmara dos Deputados: Coleção de Leis do Brasil - 1891, Vol. 1 pt. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em: 16 de janeiro de 205.

Decreto Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906 Diário Oficial da União - Seção 1 – 3 de janeiro de 1907. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acessado em: 13 de janeiro de 2015.

Decreto Lei nº 9256, de 28 de dezembro de 1911. Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de janeiro de 1912.

Disponível em:  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39162&norma=54881>  
Acessado em: 20 de janeiro de 2015.

Decreto 2.974, de 15 de julho de 1915. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1 – 21 de junho de 1915. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2974-15-julho-1915-574910-publicacaooriginal-97982-pl.html>. Acessado em: 20 de janeiro 2015.

Decreto nº 13.687 de nove de Julho de 1919. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de junho 1919. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 13 de janeiro de 2015.

Decreto nº 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União – Seção 1 28 de fevereiro de 1931.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19726-20-fevereiro-1931-518993-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 12 de janeiro de 2015.

## Periódicos:

RODRIGUES, Francisco de Paula. Centro Cearense. *A Secca no Ceará*. Representação dirigida ao Sr. Presidente da República pelo Centro Cearense, em 6 de julho de 1903. Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1903. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal do Ceará, Órgão político Ceará-Fortaleza. *Estradas de Ferro, A rede cearense.* Fortaleza: nº 1.159, ano VI, 25 de fevereiro de 1910. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal A Lucta, *Socorro!* Sobral: Anno 1, 25 de março de 1915. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal A Lucta, *A seca.* Sobral: Anno 1, 21 de abril de 1915. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal A Lucta. *A greve na E.deF.* Sobral: Anoo 1, 14 de abril de 1915. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal A Esquerda Ceará. *A seca no sertão do Ceará.* Fortaleza: Ano I, nº 94, 4 de agosto de 1928. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *A extensão dos socorros aos flagelados. Quasi 80 mil homens nas obras do governo.* Rio de Janeiro: Ano XXI- Nº 11493, 31 de maio de 1932, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *A saúde dos flagelados do Nordeste. O que nos disse o director dos Serviços Sanitários do Ceará.* Rio de Janeiro: Ano XXXII – nº11680, 1 de janeiro de 1933, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *A Secca no Nordeste.* Rio de Janeiro: Ano XXX- Nº10.979, 5 de outubro de 1930, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *Campos de concentração para menores abandonados.* Rio de Janeiro: Ano XV – Nº 6279, 4 de maio de 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *O êxodo da população cearense.* Rio de Janeiro: Ano XV, nº 6.098, 5 de novembro de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *O ministro do Trabalho esteve na Ilha das Flores.* Rio de Janeiro: Ano XXXII, n11565, 21 de agosto de 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *Socorros aos flagelados. Uma nota do Ministério da Viação.* Rio de Janeiro: Ano XXXII – Nº 11577, 4 de setembro de 1932. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, *Typos Regionaes.* Rio de Janeiro: Ano XIXX, n10840, 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã. *Entrevista com o Ministro da Viação* Rio de Janeiro: Ano XXX, nº11.143, 16 de abril de 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã. *Terra de sol, terra de sofrimento*. Rio de Janeiro: Ano XXX, nº 10.978, 28 de setembro de 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal Estadão, *Acervo Personalidades*. Reportagem Venceslau Brás. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,venceslau-bras,568,0.htm>

FEMENICK, Tomislav R. *O ciclo do algodão no Seridó I*. Jornal a Tribuna do Norte. Rio Grande do Norte, 06 de junho de 2010. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/o-ciclo-do-algodao-no-serido-i/150373>. Acessado em: 05 de janeiro de 2015.

Folha de São Paulo. *Brasil teve campos de concentração em 1942*. São Paulo, 08 de dezembro de 2012.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43301.shtml>. Acessado em: 08 de agosto de 2014.

GRANDELLE, Renato. O Globo. *Pará teve campo de concentração durante Segunda Guerra Mundial. Instalações receberam colaboradores do Eixo e imigrantes perseguidos pela população*. Rio de Janeiro, 08.02.2014.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/para-teve-campo-de-concentracao-durante-segunda-guerra-mundial-11542135#ixzz34tlwVOxf>. Acessado em 04 de agosto de 2014.

### **Relatórios e Boletins Ministeriais:**

ALMEIDA, José Américo de. As secas do Nordeste (Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10-11-1953- Debates e Repercussão). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

LISBOA, Miguel Arrojado. Introdução ao Relatório dos Trabalhos Executados no ano de 1922, apresentado ao Ministro de Viação e Obras Públicas pelo Inspetor Federal de Obras Contra as Secas Miguel Arrojado Lisboa. Ministério de Viação e Obras Públicas. Publicação nº 62 Serie II, M. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 1923. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

LYRA, Augusto Tavares de. Relatório I do ano de 1915, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir

essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

SOUZA, José Ayres de. Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915. Apresentado a 15 de julho de 1916 ao Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, Dr. Augusto Tavares de Lyra, pelo Inspetor Interino José Ayres de Souza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1917.

VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Fortaleza: Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. (VOL I), 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspectoria de Obras Contra as Secas, relatório de 1913. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil. Publicação Mensal. Volume 1, Num 1. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra, 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil. Publicação Mensal, Vol 1, Num 2. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra, Janeiro de 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. Republica dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num.3. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. Republica dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num.4 Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. Republica dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num.5. Fortaleza: Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

#### **Almanaques:**

BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1915. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 19º ano, 1916. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.

BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 37º ano, 1932. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1933. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 38º ano, 1933. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1934. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 39º ano, 1934. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

BRASIL. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1935. Ceará: Est. Gráfico Urânia, 40º ano, 1935. Acervo Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico, Antropológico.

#### **Ofícios:**

BRASIL. Ofício da Comissão de Socorro Públicos do Ceará. Fortaleza, 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício do Comissário do 2º Distrito ao presidente da província Caetano Estellita. Fortaleza, 1º de outubro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício, Informe de compras ao presidente da província do Ceará. Palácio do Governo. Ceará, 14 de dezembro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício encaminhado ao presidente da província de Fortaleza pelo encarregado do 3º Distrito, Conselheiro João José Ferreira de Aguiar. Fortaleza, 13 de dezembro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício contendo abaixo assinado enviado ao presidente da província do Ceará, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa. Fortaleza, 08 de outubro de 1877. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1ª seção, 28 de julho de 1915, nº2482. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1ª seção, 29 de agosto 1915, nº2599. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 2ª seção, 29 de agosto de 1915, nº2658. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1ª seção, 25 de agosto de 1915, nº2598. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1ª seção, 25 de agosto de 1915, nº2598. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 7 de setembro de 1915, nº2714. Arquivo Público do Estado do Ceará

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 24 de setembro de 1915, nº2699. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 8 de outubro de 1915, nº2753. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 8 de outubro de 1915, nº2841. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 10 de outubro de 1915, nº2811. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 27 de outubro de 1915, nº2840. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso, ao agente da Llyod Brasileiro. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> seção, 26 de novembro de 1915, nº3062. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício do presidente do estado do Ceará Benjamim Barroso ao engenheiro chefe da Rede de Viação Cearense. Palácio da Presidência do Ceará, 1<sup>a</sup> Seção, 11 de dezembro de 1915, nº4014. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso ao Sr. Henrique E. Couto Fernandes, Engenheiro Chefe da Rede de Viação Cearense. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> Seção, 18 de dezembro de 1915, nº4028. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício de Hermino Barroso ao Sr. Henrique E. Couto Fernandes, Engenheiro Chefe da Rede de Viação Cearense. Secretaria dos Negócios do Interior, 1<sup>a</sup> Seção, 21 de dezembro de 1915, nº4029. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Boletim de serviços executados nos campos de concentração de flagelados de maio a agosto de 1932. Fortaleza: Diretoria de Saúde Pública, 1932. Arquivo Público do Estado do Ceará.

BRASIL. Ofício Açude Público Jaibara. Enviado por Mario Bezerra, engenheiro de serviço do sangradouro, ao Engenheiro encarregado da construção do açude público Jaibara. Fortaleza, 23 de janeiro de 1936. Arquivo Público do Estado do Ceará.

### **Mensagens presidenciais:**

BARROSO, Benjamim. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros- Ceará, 1915, Hemeroteca Digital Brasileira.

GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura da Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1930.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado na capital da Baía. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 1933.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo. República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

#### Sites:

Acervo da Biblioteca da Presidência. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-periodo-presidencial>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2014.

Acervo da Biblioteca da Presidência. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/biografia>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2014.

Vida e Obra de Guimarães Duque. Disponível em: <http://www.fgduque.org.br/index.php/noticias/73-guimaraes-duque-vidaeobra>. Acessado em: 10 de janeiro de 2015.

ALVES, Valdecy. Caminhada da Seca Virtual – Aos mortos do campo de concentração, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-tF9nwof-M>. Acessado em 12 de outubro de 2014.

Treile do Filme Lágrimas de Vela. A verdade da seca de 32, campo de concentração. Pathu Produções, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-3eE4m1Qbhs>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

Globo, Reportagem do Fantástico, Campos de Concentração em Senador Pompeu. Edição: Jennifer Skipp e Paulo Vinhas, Senador Pompeu, Ceará. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WaY4YhNE6XU>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

As almas do povo é o santo do povo Parte I. Direção: Fram Paulo Trilhas: Carlos Ney. Uzina Vídeo, 2009.

Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=pja2Cix\\_ilg&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=pja2Cix_ilg&feature=related). Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

As almas do povo é o santo do povo Parte II. Direção: Fram Paulo Trilhas: Carlos Ney. Uzina Vídeo, 2009.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Efzovi3kgwzY&feature=related>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

Tempo ao tempo – Casarões da Barragem em Senador Pompeu. Uzina Vídeo, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Q8oj-n-f0SA>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2015.

Mapas ferroviários. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1927. Imprensa Nacional, 1930. Apresentação: Flávio R. Cavalcanti. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Rede-Viacão-Cearense.shtml>. Acessado em: 14 de janeiro de 2015.

NETO, Licomédio. Mapas Interativos. Disponível em: <http://www.vaprapesca.com.br/Brasil/Ceara/ceara.htm>. Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

O Brasil de JK. A criação da Sudene. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acessado em: 08 de abril de 2015 as 18:00h.

### **Discografia:**

Patativa do Assará. A triste partida. Álbum de Luiz Gonzaga, A triste partida, RCA, 1964.

Gonzaginha. Pobreza por Pobreza. Álbum de Luiz Gonzaga, Canã, RCA, 1968.